

2018

REFLEXÕES

Livro XXIV

Índice

- 4- O mundo é o lugar mais desigual do mundo- **Marcelo Medeiros**
- 15- A catástrofe é igualitária- **Walter Scheidel**
- 21- A sabedoria inconformista- **John K. Galbraith**
- 30- Para que servem os direitos sociais?- **Bruno Bodart**
- 39- Em qualquer discussão sobre desigualdade, estas são as quatro perguntas que têm de ser feitas- **Steven Horwitz**
- 46- Um novo mapa do mundo- **Jeffrey Sachs**
- 53- A origem da propriedade privada e da família- **Hans-Hermann Hoppe**
- 67- O mistério do estado islâmico- **Autor Anônimo**
- 81- O fim do homem soviético- **Svetlana Aleksievitch**
- 115- O Grande inquisidor- **Fiodor Dostoiévski**
- 141- Perplexidade, a autocrítica e os desafios da imprensa americana diante do novo presidente- **Daniela Pinheiro**
- 177- Sexo depois da guerra- **Ian Buruma**
- 200- A próxima revolução- **Manuel Cuesta Morúa**
- 206- No país do grande e amado Peterson- **Tariq Ali**

REFLEXÕES XXIV

219- O chefe- **Rafael Cariello**

253- O vendedor de greves- **José Nêumanne**

257- O julgamento de Lula- **O Estado de S. Paulo**

260- De tombo em tombo- **J.R. Guzzo**

264- A importância da educação infantil- **James Heckman**

270- Bons professores fazem alunos ganhar mais- **Jonah Rockoff**

276- Adeus às armas- **Benjamim Lesing**

282- Não controlamos o destino de nossos corpos- **Ta-Nehisi Coates**

302- USP 2014- **O Estado de S. Paulo**

322- Um soldado de Lampião no banco dos réus da história- **Adriana Negreiros**

338- Não matarás- **Diogo Bercito**

345- No país dos caubóis- **Paula Scarpin**

373- Ainda estrangeiro- **Adam Shatz**

LUIZ BIANCI

O mundo é o lugar mais desigual do mundo

Marcelo Medeiros



Novo livro de Branko Milanovic discute os riscos da concentração da riqueza global

No mundo todo, dois grandes grupos viram suas rendas crescerem nas últimas décadas: uma "nova classe média" global, composta sobretudo por trabalhadores fabris na Ásia, e os super-ricos, os grandes beneficiários da globalização financeira.

A República Romana já era enorme quando um de seus escravos resolveu sacudir um pouco as coisas. E conseguiu. No ano 73 antes da era comum, o gladiador Espártaco liderou uma revolta capaz de fazer frente às bem organizadas legiões e pôs Roma a tremer. Não sem razão, afinal cerca de um terço da população da região da Itália era composta por escravos, gente que tinha bons motivos para querer mudar as coisas. O levante virou um símbolo épico da luta contra a desigualdade, além de render um filme genial, dirigido por Stanley Kubrick.

A resposta veio rápido. Marcus Licinius Crassus, um dos mais importantes generais e políticos de sua época, tratou de mobilizar um exército gigantesco que pudesse pôr fim à resistência escrava. Dois anos depois, vitorioso, Crassus crucificaria 6 mil rebeldes, deixando claro que novas revoltas não seriam toleradas.

Houve quem atribuisse o êxito fulminante do líder militar a um talento individual fora do comum. No final do século XVIII, o economista Adam Smith mencionava Crassus como um exemplo de autocontrole diante dos sentimentos de medo e de fúria, uma habilidade essencial tanto na guerra quanto na



REFLEXÕES XXIV

política. O sociólogo Max Weber, no entanto, viu no romano bem mais do que características pessoais: sua fortuna era considerável, o que permitiu a Crassus influenciar aquele que viria a ser o maior líder político de sua época, o carismático Júlio César, obtendo em troca monopólios e privilégios. Para garantir essas vantagens, Crassus não hesitou em comprar um exército.

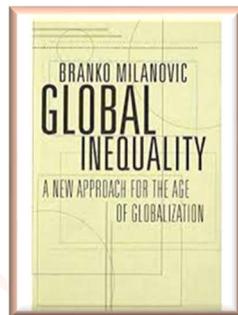
Com o enriquecimento da República, que conquistava mais e mais territórios, a desigualdade econômica em Roma aumentou. Recursos privados foram usados para controlar a política. Crassus garantiu sua posição de poder derrotando Espártaco – e para isso usou mercenários pagos de seu próprio bolso para quase quadruplicar o tamanho das tropas que recebeu de Roma. Não foi um simples gasto, claro, mas um investimento. Seu poder cresceu e, com ele, sua riqueza. Marcus Licinius Crassus tornou-se o homem mais rico de sua época, símbolo da plutocracia romana.

Estima-se que a riqueza de Crassus lhe rendesse 12 milhões de sestércios por ano, algo como 1 bilhão de dólares. Um romano médio precisaria trabalhar 32 mil anos para juntar o equivalente à renda anual do plutocrata. Trata-se de muito dinheiro para qualquer mortal que não tenha uma família fazendo poupança desde a última glaciação. A quantia é comparável, no entanto, à fortuna dos bilionários de hoje. Nos Estados Unidos há pelo menos quatro pessoas mais ricas do que o romano havia sido, em sua época. Bill Gates, cuja fortuna de 50 bilhões de dólares rende pelo menos 2,5 bilhões de dólares anuais, dispõe de mais do que o dobro da renda anual do general Crassus.

A comparação é de Branko Milanovic, economista sérvio especializado em desigualdade que desde o início dos anos 1990 vive nos Estados Unidos, e hoje dá aulas na Cuny, a Universidade da Cidade de Nova York. Mais do que uma curiosidade, as comparações históricas de Milanovic servem para colocar em perspectiva uma época – a nossa – de enormes disparidades econômicas, provavelmente as maiores de toda a história conhecida. Saber as causas e as consequências dessa desigualdade tão grande é essencial. Afinal, como foi possível que surgissem novos Marcus Licinius Crassus, homens capazes, no passado, de mobilizar

exércitos e, hoje, de definir as preocupações da pesquisa científica de ponta ou de ditar os rumos de uma nova corrida espacial?

É o que Milanovic tenta responder em seu livro mais recente, *Global Inequality: A New Approach for the Age of Globalization* [Desigualdade Global: Uma Nova Abordagem para a Era da Globalização], que acaba de ser lançado, analisando os impactos do processo de globalização das últimas três décadas – o aumento, desde os anos 1980, dos fluxos do comércio e das finanças, com a liberalização dos movimentos de capital de um país a outro. O projeto do economista sérvio de certa forma dá continuidade à recente reviravolta nos estudos sobre desigualdade provocada pelo trabalho do francês Thomas Piketty –, mas também vai além, preenchendo uma lacuna deixada pelo autor d’*O Capital no Século XXI*.



Até Piketty, uma opinião comum entre economistas era a de que não havia grandes motivos para se preocupar com a desigualdade, uma vez que a economia de mercado, se deixada à vontade para funcionar, terminaria por mitigar e reduzir as grandes diferenças entre ricos e pobres que a princípio ela mesma teria produzido. Segundo essa narrativa convencional, ao se modernizar, com a diminuição da importância da produção agrícola e aumento da relevância do setor industrial, uma economia tenderia a gerar mais desigualdade – as novas fábricas valorizariam o trabalho especializado, ainda escasso, pagando mais aos profissionais que contratassem, em detrimento daqueles que continuariam a trabalhar no setor “atrasado”. Mesmo os operários – além, claro, dos donos da fábrica – ganhariam bem mais do que os agricultores. À medida que a maior parte da mão de obra de um país fizesse a transição para o setor industrial, contudo, essas grandes diferenças criadas inicialmente entre os dois setores diminuiriam bastante.

O que o economista francês demonstrou é que isso até podia ser verdade para alguns períodos e lugares específicos, mas que, de maneira geral, as economias de mercado não tendem naturalmente

REFLEXÕES XXIV

à igualdade. Por uma simples razão: os rendimentos – lucros, juros, dividendos – de quem já tem riqueza, dinheiro acumulado, tendem, de forma geral, a ser maiores, a cada ano, do que o crescimento da economia como um todo. A conclusão lógica de Piketty foi a de que quem vive de renda termina por ganhar mais do que aqueles que têm que vender seu trabalho em troca de salário – cujos aumentos não podem ser permanentemente maiores do que o crescimento do produto total de um país. Sem algum tipo de interferência governamental e redistribuição de recursos, o mundo é uma máquina de criar desigualdade e, pior, uma desigualdade que tende a aumentar.

Mas faltava uma coisa. Havia estudos capazes de mostrar essa tendência em vários países, analisando as diferenças de renda e riqueza dentro de cada um deles. Nenhum mostrava, no entanto, como todos esses países juntos, isto é, o mundo todo considerado como uma única grande economia, se comportava. Pela simples razão de que não havia dados agregados de desigualdade para todo o globo. Entra em cena Branko Milanovic.

O sérvio ficou famoso, em 1999, ao ser o primeiro a calcular com boa precisão a desigualdade global. Até então, tudo o que havia eram medidas de desigualdade dentro de países e apenas algumas aproximações globais. O que ele descobriu desde então é que o lugar mais desigual do mundo é... o mundo. Nenhum país tem níveis de desigualdade tão altos quanto a de toda a economia do planeta, considerada em conjunto. Em 2008 o coeficiente de Gini da distribuição da renda do mundo era de 0,67, numa escala que vai de 0 a 1 e que denota maior desigualdade quanto mais próxima de 1 – na hipotética situação em que um único superbilionário detivesse toda a renda de um país, ou do mundo, e todas as outras pessoas não recebessem dinheiro algum, o índice de Gini seria 1; pois o mundo está mais próximo disso do que da plena igualdade. Nem Brasil, África do Sul ou Colômbia, sempre exemplos de altíssima desigualdade, chegaram a tanto.

Como se chegou a isso? Com a globalização, os destinos dos países estão interligados. Se é que um dia foi possível analisar cada país como uma ilha, definitivamente isso agora não faz mais sentido.

REFLEXÕES XXIV

Não só o crescimento, como também a desigualdade de um país como o Brasil, por exemplo, depende da desigualdade e do crescimento de regiões inteiras do planeta – por exemplo, do crescimento chinês, que impulsionou a expansão da agricultura brasileira na última década. O que cada pessoa ganha e o que cada grupo social ganha ou perde, dentro de cada país, também depende daquilo que acontece na economia global, para além das fronteiras de cada nação.

Até a **Revolução Industrial**, no final do século XVIII, as economias cresciam lentamente e o mundo era um lugar razoavelmente homogêneo. Não temos muita informação sobre isso, mas tudo indica que as diferenças entre países ricos, de um lado, e pobres, de outro, cresceram muito e continuamente entre 1820 e 1970. É um período conhecido como a grande divergência, que separou o mundo em países desenvolvidos e subdesenvolvidos. O pico da desigualdade entre países foi alcançado na década de 1970, quando tudo indicava que a geografia econômica do mundo estava mais ou menos estabilizada. Não estava. A Ásia, que vinha crescendo desde pelo menos os anos 1960, entrou em acelerada expansão econômica nas décadas seguintes e começou a se aproximar dos países ricos.

As mudanças nas últimas décadas na desigualdade entre os países acabaram afetando a desigualdade dentro dos países. A Ásia absorveu, nesse período, boa parte da produção industrial do mundo. A América do Norte e a Europa ficaram com o controle dos sistemas financeiros. Países da América Latina, que chegaram a ter mais de um terço de seu Produto Interno Bruto advindo da indústria, regrediram e hoje são fornecedores de matérias-primas e alimentos para o resto do planeta. Com isso, acabou se formando na Ásia uma classe de trabalhadores de baixa renda que antes estavam na pobreza; na América do Norte, na Europa e na Oceania, as classes médias industriais perderam posição, mas emergiram os super-ricos, em particular os grandes executivos e homens de finanças; enquanto isso, na América Latina, assistimos a uma transição do trabalho industrial para serviços de baixa produtividade. A África, de modo geral, continuou arcaica e pobre.

No fim das contas, foram as rendas de dois grupos específicos que

REFLEXÕES XXIV

tiveram um crescimento verdadeiramente acelerado nos últimos vinte anos. O primeiro grupo compreende pessoas de renda relativamente baixa, não muito acima da pobreza, que vivem em países mais pobres. Essas são as pessoas que estão no miolo, na metade da distribuição global da renda – deixando para trás o grupo dos realmente pobres, mas por sua vez também sem conseguir alcançar os estratos remediados e ricos das grandes economias. Seria um exagero chamar essa fração do meio da distribuição de renda de “classe média global”, Milanovic admite, mas se for mais fácil entender assim, a ideia é esta: o miolo cresceu. O segundo grupo que aumentou sua renda e riqueza nas últimas décadas é o dos ricos dos países ricos, o topo da pirâmide. Comparativamente, ficaram praticamente estagnadas as classes médias, no sentido convencional do termo, na Europa, América do Norte e América Latina, que estão entre os 20% mais ricos da população mundial: seu crescimento não alcançou 1% ao ano.

Os super-ricos – pertencentes ao 1% mais rico da economia global – acumularam ainda mais riqueza, devido, em parte, às condições favoráveis criadas por um mundo liberalizado. A globalização estende aos ricos a oportunidade de lucrar em mercados do mundo inteiro. Permite que pessoas na Espanha especulem e lucrem com a dívida pública da Argentina. Ou que magnatas russos transfiram sua riqueza para Londres, enriquecendo também, por tabela, o setor financeiro inglês. A classe média tradicional dos países ricos, por sua vez, perdeu lugar no bonde do emprego – com a transferência de fábricas e indústrias menos sofisticadas para as nações mais pobres –, no qual subiu a “nova classe média global”, em que se destacam os trabalhadores urbanos e fabris da Ásia, principalmente da China.

Tudo somado, o crescimento do miolo da distribuição de renda parece ter tido um impacto um pouco maior do que aquele dos muito ricos. Tanto assim, nos diz Milanovic, que a partir do final dos anos 1980 a desigualdade global começou a cair, ainda que muito lentamente. A depender de como se faça o cálculo, entre 1988 e 2011 o coeficiente de Gini do mundo cai de 0,72 para 0,67 – uma redução muito pequena, é verdade, de apenas 7% em 23 anos.

REFLEXÕES XXIV

Será então a “nova classe média global” a verdadeira vencedora da globalização? Depende muito de como se vê a mudança. O meio do mundo cresceu, e muito. As pessoas na metade da distribuição de renda viram sua renda duplicar entre 1988 e 2011. Entre os chineses, as rendas triplicaram. Olhado por um ângulo otimista foi um salto fenomenal em cerca de duas décadas.

Porém, na análise da desigualdade, muito mais importante do que saber para onde o mundo foi é avaliar para onde ele poderia ter ido. Taxas de crescimento da renda dos mais pobres tendem a traçar uma versão excessivamente triunfalista das mudanças. Além disso, não são a melhor forma de se tratar o assunto, pois, por maior que seja, o crescimento dos pobres não afeta muito a desigualdade. Funciona como uma alavanca que tenta deslocar um objeto: como muito pouco da renda do mundo está entre os pobres, sua capacidade de mover a desigualdade é pequena. Os mais ricos, por outro lado, têm um peso enorme e qualquer sacudida em sua renda faz a gangorra da desigualdade balançar.

Mais sóbrio – e talvez mais pessimista – é olhar para quanto cada grupo se apropriou do crescimento total. Aqui os números de Milanovic impressionam: os 10% mais ricos da população global se apropriaram de 60% de todo o crescimento do mundo entre 1988 e 2008. Uma grande massa de população melhorou de vida, é verdade, mas o que esse dado demonstra é que poderia ter melhorado muito mais se o resultado do crescimento não terminasse tão concentrado nas mãos dos ricos.

A conclusão que se tira disso não depende de piruetas aritméticas: para tornar o mundo de fato menos desigual, o crescimento tem que ser desconcentrado em escala global. Mas ainda falta bastante para chegar lá. Depois que a última onda de globalização começou, em meados da década de 1980, o crescimento foi tão concentrado que, para alcançar o ganho do 1% mais rico, seria necessário somar todo o aumento de renda de mais de dois terços da população mais pobre do planeta.

Não é ainda o caso, portanto, de nos deixarmos impressionar pela emergência de uma “nova classe média” global: mesmo com o

REFLEXÕES XXIV

crescimento explosivo das últimas décadas, a renda necessária para que um chinês esteja entre os 20% mais ricos do seu país ainda é menor do que a necessária para deixar de ser um dos 20% mais pobres dos Estados Unidos. Ou seja, uma parte da “classe média alta” chinesa ainda é praticamente miserável, segundo padrões americanos. A globalização teve vários vencedores. Mas alguns foram muito mais vencedores que outros.

Os grandes vencedores formam uma pequena plutocracia global. Segundo as estimativas de Milanovic, em 2010 o 1% mais rico do planeta controlava 29% da renda e 46% de toda a riqueza mundial. Um milionésimo dessas pessoas, 1.426 bilionários, para ser preciso, detinha 2% da riqueza global. Pode não parecer muito, porém é mais do que o dobro de toda a riqueza da África e algo que países inteiros da América Latina não conseguiriam alcançar mesmo que poupassem um ano inteiro de sua produção econômica.

O que está em jogo é mais do que dinheiro. Em um mundo globalizado, os Estados nacionais perdem força. Um grupo pequeno de pessoas com muita riqueza tem grande poder de colocar as cartas a seu favor. Em casos extremos, a desigualdade é uma ameaça à democracia. A democracia é um regime igualitarista – ou, pelo menos, deveria ser. Sua ideia fundamental é a de que o poder político deve estar bem distribuído. Cada pessoa tem um voto, e os políticos são apenas representantes do povo. Fora do papel, claro, não é bem assim que funciona. Para começar, campanhas políticas têm se tornado, no mundo todo, operações milionárias. Além disso, depois que os votos são contados, entra em funcionamento uma máquina complexa e cara, que vai do *lobby* à manutenção do aparelho partidário. E, como se sabe, o dinheiro controla a mídia, e quem controla a mídia controla quais informações chegam aos eleitores. Quando a riqueza é bem distribuída, cada pessoa tem mais ou menos o mesmo poder de influenciar essa estrutura. Quando é muito concentrada, a porta está aberta para a plutocracia. Adeus igualdade de poder político.

Exemplos não são difíceis de encontrar. Silvio Berlusconi, um dos homens mais ricos do mundo, foi quatro vezes primeiro-ministro da Itália, em boa parte graças ao fato de praticamente monopolizar os

REFLEXÕES XXIV

meios de comunicação do país. Donald Trump, ainda mais rico que Berlusconi, é o grande financiador de sua própria campanha à Presidência dos Estados Unidos. Mais rico ainda, Michael Bloomberg financiou não apenas seu pleito à Prefeitura de Nova York, mas também as estruturas eleitorais de vários políticos associados a ele. Dado o custo milionário das campanhas, não surpreende que termine por ser assim: cada vez mais, e também no campo político, manda quem tem dinheiro. A preocupação de Milanovic com os novos plutocratas não é sem fundamentos.

Não são pequenos os entraves para que se possa reverter o altíssimo grau de desigualdade do mundo hoje. A globalização permitiu a livre migração do capital, mas não a movimentação das pessoas. Enquanto empresas e investidores podem buscar melhores oportunidades de lucro fora das suas fronteiras nacionais, o mesmo direito não é estendido aos trabalhadores, num liberalismo de pé quebrado.

O Muro de Berlim caiu, mas no seu lugar foram erguidos muitos outros. Na verdade, países que apregoam integração mundial e igualdade de oportunidades como um valor fundamental estão erguendo barricadas para frear a entrada de migrantes. A Hungria tem estendido cercas de arame farpado para impedir a passagem de refugiados do Oriente Médio. Itália e Espanha patrulham obsessivamente o Mediterrâneo para interceptar barcos clandestinos. Os Estados Unidos muraram a sua fronteira com o México. Israel é um condomínio fechado, circundado por palestinos pobres. Memória curta ou interesses mesquinhos, pois todos esses lugares têm uma história importante de migração.

Outros mecanismos de política global para combater a desigualdade parecem ser tão ou mais difíceis de estabelecer quanto a livre circulação de pessoas – e o caso mais patente é o das sempre renovadas propostas de tributar a movimentação financeira internacional.

Apesar de todos os entraves, não é fácil prever mudanças globais, nem saber para onde vai a distribuição de renda no mundo. Se previsões de comportamento da desigualdade dentro de países já

REFLEXÕES XXIV

erram com frequência, o que dizer desse mesmo tipo de profecia em escala planetária? Não é possível saber o que se passará com a China e a Índia em duas décadas. O socialismo na União Soviética parecia inabalável em 1980. Quem garante que os Estados Unidos não serão uma potência socialista em 2050? A história com frequência dá saltos, sem avisar com antecedência. Identificar tendências é importante, mas em seu livro Milanovic é sóbrio e reconhece que tendências muitas vezes são insuficientes, pois a história também é feita de eventos inesperados. Feitas as ressalvas de praxe, contudo, ele admite especular sobre as prováveis consequências das inclinações econômicas atuais.

Com a revolução das comunicações, áreas inteiras da economia que antes pareciam protegidas das influências da globalização, como o setor de serviços, devem ficar cada vez mais expostas às mudanças fora das fronteiras nacionais. Sistemas inteiros de computadores na Inglaterra, por exemplo, são mantidos por engenheiros indianos. Centrais que distribuem corridas de táxi do Chile enfrentam competição de firmas localizadas nos Estados Unidos. Não se trata apenas de deslocar serviços entre países, mas da possibilidade de concentrar enormemente os ganhos com sua prestação.

Há certos tipos de serviços que podem ser organizados e vendidos em grande escala e, por isso, são mais propensos à concentração. Não há grandes obstáculos reais, por exemplo, para que assistentes jurídicos em Angola realizem tarefas que hoje são feitas por advogados brasileiros, deixando apenas a parte final da litigância no Brasil. Basta um responsável local para que análises da economia, por exemplo, possam ser feitas em outros países, como na prática já acontece com fundos de investimento. Assim como ocorre com superatletas, a produção tende a se organizar na forma de uma competição concentradora, na qual o vencedor leva quase tudo, criando superarquitetos, superengenheiros, superadvogados, etc.

A globalização, diz Milanovic, mudou e continuará mudando o sentido que várias coisas têm hoje. Moedas nacionais já não são independentes. Acordos e tribunais internacionais têm forte influência sobre os sistemas jurídicos locais. Não adianta deslocar indústrias poluentes: as mudanças ambientais e os custos de seu

controle são um problema do mundo inteiro. Há em curso uma guerra tributária entre países. Migram empresas, ideias e, apesar de todas as barreiras, gente a uma velocidade sem precedentes. É simplesmente impossível a desigualdade mundial não ser afetada por tudo isso. No entanto, nossa forma fundamental de organização política ainda é nacional e, talvez com exceção das organizações de comércio e de defesa, nossas instituições internacionais têm um poder irrisório.

O mundo ficará mais ou menos desigual a depender de como tudo isso evolua. Sobre um dos efeitos de todo esse rebuliço, porém, Milanovic não hesita: os ganhos com a globalização não serão igualmente distribuídos.

Ao comentar recentemente *Global Inequality: A New Approach for the Age of Globalization*, o Prêmio Nobel de Economia Joseph Stiglitz fez a pergunta central, de certa forma a grande questão que a obra do seu colega sérvio levanta: Quem comandará os rumos do mundo, daqui por diante? O 1% mais rico ou a nova classe média global?

Conhecemos a resposta para a República Romana – uma resposta que, aliás, selou o seu destino. Com toda a sua riqueza, Marcus Crassus comprou favores no Senado de Roma, entre eles a aprovação de leis que o tornavam ainda mais rico. Ao influente Júlio Cesar, comandante do Exército na Gália, o magnata concedeu empréstimos – dessa vez em troca de uma aliança político-militar. Deu, com isso, o primeiro passo para a formação do pequeno grupo político que, mais adiante, derrubaria o Senado e inauguraria o Império Romano.

Na pergunta de Stiglitz sobre quem comandará o mundo, a balança da resposta pende para a elite global. Se dessa elite sairão os Marcus Crassus de amanhã, ainda é cedo para dizer. Não restam dúvidas, contudo, de que a desigualdade elevada cria as condições para isso. ●

Marcelo Medeiros: sociólogo, pesquisador do Ipea e professor da UnB
Artigo publicado na Revista Piauí, edição 117, em junho de 2016

A catástrofe é igualitária

Walter Scheidel



Historiador analisa a evolução da diferença de renda entre pobres e ricos através dos tempos e constata que ela só diminui em caso de acontecimentos desastrosos

O combate à desigualdade é uma das poucas brigas capazes de unir países em diferentes estágios de desenvolvimento. No Brasil, políticas para reduzir o abismo entre pobres e ricos visam a tirar pessoas da pobreza. Na Europa, a intenção é, sobretudo, criar mais emprego (e, como consequência, minar a força dos movimentos extremistas). O historiador Walter Scheidel, da Universidade Stanford, acredita, contudo, que políticas públicas com esse fim podem dar mais conforto à população, mas tendem a ser pouco eficazes na busca por diminuir diferenças de renda. Nas 528 páginas de seu livro *The Great Leveler: Violence and the History of Inequality from the Stone Age to the Twenty-First Century* (O Grande Nivelador: Violência e a História da Desigualdade da Idade da Pedra ao Século XXI), festejado como um dos melhores do ano passado, Scheidel refaz o caminho da riqueza desde os primórdios da humanidade e chega a uma constatação pouco animadora: o mundo só experimentou momentos de redução contundente da desigualdade em períodos de terror, grandes guerras, revoluções totalitárias, pragas e desastres naturais. “Por mais que o mundo tenha evoluído, os maiores vetores para a redução da desigualdade nunca foram o desenvolvimento econômico e as revoluções tecnológicas”, explicou Scheidel a *Veja*. A seguir, sua entrevista, feita por telefone.

A desigualdade é um mal impossível de controlar?

Desde que o homem decidiu fincar os pés em uma região, com o advento da agricultura, a desigualdade entrou no DNA da civilização. Nossos ancestrais começaram a desenvolver utensílios

que eram herdados por seus descendentes, colocando algumas famílias em relação de vantagem sobre outras. Mais tarde, com a formação dos impérios, os grupos próximos do poder prosperavam à custa dos impostos da população, da corrupção e da coação. É claro que, de lá para cá, o aprimoramento do comércio quebrou essa dinâmica arcaica de ganhos. Mas, por mais que o mundo tenha evoluído, os vetores para a redução da desigualdade nunca foram desenvolvimento econômico e revoluções tecnológicas.

Quais foram esses vetores?

Os grandes choques trazidos por guerras, revoluções e epidemias. Mas somente os ultraviolentos e socialmente invasivos, que levaram a sociedade a um nível de destruição que permitiu um “recomeço” do zero. Nos gráficos que retratam o movimento da desigualdade ao longo dos anos, só é possível ver quedas relevantes em períodos de catástrofe. No caso das duas grandes guerras mundiais, a redistribuição foi ainda acentuada pelo confisco, aumento de impostos, a intervenção estatal e, conseqüentemente, pela redução do fluxo de capital entre os mais ricos. Em um processo traumático como esses, ricos têm sempre mais a perder. Na época da peste negra, no século XIV, tantas pessoas morreram que os trabalhadores se tornaram escasso, o que valorizou o emprego, mas, por outro lado, desvalorizou a terra, fazendo com que as classes mais abastadas perdessem capital. A história mostra que, ao final de processos como esses, muitos perecem. Mas, quando passa a crise, a distância entre pobres e ricos é menor. É uma constatação não muito inspiradora para os governantes interessados em reduzir o abismo social.

A violência urbana, quando cresce em grande velocidade, pode resultar em uma instabilidade social com efeitos equivalentes aos de uma catástrofe ou guerra?

Não acredito. Há muitos países violentos no mundo. E, para que essa violência interfira na desigualdade, é preciso que ela afete profundamente o topo da pirâmide. Houve uma grande quantidade de guerras civis na América Latina nos últimos séculos, e elas não tiveram quase nenhum impacto na desigualdade. Para que a

situação muda, é preciso que o caso seja extremo, como aconteceu na Síria, por exemplo.

Então uma nação que atinge grandes superávits cresce economicamente e eleva sua renda *per capita* pode estar aumentando a desigualdade?

O crescimento econômico gera riqueza, emprego e consumo, mas isso não quer dizer que reduza a desigualdade. Ocorre que essa geração de riqueza costuma ser muito maior, proporcionalmente, no topo da pirâmide. Então, ainda que a renda *per capita* aumente, não há nenhuma relação automática entre esse fator e a redução da desigualdade. É verdade que todos se beneficiam, mas quem já tem o capital ganha mais. Medir a desigualdade analisando a evolução da renda no topo da pirâmide é o legado de Thomas Piketty e seu grupo de pesquisadores, que produziram um material extremamente instrutivo sobre o assunto.

Políticas temporárias como o Bolsa Família e outros programas de assistência social são ineficazes no combate à desigualdade?

Como se trata de um programa que age diretamente na renda, ele é positivo de início. O problema é a manutenção. O dinheiro precisa vir de algum lugar. E num momento de crise, como o que vive o Brasil, esse dinheiro pode não estar disponível. Então, embora seja uma política positiva, sua eficácia em longo prazo, a ponto de modificar uma tendência, ainda não se comprova.

Países com Estado de bem-estar social e baixo índice de desigualdade, como os escandinavos, não precisaram de grandes rupturas e guerras.

Sim, mas há uma grande complexidade na evolução dos países escandinavos nesse aspecto. A Suécia, por mais que fosse um país neutro nas grandes guerras, estava próximo de grandes atores, como a Alemanha e a Rússia. Por isso, preparou-se para o pior, com grande racionamento e subida de impostos. Quando a poeira baixou, a sociedade aproveitou essa nova realidade para direcionar a arrecadação para políticas sociais. O curioso no caso dos países

escandinavos não é a baixa desigualdade, mas o fato de eles terem conseguido manter essas políticas até hoje. Replicar o modelo escandinavo em outro lugar me parece mais improvável que a chegada de uma fenômeno da natureza ou um choque de descontinuidade que reconfigure o estado das coisas, puna a renda e leve um país a um nível mais baixo de desigualdade.

A sofisticação da tecnologia militar, associada ao avanço da medicina, não subtraiu esse caráter avassaladoramente catastrófico das guerras e pestes?

A evolução da tecnologia transformou a guerra em algo muito diferente do que era um século atrás. Hoje teríamos uma guerra mais cara, *high-tech* e rápida, como já vemos acontecer. Não mobilizaria tantos países e teria alvos precisos. Com isso, o efeito na redução da desigualdade é próximo de zero. Além disso, o mundo se tornou um local mais pacífico. Por último, se compararmos o cenário atual com as ameaças de guerra das décadas passada, veremos que o contexto mudou. No âmbito da esquerda, ninguém no mundo quer hoje uma revolução comunista que confisque as riquezas dos cidadãos. No âmbito da direita, no caso de um hipotético movimento autoritário, dificilmente haveria um caráter distributivo. Os nazistas, por exemplo, quando tomaram o poder, não tinham o menor interesse na ideia da igualdade por trás de sua retórica. Era justamente o contrário. O mesmo ocorreria na saúde pública. Numa eventualidade de pragas e epidemias, o avanço da medicina também dificilmente permitiria uma situação similar à que aconteceu durante a peste negra, no século XIV.

A revolução tecnológica no mundo do emprego, eliminando carreiras e criando outras, em especial a economia compartilhada, como é o caso de Uber e Airbnb, pode funcionar como motor para reduzir a desigualdade?

Dificilmente. Por um lado, a tecnologia permitiu mais transparência no mundo o que acaba coibindo situações de manipulação de mercado que muitas vezes resultam em aumento despropositado de preços, e isso é positivo no sentido de evitar a subida da desigualdade. Mas, por outro lado, a tecnologia criou um

abismo que separa os que estão conectados dos que não estão, e quem está conectado acaba se beneficiando de modo desproporcional. No caso da economia compartilhada, é verdade que permite um dinamismo positivo no mercado de trabalho, mas é preciso que, tanto para dirigir um Uber quanto para ser anfitrião do Aribnb, é necessário ter um bem. Quem não tem está fora. Por isso, a tecnologia acaba aumentando a distância entre quem não tem nada e os que têm relativamente alguma coisa.

Então não há saída?

Políticas de transferência de renda que sejam sustentáveis e melhorem a vida das pessoas sempre serão desejáveis. A história, porém, mostra que não são suficientes para reduzir a distância entre pobres e ricos. Existe um consenso, contudo, de que a desigualdade não pode aumentar indefinidamente. É preciso haver um limite, um teto. Economistas costumam medir a desigualdade de modo objetivo, com base em números, em especial o coeficiente de Gini. Mas deve-se estudar também, ainda que de forma empírica, qual é o limite de desigualdade que uma sociedade pode suportar para que não se destrua. A economia global permite que recursos sejam buscados num país e investidos em outro, onde os rendimentos são maiores. Até que ponto essa globalização pode ser excludente e criar desigualdade? Essa é uma questão sobre a qual os governantes precisam se debruçar. No campo da genética há outra variável. Conforme o avanço da ciência, pais poderão, no futuro, escolher características que transformem seus embriões em “super-humanos”. Há que se discutir os aspectos éticos desse avanço, que pode aumentar ainda mais o abismo entre as nações.

Ainda que a desigualdade tenha aumentado no decorrer dos séculos, a vida da população pobre melhorou como mostram as cifras de renda *per capita*. Por que, mesmo assim, é uma questão tão central hoje?

Claro que é mais importante tirar as pessoas da miséria do que melhorar os índices de desigualdade. Mas a desigualdade preocupa, hoje, também porque é considerada uma ameaça ao avanço da democracia. No caso dos Estados Unidos, desde a crise financeira de

REFLEXÕES XXIV

2008, em que milhões de famílias perderam muito, houve uma conscientização sobre como é difícil rastrear a riqueza dos mais ricos. Ficou patente ainda a percepção de que os ricos são menos punidos. Isso trouxe repercussões políticas e psicológicas à sociedade, criando frustração nas camadas que mais sofreram os efeitos da crise. E esse sentimento pode resultar no surgimento de líderes populistas, o que é ruim para a democracia.

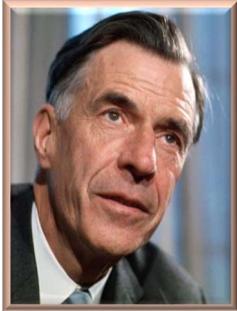
Há alguma razão para otimismo?

Definitivamente. Outras desigualdades estão caindo, como a de gênero e a racial. A desigualdade entre países também cedeu, com nações em desenvolvimento crescendo mais. Essas terríveis forças niveladoras de renda, como grandes catástrofes, deixaram de existir, o que é bom, pois significa que não teremos algo equivalente à II Guerra no horizonte. E, se o preço que temos de pagar é tolerar até certo limite de desigualdade, que assim seja. Só precisamos saber qual é o limite. ●

Walter Scheidel: historiador da Universidade Stanford
Artigo publicado na Revista Veja no dia 17 de janeiro de 2017

A sabedoria inconformista

John K. Galbraith



John K. Galbraith, autor de receituário contra a pobreza, agora crê que o abismo em relação às nações ricas é tragédia sem remédio

Mestre das ironias de nosso tempo, aos 92 anos (Galbraith faleceu em abril de 2006) o professor John Kenneth Galbraith tornou-se um herói da resistência. No fim do ano passado, ele foi submetido a uma delicada cirurgia no coração. Galbraith também sofre de osteoporose, aquela doença que ataca os ossos na velhice e provoca fraturas com facilidade. Ele só movimenta seu corpanzil de dois metros de altura apoiado numa bengala e não pode ficar muito tempo sentado numa cadeira senão as costas começam a doer. Há quinze dias sentiu dores agudas no peito e foi internado às pressas. “Pensavam que era um enfarte, mas se enganaram de diagnóstico”, conta, divertido. “Eu só havia fraturado uma costela”.

Os cabelos prateados, bem cortados e aparados, formam um topete caindo sobre o rosto. Galbraith usa aparelho contra surdez nos dois ouvidos. O olhar parece cansado, mas o tom de voz é animado e a risada permanece.

John Kenneth Galbraith reside em Cambridge, o subúrbio de Boston que serve de abrigo a professores e alunos de Harvard, num casarão de aposentos espaçosos, jeito extravagante e aparência originalíssima. Mora ali há tanto tempo que, com o passar dos anos, a casa parece ter-se adequado a sua personalidade. Se as residências vizinhas foram pintadas em cores sóbrias, como cinza, amarelo, azulzinho, a casa de Galbraith é roxa. O jardim dos outros moradores á aparado e bem cuidado; num serviço profissional. O do professor é um mato, com plantas que crescem sem marcas de pá nem cortadeira.

O visitante abre uma primeira porta sem tocar a campainha, atravessa uma pequena varanda e em seguida encontra uma segunda porta, fechada. “Puxe”, diz um pequeno aviso de papelão, escrito a mão e preso com durex em cima de um pequeno gancho de madeira – esse movimento faz tocar um sino lá dentro. Quem abre a porta é uma empregada, preta, relaxada e falante como as domésticas retratadas nas novelas da Globo. Mas quem recebe o visitante é uma governanta indiana, há 33 anos com a família. Com espaço amplo, nenhum sinal de luxo, móveis grandes e confortáveis, a casa forma uma ambiente onde é fácil ficar à vontade. Há livros em todo lugar, mas em número menor do que se imaginaria em se tratando de uma pessoa com mais de vinte obras publicadas. Quadros esculturas, fotografias e relevos estão espalhados pelos vários cômodos, num trabalho de decoração cuja prioridade não é estética, mas destacar lembranças afetivas e viagens pitorescas. As duas empregadas passam a tarde na cozinha, vendo televisão, à espera da hora do jantar. Caminhando silenciosamente, de vez em quando aparece Catherine Galbraith. Miúda, com um marido quase meio metro mais alto, Catherine exhibe traços de quem já teve uma beleza exuberante e fala de David, o neto ecologista que foi passar uns tempos na Bahia.

Na tarde de quinta-feira da semana passada, Galbraith escreveu – a mão – uma carta para a primeira-dama americana Hillary Clinton, que está em campanha pelo Senado no Estado de Nova York. Em seguida, recebeu este jornal para uma entrevista.

A primeira impressão é penosa, em função da idade e saúde do professor. Aos poucos, na medida em que a conversa avança, o veterano combatente de voz grossa e humor excelente ressurgiu por trás daquela carcaça do tempo, como um cavaleiro medieval que se revela por baixo da armadura e mostra o que sempre soube fazer. Discute política, conta piadas e faz as ironias que o transformaram num economista popularíssimo nos Estados Unidos. Em 1999 Galbraith publicou *Name-Dropping*, livro autobiográfico em que recorda seu convívio com personalidades da sociedade americana. Agora, está preparando *O Melhor de Galbraith*, antologia de tudo o que acumulou em quase 70 anos de atividade intelectual na ponta

dos grandes debates do século XX.

Conselheiro de todos os presidentes e candidatos democratas da Segunda Guerra Mundial para cá, Galbraith é um nome de importância única pelo espírito crítico, pela postura inconformista e pela denúncia daquilo que definiu como sabedoria convencional – forma de pensamento conformista, inteligência sem risco que, em vez de investigar novos ângulos e possibilidades na discussão dos problemas humanos, contenta-se em repetir aquilo que a maioria já sabe, garantindo aplausos de antemão. *“Em meu novo livro eu conto como esse conceito foi criado”, diz. “Estava tentando definir aquele tipo de pessoa que, em busca de respeitabilidade, apenas repete as ideias que estão na moda. Quando cheguei à noção de sabedoria convencional, meus colegas disseram que eu poderia parar de trabalhar, porque jamais produziria coisa melhor. Hoje, quando converso com as pessoas e leio os jornais, vejo tantas manifestações desse tipo de inteligência que ficaria rico se recebesse um dólar cada vez que isso acontece”.*

O professor não acha que vivemos uma época de excesso de sabedoria convencional, em que fazem falta o inconformismo e a contestação?

“Concordo inteiramente”, diz Galbraith, fazendo uma pausa. “Só acrescento que isso é verdade para todas as épocas. A maioria das pessoas sempre preferiu pensar e articular ideias que já estão aceitas. É mais confortável, mais seguro. Apenas em épocas muito específicas, sob imensa pressão das circunstâncias, é que esse comportamento muda. Foi assim nos anos 1960. Como nós sabemos.”

O professor inconformista andou meio fora de moda durante os 12 anos de gestão republicana que antecederam o governo de Bill Clinton, mas recuperou seu lugar com a atual onda de prosperidade dos Estados Unidos. Os economistas que assessoram a Casa Branca são de outra geração, uma fatia de suas ideias está mais próxima do pensamento de Milton Friedman e da escola de Chicago, mas Bill Clinton nunca deixou de reverenciá-lo, chegando a hospedar o casal Galbraith em Arkansas. O professor reconhece que boa parte de seu

prestígio tem uma origem um tanto esquisita, na verdade. *“De todos os livros que escrevi, nenhum vendeu tão bem como aquele que fala do crash de 1929. É sucesso há mais de 50 anos. Sabe por quê? Toda vez que a economia vai bem, as pessoas ficam com medo de um desastre e me procuram para saber se 1929 vai se repetir. Não gosto de fazer previsões. As previsões corretas dos economistas sempre são esquecidas, enquanto seus erros costumam ser lembrados nos menores detalhes. Mas o que posso fazer? Só posso lembrar que grandes especulações e grandes catástrofes sempre ocorreram nos últimos 300 anos.”*

O professor fala daqueles exemplos históricos que os acadêmicos conhecem, desde a onda especulativa em torno das tulipas holandesas no século XVII até as diversas aflições produzidas em Wall Street nos dias de hoje. *“São três séculos de história. O capitalismo sempre funcionou assim: ocorrem períodos de grandes ganhos, e depois faz-se uma correção, que pode ser dolorosa. Penso que devemos ficar extremamente cautelosos diante do que está acontecendo hoje”.*

Galbraith esclarece que *“continuamos vivendo no capitalismo, mas as pessoas agora preferem falar em economia de mercado. Sabe por quê? Porque a palavra capitalismo evoca Marx. Também lembra Rockefeller”.*

Em *Name-Dropping*, Galbraith compõe um retrato realista do esforço de guerra nos Estados Unidos contra Adolf Hitler. Em vez de celebrar momentos edificantes dos vitoriosos, lembra que o antissemitismo conquistou adeptos em Harvard e revela o comportamento mesquinho e incompetente de empresários que sabotavam a mobilização contra o nazismo porque o prestígio de Franklin Roosevelt feria vaidades pessoais e preconceitos aristocráticos. Seis décadas depois, vivendo uma época em que os Estados Unidos se encontram num ponto altíssimo de poderio econômico, o professor se confessa preocupado com o retorno de um antigo discurso de uma fatia da elite política americana – o de que seu país estaria convocado a assumir uma responsabilidade especial na condução do mundo, reforçando seu domínio político e poderio militar, impondo soluções e respostas aos problemas que

surgem em cada continente e em cada país.

“Ninguém nos quer ver fazendo esse papel”, avisa. Para Galbraith, a comparação entre os Estados Unidos de hoje e o Império Romano dos céсарes ou o Império Britânico da Rainha Vitória é puro disparate.

“Estamos falando de épocas diferentes. Se você for conhecer a literatura da maior parte do mundo, irá encontrar muito mais críticas do que elogios à ação dos Estados Unidos. Nossa posição como grande potência é sempre criticada, seja na Europa, seja na Ásia e até dentro dos Estados Unidos. Somos uma grande potência que não é aceita pelos que não têm poder. Como se pode falar em império nessa situação?”

Nascido e criado no Canadá, naturalizado americano já adulto, Galbraith teve a primazia, no governo de John Kennedy, de ter sido um dos primeiros a se opor à guerra do Vietnã – numa época em que o envolvimento americano, ali, era tão pequeno que as operações militares podiam ser camufladas como ações de apoio técnico.

Como foi possível antecipar um desastre com tanta antecedência?

“Acho que a idade sempre pode ser útil para algumas coisas”, diz ele, um dos raros cinquentões a ter integrado o núcleo de jovens assessores e acadêmicos de Kennedy. *“Enquanto muitos amigos apoiavam a guerra, eu tinha lembranças vivas do passado. Tinha visto a tragédia humana na Primeira Guerra. Tinha visto como a força militar é mais limitada do que se imagina, na Segunda. Também conhecia a Ásia e o Vietnã. Numa viagem por ali, avancei umas milhas ao norte de Saigon. Só encontrei mato. De um lado, havia o mato capitalista. De outro, o mato comunista. Que diferença isso podia fazer? Não estávamos falando de um país da Europa Ocidental ameaçado pelo comunismo, quando se teria feito uma operação rápida e fulminante. Estávamos falando de mato.”*

Vinte e cinco anos depois da queda de Saigon e onze depois da queda do Muro de Berlim, o governo do Vietnã, que segue se

dizendo comunista, abre os braços desesperadamente para atrair investimentos estrangeiros. *“Dizem, agora, que a economia de Hanói vai bem”,* comenta o professor. *“Fico feliz. Mas tem alguma importância saber se ali o regime é capitalista ou comunista?”*

Galbraith entrou para a vida acadêmica escrevendo teses sobre agricultura e sua primeira tarefa política relevante, no governo de Roosevelt, foi enfrentar grandes empresários que controlavam preços. Estudou os países desenvolvidos em obras importantes, como *O Novo Estado Industrial* e *A Sociedade Afluente*. A partir dos anos 1950, Galbraith se aproxima do mundo subdesenvolvido, trajeto que o levará à Índia como embaixador, nos anos 1960. Alimentada pela convicção de que a emancipação dos povos do domínio colonial, iniciada no século passado e encerrada no pós-guerra, é um processo sem volta possível, sua obra tem uma relevância particular nos Estados Unidos, país onde a grandeza econômica, política e militar sempre alimentou uma tradição intervencionista, com corporações capazes de articular golpes de Estado toda vez que sentiam seus lucros ameaçados. Em conferências reunidas num livrinho publicado em 1964, com o título de *Desenvolvimento Econômico*, Galbraith criticava a política americana no Terceiro Mundo por não compreender a soberania alheia – levando seus soldados a desembarcar em terras estrangeiras em nome da democracia, mas se estabelecendo como construtores de ditaduras que sobreviviam apenas com o suporte de Washington.

Referindo-se a diplomatas e empresários que percorriam gabinetes da capital americana, Galbraith escreve que *“por uma curiosa inversão da inteligência, as pessoas que se consideram mais perspicazes e melhor informadas em questões de política exterior vivem regularmente solicitando auxílio para os ditadores mais nauseabundos”*. A ideia do professor é que a intervenção americana não resolve nenhum problema já conhecido, mas apenas cria um problema novo – depois de um tempo, é preciso arrumar um jeito de mandar os soldados estrangeiros de volta para casa.

Décadas atrás, Galbraith chegou a elaborar um receituário completo e variado contra o atraso dos países pobres. Falava de reforma

REFLEXÕES XXIV

agrária, educação, modernização política. Hoje, o professor está convencido de que os males desses países são mais profundos e difíceis de resolver. *“Uma das grandes descobertas dos últimos 50 anos diz respeito ao que se pode fazer pelo desenvolvimento do Terceiro Mundo. É muito menos do que se imaginava. Quando estive na Índia, pensava que não teríamos problemas para eliminar a pobreza, resgatar aquelas pessoas da miséria. Isso está muito longe de ser uma possibilidade real, e não apenas na Índia. Existem forças profundas que fecham as saídas contra a pobreza. Há um acordo entre os países ricos e os países pobres para que não se tome nenhum passo concreto para modificar essa situação”*, afirma.

Essa visão negativa e pessimista é uma novidade na obra do professor, que sempre reconheceu que a arrancada rumo a um padrão superior era difícil, mas nem por isso deixava de acreditar que o salto era possível. Na entrada no novo milênio, perguntado se considera que o abismo entre países pobres e ricos é uma tragédia sem remédio, o professor responde: *“Infelizmente, sim”* (Escolado por milhares de entrevistas que deu ao longo da vida, Galbraith evita falar do que não tem conhecimento maior. Quando se pergunta sobre o Brasil, ele responde com exemplos da África ou a Ásia). *“Veja um país como o Congo, por exemplo. O melhor a se fazer ali seria suspender a soberania nacional temporariamente, para que se pudessem colocar de pé instituições de governo capazes de funcionar. Mas isso é impossível. A reação adversa seria enorme.”*

Galbraith não se tornou um economista famoso apenas por competência, mas porque foi um dos primeiros grandes intelectuais a descobrir a televisão. Reunindo os capítulos de um documentário sobre a história da economia, fez *A Era da Incerteza*, um de seus livros mais conhecidos.

Pergunte-se ao professor qual erro que gostaria de não ter cometido e ele dirá, bem humorado: *“Costumo esquecer meus erros logo depois de cometê-los”*.

Seus livros revelam um pensador que carregou boa parte das

estruturas mentais de seu tempo. Galbraith teve a lucidez de compreender que a Guerra Fria foi um grande espantalho criado pelo conservadorismo americano para mobilizar o país em torno de ideais reacionários e de verbas musculosas para a indústria armamentista – nunca imaginou que as duas potências tivessem disposição para partir para um conflito final. Quem lê seus livros, contudo, fica com a impressão de que a divisão do mundo em dois sistemas, capitalista e comunista, iria durar pela eternidade – quando se sabia, já na época, dos males e doenças que corroíam o socialismo real por dentro. Às vésperas do colapso da União Soviética, pensadores de esquerda de diversas partes do mundo foram convidados a Moscou para discutir remédios capazes de garantir uma sobrevida ao regime fracassado. Galbraith estava entre eles. *“Eles estavam interessados em meu pragmatismo”*, conta.

O professor está falando de si próprio, com certeza, quando estabelece a grande diferença entre as ideias que iniciaram o século XX e aquelas que começam o século XXI. *“Houve um ajuste de contas da teoria com a realidade”*, diz. Para Galbraith, a direita aprendeu que a iniciativa privada não pode cuidar de todas as esferas da atividade humana – e que saúde e educação funcionam melhor nas mãos do Estado. Já a esquerda *“aprendeu que grande parte da atividade econômica, se não a maior parte, deve ficar por conta da iniciativa privada”*.

Mesmo respeitadíssimo nos Estados Unidos, Galbraith ali encontra críticos duros, que dizem que ele é um economista socialista que com o passar do tempo se tornou mais socialista do que economista. Experimentado num debate em que ninguém sabe onde fica a ciência e onde começa a política, o professor também bate duro. Chamado a apontar um aspecto positivo no governo republicano de Ronald Reagan, ele diz que *“precisa de muito tempo para tentar encontrar alguma coisa boa naquele governo”*.

Olhando para o relógio, o professor lembra que é hora de terminar a entrevista. Quer descansar, voltar à sua rotina de leituras e correspondências. Em seu quarto, encontra-se uma de suas leituras favoritas *The Nation*, a revista número 1 do radicalismo americano, cujo paralelo mais próximo, no Brasil, foi o jornal alternativo

REFLEXÕES XXIV

Opinião, que circulou nos anos 1970. *“O Nation tem estilo e autores que se atrevem a falar de assuntos importantes”, diz o professor. “Não é como a maioria dos jornais e revistas de hoje, que se especializaram em vida pessoal e sexo”.*

Catherine aparece na porta do quarto, pergunta como foi a conversa. Na cozinha, a pesquisadora Linda Merrill aguarda sua vez. Ela integra uma equipe de TV de Nova York que prepara um documentário sobre o professor.

John K. Galbraith se despede com um aperto de mão firma. ●

John Kenneth Galbraith: economista, filósofo e escritor americano, conhecido por suas posições keynesianas. Galbraith foi cético perante as extravagâncias da "teoria econômica quando não justificadas pelos dados empíricos".

Artigo publicado no jornal *Gazeta Mercantil* no dia 30 de junho de 2000

Para que servem os direitos sociais?

Bruno Bodart



A empiria comprova a teoria: quanto mais direitos as Constituições prometem, mais pobre é o país

No dia 5 de fevereiro de 2017, a Constituição do México completa seu centenário. Fruto da revolução mexicana, a carta promulgada em 1917 é celebrada como a primeira da história a contemplar os chamados "direitos sociais", aqueles que pretendem garantir aos cidadãos prestações materiais por parte do Estado. Rompia, assim, com a tradição liberal clássica de suas antecessoras desde o século XVIII.

As Constituições modernas de até então, influenciadas por ideais iluministas, consistiam em instrumentos de garantia de um governo limitado, a partir do reconhecimento expresso de liberdades individuais e direitos de propriedade, além de mecanismos de freios e contrapesos para controle do poder estatal.

Como escreveu James Madison, um dos *founding fathers* da Constituição dos Estados Unidos da América de 1789: *"Se os homens fossem anjos, nenhum governo seria necessário. Se os anjos governassem os homens, não seriam necessários controles externos nem internos ao governo. Ao configurar um governo que será administrado por homens sobre homens, a maior dificuldade consiste nisto: deve-se primeiro habilitar o governo a controlar os governados; e em seguida obrigá-lo a controlar a si mesmo"* — The Federalist nº 51

A Constituição mexicana, entretanto, adotou lógica distinta. Inaugurando um formato que seria seguido pela



Constituição russa de 1918, pela de Weimar de 1919 e tantas outras até os dias atuais, inclusive a brasileira de 1988, a Carta do México transformou o governo em protagonista das mudanças sociais idealizadas pelos seus autores. Nesse sentido, o documento conferiu ao Estado a incumbência de prover aos indivíduos determinadas prestações materiais consideradas básicas (como o ensino gratuito em estabelecimentos oficiais, art. 3º), além de permitir ampla intervenção governamental na economia, em propriedades privadas e em contratos (o que serviu de fundamento, anos mais tarde, para a expropriação de empresas petrolíferas que atuavam no país).

As premissas do constitucionalismo original, baseadas na desconfiança em relação aos que exercem o poder político, foram substituídas pelo seu exato oposto: uma inabalável confiança na capacidade de governantes atuarem como planejadores centrais, controlando a ordem econômica e a geração de riquezas na sociedade para atingir finalidades preestabelecidas, desde que estejam vinculados a esses propósitos por ordem constitucional.

O constitucionalismo liberal introduziu e popularizou institutos essenciais para o progresso social, como o respeito aos contratos e à propriedade, a previsibilidade das ações do governo limitado e a liberdade para trabalhar, criar e empreender, tudo isso sob a garantia de cumprimento forçado das regras em caso de desvios. A correlação entre esse ambiente institucional e o desenvolvimento econômico e social é ressaltada por renomados estudiosos, incluindo Douglass North, Daron Acemoglu e Robert Cooter. Em suas obras, encontram-se diversos exemplos históricos de que o respeito a essas condições básicas é essencial para a produtividade da economia, sendo este o fator determinante na eliminação da miséria e na melhoria da qualidade de vida da população.

Por isso, não é surpresa que uma ex-colônia tenha se tornado, menos de cem anos após a sua Constituição entrar em vigor, a maior economia do mundo: por volta de 1870, os Estados Unidos da América assumiram o posto no qual se revezavam China e Índia desde pelo menos a crucificação de Cristo. Em contrapartida, a eficiência do modelo de constitucionalização de prestações materiais pelo Estado como meio para o efetivo desenvolvimento da

sociedade ainda carece de demonstração empírica. Os fatos resistem à tentação de atribuir às "Constituições socioeconômicas", repletas de promessas a serem implantadas pelas mãos de seus respectivos governantes, os méritos pela redução das mazelas sociais. A diminuição de 35% no número de pessoas vivendo abaixo da linha da pobreza ao redor do mundo entre 1990 e 2013 não pode ser explicada pela sistemática aprovação de Constituições socioeconômicas. Pelo contrário: suas causas mais plausíveis são ligadas à diminuição do planejamento central das economias: a queda do muro de Berlim (1989), a abertura comercial da China (sendo importante marco a reabertura da bolsa de valores de Xangai em 1990) e a liberalização da economia da Índia (1991) são alguns dos exemplos mais relevantes.

Mesmo assim, o exemplo mexicano foi reproduzido pelo mundo. Hoje, 65% das Constituições ao redor do globo preveem o direito à saúde "gratuita"; 60% o direito à educação "gratuita"; 48% a seguridade social; e outros 32% sistemas de amparo aos desempregados.

Segundo este mesmo *ranking*, a Carta mexicana aparece como a 6^a Constituição mais extensa e a 8^a que mais reconhece direitos no mundo (consideradas no cálculo as 225 emendas que recebeu até os dias atuais). A Constituição brasileira de 1988, por sua vez, é a terceira mais extensa do mundo, ficando atrás apenas das cartas indiana e nigeriana. Em número de direitos, ostenta o impressionante 10^o lugar (o pódio é composto por Equador, Bolívia e Sérvia).

O top 10 nesses dois quesitos ainda é composto por países como Papua Nova Guiné, Paquistão, Zimbábue, Bolívia, Cabo Verde, Angola e Venezuela. Não é preciso esforço para perceber que esses países não são exemplos mundiais em educação, saúde, bem-estar do trabalhador, etc. Por outro lado, a parte inferior da tabela inclui aqueles cujas Constituições são menos extensas e menos pródigas em direitos, países como Austrália, Israel, França, Áustria, Mônaco, Japão, Luxemburgo e Cingapura. Eventuais programas assistencialistas e intervenções na economia promovidos pelos governos desses países não excluem o fato de que seu progresso não

REFLEXÕES XXIV

pode ser creditado a direitos socioeconômicos constitucionalmente garantidos. A verdade é que, nos seus cem anos de vida, a Constituição mexicana assistiu ao sucesso econômico e social fulminante de outros países que adotaram Cartas fundamentais bem menos ambiciosas.

Um dos exemplos mais marcantes de superação da pobreza sem messianismo constitucional vem da Ásia. Quando declarou independência do Reino Unido em 1963, Cingapura possuía um PIB *per capita* de apenas US\$ 510, inferior ao do Zimbábue de então. Em 1990, o valor já era próximo a US\$ 13 mil — superior ao PIB *per capita* no Brasil de hoje. Atualmente, Cingapura possui cinco vezes o PIB *per capita* brasileiro, o quarto maior do mundo, e tem a 8ª economia mais complexa e diversificada do planeta.

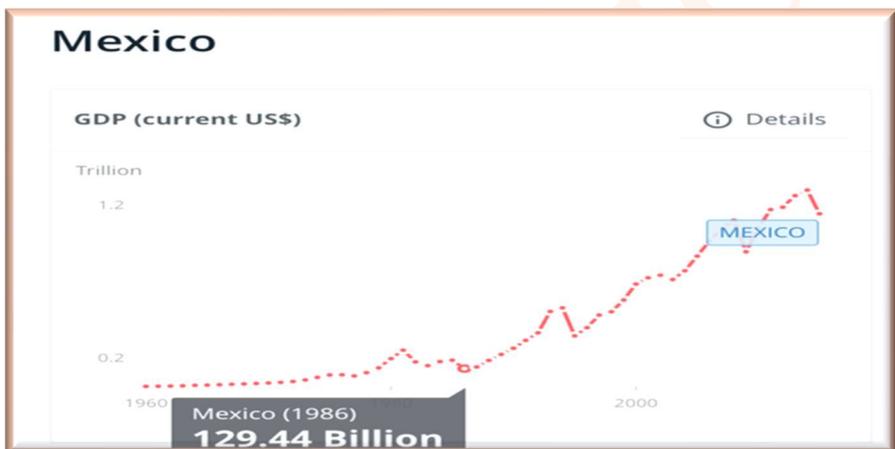
E os indicadores sociais são tão impressionantes quanto os macroeconômicos. Cingapura é o país com a menor taxa de mortalidade infantil no mundo, segundo o Banco Mundial; possui o segundo sistema de saúde mais eficiente; teve o melhor desempenho na avaliação educacional mais recente da OECD (PISA); ostenta um índice de desemprego de apenas 2%; a renda média mensal dos trabalhadores do país é de US\$ 3.252,20; seu índice de homicídios por 100 mil habitantes é de apenas 0,3; e é o 3º país com a maior expectativa de vida, também segundo o Banco Mundial. Todo esse notável progresso foi alcançado sem que qualquer direito socioeconômico conste da Constituição de Cingapura.

O desempenho do México, por sua vez, ficou bastante aquém do que o seu constituinte prometeu para o país há um século. Em 1970, mais de cinco décadas após a promulgação da Carta fundamental, os poucos indicadores sociais registrados à época naquele país ainda destoavam bastante do cenário de avanços sociais esperado. Mais de um quarto da população era composto de analfabetos e o índice de mortalidade infantil era quase quatro vezes superior aos dos vizinhos do norte EUA e Canadá.

O gráfico abaixo, com dados do Banco Mundial, mostra que a

REFLEXÕES XXIV

economia mexicana teve uma trajetória de baixo crescimento até o ano de 1986, precisamente quando ocorreu a assinatura, pelo país, do Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT), dando início a um processo de liberalização da economia. Com isso, o país alcançou melhorias no campo social: hoje, 85% da população tem acesso a saneamento básico e o índice de matrícula na educação primária é de 95,1%. Todavia, a taxa de pobreza é de 41,2% da população e a de indigência 16,3% (no Brasil, os índices são respectivamente de 16,5% e 4,6%).



Titular de uma das Constituições mais pródigas do mundo, o Brasil não é orgulho internacional em matéria de avanços sociais mesmo após quase trinta anos de sua vigência. Metade da população sequer tem acesso ao saneamento básico, ocasionando inúmeras doenças, como cólera e hepatite. Em um *ranking* de 55 países, o sistema de saúde brasileiro figura como o 54º menos eficiente. O brasileiro médio possui, hoje, o nível de educação que sul-coreanos possuíam na década de 1970 e chilenos em 1990 (vide gráfico acima). Além disso, o Brasil é o país com a 8ª maior população de adultos analfabetos do mundo: cerca de 14 milhões de pessoas.

No ensino superior, o desempenho é igualmente pífio: não há nenhuma universidade do país entre as cem melhores do mundo.

Quanto ao campo trabalhista, a taxa de desemprego atingiu 12% no final de 2016, afetando 12,3 milhões de brasileiros.

Apesar da não realização do sonho constitucional em terras brasileiras, a fé no poder transformador da Carta permaneceu intacto. Mais ainda: difundiu-se a visão de que a frustração dos avanços sociais desejados era exclusiva culpa dos administradores públicos, pouco interessados que seriam na aplicação dos recursos necessários à manutenção dos serviços impostos pela Constituição.

Esse discurso é tão questionável quanto contraditório. Questionável porque não se imagina um administrador a quem não interessaria o capital político decorrente de manter, em seu mandato, serviços de primeira qualidade. Contraditório porque, se de um lado pressupõe a desconfiança nos administradores públicos, de outro mantém forte a esperança em uma Constituição que atribui a esses mesmos agentes a tarefa de promover o avanço socioeconômico de que tanto dependem os mais necessitados.

Como resultado da crença no modelo constitucional brasileiro, a saída foi recorrer ao Judiciário para exigir a concretização do seu texto. Em um *ranking* de países emergentes, o Brasil tem o maior número de ações judiciais sobre direitos sociais à saúde e educação, com 118 (cento e dezoito) vezes mais processos que a segunda colocada Índia, um país com população seis vezes superior. Ninguém poderá acusar os juízes brasileiros de não terem tentado colocar em prática as promessas do constituinte.

O grande problema é que as prestações garantidas por decisões judiciais não se mostraram universalizáveis a todos os titulares de idêntico direito. Em 2012, a União sofreu bloqueios judiciais no montante de R\$ 279 milhões para atender a 523 (quinhentos e vinte e três) pacientes — no mesmo ano, o orçamento da saúde foi de R\$ 46 bilhões para uma população de mais de 199.000.000 (cento e noventa e nove milhões) de pessoas. No Município de Campinas/SP, 16% de todo o orçamento da saúde de 2009 foi destinado a 86 (oitenta e seis) ações judiciais — a população atual é superior a 1,2 milhão de pessoas. Estudos empíricos apontam que, no Brasil e em outros países, a atuação do Judiciário na efetivação de direitos

REFLEXÕES XXIV

sociais tende a favorecer cidadãos de classes mais altas, com renda suficiente para custear o acesso à justiça. E apesar de todos os esforços para atender ao desejo da Constituição pelos métodos eleitos nas suas normas — prestações materiais do Estado com dinheiro dos cidadãos —, os indicadores socioeconômicos do país prosseguem decepcionantes.

A decisão entre financiar um serviço de forma coletiva ou individual é muito mais simples em países cujos cidadãos em geral gozam de boa situação financeira. Em uma comparação simplista, é como a escolha entre instalar uma academia de ginástica em um condomínio de luxo, a ser financiada pelas cotas condominiais, ou deixar que cada morador contrate os serviços das academias externas que preferirem. A academia do condomínio provavelmente será satisfatória, muito embora grandes redes de academia prestem um serviço melhor.

Se no mesmo exemplo, todavia, o condomínio for de baixa renda, os custos da academia interna, que tenderá a possuir uma estrutura precária, podem tornar as cotas insuportáveis para os moradores, sem contar a possibilidade de estes obterem no mercado um serviço melhor e mais barato. A cristalização da escolha da coletivização de serviços nas Constituições de países pobres não apenas se revelou um método incapaz de universalizar esses serviços com qualidade, como também, a exemplo do caso brasileiro, pode justificar a expansão do Estado sob a forma de tributos, burocracia e regulações pretensamente destinados a efetivá-los. O custeio desses serviços é financiado por recursos expropriados da sociedade, dando origem a estruturas em cujos caminhos ocorrem desperdícios por ineficiência ou corrupção — no Brasil, segundo a Advocacia-Geral da União, cerca de 70% dos recursos desviados em atos de corrupção seriam destinados à saúde ou educação.

Os investimentos nessas áreas e afins acabam prejudicados, ao contrário do esperado. Além disso, como consequência da ampliação do planejamento central, cada vez mais inóspito se torna o ambiente para o planejamento privado, aquele necessário ao salto de produtividade da economia que conduz à eliminação da miséria.

REFLEXÕES XXIV

Nesse contexto, os direitos socioeconômicos terminam por frustrar a plena efetividade dos direitos fundamentais de liberdade, sem que garantam o alcance dos tão almejados resultados sociais.

Por essas razões, o Professor da Universidade de Harvard Cass Sunstein afirma que a inclusão de um "catálogo caótico de abstrações do Estado de bem-estar social" em Constituições constitui "um grande erro, possivelmente um desastre". Segundo ele: países devem usar suas Constituições para produzir duas coisas: (a) firmar direitos de liberdade — livre manifestação, direitos de voto, proteção contra abusos do sistema de justiça criminal, liberdade religiosa, barreiras a discriminações injustas, direitos de propriedade e contratuais; e (b) as precondições para algum tipo de economia de mercado.

O catálogo sem fim do que chamo de 'direitos positivos', muitos deles absurdos, ameaça enfraquecer essas duas importantes funções. (...) A Constituição não deve assumir o controle sobre a esfera privada, a sociedade civil e os mercados econômicos. (...) "Se prestações positivas do Estado são encaradas como direitos subjetivos, pode haver efeitos corrosivos ao empreendedorismo e à iniciativa individual".

Para conferir embasamento empírico às considerações até aqui apresentadas, os professores Adam Chilton (Universidade de Chicago) e Mila Versteeg (Universidade da Virgínia) utilizaram dados de 186 países para averiguar se os direitos constitucionais à educação e à saúde realmente geram aumento de gastos governamentais e se provocam melhoria nos índices de desenvolvimento nessas áreas, como matrícula escolar, taxa de alfabetização, número de leitos de hospital e expectativa de vida. Em relação a uma gama menor de países, o teste também incluiu os direitos à seguridade social e à moradia. O estudo conclui que não foram observados efeitos positivos em relação a indicadores socioeconômicos nas áreas de educação e saúde.

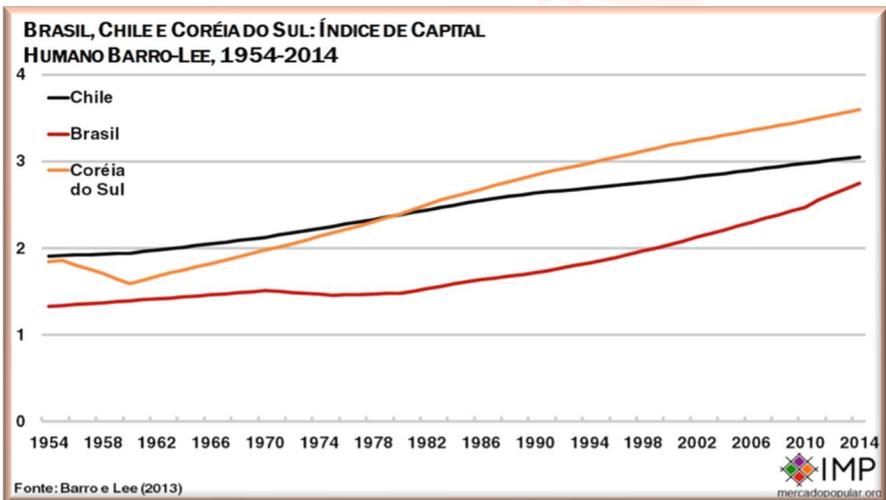
Os 100 anos que se passaram exigem uma reflexão urgente sobre o papel da Constituição para a sociedade e os mecanismos que, de fato, conduzem a avanços sociais. A primeira opção é ignorar os

REFLEXÕES XXIV

resultados observados até aqui e esperar mais um centenário pela milagrosa transformação do texto constitucional em realidade, pela obra de heroicos, oniscientes e abnegados administradores públicos.

A segunda opção, que não rende discursos emocionados ou títulos comoventes para *best-sellers* jurídicos, é deixar de lado a retórica e reproduzir o método adotado por outros países para tornar a economia mais dinâmica e produtiva, única forma de proporcionar aos cidadãos bens e serviços de qualidade e mais acessíveis — inclusive em matéria de saúde, educação, saneamento e afins.

Sair do conforto da ilusão exige esforço e sacrifício, mas apenas pelo segundo caminho haverá algo a se comemorar nos anos que virão. ●



Bruno Bodart: mestre em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). cursou análise econômica do Direito pela Universidade de Chicago (EUA). É juiz de Direito do TJ-RJ. Professor convidado da pós-graduação da FGV. Professor da Emerj e da Emarf. Diretor da Associação Brasileira de Direito e Economia (ABDE). Membro do Instituto Brasileiro de Direito Processual (IBDP). Artigo publicado no site Mises Brasil

Em qualquer discussão sobre desigualdade, estas são as quatro perguntas que têm de ser feitas

Steven Horwitz



Sem essas quatro questões, qualquer discussão se torna puramente emotiva, ideológica e estéril

Já escrevi vários artigos e concedi muitas entrevistas contestando a popular afirmação de que a desigualdade está piorando. Os artigos contêm uma ampla variedade de dados, mostrando que muitas das afirmações sobre essa "desigualdade crescente" de renda ou estão erradas, ou são exageradas ou ignoram outras evidências. Entretanto, o que eu quero aqui é, especificamente, focar em quatro questionamentos que devem estar no centro de qualquer discussão sobre desigualdade.

Primeira pergunta: estamos falando de desigualdade ou de pobreza?

Com frequência, esses dois problemas se confundem nesse tipo de discussão. Pobreza diz respeito às condições absolutas em que alguém se encontra. Tem comida? Acesso a água potável? Habitação? Trabalho? Seus filhos podem frequentar uma escola ou se veem forçados a trabalhar? Os critérios são muitos.

Já desigualdade é uma variável relativa, que nada diz sobre as condições absolutas de vida. Para saber se um país é desigual, é preciso comparar seus habitantes mais ricos e mais pobres e ver a distância entre eles. Um país que tenha uma pequena parcela de milionários e o restante da população passe fome é muito desigual. Já um país onde todos passem fome é igualitário. A



REFLEXÕES XXIV

condição objetiva dos pobres em ambos, contudo, é a mesma. Igualmente, se os mais pobres viverem como milionários, e os mais ricos sejam uma pequena parcela de trilionários, a desigualdade é grande.

As duas coisas, pobreza e desigualdade, se confundem facilmente, de modo que muita gente que se preocupa com a pobreza (com quem não tem, por exemplo, acesso a saneamento básico ou a educação) acaba falando de desigualdade: da diferença entre os mais ricos e os mais pobres. E essa confusão muda a maneira de pensar: pobreza e desigualdade acabam se tornando a mesma coisa, de modo que o melhor remédio contra a pobreza seria a redução da desigualdade, o que via de regra significa tirar de quem tem mais e dar para quem tem menos.

Consequentemente, aqueles que se dizem preocupados com a desigualdade frequentemente começam a discorrer sobre como a situação está ruim para os mais pobres. Aparentemente, tais pessoas presumem que uma desigualdade crescente deve significar que os ricos estão enriquecendo e os pobres, empobrecendo.

Mais especificamente, alguns parecem acreditar que os pobres estão mais pobres porque os ricos estão mais ricos. Isto é, eles supõem que a economia seja um jogo de soma zero, de modo que, se alguns estão mais ricos, esta opulência só pode ter vindo dos pobres. Sendo assim, limpe o terreno, esclareça os termos e eleve o nível da conversa. Certifique-se de que todos estejam falando a mesma coisa. Porque se estivermos discutindo a pobreza, a evidência esmagadora é a de que, globalmente, a miséria se reduziu dramaticamente nos últimos 25 anos.

Segunda pergunta: estamos falando de desigualdade de renda, de riqueza ou de consumo?

Aqueles preocupados com desigualdade costumam confundir renda e riqueza nessas discussões. Mesmo este famoso vídeo comete esse deslize. Ele começa apresentando dados sobre riqueza, mas, várias vezes ao longo da apresentação — incluindo uma longa discussão a respeito de um gráfico — ele se refere ao salário das pessoas. Salário é renda, não riqueza. Riqueza se refere à soma de nossos ativos

REFLEXÕES XXIV

(dinheiro, imóveis, terras, carros e outros bens) menos passivos (dívidas em geral e contas a pagar). A riqueza é um estoque. Já renda é a variação líquida de nossa riqueza em um dado período de tempo, seja porque ganhamos um salário, um dividendo de uma ação, juros de uma aplicação, ou aluguel do inquilino. A renda é um fluxo.

É possível ter uma grande riqueza, mas uma renda baixa, como uma pessoa idosa que vive só de sua magra pensão ou dos juros de sua poupança, mas que tem uma casa totalmente quitada. Inversamente, alguém pode ter alta renda e baixa riqueza financeira. Por exemplo, alguém que tem um alto salário, mas gasta imediatamente tudo em bens de consumo. Os dados serão diferentes dependendo de estarmos falando de riqueza ou de renda. Seja claro nesse tópico.

Desigualdade de consumo é uma terceira possibilidade. Trata-se da diferença entre o que ricos e pobres podem consumir. As evidências disponíveis sugerem que a desigualdade de consumo é muito menor que a de renda ou riqueza, principalmente nos países mais desenvolvidos. Os lares dos americanos pobres possuem quase todas as coisas que os lares ricos, ainda que de qualidade mais baixa. E a distância entre ricos e pobres neste quesito se estreitou nas últimas décadas. Uma vez que, em última análise, é o que consumimos o que interessa, essa é uma questão que tem de ser deixada clara em eventuais discussões.

Como dito neste artigo: a riqueza de Bill Gates deve ser 100.000 vezes maior do que a minha. Mas será que ele ingere 100.000 vezes mais calorias, proteínas, carboidratos e gordura saturada do que eu? Será que as refeições dele são 100.000 vezes mais saborosas que as minhas? Será que seus filhos são 100.000 vezes mais cultos que os meus? Será que ele pode viajar para a Europa ou para a Ásia 100.000 vezes mais rápido ou mais seguro? Será que ele pode viver 100.000 vezes mais do que eu?

O capitalismo que gerou essa desigualdade é o mesmo que hoje permite com que boa parte do mundo possa viver com uma qualidade de vida muito melhor que a dos reis de

REFLEXÕES XXIV

antigamente. Hoje vivemos em condições melhores do que praticamente qualquer pessoa do século XVIII.

Terceira pergunta: e a mobilidade de renda?

Os que se preocupam com a desigualdade frequentemente pontificam como se os ricos, que estão ganhando cada vez mais, e os pobres, que estão ganhando cada vez menos, fossem sempre os mesmos, ano após ano. Eles veem aquelas estatísticas que mostram que os 20% mais ricos detêm hoje uma fatia da renda nacional maior do que 30 anos atrás, ao passo que os 20% mais pobres detêm uma fatia menor. Daí, concluem que esses ricos são exatamente os mesmos, e que eles ficaram ainda mais ricos; e que os pobres são exatamente os mesmos, e que eles ficaram ainda mais pobres.

Muito bem.

Sobre os pobres terem ficado mais pobres, esta é uma conclusão que, como já dito, simplesmente não se sustenta. Os pobres enriqueceram nos últimos anos. Falemos então sobre a mobilidade de renda, que é o que está sendo realmente ignorado. Comparações entre dois anos separados entre si por décadas são retratos estáticos de um processo dinâmico. O que essas comparações realmente dizem é que "aqueles que eram ricos no ano X detinham Y% da renda nacional; e aqueles que são ricos no ano X + 25 — pessoas completamente diferentes daquelas do ano X — detêm Z% da renda nacional".

Em outras palavras, as pessoas e famílias que abrangem "os ricos" mudam ano a ano. E o mesmo ocorre para os 20% mais pobres. Uma fácil comprovação disso é você olhar a lista de bilionários da Forbes, publicada anualmente. Praticamente todas as pessoas que figuravam na lista em 1987 — primeira vez em que ela foi publicada — não mais estão nela hoje.

Há um grande e controverso debate entre economistas sobre quão fácil ou difícil é para uma pessoa que é pobre em um dado ano ter maiores fluxos de renda nos anos seguintes. Este é o debate. Que a mobilidade de renda realmente existe, isso não mais está em

REFLEXÕES XXIV

questão. A conclusão é que você não pode falar sobre desigualdade sem ao menos discutir o grau de mobilidade. Se o que incomoda as pessoas no que diz respeito à desigualdade é a suposição de que os pobres estão estagnados ou empobrecendo, então, explorar o grau em que isso é realmente verdade é essencial à discussão.

Quarta pergunta: quais, exatamente, são os problemas causados pela desigualdade?

Se você já conseguiu esclarecer o que todos os debatedores pensam sobre as três primeiras questões, faça então a pergunta: se a pobreza está se reduzindo e, mesmo na atual condição, os pobres ainda conseguem manter um padrão de consumo decente, o que, exatamente, há de errado com a (crescente) desigualdade?

Pela minha experiência, uma resposta comum é que, mesmo se os mais pobres estiverem enriquecendo, o aumento ainda maior na prosperidade dos ricos confere a estes um acesso injusto ao processo político. Os super-ricos transformarão seu poder econômico em poder político, frequentemente de maneira que redistribui recursos para eles próprios e seus amigos.

Esta, obviamente, é uma preocupação legítima, mas observe que a conversa, subitamente, mudou da desigualdade em si para os problemas dos conchavos políticos, do capitalismo de Estado (ou "capitalismo de quadrilhas") e do fato de haver um Estado com poder suficiente para se criar tais distorções. Para atacar esse arranjo estatal corporativista e reduzir a capacidade dos ricos de transformar riqueza em poder político há várias soluções que não envolvem a redistribuição forçada de renda — a qual, ao final, faz com que ainda mais dinheiro vá para políticos e seus mecanismos.

Aqueles que levantam essa preocupação estão, na prática, reclamando apenas do compadrio gerado pelo Estado, não da desigualdade em si. A fonte do problema é o Estado, cheio de benesses e de favores a serem distribuídos, o qual, indiscutivelmente, se tornaria ainda mais poderoso e distorcido, caso os preocupados com a desigualdade tivessem suas políticas favoritas aprovadas. Por fim, mesmo aqueles que são céticos em relação aos argumentos de que a desigualdade seja problemática,

podem concordar que tem havido alguma redistribuição de riqueza do pobre para o rico nas últimas décadas. Isso se dá, majoritariamente, por causa das políticas do governo que favorecem quem já está próximo ao poder, seja devido aos exorbitantes salários que funcionários públicos de alto escalão recebem, seja por causa de sua política de expansão de crédito subsidiado para grandes empresas, seja por causa de suas políticas protecionistas que protegem as grandes indústrias criando uma reserva de mercado e impedindo os pobres de comprar bens mais baratos do estrangeiro, seja por causa de sua política fiscal que, ao incorrer em déficits orçamentários, aumenta a riqueza dos compradores dos títulos públicos.

Não nos esqueçamos também da exigência de licenças profissionais e dos encargos sociais e trabalhistas que dificultam a obtenção de trabalho pelos mais pobres, que costumam ser menos qualificados e não justificam o preço exigido como mínimo a ser pago por sua mão de obra. Há, ainda, tentativas governamentais de regular e até mesmo banir o Uber, o Lyft, o AirBnB e todas essas empresas da chamada "economia compartilhada". Essas são, justamente, as melhores alternativas para alguém que não está encontrando oportunidades conseguir uma fonte de renda, já que é a área da economia menos controlada pelo governo que se conhece.

Por fim, vale ressaltar que é o Estado quem impede que os moradores de favelas obtenham títulos de propriedade, os quais poderiam ser utilizados como garantia para a obtenção de crédito, com o qual poderiam abrir pequenas empresas e se integrar ao sistema produtivo.

Todas essas políticas são problemáticas justamente porque aumentam a desigualdade e a pobreza de forma artificial. Com efeito, uma discussão muito mais interessante incluiria qual o papel dessas políticas estatais na criação das desigualdades artificiais em oposição às desigualdades naturais, que são aquelas que surgem espontaneamente no mercado em decorrência da maior aptidão de cada indivíduo.

Conclusão

Novamente, os leitores interessados em dados devem consultar as duas monografias “linkadas” no primeiro parágrafo do artigo. No entanto, mesmo sem os dados, essas são as quatro perguntas que valem a pena ser feitas numa conversa sobre desigualdade se você quiser realmente chegar ao cerne do que está em jogo e persuadir aqueles preocupados com a crescente desigualdade a ver a questão por um ângulo diferente. ●

Steve Horwitz: professor de economia na St. Lawrence University e autor do livro *Microfoundations and Macroeconomics: An Austrian Perspective*.
Artigo publicado no site Mises Brasil

Um novo mapa do mundo

Jeffrey Sachs



Um planeta dividido não por ideologia, mas por tecnologia, demanda outras diretrizes

Com o fim da Guerra Fria, desfizeram-se as antigas divisões ideológicas. Virtualmente todos os países proclamam adesão aos mercados globais. Mas se instaura uma divisão mais inabordável, desta vez de natureza tecnológica. Uma pequena parte do planeta, responsável em torno de 15% de sua população, fornece quase todas as inovações tecnológicas existentes. Uma segunda parte, que engloba talvez metade da população mundial, está apta a adotar essas tecnologias nas esferas da produção e do consumo. A parcela restante, que cobre por volta de um terço da população mundial, vive tecnologicamente marginalizada – não inova no âmbito doméstico, nem adota tecnologias externas.

Essas regiões tecnologicamente excluídas nem sempre reproduzem o traçado das fronteiras nacionais. Elas abrangem áreas como o sul do México e bolsões da América Central tropical, os países andinos, a maior parte do Brasil tropical, a África Subsaariana tropical e a maior parte da antiga União Soviética.

Muitas das regiões tecnologicamente excluídas, particularmente as situadas nos trópicos, estão enredadas numa armadilha de pobreza. Entre seus maiores problemas estão as doenças infecciosas tropicais, a baixa produtividade da agricultura e a degradação ambiental – todos a requerer soluções que extrapolam, em muito, o alcance de seus meios. Às vezes, as tecnologias necessárias existem no exterior, mas esses países são pobres demais para adquiri-las. Muitas vezes essas tecnologias não existem sob as formas adequadas, e os mercados dos países pobres oferecem estímulos insuficientes à pesquisa e ao desenvolvimento. É hora de os países ricos reconhecerem essa situação e reagirem a ela.

Observe-se que as novas fronteiras mundiais não são fixas: muitos dos tecnologicamente excluídos podem em breve se tornar receptores de tecnologia e uns poucos (Taiwan, Coreia do Sul e Israel) diplomaram-se no grupo intermediário e se tornaram inovadores de primeira linha. Mas essas transições estão longe de ser automáticas. Para que um contingente superior aos 2 bilhões de pessoas que vivem aos países tecnologicamente excluídos partilhe das vantagens da globalização, é preciso que aconteçam três coisas.

Primeiro, o novo caráter tecnologicamente impulsionado da economia mundial precisa ser corretamente pensado: a geografia, a saúde pública e a ecologia têm de ser introduzidas na análise da mudança tecnológica e do crescimento econômico. Segundo, os governos devem mudar sua concepção de ajuda, gastando mais e de forma mais inteligente. Terceiro, a participação na assistência internacional precisa ser ampliada e reformulada. As empresas multinacionais e as instituições científicas do Primeiro Mundo precisam participar e os órgãos encarregados do desenvolvimento mundial (o Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial e várias agências da ONU) precisam ser remodelados.

O desenvolvimento é tradicionalmente visto como uma questão de acumulação de capital físico e humano. Presume-se que os países pobres, se bem governados, tenham uma vantagem nesse aspecto: onde o capital é escasso, os retornos sobre os novos investimentos tendem a ser altos, promovendo a poupança e atraindo capital externo. A diferença entre os ricos e os pobres se reduz, portanto, por meio de um processo conhecido como “convergência”. Mas sabemos agora que a tecnologia tem menor tendência a convergir que o capital. A inovação exhibe crescentes retornos de escala, o que significa que as regiões dotadas de tecnologias avançadas estão em melhor posição para inovar ainda mais. As novas ideias são normalmente produzidas a partir de uma combinação das ideias preexistentes, de modo que meios ricos em ideias produzem reações em cadeia de inovação. Mas, a exemplo das reações nucleares, é necessária antes uma massa crítica de ideias e tecnologia. Além disso, o estímulo para inovar depende do tamanho do mercado. A inovação envolve custos fixos, como o de pesquisa e

REFLEXÕES XXIV

desenvolvimento: mercados mais desenvolvidos têm maior prontidão para sustentá-los.

O aspecto de bem público das ideias – o fato de que elas podem ser usadas repetidas vezes sem se esgotarem – leva a outras complexidades. O livre mercado não basta: a inovação bem-sucedida exige instituições que a respaldem. A inovação comercial é atualmente, no mais das vezes, produto tanto da descoberta científica básica (principalmente fundamentada em ideias de domínio público) quanto de engenharia aplicada (sustentada por patentes). A primeira depende das universidades e laboratórios públicos, a segunda das empresas privadas, movidas pelo lucro. A inovação bem-sucedida exige que as instituições acadêmicas, o governo e a indústria trabalhem lado a lado. A internet é um conhecido exemplo disso. Nos países em desenvolvimento não se conhece esse tipo de interação frutífera. Poucos governos sequer têm um assessor para assuntos científicos.

Naturalmente, a capacidade tecnológica de uma economia depende não apenas de suas próprias inovações, mas de sua capacidade de adotar as tecnologias produzidas por outras economias. Isso pode acontecer por meio de três canais principais: os países podem importar a tecnologia corporificada em capital e produtos de consumo. Eles podem adquirir a licença de uso de tecnologia dos detentores de patentes. E podem atrair investimento externo direto, de forma que uma empresa multinacional com uma tecnologia exclusiva passe a produzir dentro de suas fronteiras. Em todos esses casos, os países precisam ser bem-sucedidos como exportadores para custear importações de tecnologia.

Muitos economistas pressupõem que todos os países em desenvolvimento estão igualmente em boa posição para absorver as tecnologias do exterior, mas isso é voluntarismo otimista. Seja qual for o canal, as condições geográficas são importantes. Os importadores bem-sucedidos de tecnologia tendem a estar próximos aos grandes mercados ou em rotas marítimas importantes, ou ambas as coisas.

Os países descompassados com a tecnologia mundial muitas vezes

desmoram incapazes de manter seu padrão de vida, menos ainda de elevá-lo. Eles normalmente dependem de uma pequena gama de produtos exportados que perdem sua lucratividade na economia mundial. As pressões demográficas magnificam os riscos. Os países pobres vivenciam na maioria das vezes crescimento populacional acelerado até que a urbanização, a instrução formal das mulheres e especialmente a queda da mortalidade infantil levem os casais a reduzir a fertilidade.

Boa parte do mundo, totalizando 2 bilhões de pessoas ou mais, não conseguirá compartilhar os benefícios do crescimento mundial sem uma completa mudança da estratégia internacional. Ela deve ser empreendida em várias frentes:

Saúde pública e população. O fardo das doenças nos países pobres, particularmente na África Subsaariana, é ao mesmo tempo uma catástrofe em termos humanitários, uma barreira inibidora do desenvolvimento e uma ameaça de primeira linha às regiões críticas de alta biodiversidade. Os investidores externos evitam as economias mais afetadas, e os ônus da má saúde bloqueiam também outras formas de desenvolvimento.

São poucos os esforços dos países doadores em controlar as doenças infecciosas nos países pobres. Um esforço sério poderia ter início com uma luta adequada. O governo Clinton, numa iniciativa correta, embora atrasada, reconheceu a Aids do mundo em desenvolvimento como um problema de segurança nacional para os Estados Unidos, devido ao potencial desestabilizador da doença em vastas regiões. Os dirigentes africanos imploraram recentemente US\$ 1 bilhão ao ano em assistência dos países doadores para ajudá-los a reverter parcialmente os efeitos devastadores da malária. A ONU pediu mais US\$ 4 bilhões ao ano para enfrentar a epidemia de Aids. São necessários alguns bilhões a mais para fazer frente à crescente epidemia de tuberculose e aos milhões de vítimas fatais do sarampo, doenças diarreicas e outras moléstias transmissíveis. No total, essas iniciativas exigiriam talvez US\$ 10 bilhões ao ano dos países ricos. A aproximadamente US\$ 10 per capita ao ano para o total de 1 bilhão de cidadãos do Primeiro Mundo, o custo de salvar milhões de vidas é insignificante.

Interligação das regiões marginalizadas. Nos últimos anos, o Tratado de Livre Comércio da América do Norte (Nafta) ligou o México à economia mundial de alta tecnologia e a União Europeia desenvolveu novos dispositivos de intercâmbio com o norte da África e a Europa Central. Essas iniciativas preferenciais ajudaram grandemente os beneficiários imediatos, mas prejudicam as regiões mais distantes ao desviar os fluxos de investimento e de comércio. A cartelização da navegação marítima piora a situação: as rotas comerciais que ligam os parceiros secundários aos principais mercados tendem a ser muito menos competitivas do que as rotas de alto volume. Uma nova rodada de comércio multilateral, com foco no melhor acesso do mercado aos países mais pobres, muito pode fazer para corrigir essa situação. A informática oferece outra enorme oportunidade, devido a sua capacidade de superar as mazelas da distância.

Fomentar o avanço tecnológico. A enorme desigualdade da inovação e da difusão da tecnologia está no âmago da divisão mundial. A política de globalização mal arranhou a superfície desse problema central. Os empréstimos e doações do Banco Mundial à área de ciência e tecnologia são provavelmente inferiores a cada ano a um décimo do orçamento de pesquisa de uma única grande empresa farmacêutica americana.

O modelo a ser emulado é a Rockefeller Foundation, que mostrou o que a concessão de ajuda voltada para o conhecimento é capaz de realizar. Os recursos da Rockefeller Foundation custearam a erradicação da ancilostomíase (popularmente conhecida como amarelão) na América do Sul, a descoberta da vacina contra a febre amarela, o desenvolvimento da penicilina, a fundação de faculdades de saúde pública e medicina no mundo inteiro, e muito mais. Nenhuma dessas façanhas foi respaldada por um empréstimo soberano de alta condicionalidade. A Rockefeller Foundation trabalhou principalmente com universidades e governos. Uma nova estratégia de promoção tecnológica precisa se basear na interação entre a universidade, o governo e a indústria, com igual participação de ricos e pobres. Um primeiro passo seria uma promessa das empresas internacionais de alta tecnologia de intensificar sua

cooperação com os países em desenvolvimento, associada a um compromisso muito maior da parte dos países pobres de promover a ciência e tecnologia. Os grandes laboratórios farmacêuticos dão centenas de milhões de dólares em remédios para os países pobres, mas poderiam fazer mais que isso.

Recursos assistenciais privados são apenas parte da resposta. O dinheiro público também será necessário. O presidente Clinton, por exemplo, concedeu novos benefícios fiscais às empresas bem-sucedidas no desenvolvimento de vacinas. No âmbito de governo para governo, a comunidade internacional deve assumir o compromisso sólido de promover a capacidade de produção científica e tecnológica nos países pobres. Como parte dessa iniciativa, os países ricos devem exercer poder restritivo sobre o uso dos direitos de propriedade. Os países ricos estão assegurando unilateralmente direitos de propriedade privada sobre sequenciamentos genéticos humanos e de plantas, ou sobre códigos básicos de computador, ou sobre compostos químicos há muito usados em remédios à base de ervas. Esse procedimento é de legitimidade duvidosa e deverá agravar as desigualdades mundiais.

Tudo isso não esgota de maneira alguma a nova pauta de política para a globalização. O Banco Mundial precisa fazer menos empréstimos aos países e mais no sentido de criar e disseminar o conhecimento necessário para o desenvolvimento. As agências da ONU, particularmente a Organização Mundial de Saúde, precisam ser reformuladas e expandidas. O FMI deve se retirar totalmente da área de desenvolvimento e voltar a monitorar os mercados financeiros mundiais.

Serão necessários mais recursos. Nesse item é que as atitudes americanas precisam, acima de tudo, mudar. Líder tecnológico e facho de esperança para boa parte do mundo, os Estados Unidos são o doador mais mesquinho de todos. O país amealha insignificantes US\$ 5 por americano a cada ano em assistência orçamentaria para os países mais pobres. Os conflitos ideológicos acabaram. A prosperidade dos países mais ricos atinge níveis recordes. Ao mesmo tempo, a crise dos países mais pobres é aguda, e as insuficiências da atual estratégia de globalização, dolorosamente

REFLEXÕES XXIV

evidentes. Na Assembleia do Milênio da ONU, a realizar-se este ano, os dirigentes mundiais terão uma oportunidade de determinar tanto os fins quanto os meios do tipo de globalização capaz de atender ao mundo como um todo. Precisam aproveitá-la. ●

Jeffrey Sachs: diretor do Centro de Desenvolvimento Internacional e professor da Universidade de Harvard. Assessorou governos de muitos países em desenvolvimento.

Artigo publicado no jornal *Gazeta Mercantil* no dia 30 de junho de 2000

A origem da propriedade privada e da família

Hans-Hermann Hoppe



Uma perspectiva histórica sem igual

É razoável começar uma análise da história humana 5 milhões de anos atrás, quando a linhagem humana evolucionária se separou da linhagem de nosso parente não humano mais próximo, o chimpanzé. Também é razoável começar 2,5 milhões de anos atrás, com a primeira aparição do *homo habilis*; ou 200.000 anos atrás, quando surgiu o primeiro representante do "homem anatomicamente moderno"; ou 100.000 atrás, quando o homem anatomicamente moderno adquiriu a forma humana padrão. Entretanto, quero começar apenas 50.000 anos atrás.

Esta é uma data eminentemente razoável, também. Nessa época, os humanos já haviam desenvolvido uma linguagem completa, o que permitiu um radical aperfeiçoamento em sua capacidade de aprender e inovar, fazendo com que o "homem anatomicamente moderno" evoluísse e se transformasse no "homem de comportamento moderno". Isto é, o homem havia adotado o estilo de vida do caçador-coletor, estilo esse que ainda existe até hoje em alguns pontos do mundo.

Há aproximadamente 50.000 anos, o número de "humanos modernos" provavelmente não era superior a 5.000, todos confinados no nordeste da África. Eles viviam em sociedades formadas por um pequeno número de pessoas (de 10 a 30), as quais ocasionalmente se encontravam e formavam um ajuntamento genético comum de aproximadamente 150 a 500



pessoas (tamanho esse que os geneticistas descobriram ser o necessário para se evitar efeitos disgênicos [**disgênico** = que poderá prejudicar o patrimônio genético das gerações futuras de uma espécie]). A divisão do trabalho era limitada, com a principal separação sendo aquela entre mulheres, que atuavam principalmente como coletoras, e homens, que atuavam principalmente como caçadores.

Apesar de tudo, a vida a princípio parecia ter sido boa para nossos ancestrais. Apenas algumas horas de trabalho regular permitiam uma vida confortável, com boa nutrição (alta proteína) e tempo de lazer abundante. Entretanto, a vida dos caçadores e coletores teve de enfrentar um desafio excepcional. Sociedades baseadas na caça e na coleta viviam de maneira essencialmente parasítica (**parasítica** = aqueles que se aproveitam dos outros, que sugam o que não lhes pertence). Isto é, eles nada acrescentavam à oferta de bens fornecida pela natureza. Eles apenas exauriam a oferta de bens. Eles não produziam (exceto algumas poucas ferramentas); apenas consumiam. Eles não cultivavam e nem criavam; simplesmente esperavam que a natureza regenerasse e repusesse o estoque de bens consumidos.

O que essa forma de parasitismo gerava, portanto, era o inescapável problema do crescimento populacional. Para manter uma vida confortável, a densidade populacional tinha de permanecer extremamente baixa. Estima-se que 2,6 quilômetros quadrados de território era o mínimo necessário para sustentar confortavelmente uma ou duas pessoas; e em regiões menos férteis, eram necessários territórios ainda maiores.

As pessoas podiam, é claro, tentar impedir que tal pressão populacional surgisse, e de fato as sociedades de caça e coleta fizeram o possível nesse sentido. As pessoas praticavam abortos, recorriam a infanticídios — principalmente infanticídio feminino —, e reduziam o número de gravidezes ao incorrerem em longos períodos de amamentação (o que, em combinação com a baixa gordura corporal típica de mulheres que estavam sempre em contínuo movimento, reduz a fertilidade feminina). Entretanto, embora isso aliviasse o problema, não o resolvia. E a população continuou aumentando.

REFLEXÕES XXIV

Dado que o tamanho da população não podia ser mantido em um nível estacionário, restavam apenas três alternativas para o crescente problema do "excesso" populacional. Podia-se abrir mão da vida de caça e coleta e encontrar uma nova forma de organização social; podia-se entrar em conflito mortal para se apossar da oferta limitada de alimentos; ou podia-se migrar.

Embora a migração de modo algum fosse algo sem custos — afinal, tinha-se que trocar um território conhecido por territórios completamente desconhecidos —, ela se transformou na opção menos custosa. E foi assim que, partindo da África Oriental, sua terra natal, todo o globo foi sendo sucessivamente conquistado por grupos de pessoas que se separaram de seus familiares e foram formar novas sociedades em áreas até então nunca ocupadas por humanos.

Essencialmente, esse processo era sempre o mesmo: um grupo invadia um território qualquer, a pressão populacional começava a incomodar, algumas pessoas permaneciam ali, e outras se mudavam para outros lugares — geração após geração. Uma vez separadas, praticamente não mais havia contato entre as várias sociedades de caça e coleta. Consequentemente, embora de início estivessem intimamente relacionadas umas às outras por meio de relações de parentesco direto, essas sociedades formaram concentrações genéticas separadas, e, ao longo de tempo, confrontadas com ambientes naturais diferentes, e como resultado de mutações e derivações genéticas interagindo com a seleção natural, elas assumiram aparências claramente distintas.

Tudo indica que esse processo também começou há aproximadamente 50.000 anos, pouco tempo depois do surgimento do "homem de comportamento moderno" e sua aquisição da habilidade de construir barcos. Dessa época até por volta de 12.000 a 11.000 anos atrás, as temperaturas globais caíram gradualmente (desde então estamos em um período de aquecimento interglacial) e os níveis dos oceanos também caíram correspondentemente. [∗]

As pessoas cruzaram o Mar Vermelho no Portão das Lágrimas — que, na época, era apenas um curto espaço de água salpicada de

REFLEXÕES XXIV

ilhas —, e chegaram à ponta sul da península Arábica (que apresentava um período comparativamente úmido àquela época). Dali em diante, preferindo manter-se em climas tropicais, para os quais o organismo havia sido adaptado, a migração continuou voltada para o leste. As viagens eram feitas na maioria das vezes em barcos, pois, até há aproximadamente 6.000 anos, quando o homem aprendeu a domar os cavalos, essa forma de transporte era muito mais rápida e mais conveniente do que viajar a pé.

Assim, primeiramente a migração ocorreu ao longo do litoral — e prosseguia dali até o interior por meio de vales fluviais — até a Índia. Na Índia, aparentemente o movimento populacional se dividiu em duas direções. De um lado, ele prosseguiu contornando a península Índica até o sudeste asiático e a Indonésia (que, na época, era conectada ao continente asiático), finalmente chegando ao hoje "alagado" continente de Sahul (Austrália, Nova Guiné e Tasmânia, países esses que, até 8.000 anos atrás, eram interligados por terra). Esse continente, na época, era separado do continente asiático apenas por um largo canal de água salpicado de ilhas que permitiam jornadas curtas entre si. Outra parte desse mesmo movimento contornou a Índia e tomou o rumo norte até a costa da China e, finalmente, até o Japão.

O segundo movimento populacional, assim como o relatado acima, também se subdividiu. Uma corrente saiu da Índia e tomou a direção noroeste, passando por Afeganistão, Irã e Turquia, até finalmente chegar à Europa. A outra corrente seguiu a direção nordeste até o sul da Sibéria.

Migrações posteriores, muito provavelmente ocorridas em três ondas, com a primeira ocorrendo entre 14.000 e 12.000 anos atrás, saíram da Sibéria, passaram pelo Estreito de Bering — na época (aproximadamente 11.000 anos atrás) uma ponte de terra — e chegaram ao continente americano. Apenas 1.000 anos depois, aparentemente chegaram à Patagônia. A última rota de migração partiu de Taiwan, que 5.000 anos atrás já estava ocupada, navegou pelo Pacífico e chegou às ilhas da Polinésia. E, finalmente, apenas 800 anos atrás, chegaram à Nova Zelândia.

REFLEXÕES XXIV

Independentemente de todos os detalhes complicados, o fato é que, a partir de um determinado momento, a massa de terra disponível para ajudar a satisfazer as necessidades humanas não mais podia ser aumentada. Para utilizar um jargão econômico, a oferta do fator de produção "terra" se tornou fixa, o que significa que todo e qualquer aumento no tamanho da população humana tinha de ser sustentado pela mesma e imutável quantidade de terra.

Baseando-se na lei econômica dos retornos, sabemos que esta situação tem de resultar em um problema malthusiano. A lei dos retornos declara que, para qualquer combinação dos fatores de produção — no caso específico: terra e trabalho —, existe uma combinação ótima. Se esta combinação ótima não for seguida, isto é, se apenas um fator de produção for aumentado — no caso, o trabalho — enquanto o outro — a terra — for mantido constante, então a quantidade de bens físicos produzida não aumentará absolutamente nada ou, na melhor das hipóteses, aumentará em uma proporção muito menor do que o aumento do fator trabalho.

Ou seja, tudo o mais constante, um aumento no tamanho da população para além de um determinado ponto não é acompanhado de um aumento proporcional da riqueza. Se esse ponto for ultrapassado, a quantidade *per capita* de bens físicos produzidos diminui. E o padrão de vida, na média, irá cair. Atinge-se um ponto de superpopulação absoluta.

O que fazer quando confrontado com esse desafio? Das três opções previamente disponíveis como resposta a um aumento na pressão populacional — migrar, guerrear ou encontrar um novo modo de organização social —, somente as duas últimas continuavam disponíveis. Aqui irei abordar a última resposta, que é a solução pacífica.

O desafio foi respondido com uma reação dupla: de um lado, por meio da "economização" da terra; de outro, por meio da "privatização" da produção de rebentos — em suma: por meio da instituição da família e da propriedade privada. Para entender essas reações, é preciso antes olhar o tratamento dado ao fator de produção "terra" pelas sociedades de caça e coleta. Pode-se

REFLEXÕES XXIV

seguramente assumir que a propriedade privada existia dentro da estrutura de uma família tribal. A propriedade privada existia para coisas como vestimentas pessoais, ferramentas, utensílios e ornamentos. Quando tais itens eram produzidos por indivíduos específicos e identificáveis (durante seus momentos de lazer), ou eram adquiridos de seus fabricantes originais por meio de trocas ou mesmo como presentes, eles eram considerados propriedade individual.

Por outro lado, quando os bens eram o resultado de algum esforço conjunto, eles eram considerados bens coletivos. Isso se aplicava de maneira mais definitiva para os meios de subsistência: aos alimentos coletados e aos animais selvagens caçados em decorrência de alguma divisão intratribal do trabalho. (Sem dúvida, a propriedade coletiva, desta forma, teve um papel muito proeminente nas sociedades de caça e coleta, e é por causa disso que o termo "comunismo primitivo" tem sido frequentemente empregado para descrever as economias tribais primitivas: cada indivíduo contribuía para a "renda" familiar de acordo com suas capacidades, e cada indivíduo recebia sua fatia de renda de acordo com suas necessidades.)

E o que dizer sobre a terra em que todas as atividades tribais ocorriam? Pode-se seguramente descartar a hipótese de que a terra era considerada propriedade privada. Porém, seria ela propriedade coletiva? Tipicamente, isso tem sido assumido como verdade. Entretanto, o fato é que a terra não era nem propriedade coletiva nem propriedade privada, mas sim apenas parte do ambiente — ou, mais especificamente, a terra possibilitava as condições gerais da ação humana.

O mundo externo em que as ações do homem ocorriam pode ser dividido em duas partes categoricamente distintas. De um lado, havia aqueles elementos que eram considerados meios — ou bens econômicos; de outro lado, havia aqueles elementos que eram considerados o ambiente. São três os requisitos para que um elemento do mundo externo seja classificado como um meio ou como um bem econômico. Primeiro, para que um elemento se torne um bem econômico, deve haver uma necessidade humana. Segundo,

deve haver a percepção humana de que tal elemento é dotado de propriedades que satisfaçam essa necessidade. Terceiro, e mais importante no presente contexto, um elemento do mundo externo assim percebido deve estar sob o controle humano, de modo que ele possa ser empregado para satisfazer essa necessidade.

Ou seja, somente se um elemento apresentar uma conexão causal com uma necessidade humana, esse elemento estiver sob o controle humano, pode-se então dizer que essa entidade foi apropriada — tornou-se um bem — e, assim, virou propriedade de alguém. Por outro lado, se um elemento do mundo externo apresentar uma conexão causal com uma necessidade humana, porém ninguém o controla ou interfere nele, então tal elemento deve ser considerado parte de um ambiente não apropriado por ninguém — logo, não é propriedade de ninguém.

Com o auxílio dessas considerações, é possível agora responder à questão a respeito do *status* da terra em uma sociedade de caça e coleta. Certamente, os frutos colhidos em um arbusto são propriedade privada; entretanto, o que dizer do arbusto de onde os frutos foram colhidos? Ele sem dúvida apresenta uma conexão causal com esses frutos. Porém, o arbusto só deixará seu *status* original de possibilitador das condições gerais da ação humana, e de mero fator contribuinte para a satisfação das necessidades humanas, e ascenderá ao *status* de propriedade e de genuíno fator de produção quando ele tiver sido apropriado — isto é, quando o homem tiver propositadamente interferido no processo causal e natural que interliga o arbusto aos frutos por ele produzidos.

O homem pode fazer isso ao, por exemplo, regar o arbusto ou aparar seus galhos com o intuito de produzir um resultado específico: no caso, um aumento da colheita de frutos acima daquele nível que, em outros contextos, seria o obtido naturalmente. Similarmente, não há dúvidas de que o animal caçado é propriedade privada; porém, o que dizer de toda a manada da qual esse animal fazia parte? A manada deve ser considerada sem proprietário enquanto o homem ainda não houver feito nada que possa ser interpretado (e isso está em sua própria mente) como sendo algo que crie uma conexão causal com a satisfação de uma dada necessidade. A manada se

REFLEXÕES XXIV

torna propriedade somente quando o pré-requisito da interferência sobre a cadeia natural de eventos (com o intuito de produzir algum resultado desejado) tiver sido satisfeito. Isso ocorreria, por exemplo, assim que o homem incorresse na prática de arrebanhar e pastorear os animais — isto é, tão logo ele efetivamente tentasse controlar os movimentos do rebanho.

E o que dizer, entretanto, da terra sobre a qual o movimento controlado do rebanho ocorre? De acordo com nossas definições, esse pastor não pode ser considerado o proprietário dessa terra. Condutores de rebanho meramente seguem os movimentos naturais da manada, e sua interferência sobre a natureza restringe-se a manter o rebanho unido de modo a ter um acesso fácil a qualquer um dos animais caso haja a necessidade de uma maior oferta de carne animal. Condutores de rebanho não interferem na terra para controlar os movimentos da manada; eles interferem apenas nos movimentos dos membros da manada. A terra só irá se tornar propriedade quando os condutores de rebanho deixarem de ser condutores e se dedicarem à pecuária — isto é, assim que eles começarem a tratar a terra como um meio (escasso) com o intuito de controlar o movimento dos animais.

Para isso, eles têm de controlar a terra. Isso requer que a terra seja de certa forma delineada, seja por meio de cercas ou pela construção de alguns outros obstáculos que restrinjam o livre fluxo natural de animais. Em vez de ser meramente um fator que contribui para a produção de rebanhos, a terra passa assim a ser um genuíno fator de produção.

O que essas considerações demonstram é que se trata de um erro imaginar que a terra era propriedade coletiva nas sociedades de caça e coleta. Caçadores não são condutores de rebanho e muito menos praticam a pecuária ou a criação de gado; e coletores não são jardineiros ou agricultores. Eles não exercem controle sobre a fauna e flora naturalmente ofertadas pelo ambiente, pois eles não as cultivam nem administram. Eles simplesmente se apossam das partes da natureza que estão facilmente disponíveis. Para eles, a terra nada mais é do que uma condição para suas atividades; a terra não é sua propriedade.

REFLEXÕES XXIV

Portanto, o que pode ser considerado o primeiro passo rumo a uma solução da armadilha malthusiana enfrentada pelo crescente número de sociedades baseadas na caça e na coleta foi precisamente o estabelecimento da propriedade sobre a terra. Pressionados pela queda no padrão de vida — resultante da superpopulação absoluta —, membros das tribos (separadamente ou coletivamente) sucessivamente se apropriaram de um número cada vez maior de terras (natureza) até então desapropriadas.

Essa apropriação da terra teve um imediato efeito duplo. Primeiro, mais bens foram produzidos e, correspondentemente, mais necessidades puderam ser satisfeitas. De fato, esse efeito foi o exato motivo por trás da apropriação da terra: a constatação de que a terra possui uma conexão causal com a satisfação das necessidades humanas e que, mais ainda, ela pode ser controlada.

Foi ao controlar a terra que o homem de fato começou a produzir bens em vez de meramente consumi-los. (importante observar que essa produção de bens também envolvia poupar e estocar bens para o consumo posterior). Segundo, e como consequência do primeiro, a maior produtividade obtida por meio da “economização” (racionalidade no uso) da terra possibilitou que um maior número de pessoas pudesse sobreviver com uma mesma quantidade de terra.

Com efeito, foi estimado que a apropriação de terra e a correspondente mudança de uma existência baseada na caça e na coleta para uma existência baseada na agricultura e na criação de animais possibilitou que uma população de dez a cem vezes maior do que a população anterior pudesse ser sustentada com a mesma quantidade de terra. Entretanto, a “economização” da terra era apenas parte da solução para o problema criado pela crescente pressão populacional. Por meio da apropriação da terra, fez-se um uso mais eficaz da mesma, permitindo que uma população amplamente maior pudesse ser sustentada. Porém, a instituição da propriedade da terra, por si só, não afetou o outro lado do problema: a contínua proliferação de novos rebentos. Esse aspecto do problema também requeria uma solução. Era necessária a criação de uma instituição social que deixasse essa proliferação sob

REFLEXÕES XXIV

controle. E a instituição criada para consumir esse objetivo foi a instituição da família.

Como explicou Thomas Malthus, para solucionar o problema da superpopulação, junto com a instituição da propriedade, "as relações sexuais entre os gêneros" também teve de passar por mudanças fundamentais. Qual era a relação sexual entre os gêneros antes e qual foi a inovação institucional produzida nesse sentido pela família? Em termos de teoria econômica, pode-se descrever que a mudança se deu de uma situação em que tanto os benefícios de se criar descendentes — a criação de mais um produtor em potencial — quanto especialmente os custos dessa criação — a criação de um consumidor (comedor) adicional — eram socializados, isto é, pagos por toda a sociedade e não apenas pelos "produtores" desses rebentos, para uma situação em que tanto os benefícios quanto os custos envolvidos na procriação passaram a ser internalizados pelos indivíduos diretamente responsáveis pela produção dos rebentos.

Quaisquer que tenham sido os detalhes mais exatos, tudo indica que a instituição de um relacionamento monógamo estável — bem como a de um relacionamento polígamo estável — entre homens e mulheres, o que atualmente é associada ao termo família, é algo relativamente recente na história da humanidade, e foi precedido por uma instituição que pode ser amplamente definida como sendo de relações sexuais "irrestritas" ou "não reguladas", ou mesmo de "matrimônio grupal" ou "poliamor" (algumas vezes também rotulado de "amor livre"). As relações sexuais entre os gêneros durante esse estágio da história humana não excluíam a existência de relacionamentos temporários a dois entre um homem e uma mulher.

Entretanto, em princípio, toda mulher era considerada uma potencial parceira sexual para todo homem, e vice-versa. Nas palavras de Friedrich Engels: "Os homens viviam em poligamia e suas mulheres simultaneamente em poliandria (**poliandria** = diz-se do casamento de uma mulher com vários homens, ao mesmo tempo. Difere da poligamia, que é o casamento de pessoas de ambos os sexos, com outras pessoas, ao mesmo tempo), e seus filhos eram considerados como sendo de todos eles. ... Cada mulher pertencia a todos os homens, e

cada homem pertencia a todas as mulheres."

Porém, o que Engels e vários outros socialistas posteriores não perceberam em relação à glorificação do amor livre — tanto a que ocorrera no passado quanto a que supostamente viria no futuro — é o fato de que tal instituição possui um efeito direto na produção de rebentos. Como Ludwig von Mises comentou: "O fato é que, mesmo que uma comunidade socialista possa implantar o 'amor livre', ela não pode de maneira alguma ficar livre de procriações". O que Mises quis subentender com esse comentário é que o amor livre tem consequências: gravidezes e descendentes. E uma prole gera benefícios e também custos.

Esse dilema não seria um problema enquanto os benefícios excedessem os custos, isto é, enquanto um membro adicional da sociedade agregasse mais a ela como produtor de bens do que subtraísse dela como consumidor — e isso pode perfeitamente vir a ser o caso por algum tempo.

No entanto, como ensina a lei dos retornos, essa situação não pode durar para sempre. Inevitavelmente, chegará a um ponto em que os custos de rebentos adicionais irão exceder os benefícios. A partir daí, portanto, qualquer procriação adicional deve ser interrompida — contenções morais devem ser exercidas —, a menos que se queira vivenciar uma queda progressiva nos padrões de vida. Contudo, se as crianças são consideradas como sendo de todo mundo e, ao mesmo tempo, de ninguém, pois todo mundo mantém relações sexuais com todo mundo, então os incentivos para conter a procriação desaparecem ou são significativamente diminuídos.

Instintivamente, em virtude da natureza biológica do ser humano, todo homem e toda mulher são impulsionados a difundir e espalhar seus genes para a próxima geração da espécie. Quanto mais rebentos um indivíduo gerar, melhor, pois mais de seus genes sobreviverão. É claro que esse instinto humano natural pode ser controlado por uma deliberação racional. Porém, se pouco ou nenhum sacrifício econômico tivesse de ser feito em decorrência dos instintos animais de cada indivíduo — porque todas as crianças seriam sustentadas pela sociedade como um todo —, então pouco ou

REFLEXÕES XXIV

nenhum incentivo existiria para se empregar a razão em questões sexuais, isto é, para se exercer a contenção moral.

De um ponto de vista puramente econômico, portanto, a solução para o problema da superpopulação deveria ser imediatamente aparente. A administração das crianças — ou, mais corretamente, a curadoria das crianças — tinha de ser privatizada. Em vez de considerar as crianças como sendo propriedade coletiva da "sociedade", ou responsabilidade da "sociedade", ou mesmo ver o nascimento de crianças como um evento natural incontrollado e incontrollável — e, como consequência, encarar as crianças como propriedade de ninguém e não estando aos cuidados de ninguém —, as crianças tiveram de passar a ser consideradas entidades que foram produzidas privadamente e, por isso, confiadas aos cuidados privados de quem as produziu.

Além do mais e finalmente: com a formação de famílias monógamas ou polígamas surgiu outra decisiva inovação. Antes, todos os membros de uma tribo formavam uma família única e uniforme, e a divisão do trabalho intratribal era essencialmente uma divisão do trabalho intrafamiliar. Com o advento da formação de famílias veio a fragmentação de uma grande família uniforme em várias famílias independentes, e com isso veio também a formação de várias propriedades privadas sobre a terra.

Ou seja, a apropriação de terras anteriormente descrita não foi simplesmente uma transição de uma situação em que uma terra que antes era sem dono passou a ser propriedade, mas sim, mais precisamente, uma transição de uma situação em que uma terra até então sem dono foi transformada em propriedade de famílias separadas (permitindo assim também o surgimento da divisão do trabalho interfamílias).

Consequentemente, portanto, a maior renda social possibilitada pela propriedade da terra não mais era distribuída como era anteriormente: para cada membro da sociedade "de acordo com suas necessidades". A fatia de cada família no total da renda passou a depender do produto que cada uma imputava à economia — isto é, passou a depender do seu trabalho e da sua propriedade investidos

na produção.

Em outras palavras: o antes difuso "comunismo" pode até ter continuado existindo dentro de cada família, porém o comunismo desapareceu da relação entre os membros de famílias diferentes. As rendas das diferentes famílias eram distintas, dependentes da quantidade e da qualidade do trabalho e da propriedade investidos, e ninguém tinha o direito de reivindicar a renda produzida pelos membros de outra família. Com isso, a "carona" sobre os esforços alheios tornou-se amplamente — ou totalmente — impossível. Aquele que não trabalhasse não mais poderia esperar comer gratuitamente.

Deste modo, em resposta à crescente pressão populacional, um novo modo de organização social passou a existir, substituindo aquele estilo de vida "caça e coleta" que havia caracterizado a maior parte da história. Como resumiu Ludwig von Mises:

A propriedade privada dos meios de produção é o princípio regulador que, dentro de uma sociedade, equilibra os limitados meios de subsistência à disposição da sociedade com a bem menos limitada capacidade de aumento na quantidade de consumidores. Ao fazer com que a fatia do produto social de cada membro da sociedade seja dependente do produto economicamente imputado a ele, isto é, dependente de seu trabalho e de sua propriedade, a matança de seres humanos em decorrência da luta pela sobrevivência, como ocorre nos reinos animal e vegetal, é substituída por uma redução na taxa de natalidade em decorrência das forças sociais. A 'retenção moral' — as limitações sobre a produção de rebentos impostas pelas posições sociais — substitui a batalha pela existência. ●

Nota

[*] Na realidade, o último grande período de aquecimento já havia terminado há aproximadamente 120.000 anos. Durante este período — isto é, mais de 120.000 anos atrás — hipopótamos viviam nos rios Reno e Tâmsa, e a Europa tinha uma espécie de "aparência africana". Dali em diante, quando as temperaturas começaram a cair, as geleiras se moveram continuamente na direção sul, e o nível

do mar na Europa diminuiu em mais de 100 metros. Os rios Tâmis e Elba se tornaram afluentes do Reno, antes de este passar a correr até o Mar do Norte e dali para o Atlântico. Quando este período terminou, muito abruptamente, há aproximadamente 12.000 anos, as geleiras rapidamente retornaram e o nível do mar subiu, não apenas milímetros por ano, mas sim muito rapidamente, quase que como um dilúvio. Em um curto espaço de tempo, a Inglaterra e a Irlanda, que até então eram ligadas ao continente europeu, se tornaram ilhas. Foi assim que o Mar Báltico e grande parte do atual Mar do Norte surgiram. Do mesmo modo, grande parte do que hoje é o Golfo Pérsico passou a existir apenas naquela época. ●

Hans-Hermann Hoppe: membro sênior do Ludwig von Mises Institute, fundador e presidente da Property and Freedom Society e co-editor do periódico Review of Austrian Economics. Ele recebeu seu Ph.D e fez seu pós-doutorado na Goethe University em Frankfurt, Alemanha. Ele é o autor, entre outros trabalhos, de Uma Teoria sobre Socialismo e Capitalismo e The Economics and Ethics of Private Property.

Artigo publicado no site Mises Brasil

O mistério do estado islâmico

Autor Anônimo



A súbita ascensão do grupo terrorista no Oriente Médio ainda está longe de ser compreendida

Ahmad Fadhil tinha 18 anos quando seu pai morreu, em 1984. Fotografias mostram um jovem relativamente baixinho, gorducho, de óculos grandes. Não era mau aluno – concluiu o ensino fundamental com nota boa –, mas decidiu abandonar os estudos. Embora sua cidade natal, Zarqa, na Jordânia, oferecesse emprego em fábricas de roupas e artigos de couro, ele optou por trabalhar numa videolocadora, onde ganhou dinheiro suficiente para fazer algumas tatuagens. Ingeria álcool, consumia drogas e se meteu em encrenca com a polícia. A mãe resolveu enviá-lo a um curso islâmico de autoajuda – ele ficou mais ajuizado e enveredou por um novo caminho. Ao morrer, vinte e dois anos depois, Fadhil havia lançado as bases para um Estado islâmico independente com 8 milhões de pessoas, controlando um território maior que a própria Jordânia.

A ascensão de Ahmad Fadhil – ou Abu Musab al-Zarqawi, como mais tarde ficou conhecido na *jihād* – e do Estado Islâmico, ou EI, o movimento que fundou, permanece quase inexplicável. O ano de 2003, durante o qual ele deu início às operações no Iraque, para muitos era apenas mais um, numa época marcada por novas empresas de internet e por um sistema de comércio global em lenta expansão – uma era banal, desprovida de qualquer forma de heroísmo. A fronteira da Síria com o Iraque apresentava-se estável, apesar da invasão do Iraque liderada pelos Estados Unidos. O nacionalismo secular árabe parecia haver triunfado sobre as forças tribais e religiosas mais antigas. Diferentes comunidades religiosas – yazidis, shabaks, cristãos, kakais, xiitas e sunitas – seguiam vivendo lado a lado, como vinham fazendo havia mil anos ou mais. Iraquianos e sírios usufruíam de renda, educação, sistema de saúde

e infraestrutura melhores, bem como de um futuro aparentemente mais promissor do que a maioria dos cidadãos do mundo em desenvolvimento. Quem, pois, teria imaginado que um grupo concebido por um funcionário de videolocadora do interior da Jordânia arrebataria um terço dos territórios da Síria e do Iraque, destruiria tantas instituições históricas e – após derrotar a coalizão de forças militares de uma dezena dos países mais ricos do mundo – criaria um mini-império?

Narrar essa história é relativamente fácil, o difícil é compreendê-la. Ela começa em 1989, quando, inspirado por seu curso islâmico de autoajuda, Zarqawi partiu da Jordânia para “fazer a jihad” no Afeganistão. Ao longo da década seguinte, ele lutou na guerra civil afegã, organizou ataques terroristas na Jordânia – onde passou anos numa prisão – e, com a ajuda da Al-Qaeda, voltou ao Afeganistão para montar um campo de treinamento em Herat, no oeste do país. Foi expulso pela invasão de 2001, liderada pelos norte-americanos, mas o governo iraniano o ajudou a se reerguer. Então, em 2003 – auxiliado pelos legalistas pró-Saddam Hussein –, implantou uma rede de insurgentes no Iraque. Com ataques aos xiitas e a seus templos mais sagrados, conseguiu transformar uma rebelião contra as tropas norte-americanas numa guerra civil entre xiitas e sunitas.

Zarqawi foi morto num ataque aéreo dos Estados Unidos em 2006. Seu movimento, porém, por mais improvável que pudesse parecer, sobreviveu à gigantesca e repentina escalada das tropas norte-americanas no Iraque a partir de 2007: 170 mil homens a um custo de 100 bilhões de dólares ao ano. Em 2011, após a saída dos americanos, o novo líder do movimento, Abu Bakr al-Baghdadi, tratou de expandi-lo Síria adentro e de restabelecer sua presença no noroeste do Iraque.

Em junho de 2014, o EI se apoderou de Mosul, a segunda maior cidade do Iraque, e, em maio de 2015, de Ramadi, também no Iraque, além da cidade síria de Palmira, ao passo que seus afiliados tomaram o aeroporto de Sirte, na Líbia. Hoje, trinta países, incluindo Nigéria, Líbia e Filipinas, abrigam grupos que se declaram parte do movimento.

A despeito de ter mudado de nome sete vezes, sob quatro líderes diferentes, o Estado Islâmico continua a tratar Zarqawi como seu fundador e a propagar grande parte de suas crenças originais e técnicas de terror. O *New York Times* se refere ao movimento como “Estado Islâmico, também conhecido como ISIS [Islamic State of Iraq and Syria] ou ISIL [Islamic State of Iraq and the Levant]”. Zarqawi também o chamava de “Exército do Levante”, “Monoteísmo e jihad”, “Al-Qaeda no Iraque” e “Shura dos Mujahidin”. (Ainda que conhecido pela sua capacidade de *marketing*, o EI raras vezes se importou com a coerência de sua marca). Vou simplificar as muitas alterações de nome e liderança e me referir a ele como EI, embora o movimento com certeza tenha se modificado ao longo de seus quinze anos de existência.

O problema não está em relatar seus êxitos, e sim em entender como algo tão improvável se tornou possível. As explicações frequentes para a ascensão do EI – o ódio nas comunidades sunitas do Iraque,^[1] o auxílio logístico prestado por outros Estados e grupos, as campanhas do movimento nas mídias sociais, sua liderança, as táticas, a gestão, o fluxo de receitas e a capacidade de atrair dezenas de milhares de combatentes estrangeiros – não bastam para formular uma teoria convincente que dê conta de tamanho êxito.

A britânica Emma Sky, que atuou como consultora no Iraque entre 2003 e 2010, escreveu *The Unraveling: High Hopes and Missed Opportunities in Iraq* [O Esclarecimento: Grandes Esperanças e Oportunidades Perdidas no Iraque], um relato matizado e muitas vezes divertido dos anos em que trabalhou no país, ilustrando o crescimento da raiva entre os sunitas. A autora mostra como as políticas norte-americanas, tais como a des-baathização^[2] de 2003, promoveram a alienação dos sunitas, e como isso se exacerbou com as atrocidades cometidas por milícias xiitas em 2006 (diariamente, nas ruas de Bagdá, eram abandonados cinquenta corpos com o crânio perfurado por furadeiras elétricas). Sky também explica as medidas para reconquistar a confiança das comunidades sunitas durante o reforço das tropas americanas em 2007, e como o primeiro-ministro do Iraque, Nouri al-Maliki, mais uma vez se

afastou dessas mesmas comunidades após a desocupação em 2011, ao prender líderes sunitas e agir de forma discriminadora e brutal, dispersando suas milícias.

Contudo, muitos outros grupos insurgentes pareciam estar em melhor posição que o EI para se tornar o veículo dominante da “ira sunita”. De início, os sunitas no Iraque tinham muito pouca simpatia pelo culto à morte promovido por Zarqawi e pela imposição, por parte de seu movimento, de códigos sociais semelhantes aos dos primórdios da Idade Média. A maioria ficou horrorizada quando ele explodiu o quartel-general da ONU em Bagdá; quando divulgou uma gravação em que, pessoalmente, serrava a cabeça de um civil americano; quando mandou pelos ares o grande santuário xiita em Samarra e matou centenas de crianças iraquianas. Depois que Zarqawi articulou três bombardeios simultâneos a hotéis jordanianos – matando sessenta civis numa festa de casamento –, os principais líderes de sua tribo jordaniana e seu próprio irmão assinaram uma carta pública de repúdio aos seus atos.

O jornal inglês *The Guardian* apenas dava eco a esse sentimento quando, no obituário de Zarqawi, concluiu: “Em última instância, sua brutalidade maculou toda e qualquer aura, ofereceu-nos pouco mais que niilismo e repugnou muçulmanos do mundo todo.” Outros grupos insurgentes pareciam mais eficazes. Em 2003, por exemplo, baathistas seculares eram mais numerosos, estavam mais bem equipados e organizados e contavam com comandantes militares mais experientes; em 2009, a milícia Despertar Sunita– dispunha de mais recursos, e seu braço armado estava bem mais arraigado no cenário local. Em 2011, o Exército Livre da Síria – incluindo ex-oficiais do regime de Bashar al-Assad – configurava-se uma liderança muito mais plausível para a resistência na Síria, assim como, em 2013, a milícia Jabhat al-Nusra, mais extremista. No livro *Estado Islâmico: Desvendando o Exército do Terror*, o analista sírio Hassan Hassan e o jornalista americano Michael Weiss mostram que a Al-Nusra forjara vínculos bem mais estreitos com grupos tribais do leste da Síria, inclusive casando seus combatentes com mulheres dessas tribos.

REFLEXÕES XXIV

Esses grupos já justificaram seus próprios colapsos e insucessos, assim como a ascensão do EI, atribuindo a culpa à falta de recursos. O Exército Livre da Síria insiste há tempos que poderia ter suplantado o Estado Islâmico caso seus líderes tivessem recebido mais dinheiro e armas de Estados estrangeiros. E os líderes da Despertar Sunita no Iraque argumentam que perderam o controle de suas comunidades apenas porque o governo de Bagdá parou de lhes pagar salário. Todavia, não há prova de que, no início, o EI tenha chegado a receber mais dinheiro e armas do que esses grupos – muito pelo contrário.

Hassan e Weiss sugerem que esse apoio inicial ao Estado Islâmico tenha sido em grande medida limitado porque o movimento era inspirado por ideólogos que, na verdade, também desprezavam Zarqawi e seus seguidores. O dinheiro da Al-Qaeda que em 1999 lançou Zarqawi, por exemplo, seria “uma ninharia, se comparado ao que a Al-Qaeda era capaz de desembolsar”. Bin Laden, filho de mãe xiita, tinha horror à matança de xiitas levada a cabo por Zarqawi, cujas tatuagens também lhe repugnavam – daí não ter destinado montante maior de recursos ao líder jordaniano.

Embora os iranianos lhe tenham concedido ajuda médica e refúgio seguro em 2002, quando Zarqawi era um fugitivo, ele logo perdeu a simpatia do Irã por ter enviado o próprio sogro, vestindo um colete suicida, para matar o aiatolá Mohammed Baqir al-Hakim, o principal representante político do país no Iraque, e por ter explodido um dos mais sagrados santuários xiitas. E embora o EI se fie há mais de uma década nas habilidades técnicas dos baathistas e do general sufista iraquiano Izzat al-Douri – que esteve no controle de uma milícia baathista clandestina depois da queda de Saddam Hussein –, essa relação se desgastou. (O movimento não faz segredo de seu desprezo pelo sufismo, ^[3] da destruição que promoveu de santuários sufistas ou de sua aversão a tudo que os nacionalistas seculares árabes baathistas defendem).

A liderança do EI tampouco tem se mostrado especialmente simpática, magnânima ou competente – ainda que se deva dar algum desconto à compreensível repugnância dos biógrafos. Zarqawi já foi descrito como “semiletrado”, “um valentão e um

facínora, fabricante clandestino de bebidas e beberrão, e, segundo dizem, proxeneta (**Proxenetá** = aquele que explora a prostituição de outrem)” (Mary Anne Weaver); “um intelectual peso-pena” (Weiss e Hassan); um “facínora que virou terrorista”, “estudante medíocre que não era nada quando chegou ao Afeganistão” (Jessica Stern e J. M. Berger); mentor de “operações grosseiras” na Jordânia e do emprego de “um infeliz como candidato a homem-bomba” (Weaver). Foi rejeitado por Bin Laden e seus seguidores porque “era um rufião metido a besta, sem quase nenhuma educação” (Stern e Berger).

Se os autores têm bem menos a dizer sobre o atual líder do EI, Al-Baghdadi, isso se deve ao fato de sua biografia, como admitem Weiss e Hassan, “ainda pairam não muito acima de conjecturas e rumores, muitos dos quais promovidos por concorrentes da jihad”.

A própria visão que o EI tem da insurgência – desde o controle de territórios até o combate a exércitos regulares – não representa nenhuma vantagem óbvia. Lawrence da Arábia aconselhava insurgentes a ser como a névoa – estar por toda parte e em lugar nenhum – e a jamais se ater ao território conquistado ou desperdiçar vidas em batalhas contra exércitos regulares. O comandante Mao insistia que guerrilheiros deveriam ser peixes nadando no mar da população local. Visões como essas são corolários lógicos da “guerra assimétrica”, em que um grupo menor e aparentemente mais fraco – como o EI – se defronta com um adversário poderoso, como as Forças Armadas norte-americanas e iraquianas.

Estudos do Exército dos Estados Unidos a respeito de mais de quarenta rebeliões históricas sugerem sistematicamente que insistir em manter terreno conquistado, engajar-se em batalhas ferozes e alienar-se da sensibilidade cultural e religiosa da população local são fatais. Mas são justamente táticas desse tipo que constituem a estratégia explícita do EI. Zarqawi perdeu milhares de combatentes na tentativa de manter Fallujah, em 2004, e desperdiçou as vidas de seus suicidas em ataques pequenos e constantes. Além disso, ao impor castigos draconianos e códigos sociais obscurantistas, enfureceu as comunidades sunitas que dizia representar.

Combatentes do EI deixam-se agora atrair pela capacidade do movimento de controlar território em lugares como Mosul. Nada indica que essas táticas, embora sedutoras e até o momento associadas a uma campanha de sucesso, tenham se tornado menos arriscadas.

A postura do EI, no entanto, não se tornou menos temerária ou, do ponto de vista tático, menos bizarra desde a morte de Zarqawi. O historiador norte-americano Larry Schweikart estima que, mesmo antes de 2006, quando os Estados Unidos começaram a enviar mais soldados ao Iraque, 40 mil insurgentes já haviam sido mortos; cerca de 200 mil, feridos; e 20 mil, capturados. Por volta de junho de 2010, o general Ray Odierno declarou que 80% dos 42 líderes mais importantes do movimento haviam sido mortos ou capturados – apenas oito seguiam à solta. Contudo, após a saída dos norte-americanos em 2011, em vez de reconstruir suas redes no Iraque, os combatidos remanescentes optaram por se lançar à invasão da Síria, enfrentando não apenas as forças do regime de Assad, mas também do bem estabelecido Exército Livre da Síria. Além disso, atacaram os próprios militantes sírios do EI, cujo braço era a Jabhat al-Nusra, quando eles decidiram se separar do movimento; enfureceram a Al-Qaeda em 2014, matando seu principal emissário na região; provocaram, deliberadamente, dezenas de milhares de milicianos xiitas a se juntar à luta do lado do regime sírio e, depois, desafiaram a Força Quds ^[4] iraniana ao avançar rumo a Bagdá.

Em seguida, já em luta contra esses novos inimigos, em agosto de 2014 o movimento abriu outra frente de batalha ao atacar o Curdistão, provocando uma retaliação das forças curdas, até então alheias ao conflito. Ainda em agosto o EI decapitou o jornalista americano James Foley e, no mês seguinte, o britânico David Haines, que prestava auxílio humanitário na Síria, o que atraiu a fúria dos Estados Unidos e do Reino Unido. Terminou 2014 com um assalto suicida a Kobane, na Síria, sob mais de 600 ataques aéreos dos americanos, resultando na perda de milhares de combatentes e nenhum terreno conquistado. Iniciou o ano de 2015 enfurecendo também o Japão ao pedir resgate de centenas de milhões de dólares por um refém já morto. Assim, quando o EI perdeu Tikrit – a 170

quilômetros de Bagdá – em abril passado, e parecia estar em decadência, a explicação afigurava-se óbvia. Os analistas estavam a ponto de concluir que o movimento tinha afinal perdido porque agia de forma temerária, repugnante, demasiado ampla, lutando em diversas frentes e sem nenhum apoio popular real, não só incapaz de transformar o terrorismo num programa popular como fadado a ser inevitavelmente derrotado por exércitos regulares.

Mas alguns analistas concentraram seus argumentos não na estratégia militar aparentemente contraproducente do movimento, e sim em sua gestão e recursos financeiros, no eventual apoio recebido da população e na confiança em dezenas de milhares de combatentes estrangeiros. Em seu *blog*, Aymenn Jawad al-Tamimi, do centro norte-americano de estudos e pesquisas Middle East Forum, explicou recentemente que em algumas cidades ocupadas, como Raqqa, na Síria, o EI criou complexas estruturas de serviços públicos, controlando inclusive o sistema de esgoto. Al-Tamimi também descreve os proveitos que o movimento obtém da renda local, dos impostos prediais e territoriais e do aluguel de escritórios estatais para empresários, o que lhe conferiu uma base de rendimentos ampla e confiável, apenas complementada pelo contrabando de petróleo e a pilhagem de antiguidades.

O poder do EI viu-se reforçado pelo assombroso arsenal tomado dos exércitos iraquiano e sírio em fuga, o que inclui tanques, Humvees e grandes peças de artilharia. Ao longo dos últimos doze meses, relatos do *New York Times*, do *Wall Street Journal*, da *Reuters* e da *Vice News* vêm mostrando que muitos sunitas no Iraque e na Síria têm a percepção de que hoje o EI é a única garantia de ordem e segurança em meio à guerra civil, bem como sua única defesa contra um revide brutal por parte dos governos de Damasco e Bagdá.

Também aí, porém, os sinais são confusos e contraditórios. Um documentário da *BBC* sobre Mosul – realizado pela jornalista australiana de origem afegã Yalda Hakim – imputa à brutalidade acachapante o segredo da dominação do EI. Por outro lado, Malise Ruthven, acadêmico e jornalista anglo-irlandês, o descreve como “uma organização bem gerida, que combina eficiência burocrática e *expertise* militar com um uso sofisticado da tecnologia da

informação”. Autor de um excelente relato sobre Tikrit, o ex-conselheiro da ONU Zaid al-Ali menciona a “incapacidade de governar” do EI, o colapso total do abastecimento de água e eletricidade, do sistema educacional e, em última instância, da população subjugada. “Explicações” com base em recursos financeiros e poder tendem a ser tautológicas. O fato de o EI ser capaz de atrair o aparente apoio (ou a aquiescência) da população local e de controlar territórios, receita governamental, petróleo, monumentos históricos e bases militares resulta do sucesso do movimento e de seu monopólio da insurgência. Não é, portanto, causa, e sim consequência.

Especialistas em terrorismo, os norte-americanos Jessica Stern e J. M. Berger publicaram em março deste ano uma excelente análise do uso que o movimento faz do vídeo e das mídias sociais. No livro **ISIS: The State of Terror**, assinalam que pelo menos 45 mil contas pró-EI estavam *on-line* no Twitter no final de 2014. O rastreamento dessas contas individuais permitiu aos autores mostrar que, para escapar dos administradores da rede, os usuários mudavam constantemente o nome do perfil, trocavam as fotos e substituíam a bandeira do movimento pela imagem de gatinhos. Além de criar novos aplicativos e *bots* para incrementar a audiência, os *tuiteiros* pegaram carona na Copa do Mundo e inseriram imagens de decapitações em bate-papos sobre os jogos. Isso, contudo, apenas põe em evidência a questão fundamental: por que a ideologia e as ações do movimento possuem apelo popular?

Tampouco dispomos de explicações mais satisfatórias sobre o que teria atraído os 20 mil combatentes estrangeiros que se juntaram ao EI. De início, atribuiu-se o grande número de britânicos no movimento ao fato de o governo do Reino Unido ter feito esforços insuficientes para absorver as comunidades de imigrantes; depois, culpou-se o governo francês por ter forçado a assimilação. Na verdade, porém, esses novos combatentes parecem ter brotado de todos os sistemas políticos ou econômicos possíveis e imagináveis. Eles vieram de países muito pobres (Iêmen e Afeganistão), mas também dos mais ricos do mundo (Noruega e Catar). Quem alega que os combatentes estrangeiros resultaram da exclusão social, da

pobreza ou da desigualdade deveria reconhecer que eles surgiram tanto das sociais-democracias escandinavas como de monarquias (mãe vieram do Marrocos), regimes militares (Egito), democracias autoritárias (Turquia) e democracias liberais (Canadá). Pouco importou se um governo libertou milhares de islamitas (Iraque) ou os trancafiou (Egito), se não admitiu que um partido islâmico ganhasse eleições (Argélia) ou se permitiu que ele fosse eleito. Embora tenha realizado a transição mais bem-sucedida, indo da Primavera Árabe a um governo islâmico eleito, a Tunísia foi o país que mais produziu combatentes estrangeiros no EI.

O aumento das adesões de soldados estrangeiros tampouco foi desencadeado por alguma alteração nas políticas domésticas europeias ou no islamismo. Nada de fundamental ocorreu no panorama da cultura ou da crença religiosa entre 2012 – quando não havia quase nenhum desses combatentes no Iraque – e 2014, quando somavam 20 mil. A única mudança foi que de repente havia um território para onde atraí-los e abrigá-los. Se o movimento não tivesse tomado Raqqa e Mosul, muitos desses estrangeiros provavelmente teriam continuado a viver suas vidas nos mais variados graus de tensão – como produtores de leite na Normandia ou funcionários da administração municipal em Cardiff. De novo, nos deparamos com uma tautologia: o EI existe porque pode existir, está aí porque está aí.

Por fim, há um ano parecia plausível imputar boa parte da culpa pela ascensão do movimento ao governo desastroso do ex-primeiro ministro do Iraque, Al-Maliki. Não é mais o caso. Ao longo do ano passado, um líder novo, mais construtivo, moderado e inclusivo, foi nomeado primeiro-ministro: Haider al-Abadi. Além disso, um novo ministro da Defesa, sunita, reestruturou o Exército iraquiano; os antigos generais foram afastados e governos estrangeiros têm competido pelo fornecimento de armas e treinamento ao país. Cerca de 3 mil conselheiros e instrutores norte-americanos apareceram no Iraque. Estados Unidos, Reino Unido e outros têm efetuado ataques aéreos expressivos e minuciosa vigilância. A Força Quds iraniana, os países do Golfo e a Peshmerga curda juntaram-se ao combate em terra.

REFLEXÕES XXIV

Por todas essas razões, esperava-se que o EI fosse rechaçado e perdesse Mosul, no norte do Iraque, em 2015. Em vez disso, em maio o movimento capturou Palmira, na Síria, e, quase ao mesmo tempo, Ramadi, a quase 500 quilômetros de distância, no Iraque. De Ramadi, 300 combatentes do EI expulsaram milhares de soldados iraquianos treinados e muito bem equipados. O secretário de Defesa norte-americano, Ashton Carter, observou: “As forças iraquianas simplesmente não mostraram vontade de combater. Não estavam em minoria. Na verdade, o número era muito maior que o da força adversária e, no entanto, não lutaram”.

Hoje o EI controla um “Estado terrorista” bem mais extenso e desenvolvido do que qualquer um que George W. Bush possa ter evocado no auge de sua “guerra global ao terror”. À época, a possibilidade de extremistas sunitas tomarem a província iraquiana de Anbar foi evocada para justificar o já referido envio de 170 mil soldados americanos adicionais ao país, e gastos de mais de 100 bilhões de dólares ao ano. Agora, anos depois, o EI domina não apenas Anbar, mas também Mosul e metade do território da Síria. Seus afiliados controlam grandes faixas de território do norte da Nigéria e áreas significativas da Líbia. Centenas de milhares de pessoas já foram mortas, e milhões, deslocadas; horrores inimagináveis inclusive para o Talibã – entre eles, o retorno da escravidão e da prática de estupros de crianças – foram legitimados. E essa catástrofe não apenas dissolveu a fronteira entre Síria e Iraque, como também provocou as forças que lutam no Iêmen uma guerra por procuração entre Arábia Saudita e Irã.

A prova mais clara de que não entendemos esse fenômeno é nossa contínua incapacidade de prever – e, pior, controlar – tais acontecimentos. Quem poderia dizer que Zarqawi se fortaleceria depois que os Estados Unidos tivessem destruído seus campos de treinamento em 2001? Parecia improvável que o movimento fosse se reagrupar tão depressa depois da morte de seu fundador, em 2006, ou, de novo, depois do aumento das tropas americanas em 2007. Hoje sabemos cada vez mais sobre o EI e seus membros, mas isso não impediu que, há apenas quatro meses, analistas acreditassem que as derrotas em Kobane e Tikrit tivessem virado o

jogo e que seria improvável que o movimento tomasse Ramadi. Há nisso tudo alguma coisa que não estamos vendo.

Parte do problema talvez resida na preferência dos comentaristas por explicações políticas, financeiras e físicas, tais como a discriminação contra os sunitas, a corrupção, a ausência de serviços públicos nos territórios capturados e o emprego da violência por parte do EI. Raras vezes se chama a atenção do público ocidental para o desconcertante apelo ideológico do movimento. Surpreendi-me ao ver que até um oponente sírio do EI ficou profundamente comovido com um vídeo que mostrava como o movimento destruiu a fronteira entre Iraque e Síria – estabelecida de comum acordo por França e Reino Unido, em 1916, e imposta à região –, reunindo assim tribos que haviam sido separadas. Intrigou-me a condenação proferida pelo grande imã de Al-Azhar, Ahmed al-Tayeb, um dos clérigos sunitas mais reverenciados do mundo: “Esse grupo é satânico – seus integrantes deveriam ter os membros amputados ou deveriam ser crucificados.” Espantou-me a elegia (**Elegia** = poema) que Bin Laden dedicou a Zarqawi: sua “história será eterna como as dos nobres [...]. Ainda que tenhamos perdido um de nossos maiores cavaleiros e príncipes, estamos felizes por ter encontrado um símbolo”.

Mas também a “ideologia” do EI não explica o bastante. A Al-Qaeda entendeu melhor do que ninguém a mescla peculiar de versos corânicos, nacionalismo árabe, histórias das Cruzadas, referências poéticas, sentimentalismo e horror capaz de animar e sustentar tais movimentos. Até seus líderes, contudo, julgavam a postura de Zarqawi irracional, culturalmente inapropriada e desprovida de apelo. Em 2005, líderes da Al-Qaeda o aconselharam a não mais propagandear seus horrores. Para tanto, empregaram o jargão da estratégia moderna – “mais da metade dessa luta tem lugar no campo de batalha midiático” – e disseram-lhe que a “lição” aprendida no Afeganistão era a de que o Talibã havia perdido por, como Zarqawi, ter confiado numa base sectária demasiado estreita. E os líderes da Al-Qaeda não eram os únicos jihadistas salafistas a supor que seu núcleo de apoiadores preferia ensinamentos religiosos sérios a vídeos de pessoas sendo mortas (da mesma forma

REFLEXÕES XXIV

que o imã Al-Tayeb aparentemente não imaginou que um movimento islâmico queimaria vivo, numa jaula, um piloto árabe sunita).

Boa parte do que o EI tem feito contradiz as intuições e os princípios morais de muitos de seus apoiadores. E pelas entrevistas feitas por Hassan e Weiss, percebemos que esses apoiadores têm consciência, ao menos parcial, dessa contradição. De novo, podemos listar os diferentes grupos externos que têm financiado e apoiado o EI. Mas inexistem conexões lógicas em termos de ideologia, identidade ou interesses capazes de vincular Irã, Talibã e baathistas, seja uns aos outros, seja ao Estado Islâmico. É de se pensar que grupos e países profundamente distintos em matéria de teologia, política e cultura improvisem continuamente parcerias letais, e até contraproducentes, ditadas pela conveniência.

Os pensadores, formuladores de táticas, soldados e líderes do movimento que conhecemos como EI não são grandes estrategistas. Suas políticas são com frequência acidentais, temerárias e até absurdas. Independentemente de seu governo ser hábil (como argumentam alguns) ou não (como sugerem outros), o fato é que ele não está produzindo nem crescimento econômico genuíno nem justiça social sustentável. A teologia, os princípios e a ética dos líderes do EI não são nem sólidos nem defensáveis. Nossa pá analítica muito rapidamente depara com a rocha dura.

Várias vezes me vi tentado a argumentar que precisamos simplesmente de mais e melhores informações. Mas isso é subestimar a natureza bizarra e desconcertante do fenômeno. Para dar um exemplo: cinco anos atrás, nem mesmo os mais austeros teóricos salafistas defendiam o retorno da escravidão, mas o EI a impôs de fato. Desde o triunfo dos vândalos no Norte da África nos anos finais do Império Romano, nada jamais pareceu tão súbito, incompreensível e difícil de reverter quanto a ascensão do Estado Islâmico. Nenhum de nossos analistas, soldados, diplomatas, agentes de inteligência, políticos ou jornalistas logrou produzir até o momento uma explicação rica a ponto de – mesmo *a posteriori* – poder ter previsto a ascensão do movimento. Nós ocultamos esse fato de nós mesmos com teorias e conceitos que não resistem a um

REFLEXÕES XXIV

exame mais acurado. E não conseguiremos remediar essa situação pelo continuado acúmulo de fatos. Não está claro se nossa cultura é capaz de produzir conhecimento, rigor, imaginação e humildade suficientes para compreender o fenômeno do EI. Por enquanto, deveríamos admitir que não estamos apenas horrorizados, mas também perplexos. ●

Autor Anônimo

Artigo publicado na Revista Piauí, edição 109, em outubro de 2015

[1] Após a invasão americana e a retirada do grupo de Saddam Hussein do poder – composto, sobretudo, por sunitas, que, no entanto, comandavam uma ditadura secular e nacionalista –, a maioria xiita passou a controlar o governo e as tensões entre os dois grupos no país aumentaram.

[2] O Partido Baath, que teria em Saddam Hussein o seu líder mais conhecido, tomou o poder no Iraque em 1968, impondo sua ideologia secular e nacionalista a um país bastante dividido entre diferentes grupos étnicos e religiosos. Após a invasão americana, em 2003, integrantes do partido foram impedidos de participar da vida pública e do governo iraquiano, além de terem sido expulsos das escolas e das universidades.

[3] Dimensão mística e contemplativa do Islã.

[4] Unidade especial do Exército dos Guardiões da Revolução Islâmica.

O fim do homem soviético

Svetlana Aleksiévitich



Relatos de morte e vida depois do comunismo

Os anos 1990 foram uma época detestável. Alguns não aguentaram e enlouqueceram, os hospitais psiquiátricos ficaram abarrotados. Tiroteio na rua, gente presa, gente arruinada. Por outro lado, era uma viagem: tudo acontecia bem na sua frente...

Nós nos despedimos da época soviética. Daquela nossa antiga vida. Venho tentando ouvir com franqueza todos os participantes do drama socialista. O comunismo tinha um plano insano: refazer o “velho homem”, o antigo Adão. E conseguiu... Talvez tenha sido a única coisa que conseguiram fazer. Depois de setenta e tantos anos, no laboratório do marxismo-leninismo, cultivaram uma espécie peculiar, o *homo sovieticus*. Uns o consideram um personagem trágico, outros o chamam de *sovok*^[1]

Tenho a impressão de que conheço essa pessoa muito bem, estou junto dela, vivi ao lado dela por muitos anos. Ela, sou eu. São meus conhecidos, meus amigos, meus pais. Durante anos, viajei por toda a antiga União Soviética – porque o *homo sovieticus* não é apenas o russo, mas também o bielorrusso, o turcomeno, o ucraniano, o cazaque... Agora vivemos em países diferentes, falamos línguas diferentes, mas somos inconfundíveis. Dá para reconhecer de cara! Somos todos pessoas do socialismo, semelhantes e não semelhantes às demais: temos nosso vocabulário, nossa noção de bem e de mal, de heróis e de mártires. Temos uma relação particular com a morte. Nos relatos que colho são recorrentes palavras que ferem os ouvidos: “atirar”, “fuzilar”, “liquidar”, “passar em armas”, ou ainda as variantes



REFLEXÕES XXIV

soviéticas para desaparecimento, como “detenção”, “dez anos sem direito a correspondência”, “emigração”. Quanto pode valer a vida se nos lembrarmos de que há pouco tempo milhões morreram? Estamos cheios de ódio e preconceitos. Tudo vem de lá, de onde havia o *gulag*^[2] e a terrível guerra. A coletivização, a expropriação dos *kulaks*,^[3] a migração dos povos...

Isso era o socialismo, e era essa a nossa vida. Na época, pouco falávamos sobre ela. Agora que o mundo mudou irreversivelmente, todos passaram a se interessar por aquela vida – não importa como ela era, era a nossa vida. Eu escrevo, procuro nos grãos e nas migalhas a história do socialismo “doméstico”, do socialismo “interior”. De como ele vivia na alma. Sempre senti atração por esse pequeno espaço: o ser humano... Um ser humano. Na verdade, é lá que tudo acontece.

Por que no livro há tantos relatos de suicídios, e não de pessoas soviéticas normais, com biografias soviéticas normais? No final das contas, as pessoas se matam por amor, por medo da velhice, ou sem muito motivo, por curiosidade, para decifrar o segredo da morte... Busquei aquelas pessoas que se apegaram com todas as forças ao ideal, absorveram esse ideal de tal forma que não podiam se desprender dele: o Estado tornou-se seu universo, substituiu tudo nelas, até a própria vida. Elas não conseguiram abandonar a Grande História, dar adeus a ela, ser felizes de outra maneira. Mergulhar, perder-se numa existência à parte, como acontece hoje em dia, quando o pequeno se tornou grande. O ser humano quer apenas viver, sem um grande ideal – coisa que nunca aconteceu na vida russa, tampouco na literatura russa. Somos um povo bélico. Ou guerreávamos ou nos preparávamos para a guerra. Nunca vivemos de outra maneira. Daí decorre uma psicologia bélica. Mesmo durante a paz, tudo na vida era próprio da guerra. O tambor batia, a bandeira esvoaçava, o coração saltava do peito... A pessoa não percebia sua escravidão, até amava essa escravidão. Eu também me lembro: depois da escola, a classe inteira se organizava para desbravar terras virgens, desprezávamos os que se recusavam a ir, chorávamos e lamentávamos que a revolução, a guerra civil, tudo tivesse acontecido antes de nós. Ao olhar para trás, será que éramos

REFLEXÕES XXIV

nós mesmos? Era mesmo eu? Lembrava-me de mim junto a meus heróis. Um deles disse: “Só um soviético pode entender um soviético.” Éramos pessoas com uma única memória comunista. Meu pai lembrava que passara a acreditar no comunismo depois do voo de Gagárin. Nós fomos os primeiros! Nós podemos tudo! E foi assim que ele e a minha mãe nos educaram. Eu era uma outubrista, usava uma medalhinha com um menino de cabelo encaracolado; era uma pioneira, uma *komsomolka*.^[4] A decepção veio depois.

Após a perestroika, todos esperavam a abertura dos arquivos. E eles foram abertos. Ficamos sabendo da história que tinham escondido de nós...

“Devemos arrastar conosco 90 milhões dos 100 que povoam a Rússia Soviética. Com os demais é impossível falar: é preciso destruí-los.” (Zinóviev, 1918.)

“Enforcar (enforcar impreterivelmente, para que o povo veja) pelo menos mil *kulaks* inveterados, dos mais ricos... tomar-lhes o pão, designar reféns... Fazer de tal forma que num raio de 100 *verstas* o povo veja e estremeça...” (Lênin, 1918.)

“Moscou está morrendo de fome.” (professor N.G. Kuznetsov a Trótski) “Isso não é fome. Quando Tito tomou Jerusalém, as mães judias comeram seus filhos. Quando eu fizer as mães comerem os filhos, aí você pode me dizer: ‘Estamos morrendo de fome.’” (Trótski, 1919.)

As pessoas liam os jornais e as revistas e ficavam caladas. Um horror irremediável desabou sobre elas. Como viver com isso? Muitos encararam a verdade como a um inimigo. E a liberdade também. “Não conhecemos nosso país. Não sabemos como pensa a maioria das pessoas; nós as vemos, encontramos com elas todos os dias, mas o que elas pensam, o que querem, nós não sabemos. Mas precisamos tomar coragem para estudá-las. Logo saberemos tudo. E ficaremos horrorizados”, disse um conhecido meu, com quem eu sempre conversava na cozinha de casa. Discuti com ele. Isso foi em 1991... Tempos felizes! Acreditávamos que no dia seguinte, exatamente no dia seguinte, começaria a liberdade. Começaria do nada, a partir dos nossos desejos.

REFLEXÕES XXIV

Dos Contos de Kolimá de Varlam Chalámov: “Fui um participante da grande batalha perdida pela renovação real da vida.” Isso foi escrito por um homem que passou dezessete anos nos campos stalinistas. A nostalgia pelo ideal permaneceu... Eu dividiria os soviéticos em quatro gerações: a de Stálin, a de Khruschóv, a de Brêjniev e a de Gorbachóv. Sou dessa última. Para nós, foi mais fácil aceitar o colapso do ideal comunista, já que não tínhamos vivido a época em que o ideal era jovem, forte, com a magia daquele romantismo funesto e de esperanças utópicas ainda não dissipadas. Crescemos na época dos anciãos do Krémelin. Em tempos vegetarianos, de jejum. O grande sangue do comunismo já fora esquecido. O entusiasmo causou estragos, mas resguardou o conhecimento de que a utopia não pode se transformar em vida.

Na primeira guerra da Tchetchênia, conheci, numa estação de trem em Moscou, uma mulher que vinha dos arredores de Tambov. Estava indo para a Tchetchênia, buscar o filho da guerra: “Não quero que ele morra. Não quero que ele mate.” O Estado já não possuía a alma dela. Ela era uma mulher livre. Havia poucas pessoas assim. As que se irritavam com a liberdade eram mais numerosas: “Comprei três jornais, e em cada um tinha uma verdade. Onde é que está a verdade real? Antes você lia o Pravda ^[5] de manhã e ficava sabendo tudo. Entendia tudo.” Demoravam para sair dessa anestesia. Se eu comesse a falar de arrependimento, ouvia: “E vou me arrepender do quê?” Cada um se sentia vítima, mas não cúmplice. Um dizia “também fui preso”; outro, “lutei na guerra”; um terceiro, “ergui minha cidade dos escombros, carreguei tijolo dia e noite”. Isso era totalmente inesperado: todos estavam ébrios com a liberdade, mas não preparados para ela. Onde estava a liberdade? Só na cozinha, onde continuavam xingando o governo, como de costume. Xingavam Iéltsin e Gorbachóv. Iéltsin por ter traído a Rússia. E Gorbachóv? Gorbachóv por ter traído tudo. Todo o século XX. Para nós, agora, será como é para os outros. Para todos. Pensávamos que dessa vez daria certo.

A Rússia mudou, e odiou a si mesma por ter mudado. “O mongol imóvel”, escreveu Karl Marx sobre a Rússia.

A civilização soviética... Tenho pressa de gravar seus rastros. Rostos

REFLEXÕES XXIV

conhecidos. Não pergunto sobre o socialismo, mas sobre amor, ciúme, infância, velhice. Sobre música, danças, penteados. Sobre os milhares de detalhes de uma vida que vai desaparecendo. Essa é a única maneira de enquadrar a catástrofe no contorno do cotidiano e tentar contar alguma coisa. Compreender alguma coisa. Não canso de me surpreender como a vida comum é interessante, como são infinitas as verdades humanas. A história se interessa apenas pelos fatos, as emoções ficam à margem. Eu, porém, não olho para o mundo com os olhos de historiadora. E me surpreendo.

Já perdi meu pai. E não posso mais concluir uma das conversas que tivemos. Ele disse que morrer na guerra era mais fácil para seus contemporâneos do que para aqueles meninos inexperientes que estavam morrendo na Tchetchênia. Nos anos 1940, eles saíram de um inferno para outro. Antes da guerra, meu pai estudava em Minsk, no Instituto de Jornalismo. Ele lembrava que, quando voltavam das férias, era comum não encontrar um professor conhecido sequer, todos tinham sido presos. Eles não entendiam o que estava acontecendo, mas sentiam medo. Sentiam medo, como na guerra.

Meu pai e eu tínhamos poucas conversas francas. Ele tinha pena de mim. E eu, eu tinha pena dele? Não sei responder. Éramos implacáveis com nossos pais. Achávamos que a liberdade era uma coisa muito simples. Não passou muito tempo, e nós nos curvamos sob o seu fardo, porque ninguém nos ensinou o que era a liberdade. Só nos ensinaram a morrer por ela.

Aí está ela, a liberdade! Foi por ela que esperamos? Estávamos dispostos a morrer por nossos ideais. Travar uma luta. Mas então começou uma vida “tchekhoviana”. Sem história. Ruíram todos os valores, exceto os valores da vida. Da vida em geral. Novos sonhos: construir uma casa, comprar um bom carro, plantar uma groselheira... A liberdade acabou sendo a reabilitação da pequena burguesia, geralmente espezinhada na vida russa. A liberdade de Sua Majestade, o Consumo. Da grandeza das trevas. Das trevas dos desejos, dos instintos, da vida secreta, de que só tínhamos uma vaga noção. Ao longo da história sobrevivemos, mas não vivemos. E agora aquela experiência de guerra já não era necessária, era preciso

esquecê-la. Milhares de novas emoções, de situações, de reações... Num átimo, tudo ficou diferente: placas, coisas, dinheiro, bandeira... E o próprio ser humano. Ele se tornou mais colorido, mais particular, o monólito voou pelos ares e a vida se dissipou em pequenas ilhas, em átomos, em células. Como se lê no Dal: ^[6] liberdade e vontade... vontade e espaço... liberdade e vastidão. O grande mal tornou-se uma lenda distante, um romance político detetivesco. Ninguém falava mais do ideal, falavam de crédito, porcentagens, câmbio; não ganhavam mais dinheiro, agora “faziam”, “lucravam”. Será que por muito tempo? “A mentira do dinheiro na alma russa é inextirpável”, escreveu Tsvetáieva. Era como se os heróis de Ostróvski e de Saltykov-Shchedrin ^[7] tivessem ganhado vida e flanassem pelas ruas.

Eu perguntava a todos com quem me encontrava: “O que é a liberdade?” Pais e filhos respondiam de maneiras diversas. Nascidos na União Soviética e nascidos depois da União Soviética são seres de planetas diferentes. Para os pais, liberdade é ausência do medo; são os três dias de agosto em que a tentativa de golpe foi vencida; é poder escolher entre 100 tipos de *kolbassá* ^[8] e não entre dez; é não ser chicoteado (embora não saibamos de geração que não tenha sido chicoteada); o russo não entende a liberdade, ele precisa do cossaco e do açoite. Para os filhos: liberdade é amor; liberdade interna é o valor absoluto; é não ter medo de seus desejos; ter muito dinheiro, porque então se terá tudo; conseguir viver de modo a não pensar na liberdade. Liberdade é o normal.

Estou procurando uma linguagem. O ser humano tem muitas linguagens: aquela com que se conversa com as crianças, aquela com que se fala de amor... Mas há também a linguagem com que falamos conosco mesmos, com a qual construímos nossas conversas interiores. Na rua, no trabalho, em viagens: em todo lugar, ressoa algo diferente, não só mudam as palavras, mas alguma outra coisa. De manhã as pessoas falam de um jeito, à noite, de outro. E o que acontece de madrugada entre duas pessoas desaparece completamente da história. Nós nos relacionamos apenas com a história do homem diurno. O suicídio é um tema noturno, o ser humano se encontra na fronteira entre o ser e o não ser. Na

REFLEXÕES XXIV

fronteira do sonho. Quero compreender isso exatamente como entendo o homem diurno. E me disseram: “Não tem medo de gostar?”

Viajávamos pela região de Smolensk. Em uma cidadezinha, paramos perto de um mercado. Que rostos familiares (eu mesma cresci em cidade pequena), que rostos bonitos e bons – e que vida humilhante e miserável ao redor. Começamos a falar da vida. “Você está perguntando de liberdade? É só passar no mercado: tem a vodca que você quiser, Standard, Gorbachóv, Pútinka, kolbassá aos montes, queijo, peixe. Tem banana. Quem precisa de mais liberdade? Isso aqui é o bastante.”

“E terra, vocês receberam terra?”

“E quem é que vai dar duro nela? Quem quiser pode pegar. Aqui só um tal Vaska Krutoi pegou. Ele tem um filho de 8 anos, que fica puxando o arado ao lado do pai. Se você for trabalhar com ele, enquanto ele não te roubar, não descansa. É um fascista!”

Em A lenda do Grande Inquisidor, de Dostoiévski, há um debate sobre a liberdade. Sobre sua trilha difícil, penosa, trágica... “Para que conhecer esse maldito bem e mal, quando isso custa tão caro?” O tempo todo o ser humano deve escolher: a liberdade ou o bem-estar e a ordem na vida; a liberdade com sofrimento ou a felicidade sem liberdade. E a maioria das pessoas escolhe o segundo caminho.

O Grande Inquisidor diz a Cristo, que voltou à Terra:

Por que vieste para nos atormentar? Pois vieste para nos atormentar, e Tu mesmo o sabes. Por tanto respeitar o homem, agiste como se deixasses de ter piedade dele, porque exigiste demais... Respeitando-o menos, menos exigirias dele, e isto seria mais próximo do amor, pois mais leve seria seu fardo. Ele é fraco e vil... Em que pode ser culpada uma alma fraca, que não tem forças para conter dádivas tão tremendas? Não há tarefa mais incessante e torturante para o homem do que, tendo se tornado livre, encontrar depressa alguém diante de quem possa curvar-se... e a quem possa repassar depressa aquela mesma dádiva da liberdade com que essa

REFLEXÕES XXIV

criatura infeliz nasce...

Nos anos 1990, sim, éramos felizes, mas já não podemos retornar àquela ingenuidade. Pensávamos que a escolha havia sido feita, que o comunismo perdera de maneira irreversível. Mas estava tudo apenas começando...

Vinte anos se passaram... “Não nos assustem com o socialismo”, dizem os filhos aos pais. Conversei com um conhecido meu, professor universitário:

No fim dos anos 1990, os alunos riam quando eu relembrava a União Soviética; eles tinham certeza de que um novo futuro se abria diante deles. Agora o quadro é diferente... Os alunos já descobriram, já sentiram na pele o que é o capitalismo: desigualdade, pobreza, riqueza descarada; eles já viram bem de perto a vida dos pais, para quem não sobrou nada da pilhagem do país. E eles adotaram uma postura radical. Sonham com a própria revolução. Usam camisetas vermelhas com retratos de Lênin e Che Guevara.

Há um novo apelo pela União Soviética. Pelo culto a Stálin. Metade dos jovens de 19 a 30 anos considera Stálin “um grande político”. Num país em que Stálin aniquilou mais pessoas do que Hitler, um novo culto a Stálin?! Tudo que é soviético voltou à moda. Por exemplo, os cafés “soviéticos”, com nomes soviéticos e comida soviética. Doces “soviéticos” e *kolbassá* “soviética”, com o cheiro e o gosto da nossa infância. E, claro, a vodka “soviética”. Na televisão, dezenas de programas, e na internet dezenas de *sites* de nostalgia “soviética”. Passeios turísticos a campos stalinistas – Solovki, Magadan. O anúncio diz que, para uma sensação plena, distribuem macacão e picareta. Mostram os barracões restaurados. E no fim organizam uma pescaria...

Ideias antiquadas estão de volta: do Grande Império, da “mão de ferro”, do “caminho peculiar da Rússia”... Restituíram o hino soviético, existe um Komsomol, agora chamado Náchi, ^[9] existe o partido do poder, que copia o partido comunista. O presidente tem o mesmo poder do secretário-geral. Absoluto. Em vez do marxismo-leninismo, a Igreja Ortodoxa...

REFLEXÕES XXIV

Antes da Revolução de 1917, Aleksandr Grin escreveu: “E o futuro parece que deixou de estar em seu lugar.” Cem anos se passaram, e mais uma vez o futuro não está em seu lugar. Chegou a época do *second-hand*.

Barricadas são um lugar perigoso para um artista. Uma armadilha. Lá, a visão fica prejudicada, as pupilas se fecham, o mundo perde as cores. O mundo se torna preto e branco. Já não se distingue um ser humano, vê-se apenas um ponto preto: um alvo. Passei a vida toda nas barricadas – gostaria de sair de lá. Aprender a ter alegria com a vida. Recuperar minha visão. Mas dezenas de milhares de pessoas saem de novo às ruas. De mãos dadas. Levam fitas brancas nos casacos. Um símbolo de renascimento. De luz. Eu também estou com eles.

Encontrei jovens vestindo camisetas com a foice e o martelo e o retrato de Lênin. Será que eles sabem o que é o comunismo?

“Compreendi o quê? Que os heróis de uma época raramente são heróis em outra. Fora Ivan-Bobinho. E Iemiélia. Amados heróis dos contos de fadas russos. Nossos contos de fadas falam da fortuna, daquele momento de sorte. Ter tudo sem precisar se mexer. Da esperança de uma ajuda miraculosa, de que tudo se resolva por conta própria. De que o fogão faça a comida sozinho, e o peixinho de ouro realize todos os nossos desejos. Quero isso e quero aquilo. Quero a Princesa Encantada! E quero morar em outro reino, com rios de leite ladeados de pudim. Somos sonhadores, é claro. A alma se esforça e sofre, mas as coisas andam pouco, já não há forças para isso. As coisas ficam paradas. A misteriosa alma russa...

Todos tentam entendê-la. Leem Dostoiévski... O que se têm além da alma? Nós, além da alma, só temos mais alma. Adoramos conversar na cozinha, ler um livro. Nossa principal ocupação é ler. Assistir. E assim nos sentimos singulares, únicos, embora não haja base nenhuma para tal, fora petróleo e gás. Por um lado, isso atrapalha a mudança de vida, mas por outro talvez dê a sensação de certo sentido. Sempre fica no ar que a Rússia deve criar, mostrar ao mundo algo fora do comum. O povo escolhido. O peculiar caminho russo. Temos um monte de Oblómovs ^[11] deitados no sofá,

REFLEXÕES XXIV

esperando por um milagre. Mas não temos Stolz. Desprezamos os Stolz, ativos e ágeis, por terem derrubado o bosque de bétulas tão querido, o jardimzinho das cerejeiras. Lá vão construir suas fabriquetas, fazer dinheiro. Os Stolz nos são estranhos...

A cozinha russa... A pequena e miserável cozinha da khruschoba, ^[12] com um banheiro atrás de uma parede fininha. Planejamento soviético. Na janela, cebola numa latinha usada de maionese, um vasinho com um *aloé* para combater resfriado. A cozinha para nós não é apenas um lugar onde se preparam as refeições – é também sala de jantar, sala de estar, escritório, tribuna. Um lugar para sessões coletivas de psicoterapia. No século XIX, toda a cultura russa vivia em propriedades senhoriais, mas no século XX ela passou para as cozinhas. E a perestroika também. Toda a vida ‘sessentista’ foi a vida ‘da cozinha’. Obrigado, Khruschóv! Foi na época dele que saímos dos apartamentos comunais, conseguimos cozinhas privadas, onde se podia xingar o governo, e ainda por cima sem ter medo, porque na cozinha era só gente da família.

Lá nasciam as ideias, os projetos fantásticos. Contávamos piadas... As piadas floresceram! Um comunista é aquele que leu Marx, e um anticomunista é aquele que entendeu. Crescemos nas cozinhas, e nossos filhos também, eles ouviam Gálitch e Okudjava conosco. Tocavam Vyssótski. ^[13] Captavam a BBC. Falávamos sobre tudo: sobre como as coisas estavam uma merda, mas também sobre o sentido da vida, a felicidade para todos.

Eu me lembro de um caso engraçado... Certa vez, ficamos conversando até depois da meia-noite, e nossa filha, que tinha 12 anos, pegou no sono ali mesmo, no sofazinho. E nós estávamos discutindo alguma coisa em voz alta. E ela meio dormindo deu um berro: ‘Chega de falar de política! De novo Sákharov ^[14]... Soljenítsin... Stálin...’ (Risos.)

Chás infinitos. Café. Uma vodcazinha. Mas nos anos 1970 bebíamos rum cubano. Todos apaixonados por Fidel Castro! Pela Revolução Cubana! Che Guevara com sua boina. Um bonitão hollywoodiano! Papos infinitos. Medo de que pudessem nos ouvir, com certeza nos ouviriam. No meio da conversa alguém sempre olhava rindo para o

REFLEXÕES XXIV

lustre ou para a tomada: ‘O senhor está ouvindo, camarada major?’ Pelo risco... Pelo jogo... Tínhamos até certa satisfação com essa vida dupla. Um número insignificante de pessoas se opunha abertamente, mas tínhamos muito mais ‘dissidentes de cozinha’. Falando mal pelas costas...”

“Agora dá vergonha ser pobre, não fazer esporte... É não ser bem-sucedido, resumindo. Só que sou da geração dos zeladores e dos guardas. Havia esse modo de emigração interna. Você vive e não percebe o que está em volta, como uma paisagem numa janela. Minha mulher e eu cursamos a faculdade de filosofia da Universidade de São Petersburgo (na época, de Leningrado); ela virou zeladora, e eu, fomalheiro numa sala de caldeiras. Você trabalhava um dia inteiro, dois, e depois ficava em casa. Um engenheiro naquela época recebia 130 rublos, e eu, na sala de caldeiras, 90; ou seja, você aceitava perder 40 rublos, mas em compensação recebia liberdade absoluta. Nós líamos, líamos muito. Conversávamos. Pensávamos estar produzindo ideias. Sonhávamos com a revolução, mas tínhamos medo de não chegar a vê-la. De um modo geral levávamos uma vida bem fechada, não sabíamos o que acontecia no mundo. Éramos ‘plantas de apartamento’. Inventamos tudo, como depois ficou claro, fantasiávamos tudo: o Ocidente, o capitalismo, o povo russo. Vivíamos com miragens. Essa Rússia que estava nos livros e nas nossas cozinhas nunca existiu. Só na nossa cabeça.

Com a perestroika tudo acabou... O capitalismo veio com tudo... Noventa rublos viraram 10 dólares. Não dava para viver com aquilo. Saímos da cozinha e fomos para a rua, e ali ficou claro que não tínhamos ideias, só tínhamos ficado sentados, conversando o tempo todo. De algum lugar, surgiram pessoas completamente diferentes: jovens com casacos roxos e anéis dourados. E com novas regras do jogo: se você tem dinheiro, é um ser humano; se não tem, não é ninguém. E daí se você leu Hegel? ‘Pessoa de humanas’ soava como um diagnóstico. Tudo que eles sabem é ficar segurando um livrinho de poesia de Mandelstam, eles dizem. Descobriram muita coisa que não se sabia. Os intelectuais ficaram absurdamente empobrecidos. No parque ao lado de casa, nos fins de semana os Hare Krishna

REFLEXÕES XXIV

cozinham a céu aberto e distribuíam sopa e alguma coisinha bem simples para complementar. Aparecia uma fila tão grande de velhinhos arrumadinhos que dava um nó na garganta. Alguns escondiam o rosto. Naquela época, nós já tínhamos dois filhos pequenos. Passamos fome, fome mesmo. Minha mulher e eu começamos a trabalhar com vendas. Comprávamos na fábrica de sorvete de quatro a seis caixas e íamos para a feira, onde havia muita gente. Não tinha nenhuma geladeira, depois de algumas horas o sorvete já estava derretido. Aí distribuíamos para os meninos que estavam passando fome. Que alegria! Minha mulher vendia, e eu ficava levando e trazendo as coisas – estava disposto a fazer qualquer coisa, menos vender. Por muito tempo me senti desconfortável.

Antes eu me lembrava sempre da nossa ‘vida de cozinha’... Que amor aquele! Que mulheres! Aquelas mulheres desprezavam os ricos. Não dava para comprá-las. Mas agora ninguém tem tempo para os sentimentos, todos querem ganhar dinheiro. A descoberta do dinheiro é como a explosão de uma bomba atômica...”

“O mundo se desfez em inúmeros pedacinhos coloridos. Como queríamos que a monotonia cinza soviética logo se transformasse em imagens do cinema americano! Já eram poucos os que se lembravam de que um dia fomos à Casa Branca...^[15] Aqueles três dias abalaram o mundo, mas não nos abalaram... Duas mil pessoas protestando, e as demais passavam por elas e as olhavam como se fossem idiotas. Bebeu-se muito, e sempre se bebe muito em nosso país, mas naquela época em particular bebeu-se mais ainda. A sociedade ficou paralisada: para onde estamos indo? Teremos capitalismo ou teremos um socialismo bom? Os capitalistas são gordos, são horríveis: foi isso que nos enfiaram na cabeça na infância... (Risos.)

O país se entupiu de bancos e comércio de rua. Surgiram mercadorias muito diferentes. Não mais botas grosseiras e vestidos de velhinha, mas coisas com que nós sempre tínhamos sonhado: jeans, casacos forrados, lingerie e louça de qualidade... Tudo colorido, bonito. As coisas soviéticas eram cinza, ascéticas, pareciam artefatos de guerra. As bibliotecas e os teatros ficaram vazios.

REFLEXÕES XXIV

Foram substituídos por feiras e lojas. Todos queriam a felicidade, e agora mesmo. Como crianças, descobriam um novo mundo... Não desmaiavam mais nos supermercados...

Um rapaz que eu conhecia começou um negócio. Ele me contou que na primeira vez trouxe mil latas de café-solúvel: levaram tudo em uns dois dias. Comprou 100 aspiradores de pó: também limparam tudo na mesma hora. Casacos, blusas, todo tipo de coisa: passe para cá! Todo mundo trocou de roupa, de sapato. Substituíram os eletrodomésticos e os móveis. Reformaram as datchas... Quiseram construir cercas e telhados bonitinhos... Às vezes eu e meus amigos começamos a relembrar e quase morremos de rir... Que maluquice! As pessoas estavam completamente empobrecidas. Precisávamos aprender tudo... Na época soviética, era permitido ter muitos livros, mas não um carro caro e uma casa. E nós aprendemos a nos vestir bem, a cozinhar coisas saborosas, beber suco e tomar iogurte de manhã... Até então eu desprezava o dinheiro, nem sabia o que era isso. Em nossa família, ninguém podia falar de dinheiro. Era vergonhoso. Crescemos num país em que o dinheiro não existia, pode-se dizer. Eu recebia meus 120 rublos como todo mundo, e era o bastante. O dinheiro veio com a perestroika. Com o primeiro-ministro Gaidar. Dinheiro de verdade. No lugar de ‘O nosso futuro é o comunismo’, faixas de ‘Compre! Compre!’ por todos os lados. Se quiser viajar, viaje. Você pode ir a Paris... Ou à Espanha... Uma festa... Uma tourada... Eu tinha lido sobre isso em Hemingway, li e achei que nunca veria aquilo. Os livros tomavam o lugar da vida... E então terminaram nossas vigílias noturnas na cozinha e começaram os salários fixos, os ganhos extras. Dinheiro virou sinônimo de liberdade. Isso mexeu com todo mundo. Os mais fortes e agressivos abriram um negócio. Esqueceram Lênin e Stálin. E assim nós nos salvamos de uma guerra civil, senão de novo teríamos ‘brancos’ e ‘vermelhos’. ‘Nós’ e ‘os outros’. Em vez de sangue, coisas... Vida! Escolhemos uma bela vida. Ninguém mais queria morrer bem, todos queriam viver bem. O fato de que não tinha pão para todo mundo é outra história...”

“Na época soviética a palavra tinha um *status* sagrado, mágico. E nas cozinhas os intelectuais ainda falavam de Pasternak, faziam

REFLEXÕES XXIV

sopa sem largar o Astáfiev e o Bíkov; ^[16] mas a vida não parava de provar que isso não importava mais. As palavras não significavam nada. Em 1991, internamos nossa mãe com uma pneumonia grave, e ela voltou como uma heroína, tinha falado pelos cotovelos no hospital. Falou de Stálin, do assassinato de Kírov, de Bukhárin... Os outros estavam dispostos a ouvi-la dia e noite. As pessoas queriam que lhes abrissem os olhos. Recentemente, ela foi de novo parar no hospital, e ficou calada o tempo todo. Num intervalo de cinco anos a realidade já tinha modificado todos os papéis. A heroína da vez era a mulher de um figurão, um homem de negócios... Todos ficaram perplexos com as histórias dela... Morava numa casa de 300 metros quadrados! E quantos criados: cozinheira, babá, motorista, jardineiro... Ela e o marido iam passar as férias na Europa... Museus, tudo bem, mas as butikues... As butikues! Um anel de tantos quilates, e o outro... E pingentes, brincos de ouro... Sucesso total! Nem uma palavra sequer sobre o *gulag* ou qualquer coisa do tipo. Aconteceu e pronto. Por que ficar discutindo agora com os velhos?

Como de hábito, entrei num sebo, e lá repousavam calmamente na estante os 200 volumes da Mundial e da Biblioteca das Aventuras, ^[17] aquela mesma, laranja, com que eu tanto sonhara. Observei as lombadas, passei um bom tempo sentindo aquele cheiro. Eram montes de livros! Os intelectuais estavam vendendo suas bibliotecas. É claro que as pessoas tinham empobrecido, mas não era por isso que se desfaziam de seus livros, não era só para ganhar um trocado: os livros tinham sido uma decepção completa. Já não convinha perguntar: ‘E o que você está lendo agora?’ Muitas coisas tinham mudado na vida, mas isso não estava nos livros. Os romances russos não ensinam a ter sucesso na vida. Como ficar rico... Oblómov fica deitado no sofá, e os heróis de Tchékhev passam o tempo todo tomando chá e reclamando da vida... (Silêncio.) Que Deus não permita viver em época de mudanças, dizem os chineses. Entre nós, são poucos os que conseguiram manter-se como eram antes. As pessoas decentes parecem ter sumido. Por todo lado eram cotovelos e dentes...”

“Eu não diria que os anos 1990 foram bons. Foi uma época

REFLEXÕES XXIV

detestável. As mentes deram uma guinada de 180 graus... Alguns não aguentaram e enlouqueceram, os hospitais psiquiátricos ficaram abarrotados. Eu ia visitar um amigo num deles. Tinha um cara que gritava: ‘Sou Stálin! Sou Stálin!’ Outro: ‘Sou Berezóvski! Sou Berezóvski!’^[18] Havia uma seção inteira de stálins e berezóvskis. Tiroteio na rua o tempo inteiro. Morreu um monte de gente. Todo dia tinha acerto de contas. Afanar. Tirar o seu. Um foi arruinado, um foi preso. Saiu do trono direto para a masmorra. Mas por outro lado era uma viagem: tudo acontecia bem na sua frente...

Nos bancos havia filas e filas de pessoas que queriam abrir um negócio: uma padaria, uma loja de eletrônicos... Eu também entrei nessa fila. E fiquei surpreso com a quantidade de gente; éramos muitos. Uma senhora com boina de crochê, um menino com agasalho esportivo, um homenzarrão forte com cara de presidiário... Ao longo de setenta e poucos anos nos ensinaram que a felicidade não está no dinheiro, que as melhores coisas da vida são de graça. O amor, por exemplo. Mas bastou alguém falar de uma tribuna ‘façam comércio, enriqueçam’, e tudo aquilo foi esquecido. Esqueceram todos os livrinhos soviéticos. Essas pessoas não eram nem um pouco parecidas com aquelas com quem eu passava o dia inteiro dedilhando no violão. A muito custo, aprendi três acordes. A única coisa que unia essas pessoas à ‘turma da cozinha’ era que todos estavam cansados das bandeiras escarlates e de todo aquele falso brilho: reuniões do Komsomol, aulas de educação política... O socialismo pensava que as pessoas fossem meio bobinhas...

Eu sei muito bem o que é um sonho. Passei a infância pedindo uma bicicleta, e não tive. Nossa vida era pobre. Na escola eu contrabandeava jeans, na faculdade, uniformes militares soviéticos junto com diversos símbolos. Os estrangeiros compravam. Era um contrabando comum. Na época soviética, isso dava cadeia de três a cinco anos. Meu pai corria atrás de mim com um cinto, gritando: ‘Seu agiota! Eu dei meu sangue na defesa de Moscou, mas acabei criando um merdinha que nem você!’ Ontem era crime, hoje é um negócio. Em um lugar eu comprava pregos, no outro comprava solas de sapato; embrulhava e vendia como um produto novo.

Trazia o dinheiro para casa. Comprei de tudo, enchi a geladeira.

REFLEXÕES XXIV

Meus pais ficaram esperando que me prendessem. (Gargalhadas.) Eu vendia eletrodomésticos. Panelas de pressão, panelas de vapor... Trouxe de carro da Alemanha um reboque cheio dessas coisas. E vendi tudo... No meu escritório tinha uma caixinha debaixo do computador, cheia de dinheiro, só assim eu entendia que aquilo era dinheiro. Eu tirava daquela caixinha, tirava e tirava, mas nunca acabava. Parecia que eu já tinha comprado tudo: carro, apartamento... Rolex... Lembro-me daquela euforia... Dava para realizar todos os desejos, as fantasias secretas. Descobri muito sobre mim mesmo: em primeiro lugar, que eu não tinha gosto, depois, que eu era complexo. Não conseguia me relacionar com o dinheiro. Não sabia que quando o dinheiro é muito ele precisa ficar em movimento, não pode ficar parado. O dinheiro é para o homem uma experiência como o poder, como o amor... Eu sonhava... E fui para Mônaco. Num cassino em Monte Carlo perdi uma quantia enorme de dinheiro, muito dinheiro. Perdi o controle... Eu tinha virado escravo da minha caixinha. Tem dinheiro lá ou não? Quanto tem? Tinha que ter mais e mais. Parei de me interessar por aquilo que me interessava antes. Política, passeatas... Sákharov morreu. Fui me despedir dele. Centenas de milhares de pessoas... Todos choraram, e eu também chorei. E aí recentemente li sobre ele num jornal: 'Morreu o grande iuródivy ^[19] da Rússia.' E então pensei que ele morreu na hora certa. Soljenítsin voltou da América, todos foram recebê-lo. Mas ele não nos entendia, e nós não o entendíamos. Era um estrangeiro. Ele voltara para a Rússia, mas pela janela ele via Chicago.

O que seria de mim se não fosse a perestroika? Um especialista em tecnologia com salário miserável... (Risos.) Agora tenho minha clínica oftalmológica. Centenas de pessoas dependem de mim, bem como suas famílias, vovôs e vovós. Você fica se remoendo, refletindo, mas eu não tenho esse problema. Trabalho dia e noite. Comprei equipamentos novinhos, mandei meus cirurgiões para estagiar na França. Mas não sou um altruísta, ganho muito bem. Consegui tudo sozinho... Eu só tinha 300 dólares no bolso... Comecei um negócio com meus sócios; você cairia para trás se eles entrassem agora nesta sala. Uns gorilas! De olhar cruel! Agora não estão mais aqui, desapareceram, como dinossauros. Eu andava com

REFLEXÕES XXIV

colete à prova de bala, atiraram em mim. Se alguém estiver comendo pior do que eu, não estou nem aí. Todos vocês queriam que viesse o capitalismo. Sonharam! Agora não gritem que foram enganados...”

“Saímos do cinema, era de noite. Um homem estava caído numa poça de sangue. Nas costas, em sua capa, um buraco de bala. Ao lado dele, um policial. Foi a primeira vez que vi uma pessoa morta. Logo me acostumei. Nosso prédio era grande, eram vinte blocos. Todas as manhãs havia um cadáver no pátio, e a gente nem se impressionava. O capitalismo de verdade tinha começado. Com sangue. Eu esperava que fosse ficar abalado, mas não. Depois de Stálin, passamos a ter outra relação com o sangue. Lembramos que era nosso povo matando nosso povo... E dos assassinatos em massa, de pessoas que nem sabiam por que estavam morrendo. Isso ficou, está presente em nossa vida. Crescemos em meio a carrascos e vítimas. Para nós é normal que eles vivam lado a lado. Sem limite entre estado de paz e guerra. É sempre guerra. Você liga a televisão, e todos estão falando como bandidos: políticos, homens de negócio, o presidente. Propinas, subornos, rateios... A vida humana não vale um tostão. Como na cadeia.

Por que nós não julgamos Stálin? Para julgar Stálin, teríamos que julgar nossos parentes, nossos conhecidos. As pessoas mais próximas. Vou contar da minha família... Meu pai foi preso em 1937; graças a Deus ele voltou, mas passou dez anos preso. Voltou e queria muito viver. Ele mesmo ficava surpreso com isso, de querer viver depois de tudo que tinha visto... Isso não acontecia com todos, nem de longe. Minha geração cresceu com pais que ou tinham voltado dos campos ou tinham voltado da guerra. Só sabiam falar de violência. De morte. Eles raramente riam, ficavam sempre calados. E bebiam... bebiam... No final das contas, morriam de tanto beber. Mas também havia aqueles que não tinham sido presos, mas que tinham medo de ser presos. É isso não foi um mês ou dois, durou anos, anos! E se o cara não fosse preso, se perguntava: Por que todo mundo foi preso, e eu não? O que foi que eu não fiz? Podiam te prender, mas também podiam te mandar para trabalhar para o NKVD... [20] O que o Partido pede é uma ordem. É uma escolha

desagradável, mas muitos tinham que fazê-la. Agora, os carrascos... Eram comuns, não eram assustadores. Quem denunciou meu pai foi nosso vizinho, tio Iura. Por uma bobagem, como dizia minha mãe. Eu tinha 7 anos. O tio Iura levava os filhinhos para pescar, me levava também, para andar a cavalo. Consertava nossa cerca. Entendeu? O retrato do carrasco é totalmente diferente: é uma pessoa comum, até mesmo boa. Prenderam meu pai e depois de alguns meses pegaram o irmão do meu pai. Na época do Iéltsin, vi o arquivo do inquérito, e tinha mais de uma denúncia, uma delas escrita pela tia Ólia, sobrinha dele. Uma mulher bonita, alegre... Cantava bem... Tia Ólia já estava velha, e eu perguntei: 'Tia, me conte do ano de 1937...' 'Foi o ano mais feliz da minha vida. Eu estava apaixonada', ela me respondeu... O irmão do meu pai não voltou para casa. Sumiu. Ninguém sabe se na prisão ou no campo. Foi difícil, mas mesmo assim fiz a pergunta que me atormentava: 'Tia Ólia, por que você fez isso?' 'Onde é que já se viu uma pessoa honrada na época do Stálin?' (Silêncio.) E tinha também o tio Pável, que serviu na Sibéria, nas tropas do NKVD... Sabe, não existe o mal quimicamente puro... Não foram só o Stálin e o Béria... Foi também o tio Iura, a bela tia Ólia..."

Fui a São Petersburgo em busca de uma outra história, mas voltei com esta. Comecei a conversar com uma companheira de viagem no trem, a publicitária Alizza Z, de 35 anos...

"Uma amiga minha se matou... Era forte, bem-sucedida, cheia de admiradores, muitos amigos. Ficamos todos em choque. O que é o suicídio? Uma covardia ou um ato de coragem? Um plano radical, um grito de ajuda ou uma imolação? Uma saída... uma armadilha... um suplício... Eu quero... Posso contar por que nunca farei isso..."

Amor? Essa possibilidade eu nem discuto... Não sou contra esse sentimento radioso e sublime, mas você deve ser a primeira pessoa em dez anos que ouço pronunciar essa palavra. O século XXI é dinheiro, sexo e dois canos, e você vem falar de sentimentos... Todos saíram correndo atrás de dinheiro... Eu não tinha vontade de casar logo, ter filhos, sempre quis fazer uma carreira, isso ficava em primeiro lugar. Eu dou valor a mim mesma, ao meu tempo e à minha vida. E de onde é que você tirou que os homens procuram o

REFLEXÕES XXIV

amor? Amor... Os homens consideram a mulher uma presa, um troféu de guerra, uma vítima, e eles são os caçadores. Essas regras foram elaboradas durante séculos. E as mulheres procuram um príncipe, mas não num cavalo branco, e sim com um saco de ouro. Um príncipe de idade indefinida... Pode até ser um senhorzinho... E daí? Quem manda no mundo é a grana! Mas eu não sou nenhuma vítima, sou caçadora...

Há dez anos cheguei a Moscou... Era frenética, ativa, vivia dizendo para mim mesma: nasci para ser feliz, quem sofre são os fracos, a humildade é a coroa dos fracos. Vim de Rostov... Meus pais trabalham numa escola: meu pai é químico, minha mãe é professora de russo e literatura. Eles se casaram durante a faculdade, meu pai só dispunha de um terno decente, mas tinha um estoque de boas ideias e, na época, isso bastava para fazer a cabeça de uma garota. Até hoje eles adoram lembrar os tempos em que passaram com um único jogo de lençol, um travesseiro e um par de chinelos cada um. Varavam a noite lendo Pasternak um para o outro. Sabiam de cor! Viviam num ninho de amor! ‘Até as primeiras geadas’, eu brincava. ‘Você não tem fantasia’, minha mãe se ofendia. Éramos uma família soviética normal: de manhã, trigo-sarraceno ou macarrão na manteiga, laranja uma vez ao ano, no Ano-Novo. Até hoje lembro o cheiro delas. Não o cheiro de agora, mas o daquela época... era o cheiro de outra vida... uma vida boa... As férias de verão eram no mar Negro. Nós íamos ‘como selvagens’ para Sótchi, ficávamos todos no mesmo quarto de 9 metros quadrados. Mas tínhamos motivo de orgulho... de muito orgulho... Tínhamos orgulho de nossos livros favoritos, que conseguíamos por baixo do pano, no pistolão, e também a alegria de conseguir de graça (uma amiga da minha mãe trabalhava no teatro) ingressos para uma estreia! Teatro! Tema eterno para conversas em companhia decente... Agora escrevem sobre os campos soviéticos, o gueto comunista. Um mundo canibal. Não me lembro de nada terrível... Lembro de um mundo ingênuo e desajeitado. Eu sempre soube que não iria viver daquele jeito! Não queria! E quase fui expulsa da escola por causa disso. Pois é... Nascidos na União Soviética, isso é um diagnóstico... um estigma! Nós tínhamos aulas de economia doméstica – os meninos por algum motivo aprendiam a dirigir

REFLEXÕES XXIV

carros, e as meninas, a fritar almôndegas, e eu sempre deixava queimar aquelas malditas almôndegas. Uma professora, a responsável da nossa classe, tentava me pôr nos eixos: ‘Você não sabe fazer nada! Você vai se casar, e como é que vai alimentar seu marido?’ Reagi na mesma hora: ‘Eu não pretendo fritar almôndegas. Vou ter uma empregada.’ Era 1987... Que capitalismo, que empregada?! Ainda era socialismo para todo lado! O diretor chamou meus pais, levei um sermão na reunião geral, no conselho escolar. Queriam me expulsar dos pioneiros, do Komsomol. Eu até chorei... Não conseguia guardar as rimas na cabeça, só as fórmulas... não me lembrava de nenhuma rima... Quando ficava sozinha em casa, punha o vestido da minha mãe, os sapatos dela e sentava no sofá. Lia Anna Kariênina. Os bailes da sociedade, os criados, as insígnias... os encontros amorosos... Gostava de tudo até o momento em que a Anna se jogava debaixo do trem: a troco de quê? Ela era bonita, rica... Por amor? Nem Tolstói conseguia me convencer... Eu preferia romances ocidentais, gostava das garotas salientes por quem os homens se matavam, se torturavam. Jogavam-se aos pés delas. A última vez que chorei por um amor não correspondido foi aos 17 anos: fiquei a noite inteira no banheiro com a torneira ligada. Minha mãe me consolava com versos do Pasternak... Até decorei: ‘Ser mulher é um grande passo,/Levar um homem à loucura é heroísmo.’ Não gostei da infância nem da juventude, fiquei o tempo todo esperando aquilo acabar. Eu rachava de estudar, treinava na academia. Mais rápido, mais alto, mais forte! Em casa o pessoal ficava ouvindo cassetes com as músicas do Okudjava: ‘Vamos dar as mãos, irmãos...’ Não! Aquele não era o meu ideal.

Fui para Moscou... Moscou! Sempre penso em Moscou como uma rival, desde o primeiro instante a cidade me despertou uma fúria competitiva. Minha cidade! Aquele ritmo frenético, aquela viagem! Um impulso para minhas asas! Eu tinha 200 ‘verdinhas’ e alguns poucos rublos. E só! Os anos 1990 foram cruéis... Meus pais estavam sem receber fazia tempo. Uma miséria! Todo dia meu pai ficava tentando se convencer, me convencer e convencer à minha mãe: ‘Temos que ter paciência. Esperar. Confio no Gaidar.’ Pessoas como eles ainda não tinham tomado consciência de que o capitalismo já havia começado. O capitalismo russo... jovem e

REFLEXÕES XXIV

calejado, aquele mesmo que ruiu em 1917... (Fica pensativa.) Será que eles entendem isso agora? É difícil responder... Eu tenho certeza de uma coisa: meus pais não queriam o capitalismo. Sem dúvida. Eu queria, outros como eu queriam, gente que não queria ficar dentro da gaiola. Jovens, fortes. Para nós o capitalismo era interessante... as aventuras, o risco... Não é só o dinheiro. Bem, vou revelar meu segredo! Gosto mais de ler sobre o capitalismo, sobre o capitalismo contemporâneo – não os romances de Dreiser –^[21] do que sobre o *gulag* e o déficit soviético. Sobre os delatores. Opa! Toquei numa coisa sagrada. Não posso nem mencionar esse assunto com meus pais. Não posso falar nada. Meu pai continua sendo um romântico soviético. Em agosto de 1991... A tentativa de golpe! Na televisão desde cedo só passava o balé O Lago dos Cisnes... E em Moscou tinha tanque na rua, como na África... Meu pai, junto com umas sete pessoas, todos os amigos dele, saíram direto do trabalho e zarparam para a capital. Apoiar a revolução! Fiquei sentada na frente da tevê... Lembro-me do Iéltsin em cima do tanque. O império ruindo... Pois que ruísse... Ficamos esperando meu pai como se ele estivesse na guerra, ele voltou como herói! Acho que ele até hoje vive daquilo. Depois de um tempão, entendi que aquela foi a coisa mais importante da vida dele. Como o nosso avô... Meu avô passou a vida inteira contando como eles tinham derrotado os alemães em Stalingrado. Depois do império, a vida do meu pai ficou chata, desinteressante, ele não tem pelo que viver. Em geral, eles se decepcionaram... A geração dele... Eles têm uma sensação de derrota dupla: o ideal comunista fracassou, e eles não conseguiram entender o que veio depois dele. Eles queriam outra coisa – se fosse o capitalismo, que fosse com um rosto humano, com um sorriso fascinante. Esse mundo não é deles. É estranho. Mas esse é o meu mundo! Meu! Eu fico feliz por só ver os soviéticos na parada da vitória sobre a Alemanha, no Nove de Maio... (Silêncio.)

Fui para a capital de carona, era mais barato. E quanto mais eu olhava pela janela, com mais raiva ficava, já sabia que não deixaria Moscou. Por nada no mundo! Tinha gente vendendo coisa dos dois lados... Aparelhos de chá, pregos, bonecas: as pessoas recebiam em espécie. Dava para trocar um ferro de passar ou uma frigideira por kolbassá (nos frigoríficos, pagavam com kolbassá), por doces, por

açúcar. Em Moscou, chovia a cântaros, mas mesmo assim fui até a Praça Vermelha ver as cúpulas da igreja de São Basílio e as muralhas do Krémelin: aquilo era poder, era força, e eu estava ali! Bem no coração! Eu andava mancando, antes da partida tinha quebrado o mindinho do pé na academia, mas estava de salto alto e usava meu melhor vestido. É claro que destino é questão de sorte, é uma carta, mas tenho faro, sei o que quero. O universo não dá nada de graça... de mão beijada... Tome isso aqui! E mais isso aqui! Tem que querer muito. E eu queria! Minha mãe só me trazia uns pasteizinhos feitos em casa e contava que ela e meu pai tinham ido à manifestação dos democratas. Todo mês o governo dava para cada pessoa um cupom valendo 2 quilos de farinha, 1 quilo de carne e 200 gramas de manteiga. Filas, filas e mais filas, e aqueles números na palma da mão. Não gosto da palavra *sovok*! Meus pais não são *sovok*, eles são românticos! São como crianças pequenas. Eu não os entendo, mas amo aqueles dois! Avancei na vida sozinha... solitária... não foi fácil... Tenho motivos para gostar de mim! Entrei na faculdade sem professor particular, sem dinheiro nem pistolão. Na faculdade de jornalismo... No primeiro ano, um colega se apaixonou por mim e perguntou: 'E você, está apaixonada?' Respondi: 'Estou apaixonada por mim.' Consegui tudo sozinha. Achava os colegas pouco interessantes, as aulas eram chatas. Professores soviéticos seguindo um material didático soviético. Mas ao redor já fervia uma vida nada soviética, insana! Apareceram as primeiras mercadorias importadas usadas, que êxtase! O primeiro McDonald's na praça Púchkin... Cosméticos poloneses... e o boato horroroso de que eram para maquiagem defunto... O primeiro comercial na tevê foi de um chá turco. Antes era tudo cinza, mas agora as cores eram vivas, os cartazes eram chamativos. A gente queria tudo! A gente podia ter tudo! Você podia ser quem você quisesse: corretor, assassino de aluguel, *gay*... Para mim, os anos 1990 foram abençoados, inesquecíveis... Foi a época dos tecnocratas, dos bandidos e aventureiros! Só as coisas continuaram soviéticas, as pessoas já tinham outra programação na cabeça... Se você se mexer e der duro, vai ter tudo. Que Lênin? Que Stálin? Isso já tinha ficado para trás, uma vida maravilhosa se abria agora: você podia ver o mundo todo, morar num belo apartamento, andar em

REFLEXÕES XXIV

carro de luxo, almoçar carne de elefante... A Rússia não sabia o que escolher... Aprendi muito na rua e nas festas, aí decidi fazer um curso por correspondência. Encontrei um trabalho num jornal. Amava minha vida desde o raiar do sol.

Eu olhava para cima... para o alto da escada da vida... Não sonhava com alguém que me comesse na entrada de um prédio ou numa sauna e depois me pagasse jantares em restaurantes caros. Eu tinha muitos admiradores... Não dava bola para os homens da minha idade, eu até podia ser amiga deles, ir com eles à biblioteca. Nada sério. Mas eu gostava de homens mais velhos, bem-sucedidos, já resolvidos. Achava interessante ficar com eles, era engraçado e proveitoso. Mas para mim... (Risos.) Por muito tempo carreguei esse toque, de moça de boa família, vinda de uma casa com muitos livros, a estante era o principal móvel da casa, eu vivia cercada de escritores e pintores. Gênios incompreendidos. Eu não tinha nenhuma intenção de dedicar a vida a um gênio que só vai ser reconhecido depois de morto e que vai ser adorado por nossos descendentes. E depois, aquelas conversas todas, eu já estava saturada delas: o comunismo, o sentido da vida, a felicidade para os outros... Soljenitsin e Sákharov... Não, aqueles não eram os heróis da minha história, eram os heróis da minha mãe. Os que liam e sonhavam em voar, como a gaivota do Tchékhev, foram substituídos pelos que não liam, mas sabiam voar. Todo aquele pacote caiu em desuso: os livros clandestinos, as conversas sussurradas na cozinha. Que vergonha, os nossos tanques estavam em Praga! Mas se eles já estavam em Moscou! Quem é que ficava surpreso com aquilo? No lugar dos poemas clandestinos, um anel de diamantes, roupas de grife... A revolução dos desejos! Eu gostava... Adoro os funcionários e os homens de negócios... Achava inspirador o vocabulário deles: *offshores*, concussão, permutas. *Marketing* de rede, abordagem criativa... Nas reuniões de planejamento da redação, diziam-nos: 'Precisamos de capitalistas. Vamos ajudar o governo de Iéltsin e Gaidar a formar capitalistas. Com urgência!' Eu era jovem, bonita... Mandaram-me entrevistar esses capitalistas... Como eles tinham enriquecido? Como ganharam o primeiro milhão? Socialistas tinham virado capitalistas? Era preciso descrever isso tudo... Por algum motivo era justamente o tal milhão que interessava. Ganhar 1

milhão! Nós estávamos acostumados à ideia de que o russo não queria ser rico, tinha até medo. O que é que ele queria, afinal? Mas uma coisa o russo sempre quis: que o vizinho não ficasse rico. Mais rico que ele. Paletó vermelho, corrente de ouro... Isso é coisa do cinema, de seriados de tevê... Os caras que conheci tinham uma lógica de ferro e uma mão de ferro. Um pensamento sistemático. Todos estudavam inglês. Administração. Os acadêmicos e os doutores haviam deixado o país... os físicos e os líricos... Mas aqueles, os novos heróis, eles gostavam de morar na Rússia. Era a hora deles! Queriam ser ricos, eles queriam tudo. Tudo!

E aí eu conheci um homem... Acho que amei aquele homem. Parece uma confissão, não? (Risos.) Ele era vinte anos mais velho, tinha família, dois filhos. Uma mulher ciumenta. Uma vida programadinha... Mas nós ficamos enlouquecidos um pelo outro. Tão inebriados que, de manhã, para não chorar no trabalho, ele mandava ver dois comprimidos de temazepam. Eu também cometia atos insanos, só me faltou pular de paraquedas. Foi assim, desse jeito... flores e chocolates... Ainda não importava quem estava enganando quem, quem estava caçando quem e quem queria o quê. Eu era jovem, tinha 22 anos... Fiquei apaixonada... totalmente. Hoje entendo que o amor é um tipo de negócio, cada um corre seu risco. Sempre! Hoje é raro encontrar alguém fascinado pelo amor. O pessoal concentra todas as energias em dar o salto! Na carreira! Um garotas novinhas ficam conversando no fumódromo do trabalho, e, se uma delas manifesta sentimentos de verdade, as outras rebatem: que otária, dizem, ela gamou. (Risos.) Otária! Eu era uma otária tão feliz! Ele dispensava o motorista, pegava o carro, e nós passeávamos pela cidade num Moskvitch fedendo a gasolina. A gente se beijava sem parar. 'Eu agradeço a você', ele dizia. 'Você me levou de volta para uma época de uns 100 anos atrás.' Essas cenas eram como *flashes*... Eu ficava aturdida com o ritmo dele, com sua energia... Ele me ligava de noite: 'Amanhã voamos para Paris.' Ou: 'Vamos dar um pulo nas Canárias. Eu tirei três dias.' No avião, íamos de primeira classe, pegávamos um quarto no hotel mais caro: debaixo dos nossos pés, o chão era de vidro, tinha peixes nadando embaixo. Um tubarão vivo! Mas o que me ficou para o resto da vida foi outra coisa... Foi o Moskvitch com cheiro de gasolina nas noites

REFLEXÕES XXIV

de Moscou. E nossos beijos... uma loucura... Eu me apaixonei... (Silêncio.) Mas ele queria que a vida fosse uma festa. Para ele. Ele queria isso para si... Quando eu estiver batendo nos 40, talvez consiga entendê-lo... Um dia chego lá... Por exemplo, ele não gostava que o relógio funcionasse, só gostava quando o relógio parava. Ele tinha essa relação com o tempo... Pois é! Então. Eu adoro gatos. Eles não choram, nunca alguém viu as lágrimas deles. Se alguém me encontra na rua, pensa: É rica e feliz! Eu tenho tudo: uma casa grande, um carro caro, móveis italianos. E uma filha que eu adoro. Tenho uma empregada, não frito minhas almôndegas e não lavo roupa; posso comprar tudo que quiser... um monte de bibelôs... Mas vivo sozinha. E quero viver sozinha! Não tem ninguém com quem eu me sinta tão bem quanto comigo mesma, adoro falar sozinha... sou uma excelente companhia!

O que eu penso... sinto... Como eu via as coisas ontem e como vejo hoje? Eu antes gostava de azul, agora gosto de lilás... Em cada um de nós acontece tanta coisa. Lá dentro tem todo um universo. Mas a gente quase não dá atenção. Estamos ocupados com o exterior, com a superfície... (Risos.) Solidão é liberdade... Fico feliz todos os dias por ser sozinha: vai ligar ou não vai ligar, vai vir ou não vai vir, vai largar ou não vai largar, xô! Isso não é problema meu! Não é. Não tenho medo da solidão... Eu tenho medo... de quem eu tenho medo? Tenho medo de dentista... (Explode inesperadamente.) As pessoas sempre mentem quando falam de amor... e de dinheiro... mentem sempre, e de maneiras diferentes. Não tenho vontade nenhuma de mentir... Nenhuma! (Acalmando-se.) Desculpe... Desculpe-me ... Fazia tempo que eu não lembrava...

Como foi? Foi como sempre... Eu queria um filho dele, fiquei grávida... Será que ele se assustou? Os homens são uns covardes! Pode ser um mendigo ou um oligarca, não tem diferença. Vão para a guerra, fazem revoluções, mas no amor traem. A mulher é mais forte: 'Ela para um cavalo a galope e entra em uma *isbá* em chamas.'^[22] E conforme as leis de gênero... 'Os cavalos continuam a galopar e galopar. E as *isbás* a queimar e queimar'... 'Não existe homem com mais de 14 anos'; pela primeira vez, a minha mãe me deu um conselho razoável. Lembro que foi assim... Dei a notícia para ele na

véspera de embarcar para uma viagem de trabalho, mandaram-me para a bacia do Donets. E eu adorava essas viagens, adorava o cheiro das estações e aeroportos. Quando voltava, gostava de contar tudo para ele, discutíamos tudo. Agora entendo que ele não só me abriu mundo, surpreendeu-me, levou-me a butiques estonteantes, deu-me presentes: ele também me ensinou a pensar. Não que isso fosse tarefa dele, mas aconteceu. Eu ficava olhando para ele, escutando. Até quando pensava que ficaríamos juntos, não pretendia viver para sempre nas costas dele, só no *glamour*, levemente. Eu tinha um plano para a minha vida. Adorava meu trabalho, fiz carreira depressa. Viajei muito... E naquela vez... Eu voei para esse povoado de mineração... Fui cobrir uma história terrível, mas típica daquela época: num feriado, mineiros exemplares foram premiados com uns toca-fitas, e aí de madrugada mataram uma família inteira. Não levaram nada, só o toca-fitas. Um Panasonic de plástico! Uma caixinha! Em Moscou havia carros chiques, supermercados, mas mal se saía da cidade e um toca-fitas já era um tesouro. Os ‘capitalistas’ locais, com quem meu diretor sonhava, andavam com um séquito de guardas armados com metralhadoras. Iam ao banheiro com um segurança. Mas havia um cassino aqui, outro lá, outro acolá. E um restaurantezinho privado. Assim eram os anos 1990... Passei três dias fora. Voltei, e nós nos encontramos. Primeiro ele ficou contente: vamos ter um filho! Ele tinha dois meninos, queria uma menina. Mas as palavras... elas não significam nada, as pessoas se escondem atrás das palavras, se defendem com elas. Os olhos! Nos olhos dele apareceu um medo: precisava tomar uma decisão, mudar de vida. Aquilo ali era um embaraço... Um entrave. A-a-a-ah! Há homens que vão logo embora, vão embora com suas malas, empacotam as meias e as camisas úmidas... E há outros que são como ele... Bli-bli-bli, blá-blá-blá... ‘O que você quer? Diga-me o que devo fazer’, ele me perguntava. ‘Uma palavra sua, e eu me divorcio. Você só precisa dizer.’ Eu ficava olhando para ele...

Ficava olhando para ele, e meus dedos gelavam, eu já começava a entender que não seria feliz com ele. Era jovem e burra... Podia atacá-lo, como quando se caça um lobo, eu sei ser uma predadora, uma pantera. Na época eu só sofria. O sofrimento é uma dança: tem

REFLEXÕES XXIV

o gesto, o pranto e a resignação. Como no balé. Mas tem um segredo, um segredo simples: é desagradável ser infeliz... é humilhante... Eu ia direto ao hospital fazer exame de rotina. Um dia eu liguei para ele de manhã, dizendo para ele ir me buscar, iam me dar alta antes do almoço, e ele respondeu com voz de sono: 'Não posso. Hoje não posso.' E não ligou de volta. Naquele mesmo dia, ele voou com os filhos para a Itália, foi esquiar. Era 31 de dezembro... Chamei um táxi... A cidade estava coberta de neve, eu fui andando no meio dos montes de neve, segurando a barriga. Fui andando sozinha. Mentira! Eu não estava sozinha, nós já éramos duas. Eu e a minha filha... minha filhota... adorada! Eu já a amava mais que tudo no mundo! E ele, será que eu amava aquele homem?

Foi como no conto de fadas: viveram felizes por muito tempo e morreram no mesmo dia. Eu sofri, mas não morri: 'Não posso viver sem ele. Vou morrer sem ele.' Provavelmente nunca tinha conhecido um homem como ele... para falar uma coisa dessas... Pois é! Pois é, pois é! Mas aprendi a perder, não tenho medo de perder... (Olhando para a janela.) Desde então não tenho grandes histórias... Tive uns pequenos romances... Eu arranjo sexo com facilidade, mas isso é diferente, isso é outra coisa. Não gosto do cheiro dos homens, não o cheiro do amor, o cheiro dos homens. Num banheiro, sempre percebo se um homem passou por ali... mesmo que ele tenha o perfume mais caro, os cigarros mais caros... Tenho horror de pensar no trabalho que dá ter outra pessoa ao lado. Ter que se esquecer de si mesma, abrir mão de si mesma, livrar-se de si mesma. No amor não há liberdade. Mesmo que você encontre o homem ideal, ele não vai usar o perfume certo, ele vai adorar carne assada e rir das suas saladinhas, vai deixar as meias e as calças fora do lugar. E sempre se sofre. Não quero mais ter esse trabalho, prefiro confiar em mim. É melhor ser amiga dos homens, ter relações de trabalho. Dá-me preguiça até mesmo de flertar; raramente tenho vontade de vestir essa máscara, entrar nesse jogo. Spa, manicure francesa, alongamento italiano. Maquiagem. Pintura de guerra... Meu Deus! Meu Deus! Essas moças lá dos cafundós... de toda a Rússia, vindo para Moscou! Para Moscou! À espera dos príncipes ricos! Elas sonham em deixar de ser gatas borracheiras e virar princesas. Ficam à espera de um conto de fadas! De um milagre! Já passei por isso...

REFLEXÕES XXIV

Entendo as cinderelas, mas tenho dó delas. Não existe paraíso sem inferno. Só paraíso, não existe. Mas elas ainda não sabem disso... Estão na ignorância...

Estamos separados há sete anos. Ele me liga, por algum motivo liga sempre de madrugada. As coisas vão muito mal, ele perdeu muito dinheiro... diz que é infeliz. Ficou com uma garota nova, depois com outra. Propôs um encontro... A troco de quê? (Silêncio.) Senti falta dele por muito tempo, eu apagava a luz e ficava horas no escuro. Perdia a noção do tempo... (Silêncio.) Depois... tive só uns pequenos romances... Mas... Nunca vou conseguir me apaixonar por um homem sem dinheiro, de uma cidade-dormitório. De um gueto, do Harlem. Odeio quem cresceu na pobreza, com uma mentalidade 'de pobre', o dinheiro para eles significa tanta coisa que não dá para confiar neles. Não gosto dos pobres, dos humilhados e ofendidos. Todos esses Bachmátchkins e Opískins... heróis da grande literatura russa... ^[23] Não confio neles! O quê? Alguma coisa em mim não bate com isso... eu não me adapto ao formato. Ninguém sabe como é feito este mundo... Não gosto de um homem por causa do dinheiro, não só por causa do dinheiro. Gosto de tudo na imagem do homem bem-sucedido: como ele anda, como dirige o carro, como ele fala, como aborda uma mulher, tudo nele é diferente. Tudo! Eu escolho esses... Por isso... (Silêncio.) Ele me liga... ele é infeliz... Tem alguma coisa que ele não viu, que ele não conseguiu comprar? Ele e os amigos dele... Já ganharam dinheiro. Muito dinheiro. Uma coisa absurda! Mas, com todo o dinheiro que eles têm, não conseguem comprar felicidade, comprar amor. Um amorzinho. Um estudante pobre tem isso, mas eles não, que injustiça! Mas eles acham que podem tudo: pegam seus jatinhos particulares e voam para qualquer país, para ver um jogo de futebol, voam para Nova York para a estreia de um musical. Cabe tudo no bolso deles! Arrastam a modelo mais bonita para a cama, levam um avião cheio para Courchevel! Todos nós passamos por Górkki na escola, sabemos como os mercadores fazem sua farra: quebram espelho, dormem com a cara no caviar negro... dão banho de champanhe nas moças... Mas estão fartos disso tudo, estão entediados.

As agências de turismo de Moscou oferecem aos clientes diversões

especiais. Dois dias na cadeia, por exemplo. No anúncio está escrito assim: ‘Quer passar dois dias como Khodorkóvski?’ [24] Os clientes são levados numa viatura da polícia com grades para a cidade de Vladímir, onde fica a cadeia mais apavorante, a prisão central de Vladímir. Lá eles trocam de roupa, vestem um macacão de presidiário, são perseguidos por cães pelo pátio e apanham com cassetetes de borracha. Juro! São amontoados como arenque numa cela fedorenta e suja, com uma latrina. E ficam felizes. Sensações novas! Por cerca de 3 a 5 mil dólares você também pode brincar ‘de mendigo’: os interessados ganham uma roupa, são maquiados e levados pelas ruas de Moscou para pedir esmola. É claro que atrás da esquina os guarda-costas ficam vigiando, tanto os particulares como os da agência de turismo. Há propostas mais legais, também, para toda a família: a mulher se faz de prostituta, o marido é o cafetão. Conheço uma história... Uma vez, a esposa de um confeitiro moscovita riquíssimo foi a que mais conseguiu clientes numa só noite, uma mulher modesta, de aparência mais soviética. E o marido ficou feliz! Existem diversões que não são anunciadas pelas agências de turismo... São totalmente secretas... Você pode conseguir uma caçada a um ser humano vivo, de madrugada. Um mendigo infeliz recebe milhares de dólares: tome aqui essas ‘verdinhas’, são suas! Ele nunca viu tanto dinheiro na vida! Aí, em troca ele tem que fazer papel de animal! Se ele se salvar, quer dizer que era o destino, se levar um tiro, não pode reclamar. É tudo de acordo com a regra! Você pode arranjar uma menina por uma noite... Você pode dar asas às suas fantasias, aos desejos mais profundos, de um jeito que nem o Marquês de Sade sonharia! Sangue, lágrimas e esperma! O nome disso é felicidade... A felicidade para o russo é ir para a cadeia por dois dias, e depois sair de lá e entender como sua vida é boa. Maravilhosa! Comprar não só um carro, uma casa, um iate, uma cadeira de deputado... mas também uma vida humana... Ser quase um deus... um super-homem! Pois é... Todos são nascidos na União Soviética, todos são de lá, ainda. Com essa mesma doença. E era um mundo tão ingênuo... Sonhavam em fazer o homem bom... Prometeram: ‘Conduziremos com mão de ferro a humanidade em direção à felicidade...’ Em direção ao paraíso.

REFLEXÕES XXIV

Tive uma conversa com minha mãe. Ela quer largar a escola: ‘Vou trabalhar de roupeira. Ou de vigia.’ Ela contava para as crianças sobre os livros de Soljenítsin... sobre heróis e justos... Os olhos dela brilhavam, os das crianças não. Minha mãe tinha se acostumado com o fato de que antes os olhinhos das crianças brilhavam por causa do que ela dizia, mas as crianças de hoje respondem: ‘Nós até achamos interessante como vocês viveram, mas não queremos viver assim. Não sonhamos com essas façanhas, queremos uma vida normal.’ Elas leem *Almas Mortas* do Gógol. A história de um canalha... Foi o que nos ensinaram na escola... Mas agora as crianças na escola são diferentes: ‘Por que ele é um canalha? O Tchítchikov, assim como o Mavródi, ^[25] eles construíram uma pirâmide do nada. É uma ideia muito legal para um negócio!’. Para eles, o Tchítchikov é um herói positivo... (Silêncio.) Minha mãe não vai educar minha filha... Eu não vou deixar. Se a gente for obedecer à minha mãe, a criança só vai ver desenhos animados soviéticos – eles são ‘humanos’. Mas aí você desliga a tevê e sai na rua. É um mundo completamente diferente. ‘Que bom que já sou velha’, minha mãe admitiu. ‘Posso ficar em casa. Na minha fortaleza.’ Mas antes ela queria continuar jovem: fazia máscara de suco de tomate, lavava o cabelo com camomila...

Desde a juventude eu adorava mudar o destino, provocar o destino. Agora não, chega. Minha filha está crescendo, eu penso no futuro dela. Ou seja, na grana! Quero conseguir tudo por conta própria. Não quero pedir, não quero pegar dinheiro com ninguém. Não! Saí do jornal e fui para uma agência de publicidade, pagavam melhor. Era um bom dinheiro. As pessoas querem viver bem, hoje isso é a coisa mais importante da vida. É o que mais nos preocupa. Ligue a televisão: as pessoas se reúnem nas manifestações... que sejam algumas dezenas de milhares, mas são milhões comprando belos equipamentos sanitários italianos. Para quem quer que você pergunte, todos estão reconstruindo, reformando seus apartamentos e suas casas. Viajando. Isso nunca aconteceu na Rússia. Nós não fazemos propaganda só de produtos, mas de necessidades. Produzimos novas necessidades: como viver bem! Governamos o tempo... A propaganda é o espelho da Revolução Russa... A minha vida está totalmente preenchida. Não pretendo

casar... Tenho amigos, todos russos. Um ‘engordou’ em cima do petróleo, outro, em cima de fertilizantes minerais... A gente se encontra para conversar. Sempre em restaurante caro: hall de mármore, mobília antiga, quadros caros nas paredes... nas portas, guardas com pose de proprietários de terra russos... Eu adorava estar num cenário bonito como esse. Um grande amigo meu também vive sozinho e não quer casar, ele gosta de ficar sozinho em seu palacete de três andares: ‘De noite, dormir com alguém, mas viver sozinho.’ Durante o dia, a cabeça dele fica inchada com todas as cotações de metais na Bolsa de Londres. Cobre, chumbo, níquel... Três celulares na mão, que tocam a cada trinta segundos. Ele trabalha de treze a quinze horas por dia. Sem fins de semana, sem férias. Felicidade? O que é a felicidade? O mundo mudou... Agora os solitários são as pessoas bem-sucedidas e felizes, e não os fracos ou os fracassados. Eles têm tudo: dinheiro, carreira. A solidão é uma escolha. Eu quero continuar nesse caminho. Sou uma caçadora, não uma caça resignada. Eu mesma escolho. A solidão é muito parecida com a felicidade... Soa como uma confissão... Não é? (Silêncio.) Não era nem para você, era para mim mesma que eu queria contar tudo isso...”

Trechos de *O Fim do Homem Soviético*, a ser lançado este mês pela editora Companhia das Letras.

[1] Uma pá grande e rústica para apanhar lixo, no sentido literal. A partir dos anos 1970, aproximadamente, passou a denotar o homem soviético de forma pejorativa, sobretudo aquele que aderiria cegamente à ideologia oficial.

[2] Sigla em russo para “Administração Central dos Campos de Trabalho Correccional e Colônias”.

[3] Termo pejorativo usado para se referir aos camponeses relativamente ricos, que faziam uso do trabalho assalariado no Império Russo. Na década de 1930, foram perseguidos por Stálin.

[4] Outubroistas (em russo, oktiabriónok) eram crianças de 7 a 9 anos que faziam parte da organização infantil do Partido, criada em homenagem à Revolução de Outubro. A medalha citada pela autora era usada por essas crianças. Os pioneiros eram, grosso modo, o

REFLEXÕES XXIV

equivalente soviético dos escoteiros. Komsomolka era a jovem que fazia parte do Komsomol, a Juventude do Partido Comunista da União Soviética.

[5] Pravda em russo significa “verdade”.

[6] Vladímír Ivánovitch Dal (1801–72), famoso lexicógrafo russo. Seu dicionário da língua russa, publicado nos anos 1860, é utilizado até hoje. Muitos dos verbetes trazem referências etimológicas e associações semânticas que não possuem análogos nas línguas neolatinas, como a mencionada no texto, entre liberdade e espaço ou vastidão.

[7] Marina Ivánovna Tsvetáieva (1894–1941), poetisa e tradutora russa. Nikolai Alexeevitch Ostróvski (1904–36), escritor realista de origem ucraniana, publicou sobre a Guerra Civil Russa durante o período de Stálin. Mikhail Yevgrafovich Saltykov-Shchedrin (1926–89), maior satirista russo do século XIX, que escreveu sob o pseudônimo de N. Shchedrin.

[8] Tradicional embutido russo, semelhante ao salame. É proverbialmente associado à comida e à abundância, tendo certo paralelismo com o conceito popular de “mistura”.

[9] “Os nossos”, no sentido literal. Organização política jovem que apoiava o governo de Vladimir Pútin. Deixou de existir em 2013.

[10] Em russo, Ivánuchka-duratchok, famoso personagem de contos de fadas russos.

[11] Oblómov (1859), romance de Ivan Gontcharóv (1812–91), contrapõe a indolência do protagonista, um senhor de terras às vésperas da abolição da servidão na Rússia, e o dinamismo de seu amigo Andrei Stoltz, um empreendedor alemão.

[12] Nome informal e jocoso dado aos apartamentos padronizados que foram construídos nas periferias das grandes cidades, especialmente em Moscou e Leningrado, nos anos 60, época do governo Khruschóv. Trata-se de um trocadilho com o nome do líder soviético e a palavra russa truschoba, algo bastante próximo de “favela”.

REFLEXÕES XXIV

[13] Aleksandr Gálitch (1918–77), Bulat Okudjava (1924–97) e Vladímír Vyssótski (1938–80), três grandes cantores e compositores soviéticos, integrantes do chamado movimento dos bardos.

[14] Andrei Dmítrievitch Sákharov (1921–89), físico nuclear, defensor dos direitos humanos e civis e do desarmamento. Foi laureado com o Prêmio Nobel da Paz em 1975 e tornou-se um dos símbolos da luta pela abertura soviética nos anos 1980.

[15] Sede do governo da União Soviética e, depois, da Federação Russa, localizada em Moscou. Também chamada de Câmara Branca para não ser confundida com a homônima americana, foi onde em agosto de 1991 milhares se reuniram para protestar contra o golpe que pretendia derrubar Gorbachóv. Três dias depois o estado de emergência foi revogado, os autores do golpe, presos, e o Partido Comunista, proibido. Em dezembro a União Soviética foi dissolvida e Gorbachóv renunciou.

[16] Boris Leonidovitch Pasternak (1890–1960), romancista e poeta russo. Viktor Petrovitch Astáfiev (1924–2001), representante literário da geração marcada pela Segunda Guerra Mundial e pertencente ao grupo dos “escritores de aldeia”. Dmitri Lvóvich Býkov (1967–), escritor, poeta e jornalista russo.

[17] Biblioteca da Literatura Mundial: coleção publicada nos anos 1960 e 1970 com clássicos da literatura de todo o mundo. Biblioteca das Aventuras: coleção dos anos 1950 e 1960 com clássicos da literatura infantil e juvenil. Foi reeditada nos anos 1980.

[18] Boris Abramovich Berezovsky (1946–2013), oligarca russo que se beneficiou com a liberalização econômica pós-soviética, sobretudo no período de Boris Iéltsin. Fugiu da Rússia após a chegada de Vladimir Putin ao poder, em 2000. Em 2013, foi encontrado morto em seu apartamento, em Londres.

[19] Iuródivy, originalmente um monge que renegava todos os bens materiais e transitava entre a santidade e a loucura. Pejorativamente, diz-se de pessoa bem-intencionada, mas desconectada da realidade.

REFLEXÕES XXIV

[20] O Comissariado do Povo dos Assuntos Internos (NKVD) foi uma agência de segurança, precursora da KGB, de 1934 a 1946, quando foi substituída pelo Ministério do Interior (MVD). Abarcava tanto a polícia pública como a polícia secreta, e foi responsável por instaurar o terror de Stálin, incluindo execuções em massa, prisões e tortura de prisioneiros políticos.

[21] Theodore Dreiser (1871–1945), escritor e ativista político norte-americano, cuja obra foi marcada pela crítica das injustiças sociais. Apoiou publicamente o stalinismo e publicou vários livros de não ficção, entre os quais Dreiser Looks at Russia (1928), sobre sua viagem à União Soviética, em 1927.

[22] Referência ao poema “Frio, nariz vermelho” (1864) de Nikolai Nekrássov, que louva a força da mulher russa.

[23] Humilhados e Ofendidos (1861) é um romance de Fiódor Dostoiévski (1821–81) que retrata personagens perseguidos por sua condição econômica. Akáki Akákievitch Bachmátchkin, personagem da novela O Capote (1843), de Nikolai Gógol (1809–52). Fomá Fomitch Opískin, personagem do romance A Aldeia de Stepántchikovo e seus Habitantes (1859), de Dostoiévski.

[24] Mikhail Boríssovitch Khodorkóvski (1963–), magnata russo, ex-proprietário da petrolífera Yukos, preso por corrupção de 2005 a 2013.

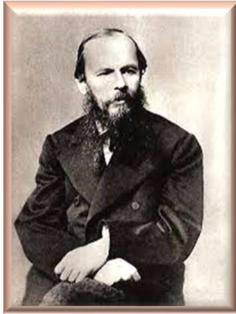
[25] Tchítchikov é o protagonista de Almas Mortas (1842), de Nikolai Gógol (1809–52), fundador do realismo na literatura russa. Serguei Panteléievitch Mavródi (1955–), empresário russo, ex-deputado e fundador da empresa MMM, foi preso, acusado de fraude. ●

Svetlana Aleksiévitich: escritora bielorrussa, ganhadora do Prêmio Nobel de Literatura em 2015

Artigo publicado na Revista Piauí, edição 122, em novembro de 2016

O grande inquisidor

Fiodor Dostoiévski



O Grande Inquisidor, capítulo tão aludido de Os Irmãos Karamazov (publicado em 1880), a derradeira obra-prima de Fiódor Dostoiévski (1821-1881) retrata a angústia do ser humano face o livre-arbítrio e o sofrimento.

Nessa passagem, a aparição de Jesus Cristo na Espanha do século XVI provoca a reação rápida do Grande Inquisidor de Sevilha: mesmo ciente de quem era, prende-o. O cardeal inquisidor aproveita para desafiar Jesus Cristo, acusando-o pelos males do mundo. O desfecho é surpreendente.

Surpreendente foi também quando próximo do Natal de 1849 Dostoiévski estava diante de um pelotão de fuzilamento. Sua vida até o momento não tinha sido fácil: perdera a mãe cedo, seu pai — um médico autoritário — fora assassinado por servos revoltados, tinha ataques de provável epilepsia, fora acusado de participar de uma conspiração contra o czar, motivo para então enfrentar a morte. No último momento veio um mensageiro: a pena foi comutada para trabalhos forçados na Sibéria, mas o czar insistiu na simulação do fuzilamento. Depois dessas intempéries, Dostoiévski abraçou a religiosidade dos místicos ortodoxos eslavos e escreveu livros como Crime e Castigo (1866), O Idiota (1869) além de contos, novelas e memórias.

No romance, a narrativa se desenvolve em quatro dias entre os quatro filhos do dissoluto e egoísta Fiódor Karamazov, recentemente assassinado. O suspeito é o primogênito, Dmitri, parecido com o pai, com quem disputava o amor de uma mulher local. Outros filhos são o racional Ivan, o místico Aliocha e o epilético bastardo Smediakov. A cena de O Grande Inquisidor ocorre em um diálogo entre Ivan e Aliocha.



'Auto de Fe presidido por Santo Domingo de Guzmán' de Pedro Berruguete. 1493 – 1499. Óleo sobre painel, 154 x 92 cm. Museu do Prado.

– Bem, aqui também não se pode passar sem um prefácio, ou seja, um prefácio literário, arre! – riu Ivan – mas eu lá sou escritor? Vê, a ação de meu poema se passa no século XVI, e naquela época – aliás, tu deves ter tomado conhecimento disto em teus cursos –, justo naquela época as obras poéticas costumavam fazer as potências celestes descerem sobre a terra. Já nem falo de Dante. Na França, os funcionários clericais, bem como os monges dos mosteiros, davam espetáculos inteiros em que punham em cena a Madona, anjos, santos, Cristo e o próprio Deus. Naqueles idos, isso se fazia com muita simplicidade. Em Notre Dame de Paris, de Victor Hugo, no salão da municipalidade de Paris de Luís XVI é oferecido gratuitamente ao povo o espetáculo *Le bon jugement de la très sainte et gracieuse Vierge Marie*^[1] em homenagem ao nascimento do delfim francês,^[2] no qual a Virgem Maria aparece pessoalmente e profere seu *bon jugement*. Entre nós, em Moscou, nos velhos tempos antes de Pedro, o Grande, de quando em quando também se davam espetáculos quase idênticos, especialmente os baseados no Antigo Testamento; contudo, além das representações dramáticas, naquela época corriam o mundo inteiro muitas narrativas e

REFLEXÕES XXIV

“poemas” em que atuavam santos, anjos e todas as potências celestes conforme a necessidade. Em nossos mosteiros também se faziam traduções, cópias e até se compunham poemas semelhantes, e isso desde os tempos do domínio tártaro. Existe, por exemplo, um poema composto em mosteiro (é claro que traduzido do grego): A via-crúcis de Nossa Senhora,^[4] com episódios e uma ousadia à altura de Dante. Nossa Senhora visita o inferno, e é guiada “em seu calvário” pelo arcanjo Miguel. Ela vê os pecadores e os seus suplícios. A propósito, ali existe uma interessantíssima classe de pecadores num lago de fogo: os que submergem no lago de tal modo que não conseguem mais emergir, “estes, Deus já esquece” – expressão dotada de uma excepcional profundidade e força. E eis que a perplexa e chorosa mãe de Deus cai diante do trono divino e pede clemência para todos aqueles que estão no inferno, por todos os que ela viu lá, sem distinção. Sua conversa com Deus é de um interesse colossal. Ela implora, ela não se afasta, e quando Deus lhe aponta os pés e as mãos pregadas de seu filho e pergunta: como vou perdoar seus suplicidores? – ela ordena a todos os santos, a todos os mártires, a todos os anjos e arcanjos que se prosternem com ela e rezem pela clemência a todos sem distinção. A cena termina com ela conseguindo de Deus a cessação dos tormentos, todos os anos, entre a Grande Sexta-Feira Santa e o Dia da Santíssima Trindade, e no mesmo instante os pecadores que estão no inferno agradecem ao Senhor e bradam para Ele: “Tens razão, Senhor, por teres julgado assim”.

Pois bem, meu poema seria desse gênero se transcorresse naquela época. Em meu poema Ele aparece; é verdade que Ele prometeu voltar a Seu reino, quinze séculos desde que o profeta escreveu: “Voltará brevemente”. “Nem o filho sabe esse dia e essa hora, só o sabe meu pai celestial”,^[4] como disse Ele quando ainda estava na Terra. Mas a humanidade O espera com a antiga fé e o antigo enternecimento. Oh, com mais fé ainda, pois já se passaram quinze séculos desde que cessaram as garantias dos Céus para o homem:

Crê no que diz o coração,

O céu não dá garantias.^[5]

REFLEXÕES XXIV

Fé só no que diz o coração! É verdade que naquela época havia muitos milagres. Havia santos que faziam curas milagrosas; a própria rainha dos céus descia sobre alguns justos, segundo a hagiografias destes. Mas o diabo não dorme, e a humanidade começou a duvidar da veracidade desses milagres. Foi nessa época que surgiu no Norte, na Alemanha, uma heresia nova e terrível.^[6] Uma estrela imensa, “à semelhança de uma tocha” (ou seja, de uma igreja), “caiu sobre as fontes das águas e estas se tornaram amargas”.^[7] Essas heresias passam a uma negação blasfematória dos milagres. E mesmo assim os fiéis restantes creem com um fervor ainda maior. Como antes, as lágrimas humanas sobem até Ele, os homens O esperam, O amam, confiam n’Ele, asseiam sofrer e morrer por Ele como antes... E depois de tantos séculos chamando por Ele, Ele, em Sua infinita piedade, quis descer até os suplicantes. Ele desceu, e já antes visitara outros justos, mártires e santos anacoretas ainda em terra, como está escrito suas “hagiografias”. Entre nós russos, Tiúttchev,^[8] que acreditava profundamente na verdade dessas palavras, proclamou:

Com o fardo da cruz fatigado
Te percorreu o Rei dos Céus,
Terra natal, e, servo afeiçoado,
A ti inteira a bênção deu.

Eu te afirmo que foi forçosamente assim que aconteceu. E eis que Ele desejou aparecer, ainda que por um instante, ao povo – atormentado, sofredor, mergulhado em seu fétido pecado, mas amando-O como criancinhas. Em meu poema a ação se passa na Espanha, em Sevilha, no mais terrível tempo da Inquisição, quando, pela glória de Deus, as fogueiras ardiavam diariamente no país e

Em magníficos autos de fé

Queimavam-se os perversos hereges. ^[9]

Oh, essa não era, é claro, aquela marcha triunfal em que Ele há de aparecer no final dos tempos, como prometeu, em toda a Sua glória celestial, e que será repentina “como um relâmpago que brilha do

Oriente ao Ocidente”.^[10] Não, Ele quis ainda que por um instante visitar Seus filhos, e justamente ali onde crepitaram as fogueiras dos hereges. Por Sua infinita misericórdia Ele passa mais uma vez no meio das pessoas com aquela mesma feição humana com que caminhara por três anos entre os homens quinze séculos antes. Ele desce sobre “as largas ruas quentes” da cidade sulina, justamente onde ainda na véspera, em um “magnífico auto de fé”, na presença do rei da corte, dos cavaleiros, dos cardeais e das mais encantadoras damas da corte, diante da numerosa população de toda a Sevilha, o cardeal grande inquisidor queimou de uma vez quase uma centena de hereges^[11] *ad majorem gloriam Dei*.^[12] Ele aparece em silêncio, sem se fazer notar, e eis que todos – coisa estranha – O reconhecem.

Movido por uma força invencível, o povo se precipita para Ele, O assedia, avoluma-se a Seu redor, segue-O. Ele passa caldo entre eles com o sorriso sereno da infinita compaixão. O sol do amor arde em Seu coração, os raios da Luz, da Ilustração e da Força emanam de Seus olhos e, derramando-se sobre as pessoas, fazem seus corações vibrarem de amor recíproco. Ele estende as mãos para elas,^[13] as abençoa, e só de tocá-Lo, ainda que apenas em sua roupa, irradia-se a força que cura.^[14] E eis que da multidão exclama um velho, cego desde menino: “Senhor, cura-me e eu Te verei”, e, como se uma escama lhe caísse dos olhos, o cego O vê. O povo chora e beija o chão por onde Ele passa. As crianças jogam flores diante d’Ele, cantam e bradam-Lhe “Hosana!”. “É Ele, Ele mesmo – repetem todos –, deve ser Ele, não é outro senão Ele.”

Ele para no adro da catedral de Sevilha no mesmo instante em que entram aos prantos na catedral com um caixãozinho branco de defunto: nele está uma menininha de sete anos, filha única de um cidadão notável. A criança morta está coberta de flores. “Ele ressuscitará tua filhinha” – gritam da multidão para a mãe em prantos. O padre, que saíra ao encontro do féretro, olha perplexo e de cenho franzido. Mas nesse instante ouve-se o pranto da mãe da criança morta. Ela cai de joelhos aos pés d’Ele:

“Se és Tu, ressuscita minha filhinha!” – exclama, estendendo as mãos para Ele. A procissão para, o caixãozinho é depositado aos pés d’Ele no adro. Ele olha compadecido e Seus lábios tornam a

pronunciar em voz baixa: “Talita cumi” – “Levanta-te, menina”. A menininha se levanta no caixão, senta-se e olha ao redor, sorrindo com seus olhinhos abertos e surpresos. Tem nas mãos um buquê de rosas brancas que a acompanhavam no caixão. No meio do povo há agitação, gritos, prantos, e eis que nesse mesmo instante passa de repente na praça, ao lado da catedral, o próprio cardeal grande inquisidor.

É um velho de quase noventa anos, alto e ereto, rosto ressequido e olhos fundos, mas nos quais um brilho ainda resplandece como uma centelha. Oh, ele não está com suas magníficas vestes de cardeal em que sobressaía na véspera diante do povo quando se queimavam os inimigos da fé romana – não, nesse instante ele está apenas em seu velho e grosseiro hábito monacal. Seguem-no a certa distância seus tenebrosos auxiliares e escravos e a guarda “sagrada”. Ele para diante da multidão e fica observando de longe. Viu tudo, viu o caixão sendo colocado aos pés dele, viu a menina ressuscitar, e seu rosto ficou sombrio. Franze as sobrancelhas grisalhas e bastas, seu olhar irradia um fogo funesto. Ele aponta o dedo aos guardas e ordena que O prendam. E eis que sua força é tamanha e o povo está tão habituado, submisso e lhe obedece com tanto tremor que a multidão se afasta imediatamente diante dos guardas e estes, em meio ao silêncio sepulcral que de repente se fez, põem as mãos n’Ele e o levam. Toda a multidão, como um só homem, prosterna-se momentaneamente, tocando o chão com a cabeça prante o velho inquisidor, este abençoa o povo em silêncio e passa ao lado.

A guarda leva o Prisioneiro para uma prisão apertada, sombria e abobadada, que fica na antiga sede do Santo Tribunal, e O tranca ali. O dia passa, cai a noite quente, escura e “sem vida” de Sevilha. O ar “recende a louro e limão”.^[15] Em meio a trevas profundas abre-se de repente a porta de ferro da prisão e o próprio velho, o grande inquisidor, entra lentamente com um castiçal na mão. Está só; a porta se fecha imediatamente após sua entrada. Ele se detém por muito tempo à entrada, um ou dois minutos, examina o rosto do Prisioneiro. Por fim se aproxima devagar, põe o castiçal numa mesa e Lhe diz: “És tu? Tu?”. Mas, sem receber resposta, acrescenta rapidamente: “Não respondas, cala-te. Ademais, que poderias dizer?”

REFLEXÕES XXIV

Aliás, não tens nem direito de acrescentar nada ao que já tinhas dito. Por que vieste nos atrapalhar? Pois vieste nos atrapalhar e tu mesmo o sabes. Mas sabes o que vai acontecer amanhã? Não sei quem és e nem quero saber: és Ele ou apenas a semelhança d’Ele, mas amanhã mesmo eu te julgo e te queimo na fogueira como o mais perverso dos hereges, e aquele mesmo povo que hoje te beijou os pés, amanhã, ao meu primeiro sinal, se precipitará a trazer carvão para tua fogueira, sabias? É, é possível que o saibas” – acrescentou compenetrado em pensamentos, sem desviar um instante o olhar de seu prisioneiro.

– Ivan, não estou entendendo direito o que seja isso – sorriu Aliócha, que ouvira calado o tempo todo –, uma imensa fantasia ou algum equívoco do velho, algum quiproquó impossível?

– Aceita ao menos este último – sorriu Ivan –, se já estás tão estragado pelo realismo atual que não consegues suportar nada fantástico; queres um quiproquó, então que seja assim. Trata-se, é verdade – tornou a rir Ivan –, de um velho de noventa anos, e ele poderia ter enlouquecido há muito tempo com sua ideia. O prisioneiro poderia impressioná-lo com sua aparência. No fim das contas, isso poderia ser, é claro, um simples delírio, a visão de um velho de noventa anos diante da morte e ainda por cima exaltado com o auto de fé e a queima dos cem hereges na véspera. Contudo, para nós dois não daria no mesmo e fosse um quiproquó ou uma imensa fantasia? Aí se tratava apenas de que o velho precisava desembuchar, de que, durante os seus noventa anos, ele finalmente falava e dizia em voz alta aquilo que calara durante todos esses noventa anos.

– Sim, é como deve acontecer mesmo, em todos os casos – tornou a sorrir Ivan.

– O próprio velho lhe observava que ele não tem nem o direito de acrescentar nada ao que já dissera antes. Talvez esteja aí o traço essencial do catolicismo romano, ao menos em minha opinião: “tu, dizem, transferiste tudo ao papa, portanto, tudo hoje é da alçada do papa, e quanto a ti, ao menos agora não me apareças absolutamente por aqui, quando mais não seja não me atrapalhes antes do tempo”.

REFLEXÕES XXIV

Eles não só falam como escrevem nesse sentido, os jesuítas pelo menos. Isso eu mesmo li nas obras de seus teólogos.

“Terás o direito de nos anunciar ao menos um dos mistérios do mundo de onde vieste?” – pergunta-lhe meu velho, e ele mesmo responde:

“Não, não tens, para que não acrescentes nada ao que já foi dito antes nem prives as pessoas da liberdade que tanto defendeste quanto estiveste aqui na Terra. Tudo o que tornares a anunciar atentarás contra a liberdade de crença dos homens, pois aparecerá como milagre, e a liberdade de crença deles já era para ti a coisa mais cara mil e quinhentos anos atrás. Não eras tu que dizias com frequência naquele tempo: ‘Quero fazê-los livres’?^[16] Pois bem, acabaste de ver esses homens ‘livres’ – acrescenta de súbito o velho com um risinho ponderado. – Sim, essa questão nos custou caro – continua ele, fitando-O severamente –, mas finalmente concluímos esse caso em teu nome. Durante quinze séculos nós no torturamos com essa liberdade, mas agora isso está terminado, e solidamente terminado. Não acreditas que estás solidamente terminado? Olhas com docilidade para mim e não me concedes sequer a indignação? Contudo, fica sabendo que hoje, e precisamente hoje, essas pessoas estão mais convictas do que nunca de que são plenamente livres, e entretanto elas mesmas nos trouxeram sua liberdade e a colocaram obedientemente a nossos pés. Mas isto fomos nós que fizemos; era isso, era esse tipo de liberdade que querias?”

– De novo não estou entendendo – interrompeu Aliócha –, ele está ironizando, está zombando?

– Nem um pouco. Ele está atribuindo justo a si e aos seus o mérito de finalmente terem vencido a liberdade e feito isto com o fim de tornar as pessoas felizes.

“Porque só agora, (ou seja, ele está falando evidentemente da Inquisição) se tornou possível pensar pela primeira vez na liberdade dos homens. O homem foi feito rebelde; por acaso os rebeldes podem ser felizes? Tu foste prevenido – diz-lhe –, não te faltaram avisos e orientações, mas não deste ouvido às prevenções, rejeitaste o único caminho pelo qual era possível fazer os homens felizes, mas

REFLEXÕES XXIV

por sorte, ao te afastares, transferiste a causa para nós. Tu prometeste, tu o confirmaste com tua palavra, tu nos deste o direito de ligar e desligar^[12] e, é claro, não podes sequer pensar em nos privar desse direito agora. Por que vieste nos atrapalhar?”

– O que quer dizer: não te faltavam prevenções e orientações? – perguntou Aliócha.

– Aí está o essencial do que o velho precisa dizer.

“O espírito terrível e inteligente, o espírito da autodestruição e do nada – continuou o velho –, o grande espírito falou contigo no deserto, e nos foi transmitido nas escrituras que ele te haveria ‘tentado’.^[18] É verdade? E seria possível dizer algo de mais verdadeiro do que aquilo que ele te anunciou nas três questões, e que tu repeliste, e que nos livros é chamado de ‘tentações’? Entretanto, se algum dia obrou-se na Terra o verdadeiro milagre fulminante, terá sido naquele mesmo dia, no dia das três tentações. Foi precisamente no aparecimento dessas três questões que consistiu o milagre. Se fosse possível pensar, apenas a título de teste ou exemplo, que aquelas três questões levantadas pelo espírito terrível tivessem sido eliminadas das escrituras e precisassem ser restauradas, repensadas e reescritas para ser reintroduzidas nos livros, e para isto tivéssemos de reunir todos os sábios da Terra – governantes, sacerdotes, cientistas, filósofos, poetas – e lhes dar a seguinte tarefa: pensem, inventem três questões que, além de corresponderem à dimensão dos acontecimentos, exprimam, ainda por cima, em três palavras, em apenas três frases humanas, toda a futura história do mundo e da humanidade – achas tu que toda a sapiência da Terra, tomada em conjunto, seria capaz de elaborar ao menos algo que, por força e profundidade, se assemelhasse àquelas três questões que naquele momento te foram realmente propostas por aquele espírito poderoso e inteligente no deserto?”

Ora, só por essas questões, só pelo milagre de seu aparecimento podemos compreender que não estamos diante da inteligência trivial do homem mas da inteligência eterna e absoluta. Porque nessas três questões está como que totalizada e vaticinada toda a futura história humana, e estão revelados os três modos em que

REFLEXÕES XXIV

confluirão todas as insolúveis contradições históricas da natureza humana em toda a Terra. Naquele tempo isso ainda não podia ser tão visível porque o futuro era desconhecido, mas hoje, quinze séculos depois, vemos que naquelas três questões tudo estava tão vaticinado e predito, e se justificou a tal ponto, que nada mais lhes podemos acrescentar ou diminuir.

“Resolve tu mesmo quem estava com a razão: tu ou aquele que naquele momento te interrogou? Lembra-te da primeira pergunta: mesmo não sendo literal, seu sentido é este: ‘Queres ir para o mundo e estás indo de mãos vazias, levando aos homens alguma promessa de liberdade que eles, em sua simplicidade e em sua imoderação natural, sequer podem compreender, da qual têm medo e pavor, porquanto para o homem e para a sociedade humana nunca houve nada mais insuportável do que a liberdade! Estás vendo essas pedras neste deserto escaldado e escaldante? Transforma-as em pão e atrás de ti correrá como uma manada a humanidade agradecida e obediente, ainda que tremendo eternamente com medo de que retires tua mão e cesse a distribuição dos teus pães’. Entretanto, não quisestes privar o homem da liberdade e rejeitaste a proposta, pois pensaste: que liberdade é essa se a obediência foi comprada com pão? Tu objetaste, dizendo que nem só de pão vive o homem, mas sabes tu que em nome desse mesmo pão terreno o espírito da Terra se levantará contra ti, combaterá contra ti e te vencerá, e todos o seguirão, exclamando: ‘Quem se assemelha a essa fera, ela nos deu o fogo dos céus!’^[10]. Sabes tu que passarão os séculos e a humanidade proclamará por meio da sua sabedoria e da sua ciência que o crime não existe, logo, também não existe pecado, existem apenas os famintos? ‘Alimenta-os e então cobra virtudes deles!’ – eis o que escreverão na bandeira que levantarão contra ti e com a qual teu templo será destruído. No lugar do teu templo será erigido um novo edifício, será erigida uma nova e terrível torre de Babel, e ainda que esta não se conclua, como a anterior, mesmo assim poderias evitar essa torre e reduzir em mil anos os sofrimentos dos homens, pois é a nós que eles virão depois de sofrerem mil anos com sua torre! Eles nos reencontrarão debaixo da terra, nas catacumbas em que nos esconderemos (porque novamente seremos objeto de perseguição e suplício), nos encontrarão e nos clamarão: ‘Alimentai-nos, pois

REFLEXÕES XXIV

aqueles que nos prometeram o fogo dos céus não cumpriram a promessa'. E então nós concluiremos a construção de sua torre, pois a concluirá aquele que os alimentar, e só nós os alimentaremos em teu nome e mentiremos que é em teu nome que o fazemos. Oh, nunca, nunca se alimentarão sem nós! Nenhuma ciência lhes dará o pão enquanto eles permanecerem livres, mas ao cabo de tudo eles nos trarão sua liberdade a porão a nossos pés, dizendo: 'É preferível que nos escravizeis, mas nos deem de comer'.

Finalmente compreenderão que, juntos, a liberdade e o pão da terra em quantidade suficiente para toda e qualquer pessoa são inconcebíveis, pois eles nunca, nunca saberão dividi-los entre si! Também hão de persuadir-se de que nunca poderão ser livres porque são fracos, pervertidos, insignificantes e rebeldes. Tu lhes prometeste o pão dos céus, mas torno a repetir: poderá ele comparar-se com o pão da terra aos olhos da tribo humana, eternamente impura e eternamente ingrata? E se em nome do pão celestial te seguirem milhares e dezenas de milhares, o que acontecerá com os milhões e dezenas de milhares de milhões de seres que não estarão em condições de desprezar o pão da terra pelo pão do céu? Ou te são caras apenas as dezenas de milhares de grandes e fortes, enquanto os outros milhões de fracos, numerosos como a areia do mar, mas que te amam, devem apensar servir de material para os grandes e fortes? Não, os fracos também nos são caros. São pervertidos e rebeldes, mas no fim das contas se tornarão também obedientes. Ficarão maravilhados conosco e nos considerarão deus porque, ao nos colocarmos à frente deles, aceitamos suportar a liberdade e dominá-los – tão terrível será para eles estarem livres ao cabo de tudo! Mas diremos que te obedecemos e em Teu nome exercemos o domínio. Nós os enganaremos mais uma vez, pois não deixaremos que tu venhas a nós. É nesse embuste que consistirá nosso sofrimento, porquanto deveremos mentir. Foi isso que significou aquela primeira pergunta no deserto, e eis o que rejeitaste em nome de uma liberdade que colocaste acima de tudo. Aceitando os 'pães', haveria de responder a esse tédio humano universal e eterno, tanto de cada ser individual quanto de toda a humanidade em seu conjunto: 'a quem sujeitar-se?'.

Não há preocupação mais constante e torturante para o homem do que, estando livre, encontrar depressa a quem sujeitar-se. Mas o homem procura sujeitar-se ao que já é irrefutável, e irrefutável a tal ponto que de uma hora para outra todos os homens aceitam uma sujeição universal a isso. Porque a preocupação dessas criaturas deploráveis não consiste apenas em encontrar aquilo a que eu ou outra pessoa deve sujeitar-se, mas em encontrar algo em que todos acreditem e a que se sujeitem, e que sejam forçosamente todos juntos. Pois essa necessidade da convergência na sujeição é que constitui o tormento principal de cada homem individualmente e de toda a humanidade desde o início dos tempos. Por se sujeitarem todos juntos eles se exterminaram uns aos outros a golpes de espada. Criavam os deuses e conclamavam uns aos outros: ‘Deixais vossos deuses e vinde sujeitar-se aos nossos, senão será a morte para vós e os vossos deuses!’. E assim será até o fim do mundo, mesmo quando os deuses também desaparecerem na Terra: seja como for, hão de prosternar-se diante dos ídolos. Tu o conhecias, não podias deixar de conhecer esse segredo fundamental da natureza humana, mas rejeitaste a única bandeira absoluta que te propuseram com o fim de obrigar que todos se sujeitassem incondicionalmente a ti – a bandeira do pão da terra, e a rejeitaste em nome da liberdade e do pão dos céus.

Olha só o que fizeste depois. E tudo mais uma vez em nome da liberdade! Eu te digo que o homem não tem uma preocupação mais angustiante do que encontrar a quem entregar depressa aquela dívida da liberdade com que esse ser infeliz nasce. Mas só domina a liberdade dos homens aquele que tranquiliza a sua consciência. Com o pão conseguirias uma bandeira incontestável: darias a opção, e o homem se sujeitaria, porquanto não há nada mais indiscutível do que o pão, mas se, ao mesmo tempo e ignorando-te, alguém lhe dominasse a consciência – oh, então ele até jogaria fora teu pão e seguiria aquele que seduzisse sua consciência. Nisto tinhas razão. Porque o segredo da existência humana não consiste apenas em viver, mas na finalidade de viver. Sem uma sólida noção da finalidade de viver o homem não aceitará viver e preferirá destruir-se a permanecer na Terra ainda que cercado só de pães. É verdade, mas vê em que deu isso: em vez de assenhorear-se da liberdade dos

REFLEXÕES XXIV

homens, tu a aumentaste ainda mais! Ou esqueceste que para o homem a tranquilidade e até a morte são mais caras que o livre-arbítrio no conhecimento do bem e do mal? Não existe nada mais sedutor para o homem que sua liberdade de consciência, mas tampouco existe nada mais angustiante. Pois em vez de fundamentos sólidos para tranquilizar para sempre a consciência humana, tu lançaste mão de tudo o que há de mais insólito, duvidoso e indefinido, lançaste mão de tudo que estava acima das possibilidades dos homens, e por isso agiste como que sem nenhum amor por eles – e quem fez isto: justo aquele que veio dar a própria vida por eles! Em vez de assenhorear-se da liberdade dos homens, tu a multiplicaste e sobrecarregaste com seus tormentos o reino espiritual do homem para todo o sempre. Desejaste o amor livre do homem para que ele te seguisse livremente, seduzido e cativado por ti. Em vez da firme lei antiga,^[20] doravante o próprio homem deveria resolver de coração livre o que é o bem e o que é o mal, tendo diante de si apenas a tua imagem como guia –, mas será que não pensaste que ele acabaria questionando e renegando até tua imagem e tua verdade se o oprimissem com um fardo tão terrível como o livre-arbítrio? Por fim exclamarão que a verdade não está em ti, pois era impossível deixá-los mais ansiosos e torturados do que o fizeste quando lhes reservaste tantas preocupações e problemas insolúveis. Assim, tu mesmo lançaste as bases da destruição de teu próprio reino, e não culpes mais ninguém por isso. Entretanto, foi isso que te propuseram? Existem três forças, as únicas três forças na terra capazes de vencer e cativar para sempre a consciência desses rebeldes fracos para sua própria felicidade: essas forças são o milagre, o mistério e a autoridade.

Tu rejeitaste a primeira, a segunda e a terceira e deste pessoalmente o exemplo para tal rejeição. Quando o terrível e sábio espírito te pôs no alto do templo e te disse: ‘Se quiseres saber se és filho de Deus atira-te abaixo, porque está escrito que os anjos o susterrão e o levarão, e que ele não tropeçará nem se ferirá, e então saberás se és filho de Deus e provarás qual é tua fé em teu pai’,^[21] tu, porém, após ouvi-lo rejeitaste a proposta e não cedeste nem te atiraste abaixo. Oh, é claro, aí foste altivo e esplêndido como um deus, mas os homens, essa fraca tribo rebelde – logo eles serão deuses? Oh,

compreendeste então que com um único passo, com o simples gesto de te lançares abaixo, estarias incontinenti tentando o Senhor e perdendo toda a fé nele, e te arrebestarias contra a terra que vieste para salvar, e o espírito inteligente que te tentava se alegraria com isso. Mas, repito, existirão muitos como tu? E será que poderias mesmo admitir, ainda que por um minuto, que os homens também estariam em condição de enfrentar semelhante tentação? Terá a natureza humana sido criada para rejeitar o milagre, e em momentos tão terríveis de sua vida, momentos das perguntas mais terríveis, essenciais e torturantes de sua alma, ficar apenas com a livre decisão do seu coração? Oh, sabias que tua façanha se conservaria nos livros sagrados, atingiria a profundidade dos tempos e os últimos limites da terra, e nutriste a esperança de que, seguindo-te, o homem também estaria com Deus, sem precisar do milagre. Não sabias, porém, que mal rejeitasse o milagre, o homem imediatamente também renegaria Deus, porquanto o homem procura não tanto Deus quanto os milagres.^[22] E como o homem não tem condições de dispensar os milagres, criará para si novos milagres, já seus, e então se curvará ao milagre do curandeirismo, ao feitiço das bruxas, mesmo que cem vezes tenha sido rebelde, herege e ateu.

Não desceste da cruz quando te gritaram, zombando de ti e te provocando: ‘Desce da cruz e creremos que és tu’. Não desceste porque mais uma vez não quiseste escravizar o homem pelo milagre e ansiavas pela fé livre e não pela miraculosa. Ansiavas pelo amor livre e não pelo enlevo servil do escravo diante do poderio que o aterrorizara de uma vez por todas. Mas até nisto tu fizeste dos homens um juízo excessivamente elevado, pois, é claro, eles são escravos ainda que tenham sido criados rebeldes. Observa e julga, pois se passaram quinze séculos, vai e olha para eles: quem elevaste à tua altura? Juro, o homem é mais fraco e foi feito mais vil do que pensavas sobre ele! Pode, pode ele realizar o mesmo que realizas tu? Por estimá-lo tanto, agiste como se tivesses deixado de compadecer-se dele, porque exige demais dele – e quem fez isso foi o mesmo que o amou mais do que a si mesmo! Se o estimasses menos, menos terias exigido dele, e isto estaria mais próximo do amor, pois o fardo dele seria mais leve. Ele é fraco e torpe.

REFLEXÕES XXIV

Que importa se hoje ele se rebela em toda a parte contra nosso poder e se orgulha de rebelar-se? É o orgulho de uma criança e de um escolar. São crianças pequenas que se rebelaram na turma e expulsaram o mestre. Mas o êxtase das crianças também chegará ao fim, ele lhes custará caro. Elas destruirão os templos e cobrirão a terra de sangue. Mas essas tolas crianças finalmente perceberão que, mesmo sendo rebeldes, são rebeldes fracos que não aguentam a própria rebeldia. Banhadas em suas tolas lágrimas, elas finalmente se conscientizarão de que aquele que as criou rebeldes quis, sem dúvida, zombar delas. Isto elas dirão no desespero, e o que disserem será uma blasfêmia que as tornará ainda mais infelizes, porquanto a natureza humana não suporta a blasfêmia e ela mesma sempre acaba vingando-a.

Pois bem, a intranquilidade, a desordem e a infelicidade – eis o que hoje constitui a sina dos homens depois que tu sofreste tanto por sua liberdade! Teu grande profeta diz, em suas visões e parábolas, que viu todos os participantes da primeira ressurreição e que eles eram doze mil por geração.^[23] Mas se eram tantos, não eram propriamente gente, mas deuses. Eles suportaram tua cruz, suportaram dezenas de anos de deserto faminto e escaldado, alimentando-se de gafanhotos e raízes – e tu, é claro, podes apontar com orgulho esses filhos da liberdade, do amor livre, do sacrifício livre e magnífico em teu nome. Lembra-te, porém, de que eles eram apenas alguns milhares, e ainda por cima deuses; mas, e os restantes? E que culpa têm os outros, os restantes, os fracos, por não terem podido suportar aquilo que suportaram os fortes? Que culpa tem a alma fraca de não ter condições de reunir tão terríveis dons? Será que vieste mesmo destinado apenas aos eleitos e só para os eleitos? E se é assim, então aí existe um mistério e não conseguimos entendê-lo. Mas se é um mistério, então nós também estaríamos no direito de pregar o mistério e ensinar àquelas pessoas que o importante não é a livre decisão de seus corações nem o amor, mas o mistério, ao qual elas deveriam obedecer cegamente, inclusive contrariando suas consciências. Foi o que fizemos. Corrigimos tua façanha e lhe demos por fundamento o milagre, o mistério e a autoridade. E os homens se alegraram porque de novo foram conduzidos como rebanho e finalmente seus corações ficaram livres

de tão terrível dom, que tanto suplício lhes causara.

Podes dizer se estávamos certos ensinando e agindo assim? Por acaso não amávamos a humanidade, ao reconhecer tão humildemente a sua impotência, aliviar com amor o seu fardo e deixar que sua natureza fraca cometesse ao menos um pecado, mas com nossa permissão? Por que achaste de aparecer agora para nos atrapalhar? E por que me fitas calado com esse olhar dócil e penetrante? Zanga-te, não quero teu amor porque eu mesmo não te amo. O que eu iria esconder de ti? Ou não sei com quem estou falando? Tudo o que tenho a te dizer já é de teu conhecimento, leio isso em teus olhos. Sou eu que escondo de ti nosso mistério? É possível que tu queiras ouvi-lo precisamente de meus lábios, então escuta: não estamos contigo, mas com ele,^[24] já se vão oito séculos. Já faz exatos oito séculos que recebemos dele aquilo que rejeitaste com indignação, aquele último dom que ele te ofereceu ao te mostrar todos os reinos da Terra: recebemos dele Roma e a espada de César, e proclamamos apenas a nós mesmos como os reis da Terra, os únicos reis, embora até hoje ainda não tenhamos conseguido dar plena conclusão à nossa obra. Mas de quem é a culpa? Oh, até hoje isto não havia saído do esboço, mas já começou.

Ainda resta esperar muito por sua conclusão, e a terra ainda há de sofrer muito, mas nós o conseguiremos e seremos Césares, e então pensaremos na felicidade universal dos homens. Entretanto, naquele momento ainda podias ter pegado a espada de César. Por que rejeitaste esse último dom? Aceitando esse terceiro conselho do poderoso espírito, tu terias concluído tudo que o homem procura na Terra, ou seja: a quem sujeitar-se, a quem entregar a consciência e como finalmente juntar todos no formigueiro comum, incontestável e solidário, porque a necessidade da união universal é o terceiro e o último tormento dos homens. A humanidade, em seu conjunto, sempre ansiou por uma organização forçosamente universal. Houve muitos grandes povos com uma grande história; no entanto, quando mais elevados eram esses povos, mais infelizes, pois compreendiam mais intensamente que os outros a necessidade de união universal dos homens. Os grandes conquistadores, os Tamerlães e os Gengis Khan, passaram como um furacão pela Terra, procurando

conquistar o universo, mas até eles traduziram, ainda que de forma inconsciente, a mesma grande necessidade de união geral e universal experimentada pela humanidade. Se aceitasses o mundo e a púrpura de César, terias fundado o reino universal e dado a paz universal. Pois, quem iria dominar os homens senão aqueles que dominam suas consciências e detêm o seu pão em suas mãos? Nós tomamos a espada de César e, ao tomá-la, te renegamos, é claro, e o seguimos. Oh, ainda se passarão séculos de desmandos da livre inteligência, da ciência e da antropofagia deles, porque, tendo começado a erigir sem nós sua torre de Babel, eles terminarão na antropofagia. Mas nessa ocasião a besta rastejará até nós, lamberá nossos pés e nos borriará com as lágrimas sangrentas que sairão de seus olhos. E montaremos na besta,^[25] e ergueremos a taça, na qual estará escrito: 'Mistério!' É aí, e só aí que chegará para os homens o reino da paz e da felicidade. Tu te orgulhas de teus eleitos, mas só tens eleitos, ao passo que nós damos tranquilidade a todos. Quantos desses eleitos, dos poderosos que poderiam se tornar eleitos, acabaram cansando de te esperar, levaram e ainda levarão as forças do seu espírito e o calor do seu coração para outro campo e terminarão por erguer sobre ti mesmo sua bandeira livre. Mas tu mesmo ergueste essa bandeira.

Já sob nosso domínio todos serão felizes e não mais se rebelarão nem exterminarão uns aos outros em toda a parte, como sob tua liberdade. Oh, nós os persuadiremos de que eles só se tornarão livres quando nos cederem sua liberdade e se colocarem sob nossa sujeição. E então, estaremos com a razão ou mentindo? Eles mesmos se convencerão de que estamos com a razão, porque se lembrarão a que horrores da escravidão e da desordem tua liberdade os levou. A liberdade, a inteligência livre e a ciência os porão em tais labirintos e os colocarão perante tamanhos milagres e mistérios insolúveis que alguns deles, insubmissos e furiosos, exterminarão a si mesmos; outros, insubmissos porém fracos, exterminarão uns aos outros, e os restantes, fracos e infelizes, rastejarão até nossos pés e nos bradarão: 'Sim, os senhores estavam com a razão, os senhores são os únicos, só os senhores detinham o mistério d'Ele, estamos de volta para os senhores, salvem-nos de nós mesmos'. Ao receberem os pães de nossas mãos, eles,

evidentemente, verão com clareza que os pães, que são seus, que eles conseguiram com as próprias mãos, nós os tomamos para distribuí-los entre eles sem qualquer milagre, verão que não transformamos pedras em pães e, em verdade, estarão mais alegres com o fato de receberem o pão de nossas mãos do que com o próprio pão! Não de lembrar-se demais de que antes, sem nós, os próprios pães que eles mesmos obtiveram transformaram-se em pedras em suas mãos, e quando voltaram para nós as mesmas pedras se transformaram em pães. Apreciarão demais, demais o que significa sujeitar-se de uma vez por todas! E enquanto os homens não entenderem isto serão infelizes. Quem mais contribuiu para essa incompreensão, podes responder? Quem desmembrou o rebanho e o espalhou por caminhos desconhecidos? Mas o rebanho tornará a reunir-se e tornará a sujeitar-se, e agora de uma vez por todas. Então lhes daremos uma felicidade serena, humilde, a felicidade dos seres fracos, tais como eles foram criados. Oh, nós finalmente os persuadiremos a não se orgulharem, pois tu os encheste de orgulho e assim os ensinaste a ser orgulhosos; nós lhes demonstraremos que eles são fracos e que não passam de míseras crianças, mas que a felicidade infantil é mais doce de que qualquer outra. Eles se tornarão tímidos, e passarão a olhar para nós e a grudar-se a nós por medo, como pintinhos à galinha choca. Não de surpreender-se e horrorizar-se conosco, e orgulhar-se de que somos tão poderosos e tão inteligentes que somos capazes de apaziguar um rebanho tão violento de milhares de milhões. Não de tremer sem forças diante de nossa ira, suas inteligências ficarão intimidades e seus olhos se encherão de lágrimas como os das crianças e mulheres, mas, a um sinal nosso, passarão com a mesma facilidade à distração e ao sorriso, a uma alegria radiosa e ao cantar feliz da infância. Sim, nós os faremos trabalhar, mas nas horas livres do trabalho organizaremos sua vida como um jogo de crianças, com canções infantis, coro e danças inocentes. Oh, nós lhes permitiremos também o pecado, eles são fracos e impotentes e nos amarão como crianças pelo fato de lhes permitirmos pecar. Nós lhes diremos que todo pecado será expiado se for cometido com nossa permissão; permitiremos que pequem, porque os amamos, e assumiremos o castigo por tais pecados; que seja.

REFLEXÕES XXIV

Nós o assumiremos e eles nos adorarão como benfeitores que assumiram seus pecados diante de Deus. E não haverá para eles nenhum segredo de nossa parte. Permitiremos ou proibiremos que vivam com suas mulheres e suas amantes, que tenham ou não tenham filhos – tudo a julgar por sua obediência –, e eles nos obedecerão felizes e contentes. Os mais angustiantes mistérios de sua consciência – tudo, tudo, eles trarão a nós e permitiremos tudo, e eles acreditarão em nossa decisão com alegria por ela os livrará também da grande preocupação e dos terríveis tormentos atuais de uma decisão pessoal e livre. E todos serão felizes, todos os milhões de seres, exceto as centenas de milhares que os governam. Porque só nós, nós que guardamos o mistério, só nós seremos infelizes.

Haverá milhares de milhões de crianças felizes e cem mil sofrendores, que tomaram a si a maldição do conhecimento do bem e do mal. Morrerão serenamente, serenamente se extinguirão em teu nome e no além-túmulo só encontrarão a morte.^[26] Mas conservaremos o segredo e para a felicidade deles os atrairemos com a recompensa celestial e eterna. Porquanto ainda que houvesse mesmo alguma coisa no outro mundo, isto, é claro, não seria para criaturas como eles. Dizem e profetizam que tu voltarás e tornarás a vencer,^[27] voltarás com teus eleitos, com teus poderosos e orgulhosos, mas diremos que estes só salvaram a si mesmos, enquanto nós salvamos todos. Dizem que será infamada a meretriz^[28] que está montada na besta e mantém em suas mãos o mistério, que os fracos voltarão a rebelar-se, que destroçarão o seu manto e lhe desnudarão o corpo ‘nojento’. Mas em me levantarei na ocasião e te apontarei os milhares de milhões de crianças felizes que não conheceram o pecado. E nós, que assumimos os seus pecados para a felicidade deles, nós nos postaremos à tua frente e te diremos: ‘Julga-nos se podes e te atreves’. Sabes que não te temo. Sabes que também estive no deserto, que também me alimentei de gafanhotos e raízes, que também bendisse a liberdade com a qual tu abençoaste os homens, e me dispus a engrossar o número de teus eleitos, o número dos poderosos e fortes ansiando ‘completar o número’. Mas despertei e não quis servir à loucura. Voltei e me juntei à plêiade daqueles que corrigiram tua façanha. Abandonei os orgulhosos e voltei para os humildes, para a felicidade desses

REFLEXÕES XXIV

humildes. O que eu estou te dizendo acontecerá e nosso reino se erguerá. Repito que amanhã verás esse rebanho obediente, que ao primeiro sinal que eu fizer passará a arrancar o carvão quente para tua fogueira, na qual vou te queimar porque voltaste para nos atrapalhar. Porque se alguém mereceu nossa fogueira mais do que todos, esse alguém és tu. Amanhã te queimarei. Dixi.”^[29]

Ivan parou. Ficara acalorado ao falar, e falou com entusiasmo; quando terminou deu um súbito sorriso.

Aliócha, que o ouvira em silêncio e tentara muitas vezes interromper o irmão mas visivelmente se contivera, ao cabo de tudo e levado por uma emoção excepcional começou de repente a falar, como se se projetasse de seu lugar.

– Mas... isso é um absurdo! – bradou, corando. – Teu poema é um elogio a Jesus e não uma injúria... como o querias. E quem vai acreditar em teu argumento a respeito da liberdade? Será assim, será assim que devemos entendê-la? Será esse o conceito que vigora na ortodoxia?... Isso é coisa de Roma, e mesmo assim não de toda Roma, isso não é verdade! – é o que há de pior no catolicismo, é coisa de inquisidores, de jesuítas!... Além disso, é absolutamente impossível haver um tipo fantástico como esse teu inquisidor. Que pecados dos homens são esses que eles assumiram? Que detentores do mistério são esses que assumiram uma maldição qualquer para salvar os homens? Onde já se viu tipos assim? Conhecemos os jesuítas, fala-se mal deles, mas serão assim como estão em teu poema? Não são nada disso, nada disso... São apenas o exército de Roma para o futuro reino universal na Terra, com o imperador – o pontífice de Roma à frente... Esse é o ideal deles, mas sem quaisquer mistérios e tristeza sublime... O mais simples desejo de poder, dos sórdidos bens terrenos, da escravização... uma espécie de futura servidão para que eles se tornem latifundiários... eis tudo o que eles têm em mente. Talvez eles nem acreditem em Deus. Teu inquisidor sofredor é mera fantasia...

– Bem, para, para – ria Ivan –, como ficaste exaltado. Uma fantasia, dizes, vá lá! É claro que é uma fantasia. Mas permite: será que tu achas mesmo que todo esse movimento católico dos últimos séculos

REFLEXÕES XXIV

é de fato mera vontade de poder que só visa a bens sórdidos? Não terá sido o padre Paissi quem te ensinou isso?

– Não, não, ao contrário, o padre Paissi disse uma vez algo até parecido com o teu argumento... mas é claro que não é a mesma coisa, não tem nada disso – apercebeu-se Aliócha.

– Contudo, essa é uma informação preciosa, apesar do teu “nada disso”. Eu te pergunto precisamente por que teus jesuítas inquisidores teriam se unido visando unicamente a deploráveis bens materiais. Por que entre eles não poderia aparecer nenhum sofredor, atormentado pela grande tristeza, e que amasse a humanidade? Supõe que entre esses que só desejam bens materiais e sórdidos tenham aparecido ao menos um – ao menos um como meu velho inquisidor, que comeu pessoalmente raízes no deserto e desatinou tentando vencer a própria carne para se tornar livre e perfeito, mas, não obstante, depois de passar a vida inteira amando a humanidade, de repente lhe deu o estalo e ele percebeu que é bem reles o deleite moral de atingir apenas a perfeição da vontade para certificar-se ao mesmo de que os milhões de outras criaturas de Deus sobrou apenas o escárnio, de que estas nunca terão condições de dar conta de sua liberdade, de que míseros rebeldes nunca virarão gigantes para concluir a torre, de que não foi para esses espertalhões que o grande idealista sonhou sua harmonia. Após compreender tudo isso ele voltou e juntou-se... aos homens inteligentes. Será que isso não podia acontecer?

– A quem se juntou, a que homens inteligentes? – exclamou Aliócha quase entusiasmado. – Nenhum deles tem semelhante inteligência nem tais mistérios e segredos... Todo o segredo deles se resume unicamente ao ateísmo. Teu inquisidor não crê em Deus, eis todo o seu segredo!

– Vá lá que seja! Até que enfim adivinhaste. E de fato é assim, de fato é só nisso que está todo o segredo, mas por acaso isso não é sofrimento, ainda que seja para uma pessoa como ele, um homem que destruiu toda a sua vida numa façanha no deserto e não se curou do amor à humanidade? No crepúsculo de seus dias ele se convence claramente de só os conselhos do grande e terrível espírito

poderiam acomodar numa ordem suportável os rebeldes fracos, “as criaturas experimentais inacabadas, criadas por escárnio”. Pois bem, convencido disto ele percebe que precisa seguir a orientação do espírito inteligente, do terrível espírito da morte e da destruição, e para tanto adotar a mentira e o embuste e conduzir os homens já conscientemente para a morte e a destruição, e ademais enganá-los durante toda a caminhada, dando um jeito de que não percebam aonde estão sendo conduzidos e ao menos nesse caminho esses míseros cegos se achem felizes. E repare, o embuste é em nome daquele em cujo ideal o velho acreditara apaixonadamente durante toda a sua vida! Acaso isso não é infelicidade? E se ao menos um homem assim aparecesse à frente de todo esse exército “com sede de poder voltado apenas para os bens sórdidos”, será que isso só já não bastaria para provocar uma tragédia? E mais: basta um tipo assim à frente para que apareça finalmente a verdadeira ideia guia de toda a causa romana, com todos os seus exércitos e jesuítas, a ideia suprema dessa causa. Eu te digo francamente que tenho a firme convicção de que esse tipo singular de homem nunca rareou entre os que dirigiam o movimento. Vai ver que esses seres únicos existiram também entre os pontífices romanos. Quem sabe esse maldito velho, que ama a humanidade com tanta obstinação e de modo tão pessoal, talvez exista até hoje corporificado em toda uma plêiade de muitos velhos únicos como ele, e sua existência não seja nada fortuita mas algo consensual, uma organização secreta criada há muito tempo para conservar o mistério, protegê-lo dos homens infelizes e francos com o fim de torná-los felizes. Isso existe forçosamente, e aliás deve existir. Tenho a impressão de que até nos fundamentos da maçonaria existe algo similar a esse mistério, e por isso os católicos odeiam tanto os maçons, vendo neles concorrentes e o fracionamento da unidade das ideias, quando deve existir um só rebanho e um só pastor... Aliás, ao defender meu pensamento pareço um autor que não suportou a tua crítica. Chega desse assunto.

– Talvez tu mesmo sejas um maçom! – deixou escapar Aliócha. – Tu não crês em Deus – acrescentou ele, mas já com uma tristeza extraordinária. Além disso, pareceu-lhe que o irmão o fitava com ar de galhofa. – Como é que termina o teu poema? – perguntou de

REFLEXÕES XXIV

repente, olhando para o chão. – Ou ele não está concluído?

– Eu queria terminá-lo assim: quando o inquisidor calou-se, ficou algum tempo aguardando que o prisioneiro lhe respondesse. Para ele era pesado o silêncio do outro. Via como o prisioneiro o escutara o tempo todo com ar convicto e sereno, fitando-o nos olhos e, pelo visto, sem vontade de fazer nenhuma objeção. O velho queria que o outro lhe dissesse alguma coisa ainda que fosse amarga, terrível. Mas de repente ele se aproxima do velho em silêncio e calmamente lhe beija a exangue boca de noventa anos. Eis toda a resposta. O velho estremece. Algo estremece na comissura de seus lábios; ele vai à porta, abre-a e diz ao outro: “Vai e não volte mais... Não voltes em hipótese nenhuma... nunca, nunca!”. E o deixa sair para as “ruas largas e escuras da urbe”. O prisioneiro vai embora.

– E o velho?

– O beijo lhe arde no coração, mas o velho se mantém na mesma ideia. ●

Fiodor Dostoiévski

[1] “O bom julgamento da santíssima Virgem Maria cheia de graça”. (N. do T.)

[2] Como já observou Leonid Grossman, Ivan Karamázov comete aqui um equívoco. No romance de Victor Hugo, não se trata do nascimento do delfim, mas da chegada dos emissários de Flandres para tratar do casamento do delfim com a princesa Margarida de Flandres. (N. da E.)

[3] Uma das mais populares lendas apócrifas de origem bizantina, que cedo penetrou na Rússia. Quando Dostoiévski escrevia Os irmãos Karamázov, circulavam pela Rússia várias edições dessa lenda.

[4] Ver Marcos 3:32.

REFLEXÕES XXIV

[5] Citação da estrofe final do poema de Schiller “Sehnsucht”. (N. da E.)

[6] Trata-se da Reforma, que Dostoiévski assim analisa em seu Diário de um escritor de janeiro de 1877: “O protestantismo de Lutero já é um fato: é uma fé protestante e apenas negativa. Desaparecendo o catolicismo da face da terra, o protestantismo o seguirá na certa e imediatamente, porque, não tendo contra o que protestar, há de converter-se em franco ateísmo, e com isso se extinguirá”. (N. da E.)

[7] Citação imprecisa do Apocalipse. Veja-se João 8:10-11. (N. da E.)

[8] Referência a F. I. Tiúttchev (1803-1873), um dos maiores poetas russos do século XIX. (N. do T.)

[9] Estrofes um pouco modificados do poema “Coriolano”, de A. I. Poliejáiev (1804-1838). (N. da E.)

[10] Ver Mateus 24:27. (N. da E.)

[11] Preparando a resposta a uma carta de K. D. Kaviêlin (1818-1885) em 1881, Dostoiévski anota em seu diário: “Não posso considerar moral um homem que queima hereges, porque não aceito sua tese segundo a qual a moral é uma harmonia com convicções íntimas. Isso é apenas honestidade... e não moral. Ideal moral eu só tenho um: Cristo. Pergunto: ele queimaria hereges? Não. Portanto, a queima de hereges é um ato amoral. O inquisidor já é amoral pelo fato de acomodar em seu coração e em sua mente a ideia da necessidade de queimar seres humanos”. (N. da E.)

[12] “Para maior glória de Deus”, divisa da Ordem dos Jesuítas. (N. da E.)

[13] Para o crítico V. L. Komaróvitch, essa passagem do romance remonta ao poema de Heine “Frieden”. (N. da E.)

[14] Ver Mateus, 9:20-21. (N. da E.)

[15] Citação modificada da tragédia O visitante de pedra, de Púchkin. (N. da E.)

[16] Ver João 8:31-32.

REFLEXÕES XXIV

[17] Ver Mateus, 16, 18-19. (N. da E.)

[18] Ver Mateus, 4, 1-11. (N. da E.)

[19] Ver Apocalipse de João 13:4. (N. da E.)

[20] Por “firme lei antiga” subentende-se nessa passagem o Antigo Testamento, que regulamentava de modo rigoroso, em cada detalhe, a vida dos antigos hebreus. Quanto à nova lei, a lei de Cristo, consiste predominantemente no mandamento do amor. Ver Mateus, 5: 43-44. (N. da E.)

[21] Ver Mateus, 4:5-6. (N. do T.)

[22] Pascal escreve: “Os milagres são mais importantes do que julgais: serviram à fundação e servirão à continuidade da Igreja até o Anticristo, até o fim... Eu não seria um cristão se não houvesse milagres” (Pascal, Os pensadores, XVI, tradução de Sérgio Milliet, p.267 ss., São Paulo, Abril Cultural, 1973). (N. da E.)

[23] Ver Apocalipse de João, 7: 4-8. (N. da E.)

[24] Tem-se em vista a formação do Estado teocrático (que teve Roma como centro), do que resultou que o papa assumiu poder mundano. (N. da E.)

[25] Ver Apocalipse de João 13: 3-5;17:3-17. Na explicação do Grande Inquisidor, essa meretriz fantástica, que João descreve, foi substituída por ele e seus correligionários, isto é, a Igreja Católica. No Diário de um escritor, de março de 1876, Dostoiévski escreve: “Até hoje, ele (o catolicismo) entregou-se à devassidão apenas com os fortes da Terra e até ultimamente depositou neles suas esperanças”. (N. da E.)

[26] Segundo Leonid Grossman, um dos maiores estudiosos de Dostoiévski, essas palavras do Grande Inquisidor são um eco de um sonho fantástico que aparece no romance de Jean Paul, Blumen-Frucht- und Dornenstücke oder Ehestand, Tod und Hochzeit des Armenadvokaten F. St. Siebenkäs, de 1796-1797, no qual Cristo se dirige aos mortos que se levantaram de seus túmulos, afirmando que Deus não existe e que, sem ele, os homens estão condenados a se sentirem sós e tragicamente abandonados. (N. da E.)

REFLEXÕES XXIV

[27] Ver Mateus 24:30; Apocalipse 12:7-11; 17, 14, 19, 19-21. (N. da E.)

[28] Ver Apocalipse de João, 17:15-6; 19: 1-3. (N. da E.)

[29] “Assim eu disse”, em latim. (N. do T.)

Cervantes: a engenhosidade do Quixote

Perplexidade, a autocrítica e os desafios da imprensa americana diante do novo presidente

Daniela Pinheiro



“A imprensa viveu seu ano do pensamento mágico”, disse Margaret Sullivan, crítica de mídia do Post. “Quem fala o que ele fala, quem faz o que ele faz, era óbvio que não iria ganhar”

Por volta das sete da noite, facho de luz que passavam do roxo ao prata e do prata ao pink iluminavam o salão no 4º andar do edifício, podendo causar certa tontura aos que ainda chamam balada de discoteca. Televisões desconumais estavam distribuídas pelas paredes, sintonizadas em canais de notícias abafadas pela música alta e pelas conversas duas oitavas acima do normal – entre gente que havia investido um bom tempo na frente do espelho antes de sair de casa. Um exército de garçons com bandejas de canapés e bebidas trançava pelo ambiente que cheirava levemente à fritura. Parecia lançamento de perfume da moda, mas era a festa organizada pelo Washington Post, no prédio da redação do jornal, na noite de terça-feira, dia 8 de novembro. Cerca de mil pessoas haviam sido convidadas para a apuração dos votos da eleição presidencial que definiria a democrata Hillary Diane Rodham Clinton ou o republicano Donald John Trump como o próximo ocupante da Casa Branca.

Ao contrário do New York Times, que cobrou 250 dólares por cabeça, garantindo que, como num evento pós-Oscar, os convivas esbarrariam em celebridades – no caso, o diretor do jornal, Dean Baquet, e os principais editores e repórteres –, a festa do Post foi gratuita e custeada por patrocinadores. O



maior deles era a MGM, que estava para inaugurar um empreendimento imobiliário. Em uma época em que os maiores veículos de imprensa passaram a contar com um departamento de eventos, a iniciativa era uma estratégia para, como se diz no jargão comercial, “bombar a marca”. No dia seguinte, *selfies* de gente bonita e de opinião bem estabelecida, que teriam sorrido em frente à logomarca de letras góticas do jornal, estariam pululando pelas redes sociais. Como dizia uma propaganda de cartão de crédito, “isso não tem preço”.

Em uma sala de vidro, um doceiro famoso preparava uma balinha puxa-puxa nas cores da bandeira americana; em outra, onde havia uma miniatura do Salão Oval, as pessoas posavam para fotos; mais adiante, podiam testar óculos de realidade virtual. Por toda a parte, estações de restaurantes da moda distribuíam o melhor de sua comida – ostras, galinha frita, ceviche (**ceviche** = cebiche ou seviche, é um prato da culinária italianíssima baseado em peixe cru marinado em suco de limão ou lima ou outro cítrico), camarão – para pessoas que esperavam em fila conversando platitudes (**platitude** = qualidade do que é banal, trivial). Entre os convidados, embaixadores, estrategistas políticos, congressistas, *chefs* e muita gente da burocracia de Washington. Passou por lá a prefeita de D.C., Muriel Bowser, e a chefe do *staff* de Michelle Obama, Tina Tchen.

O ambiente estava decorado com sofás de couro branco, cadeiras transparentes com jeito de Philippe Starck – o espaldar ilustrado por retratos de políticos americanos de uma época longínqua –, mesas de pôquer e roletas de cassino. O DJ PhilipZ tocava música apropriada ao pessoal do tempo da discoteca. Por volta das oito da noite, a movimentação no Twitter sob a hashtag #WPElectionNight dava o tom da balada: “Noite promete”, “Muito boa festa”.

A orientação do editor-executivo do jornal, Martin Baron, era para que os jornalistas da casa passassem longe do regabofe. E eles obedeceram. Ao que tudo indicava a presença ou ausência deles não fazia a menor diferença para os comensais. Três andares acima, a redação do Post estava cheia e silenciosa. Boa parte dos jornalistas escrevia, *tuitava*, checava *e-mails* em suas mesas. Havia um bufê de comida asiática e os televisores estavam ligados na CNN, MSNBC e

REFLEXÕES XXIV

Fox News. O site Upshot, do New York Times, previa que a chance de Clinton vencer era de 87%. Nas redes sociais e na televisão, notava-se certo ar de derrota na equipe de Trump. A porta-voz da campanha, Kellyanne Conway, havia *tuitado* em tom de lamento que o candidato “não teve o apoio dos republicanos”. Donald Trump Jr., o filho mais velho, tinha dado uma entrevista à CNN reclamando que o sistema eleitoral não era justo. O ex-prefeito de Nova York Rudolph Giuliani escreveu aos internautas que havia acabado de deixar o apartamento de Trump – o candidato estava “tranquilo”, bebendo coca-cola.

Às 19h45min teve início o primeiro evento da noite: um debate com os embaixadores do México e da Alemanha, mediado por um editor da casa. O fuzuê era tão grande que poucos prestaram atenção – salvo a família do diplomata alemão, na primeira fila de cadeiras. O salão enchia. Uma mulher com um chapéu que simulava um bolo de três andares se abaixava oferecendo bombons equilibrados no topo de seu cocoruto. Outra desfilava pelo salão com uma roupa coberta de guardanapos de papel, que os presentes colhiam de seu peito empinado. Clinton estava na liderança, embora houvesse uma movimentação esquisita nos votos da Flórida.

Às 20h30min, quando tocava *Black or White*, de Michael Jackson, Clinton estava na frente em doze estados. Quando o mapa de votações apareceu na imensa tela do salão, ouviu-se um “Uhuuu!” em uníssono. A segunda atração da noite era uma conversa entre burocratas dos governos Obama e Bush. O clima de boate atrapalhava a concentração. Um senhor à minha frente se inclinava e fazia uma concha com a mão no ouvido. Depois de muito esforço, desistiu. “Vou embora, é inútil continuar aqui”, bradou. A maioria dos presentes se manteve alheia à discussão política. As celebridades da festa exclusiva pareciam ser eles próprios.

Às 20h49min, foi projetado o mapa que mostrava os votos na Pensilvânia. Estranhamente, ele começava a se tingir de vermelho, indicando uma virada inesperada dos republicanos. Com o barulho da festa, poucos notaram, mas o senhor que havia ameaçado sair, mas continuava lá, se virou para a mulher – que era a cara da Meryl Streep – e disse, balançando a cabeça: “Que diabo é isso?”

REFLEXÕES XXIV

Às 21h5min, a CNN mostrou que Trump havia ganhado na Flórida, Georgia e em Ohio. À minha esquerda, um grupo de jovens posava para uma *selfie* segurando tacinhas de champanhe no ar. À direita, uma mulher vidrada em uma das telas de tevê repetia uma única frase. “Oh, My God! Oh, My God!”, era o que se podia entender com o som de Don’t You Want Me, do grupo Human League, a todo volume. À medida que o mapa eleitoral se avermelhava, o Twitter descorava. “Tentando entender esses números”, “Esse suspense está me matando”.

Às 21h37min, Trump tinha 137 dos votos do Colégio Eleitoral e Clinton 104. Às 21h55min, o salão havia se esvaziado pela metade e as paredes reverberavam a música Lucky Star da cantora Madonna. O índice Dow Jones caíra 500 pontos.

Na redação do Post, Martin Baron entrava e saía da sala dos editores. Era preciso pensar em reportagens e análises novas, descartar o material que havia sido escrito. Textos sobre a importância de ter uma mulher na presidência, outro explicando por que o povo havia repudiado as ideias *trumpistas*, também um sobre o voto latino na eleição de Clinton, pelo menos duas dezenas deles foram jogados fora. Entre os jornalistas, não houve um momento de lamento coletivo ou estarcimento sonoro quando os mapas eleitorais iam ganhando cor de *ketchup*. “Havia um silêncio quase incômodo”, disse-me um editor que, por não ter avisado ao departamento de relações públicas do jornal sobre a nossa conversa, pediu anonimato.

Entre os editores, teve início uma discussão a respeito de terem subestimado a rejeição a Clinton e da surpreendente votação em estados tradicionalmente democratas. Teriam que escrever sobre isso. E também sobre a chocante votação feminina em Trump – cuja campanha foi pontuada por aterrorizantes declarações misóginas. Soube-se que os democratas haviam encomendado fogos de artifício e organizado uma festa para 400 pessoas na sede do comitê de campanha em Nova York. Alguns repórteres tentavam se comunicar com integrantes da equipe de Clinton, mas muitos não respondiam mais às mensagens de texto. Alguém se lembrou de que uma das matérias publicadas na revista a ser encartada na edição de

domingo – fechada com antecedência – tratava-a como presidente.

Às dez e quinze da noite, a festa havia terminado antes do resultado final, mas a vitória de Trump estava garantida. Alguns convidados ainda continuaram por um bom tempo no salão, como se não soubessem para onde ir. Eu era uma delas. Havia desembarcado em Washington dez dias antes, preenchido quatro cadernos de apuração com declarações de marqueteiros, professores universitários, gurus de campanha, analistas de pesquisas – dezenove pessoas ao todo – que deveriam apenas me confirmar o óbvio: como “Madame, a presidente” (essa era a manchete pronta do New York Times) havia chegado lá. Eu havia absorvido dezenas de teses sobre os desafios de uma mulher no poder e até já sabia como terminaria a minha reportagem. O final seria mais ou menos assim: “E às XXXX horas, a XXXX anunciou que Hillary Rodham Clinton fora eleita a 45^a presidente dos Estados Unidos.” E, ali, naquele salão com jeito de fim de festa de Réveillon em clube, toda a minha apuração me pareceu um lixo equivocado.

Por volta das onze e meia, eu caminhava pela rua K do Post até a Casa Branca. A cidade estava estranhamente silenciosa, ainda que se visse gente andando a pé, esperando táxi ou Uber, saindo dos restaurantes. Havia um clima de sobressalto e cautela, como se não se tivesse o direito de falar um pouco mais alto ou andar mais rápido. Ninguém comemorava, nenhum carro passou buzinando. Um grupo de adolescentes cruzou o meu caminho. Quando uma das meninas riu, o som reverberou por um tempo como se fosse o único em toda a cidade. Às duas e meia da manhã, a Associated Press anunciou que Donald Trump fora eleito o 45^o presidente dos Estados Unidos.

O Newseum é o maior museu do mundo dedicado ao jornalismo. São 76 mil metros quadrados distribuídos pelos sete andares de um imponente prédio da avenida Pensilvânia – a principal via de Washington, que liga a Casa Branca ao Capitólio. Por ano, recebe cerca de 800 mil visitantes, a maioria composta de grupos de estudantes de escolas públicas que correm e gritam pelas galerias, numa algaravia que lhe garante também o posto de um dos mais barulhentos do planeta. Em meio ao extenso acervo, vê-se uma

prensa tipográfica do século XVIII, crachás de mitos da profissão, capas de jornais de toda sorte e um pedaço considerável do Muro de Berlim. Também o terno marrom usado pelo ator O.J. Simpson quando foi julgado pelo assassinato da mulher, e até as pantufas de uma famosa blogueira de política.

Quatro dias depois da eleição mais sombria, turbulenta, caricata, agressiva, polarizada, controversa, virulenta e vulgar da história dos Estados Unidos, Margaret Sullivan, a crítica de mídia do jornal *The Washington Post*, falava para uma plateia ainda atônita com o resultado. Em um auditório no 3º andar do Newseum, num misto de mea-culpa e autoanálise, ela discorria sobre uma questão premente: como a imprensa pôde ter errado tão feio?

Como a maioria dos jornalistas americanos, europeus, africanos, asiáticos – e qualquer outro ser que estivesse de passagem pela Terra –, ela também acreditou na vitória de Clinton, que durante todo o tempo apareceu nas pesquisas com uma vantagem de quatro pontos, em média, sobre Trump. Quando se tratava da probabilidade de ela ocupar a Casa Branca, as estatísticas planavam acima dos 70%. Tanto que Sullivan já tinha pronto um artigo sobre a importância do voto latino para a eleição da candidata (um dos que ganharam um toque na tecla delete depois do resultado). Por volta das dez e meia da noite, quando era claro que ele sairia vencedor, ela escreveu outro lamentando a cegueira dos meios de comunicação e, na madrugada, um terceiro em que incitava os jornalistas a serem mais combativos do que nunca para recuperar a credibilidade.

“Acho que a imprensa viveu seu ano do pensamento mágico”, disse, evocando o livro da escritora americana Joan Didion sobre o luto. “É aquilo: você vê a coisa diante dos olhos, mas pensa que é óbvio que aquilo não vai acontecer. Quem fala o que ele fala, quem faz o que ele faz, era óbvio que não iria ganhar. E passamos o ano assim”, afirmou. A mesma perplexidade dominava o noticiário, os editoriais, as mesas-redondas na tevê, as redes sociais, os *blogs* especializados. Na livre associação do divã coletivo, dizia-se que a imprensa teria sido tendenciosa, elitista e mercantilista. Teria atribuído ao malfeito menor de uma o mesmo peso que conferiu às

barbaridades do outro; encarado a candidatura dele como uma piada e não como um fato consumado; transformado a corrida eleitoral em um circo; confiado em gráficos e estatísticas em vez de sujar a sola do sapato tentando entender o real anseio do eleitorado nos rincões do país; dado a ele um palanque livre porque lhe trazia audiência; teria sido engolida pelas redes sociais; consentido em ser manipulada. Ou simplesmente não soubera entender, lidar e escrever sobre um personagem tão diferente do mundo político convencional. “Estamos vivendo momentos de autoflagelação”, disse Sullivan. “É a hora de refletir sobre o que fizemos certo e errado. Não vamos nos deixar enganar, fizemos coisas certas. Basta ver o Post”, emendou.

Dos três grandes furos publicados na reta final da campanha, um foi a investigação do New York Times sobre como Trump explorou as lacunas da legislação fiscal e deixou de pagar impostos por quase vinte anos. Outro revelou que sua atividade filantrópica não passava de propaganda furada, já que ele usava o dinheiro das doações em causa própria. E o último foi o vazamento de um vídeo em que ele, ao final de uma entrevista, jactava-se de suas investidas sexuais e praticamente ditava o bê-á-bá da misoginia. As duas últimas reportagens, do Washington Post, foram escritas pelo mesmo repórter, David Fahrenthold.

Desde que foi comprado por Jeff Bezos, dono da Amazon, o Post (como o chamam os leitores e profissionais do ramo) vivia seu momento de fênix. Em pouco mais de três anos, retomou a excelência da reportagem, reinventou-se na internet e recobrou sua relevância mundial. A equação de sucesso não teria sido possível sem o comando de Martin Baron, considerado um dos melhores editores em atividade do mundo e cuja carreira inclui uma retumbante passagem pelo Boston Globe – onde liderou a investigação sobre pedofilia na Igreja Católica, que resultou no filme **Spotlight**. Com Bezos e Baron, a nova encarnação do Post combinou a velha escola do jornalismo puro-sangue com as firulas da tecnologia digital.

Dinheiro, faro jornalístico e o prestígio de uma marca centenária fizeram do Post uma exceção. Ao contrário do resto da imprensa

que passava por demissões coletivas e fechamento de escritórios, o jornal aumentou o número de funcionários em 30%. No último ano, chegou a ultrapassar o *New York Times* em acessos pela internet. Foi laureado como a publicação mais inovadora do mundo pela *Fast Company*, uma das mais importantes fontes de informação do mercado digital. Também colecionou quatro prêmios Pulitzer – e a matéria de Fahrenthold é, desde já, forte candidata a levar o quinto. A reportagem que a Piauí faria nos Estados Unidos dizia respeito à vitória de Clinton sob a perspectiva do trabalho dos repórteres do *Post*.

A pouco mais de uma semana das eleições, a notícia quente era que o FBI havia reaberto as investigações sobre os *e-mails* de Hillary Clinton, acusada de usar um servidor privado para tratar de assuntos públicos quando secretária de Estado do governo Obama. O caso tinha se tornado o assunto preferido da oposição para mostrar a desonestidade e pouca confiabilidade da candidata, que também tinha que se explicar sobre as controversas doações para a fundação que leva o nome da família. Pelo Twitter, Trump disse que se tratava do “maior escândalo desde Watergate”.

A redação do *Post* ocupa seis andares de um imponente prédio no Centro de Washington. Os cerca de 700 funcionários (o *New York Times* tem 1 300) estão espalhados por um vão livre lotado de mesas brancas (poucas exibem bichinhos ou fotos de familiares) e cadeiras ergonômicas pretas. O lugar é silencioso, amplo e iluminado. Há cozinhas abertas montadas em corredores, com bancadas impecáveis que parecem nunca ter sido tocadas por um alimento sólido. Máquinas de café estão à disposição, mas cada funcionário tem que levar o próprio pó para preparar a bebida. O mobiliário de poltronas e bancos obedece ao estilo escandinavo. Pelo menos 250 monitores de televisão ocupam parte das paredes, dividindo espaço com painéis com frases de jornalistas e a coleção de medalhas dos mais de cinquenta prêmios Pulitzer. Nos anos 1980, um deles teve que ser devolvido, quando se soube que a repórter Janet Cooke havia inventado a história de uma criança de 8 anos viciada em heroína. (O caso está bem contado numa ala do *Newseum*.)

A dez dias das eleições, por volta das três da tarde, Steven Ginsberg, editor de Política do Post, já havia ido a três reuniões para definir a estratégia de cobertura do caso do FBI sobre os *e-mails*. Ele acreditava que ninguém mudaria o voto por causa do episódio, mas, em todo caso, havia incumbido cinco repórteres de acompanhar a história. O Post tinha 44 jornalistas com dedicação exclusiva para cobrir a campanha; o New York Times, 22.

Aos 44 anos – 22 deles dedicados ao jornal –, Ginsberg tem cabelo e barba arruivados, fala mansa e jeito de professor de química. Em sua pequena sala na redação do Post, ele discorria sobre os desafios de cobrir uma eleição tão polarizada e com um elemento *sui generis*: Donald Trump. “Nunca um candidato mentiu tanto”, disse. “Antes, os políticos ficavam numa área nebulosa da verdade e era mais fácil escrever sobre isso. Já ele inventa, tem uma realidade própria sem qualquer compromisso com a verdade. Tudo tem que ser checado e desmentido imediatamente porque senão viramos parte da propaganda política dele”, afirmou.

Ginsberg se orgulhava de o jornal ter levado Trump “a sério” desde o começo, o que permitiu investigá-lo antes da concorrência. “Qualquer disparate que dizia aumentava sua popularidade nas pesquisas. Óbvio que isso queria dizer algo.” Boa parte da imprensa enxergou nele apenas um bufão oportunista, que já havia ameaçado concorrer ao cargo em outras cinco ocasiões. O Huffington Post, por exemplo, publicava as matérias sobre ele na seção de entretenimento. O editor-chefe da revista New Yorker, David Remnick, chegou a escrever que Trump estava se candidatando apenas para promover seus negócios e que “tudo ia acabar bem” antes mesmo das primárias.

“Inclusive, riram de nós”, contou Ginsberg. Segundo ele, colegas de profissão postaram piadas no Twitter quando o Post escreveu – um ano e dois meses antes de Trump anunciar sua candidatura – que ele era um forte concorrente. “Depois apagaram. Pegou mal”, disse.

Além de trazer para a cena eleitoral a chamada era da pós-verdade – quando na formação da opinião pública a realidade é menos importante do que a emoção e a crença pessoal –, Trump também

rompeu com os padrões de cobertura política até então conhecidos. Tinha uma secretária de imprensa de 27 anos que não retornava as ligações; ninguém sabia quem coordenava sua campanha; como um adolescente, usava o Twitter para dar bronca nos jornalistas, reclamar e xingar; proibia que repórteres viajassem em seu avião durante a campanha; confiscou credenciais daqueles de quem não gostava (inclusive do Post); disse que ia flexibilizar as leis de liberdade de expressão para melhor processar a imprensa. Nos comícios, chamava os repórteres pelo nome para criticá-los em público. Muitas vezes apontava o dedo para os jornalistas, “esse bando de desonestos”. “Tínhamos recursos e estrutura para reagir a isso”, comentou Ginsberg. “Quando ele proibiu a entrada do Post nos comícios da campanha – muitas vezes ocorriam três no mesmo dia, em diferentes estados –, o jornal precisou dobrar o número de repórteres para que sempre tivesse um a postos na fila, para ter acesso como qualquer outro.”

“A rejeição à imprensa virou parte importante da estratégia de campanha dele”, continuou Ginsberg. E funcionou. Segundo um levantamento recente do Gallup, apenas um em três americanos dizia acreditar “totalmente” no que era publicado pela imprensa. Era o pior porcentual desde 1972, quando a pesquisa começou a ser feita. De acordo com os autores do estudo, parte do resultado se deveu ao “agressivo discurso anti-imprensa propalado por Donald Trump e outros republicanos”, à “explosão das redes sociais” e ao “baixo nível do jornalismo”.

A crise de credibilidade da imprensa coincidiu com o enxugamento das redações e a crescente importância das redes sociais, hoje a principal fonte de distribuição de notícias no mundo. Um estudo do Pew Research Center mostrou que 62% dos americanos se informam pelas mídias sociais, sobretudo o Facebook. Nos Estados Unidos, o número de jornalistas caiu drasticamente. Em 1990, havia 56.900 profissionais na ativa, segundo a Sociedade Americana de Editores de Notícias. No ano passado, eram 32.900. Houve um grande baque nas publicações locais de circulação modesta e nas sucursais de grandes jornais que, por décadas, funcionaram como a fonte do que se passava no longínquo Capitólio e na vida do cidadão

comum. E vice-versa. Era a partir do relato de seus correspondentes locais que os jornais tinham o pulso do que ocorria na América profunda.

Com ar grave, Ginsberg se disse preocupado com a ascensão de *sites* de notícias falsas e sensacionalistas, que serviram para desestabilizar o embate político. Havia exemplos gritantes. O papa Francisco teria anunciado apoio a Trump (960 mil compartilhamentos), um investigador do caso dos *e-mails* de Clinton teria sido encontrado morto (567 mil compartilhamentos). Um levantamento do BuzzFeed revelou que das vinte notícias falsas mais compartilhadas pelo Facebook durante as eleições, dezessete eram pró-Trump ou anti-Hillary. E havia um agravante. A própria equipe de campanha e familiares do candidato replicavam o boato – caso de Eric Trump, que *retuitou* escrevendo “Finalmente, a verdade!” a lorota de que Clinton teria pagado 3.500 dólares para manifestantes perturbarem os comícios de seu pai.

“Como se lida com isso? É uma coisa séria, de consequências imprevisíveis em longo prazo”, disse Ginsberg. Ele contou que haviam acabado de publicar uma reportagem sobre como o Facebook se tornara repositório de mentiras na internet. Ele temia que, com base no que acontecia nessa eleição, outros políticos guiassem seus eleitores para embustes como o conservador InfoWars, que se diz uma “fonte de notícias alternativas”, mas que publica conteúdo falso e pró-Trump. “As pessoas passaram a desconfiar da imprensa tradicional. Será que vai ser assim daqui para a frente?”, indagou. Para ele, veículos como o Post tinham que ser implacáveis na exposição da farsa dia após dia. Perguntei se acreditava ser possível voltar a um estado pré-Trump no jornalismo. “O resultado da eleição vai dar o tom do que vai acontecer.”

Deixei a sala de Ginsberg e fui me encontrar com Dana Milbank, um dos principais editorialistas do Post, que gravava uma entrevista para a tevê num canto da redação. Ele é um sujeito vigoroso, com olhar afiado e tom de voz de apresentador de televisão. Três dias antes, quando ainda faltavam quase duas semanas para as eleições, ele havia escrito uma coluna feroz sobre outro assunto que dizia respeito à imprensa: a falsa equivalência. Na ânsia de se mostrar

imparcial, os jornalistas teriam tentado igualar o espaço dado à cobertura dos escândalos de Trump e de Clinton. “E a consequência disso foi tratar esse assunto idiota dos e-mails com a mesma gravidade e extensão com que foram tratadas as barbaridades de Trump”, comentou ele, que fazia hora para ir ao médico.

Caminhávamos pelos corredores vazios da redação. “Minha coluna de terça ficou tendenciosa, não? E daí? Devia ter ficado há muito mais tempo”, afirmou. Segundo ele, a imprensa deveria aprender uma lição urgente a ser absorvida para sempre: como se deve tratar um mentiroso e/ou racista demagogo nas páginas do jornal. Ele defendia que, com certo tipo de gente – no caso, de candidato –, não existe parcialidade política. “É uma questão de democracia”, afirmou. Seria justificável gastar uma edição inteira só criticando Trump. Não faltava assunto: seu plano de expulsar 11 milhões de imigrantes ilegais do país; construir um muro na fronteira do México com os Estados Unidos; proibir a entrada de muçulmanos; rever as leis de meio ambiente, o acordo sobre o programa nuclear iraniano e a ameaça ao sistema universal de saúde conhecido como Obamacare. Sem falar no declarado desprezo pelas mulheres, nas acusações de assédio sexual, no antissemitismo e na relação promíscua com a Rússia. “Nada do que ele fala é democrático. Como pode alguém achar que isso tem o peso do uso de um e-mail, que o FBI já disse que não tem nada e ninguém sabe o que tem lá de verdade?”, indagou.

Ao mesmo tempo, todas as vezes em que havia mais reportagens críticas a ele, Trump alegava parcialidade para atacar a imprensa. Quando o **Center for Public Integrity** publicou que 430 jornalistas haviam doado quase 400 mil dólares para Clinton, ele – que havia recebido 14 mil dólares de apenas cinquenta deles –, foi à forra fermentando o discurso de vítima de uma conspiração: da imprensa, dos poderosos de Washington, dos institutos de pesquisa, dos bancos.

O assunto deixava Milbank visivelmente incomodado. “Isso é coisa de república de bananas”, ele disse. Eu ri. “Não fazendo uma alusão ao Brasil. Isso não acontece lá, né?” Eu ri de novo. Em sua avaliação, a imprensa havia se acovardado. “E aí você tem uma

ameaça, um sujeito que quer ser ditador e você simplesmente publica uma matéria falando: ‘Obrigado, senhor Hitler, pelo seu ponto de vista, e agora vamos ao outro ponto de vista.’ Não se trata de um debate do tipo ‘Ele disse isso, ela disse aquilo’. É sobre o certo e o errado.”

Milbank era absolutamente cético sobre o sucesso de Trump. Ainda nas primárias, escreveu uma coluna dizendo que se o empresário fosse escolhido, ele engoliria as próprias palavras – literalmente. Em maio, ele o fez. O Post publicou o vídeo em que, em companhia do crítico gastronômico do jornal e de um *chef* que preparou tudo, Milbank degustou um ceviche com um purê feito com a página do jornal e um taco mexicano recheado com pedacinhos de papel. Brindaram com Cabernet Trump (ele tem uma vinícola no estado da Virgínia). O vídeo teve milhares de acessos.

Quando nos despedíamos, Milbank confessou estar farto da eleição. No começo do ano, chegou a pedir ao editor que o dispensasse de escrever sobre o assunto. “É grotesco. A vulgaridade dessa campanha mata qualquer alma”, disse. O chefe, óbvio, negou. “Se ele ganhar, não me culpem. Eu estava no lado do bem.”

A relação de Trump com a imprensa sempre foi promíscua e tumultuada. E era antiga: há quase quatro décadas ele já estampava capas de tabloides e jornais, e estava na televisão por diferentes razões. Astro de *reality show*, magnata da cafonice, empreiteiro de luxo com uma metralhadora desgovernada na língua, era um ímã natural para a audiência. Quando passou a falar de política, sobretudo na tevê, não poderia ser diferente.

Ainda nas primárias, era figurinha fácil nos programas de entrevistas, muito populares nas manhãs de domingo. As emissoras o entrevistavam até por telefone, prática incomum, permitindo-lhe falar o que quisesse. Os debates eleitorais se tornaram um programa de entretenimento assistido por milhares de pessoas. “Pode não ser bom para os Estados Unidos, mas está sendo uma maravilha para a CBS”, disse, à época, o presidente da emissora, Les Moonves. Uma pesquisa do Pew Research Center mostrou que os canais a cabo deram duas vezes mais espaço a Trump do que a Clinton – e

dezesseis vezes mais do que a Bernie Sanders.

Estima-se que a CNN tenha faturado 100 milhões de dólares a mais só na cobertura das eleições. Segundo o instituto de pesquisa Nielsen, a Fox News aumentou em mais de 1.000% o valor dos trinta segundos de uma propaganda nos intervalos dos debates presidenciais. Não era privilégio das tevês. O comScore divulgou que, em outubro, o Post teve 99,6 milhões de visitantes únicos em seu *site* – um aumento de 49% em relação ao ano passado (o New York Times teve 101,4 milhões de acessos). De acordo com um estudo da mediaQuant, Trump se beneficiou do equivalente a 5,2 bilhões de dólares em mídia espontânea durante toda a campanha eleitoral.

E o mais surpreendente: enquanto Clinton havia despendido cerca de 60 milhões de dólares em propaganda, Trump não tinha desembolsado um tostão. O levantamento foi feito pela revista *Fortune*, que num artigo ressaltou como, agindo de improviso e testando o eleitorado sem qualquer estratégia política, o candidato havia contrariado a opinião corrente dos analistas de plantão e exposto a *bobajada* do que se sabia sobre propaganda eleitoral até então.

“Parte da imprensa aceitou ser manipulada porque isso gerou boas histórias”, disse o professor Robert Entman, em sua sala no Departamento de Mídia da Universidade George Washington, a uma semana das eleições. “Viam aquele teatro do absurdo e pediam mais. As tevês, sobretudo.” A atitude teria permitido a Trump ditar o tom da cobertura midiática, gerando distorções como incompetência da imprensa em explicitar a diferença entre os candidatos e não ter mergulhado em assuntos sérios. “Ele tem centenas de processos por sonegação, fraude, calote em funcionários. E a candidata mais corrupta, segundo as pesquisas, é Clinton? É claro que isso é culpa da má cobertura da imprensa”, afirmou.

Ainda que Clinton liderasse as pesquisas, Entman enxergava uma sucessão de falhas por parte dos jornalistas. Um dos maiores erros teria sido tratar o Trump político como o Trump celebridade.

REFLEXÕES XXIV

“Controlando a imprensa, ele pavimentou seu caminho para a Casa Branca”, continuou o professor. Como todo dia ele produzia um fato novo – fosse com uma frase polêmica ou absurda –, a imprensa pulava de assunto em assunto sem se aprofundar em nenhum. Não foi por acaso, ele tinha um roteiro.

No livro *Trump: A Arte da Negociação* – meio autobiografia, meio autoajuda empresarial –, publicado em 1987, Trump revela como manipulou jornalistas a seu favor e tirou proveito até de notícias ruins, e como se deve conduzir uma conversa com repórteres para construir uma narrativa própria. Ali, tem-se um aperitivo de como ele agiu durante a campanha.

A imprensa está sempre atrás de uma boa história e quanto mais sensacionalista, melhor. Se você for um pouco diferente, ou um pouco ofensivo, ou se você fizer coisas meio audaciosas ou polêmicas, eles vão escrever sobre você. [...]

Se eu for pagar um anúncio de página inteira no *New York Times*, isso vai me custar 40 mil dólares e ninguém liga para anúncio. Mas se o jornal escrever uma coluninha sobre um negócio meu, mesmo que seja mais ou menos positiva, me sai de graça e vale muito mais do que os 40 mil. [...] Qualquer história, mesmo negativa, é boa para o seu negócio. Uma vez eu disse que ia construir o prédio mais alto do mundo numa área de Nova York. Virou um evento midiático. Mas nenhum repórter quis saber os detalhes do projeto. Só olharam o lado sensacionalista. [...]

Se me perguntam qual o lado negativo de construir o maior prédio do mundo, eu mudo o discurso para o lado positivo, dizendo que Nova York merece o prédio mais alto do mundo, que vai *bombar* a cidade e recuperar o prestígio do passado. Se me perguntam por que só faço obra para rico, eu digo que não é só para rico. Meus empreendimentos beneficiam milhares de pessoas que poderiam estar desempregadas, mas estão trabalhando na construção, e isso faz com que eu pague mais impostos para a cidade. [...]

Eu mexo com a fantasia das pessoas. Elas não costumam pensar grande sobre si mesmas, mas adoram quem se comporta assim. É por isso que um exagero nunca faz mal. Elas querem acreditar no

grande, no maravilhoso, no espetacular. Chamo isso de hipérbole verdadeira. É uma forma inocente de exagero, mas muito boa para autopromoção.

Eugene Meyer, um bilionário da área financeira, e sua mulher, a escritora Agnes Ernst, amiga de artistas, celebridades e políticos, viviam como nos livros de Scott Fitzgerald. Em 1933, Meyer resolveu ampliar os negócios e comprou – num leilão de massa falida – um jornal fundado em 1877, que tinha quatro páginas e era vendido a 3 centavos de dólar: o *Washington Post*. Depois de treze anos à frente da publicação, Meyer passou o bastão para seu genro, o advogado Philip Graham que, depressivo e alcóolatra, suicidou-se em 1963. Foi quando sua mulher, Katherine, a filha de Meyer, que nutria um real interesse pelo jornalismo, assumiu a operação familiar. Ela contratou Ben Bradlee, intrépido repórter da *Newsweek*. Eram o oposto um do outro: ela, delicada e hesitante; ele, um fio desencapado. À frente do *Post*, Bradlee, com o sinal verde financeiro da dona do jornal, revolucionou o modelo de cobertura do diário. Espalhou correspondentes por diversos países, abriu sucursais em várias cidades e criou novas editorias.

A dupla Graham–Bradlee funcionava em perfeita sintonia, explicitada, sobretudo em situações-limite, como quando o *Post* teve acesso aos papéis secretos do Pentágono sobre a Guerra do Vietnã ou quando os repórteres Bob Woodward (que ainda hoje trabalha no *Post*) e Carl Bernstein (um profícuo analista político e escritor) passaram a investigar a estranha invasão do escritório do Partido Democrata. O que parecia um crime comum se mostrou um caso escandaloso de espionagem política e culminou na renúncia do presidente Richard Nixon, em 1974. O *Post* firmou sua marca na história do jornalismo com fama e prestígio.

Donald Graham, filho de Katherine, substituiu a mãe no cargo. Ele era uma unanimidade: generoso, ético, educado, justo, mas sem qualquer visão estratégica sobre o futuro do jornal. Ainda que o *Post* publicasse grandes reportagens, a repercussão era cada vez mais tímida. Por décadas, imperou a ideia de que o *New York Times* era o principal diário do país; o *Wall Street Journal*, a melhor publicação econômica; o *USA Today*, o que se entrega na porta dos hotéis. Ao

Post cabia a classificação de ser um grande jornal local, com ênfase na cobertura de educação, cidades e esportes e anúncios de supermercados e lojas da capital. Era lido pela Casa Branca, mas também pelos motoristas de táxi da cidade.

O barco foi sendo tocado na mesma toada, até que com a crise financeira de 2008 as finanças do Post despencaram. Fecharam-se muitas das sucursais e escritórios internacionais, ocorreram demissões em massa, a circulação estava em queda livre e repórteres talentosos migravam para outros veículos. Pegou mal quando foi ventilado que a sobrinha de Graham, Katharine Weymouth (então *publisher* do jornal), planejava cobrar 250 mil dólares de lobistas para conversas “em off” com políticos e jornalistas em jantares em sua casa, numa malfadada tentativa de fazer caixa para o jornal. Ficou só na ideia, não houve encontro nenhum. Nos quatro anos seguintes, os repórteres sentiram o ônus da decadência.

No começo de 2013, Martin Baron, o célebre editor-chefe do *Boston Globe*, assumiu o comando do Post. Dele se fala que é determinado, ético, inteligente e metucioso. “Ele melhora meu trabalho”, dizem aqueles que ele chefiou. Com Baron não há conversinha fiada ou piadinha. Quatro repórteres me contaram que sempre saem da sala dele com a impressão de que ele os odeia – ainda que o editor jamais tenha levantado a voz ou sido rude.

Para ele, jornalismo não é dizer que uma casa está pegando fogo. É saber por que a casa está pegando fogo. É denunciar a pedofilia na Igreja Católica, mas ainda mais importante é entender por que as autoridades encobrem esse fato. Se algo de ruim aconteceu, alguém está por trás. Ele quer saber quem fez, de quem é a culpa e por que fez.

Logo nas primeiras semanas, ele já mostrou a que viera. Foi o único editor americano a topar investir numa reportagem sobre um ex-técnico da CIA chamado Edward Snowden, que revelava que a Agência Nacional de Segurança do governo invadia servidores da internet, como Yahoo e Google, para espionar dados de usuários. O repórter Barton Gellman havia oferecido o material para vários

jornais e revistas, que recusaram alegando se tratar de um assunto arriscado e polêmico. Com a chancela de Baron, a reportagem ganhou o Pulitzer meses depois.

Em agosto de 2013, os editores do Post foram convocados à redação, mesmo aqueles que estavam em férias. Diante de uma centena de funcionários, com a voz embargada, Donald Graham anunciou que estava vendendo o jornal por 250 milhões de dólares para Jeff Bezos, dono da Amazon, cuja fortuna é estimada em 72 bilhões de dólares. (Em um e-mail educado, Graham recusou ser entrevistado pela Piauí, alegando que não fala mais publicamente sobre jornalismo desde que se afastou do negócio). Para entregar a empresa que se perpetuava por quatro gerações na família, ele escolheu Bezos a dedo. Considerava-o engajado, inteligente, apolidário, mas, sobretudo, alguém que entendia a importância da pluralidade do jornalismo para a democracia. E mais: tinha a certeza de que ele não iria se meter na área editorial do Post.

Em uma entrevista recente ao programa do apresentador Charlie Rose, Bezos confirmou a avaliação de Graham. “Eu não poderia entrar na sala de cirurgia onde meu filho está sendo operado e dar palpite, ou comprar um restaurante e querer cozinhar”, argumentou. “Jornalismo tem que ser feito por profissionais do jornalismo.” Também disse que seu plano para o Post era “gastar menos dinheiro e atingir mais gente”. E isso seria possível com uma avassaladora operação digital, muito mais barata do que a impressa. Produz-se conteúdo, joga-se na rede e ele se multiplica sem custo. Em uma das primeiras reuniões, Bezos disse que uma das matérias de que mais havia gostado era “Nove questões sobre a Síria que você não tem coragem de perguntar”, porque reunia conteúdo denso apresentado de forma leve. Os princípios empresariais da Amazon foram emulados pelo jornal: “O cliente primeiro. Invente. Seja paciente.” Bezos costuma dizer que para entender sua estratégia basta substituir “cliente” por “leitor”. Outra máxima foi a total confidencialidade sobre qualquer cifra da empresa. Não se divulga número de assinaturas, faturamento, prejuízo ou gastos.

À diferença do que ocorria antigamente, quando o departamento de fotografia, por exemplo, ficava numa área à parte, no novo Post cada

editoria tem, ao lado de repórteres e editores, sua equipe de foto, áudio, redes sociais, vídeo e programadores. Só de engenheiros de tecnologia há oitenta. Muitos migraram da Amazon. Por dia, são publicados 1 200 diferentes conteúdos na internet.

Há três estúdios de televisão e dois de rádio. No átrio principal, uma gigantesca tela de LED mostra riscos coloridos que lembram um eletrocardiograma e tijolinhos horizontais azuis. Eles mostram em tempo real como as notícias estão sendo lidas – as que têm maior ou menor interesse, quanto tempo é gasto em cada uma delas, em que momento do texto é abandonada pelo leitor, qual o horário de pico de acesso ao *site*, quais os temas mais procurados na busca *on-line*, quais as *hashtags* mais populares ligadas ao jornal, os vídeos que *viralizaram* nas redes sociais.

Além de reportagens de fôlego, como os bastidores do Estado Islâmico, o Post também publica vídeos de gatinhos fofos e matérias do tipo “Como não brigar com os parentes por causa de política na noite de Natal”, que lhe trazem enorme audiência. Não existe pudor em parecer frívolo ou vendável. A estratégia tem funcionado. Em outubro de 2015, o Post ultrapassou o New York Times em número de acessos no *site*. Atualmente o Times voltou à liderança.

Em uma tarde de outubro, antes das eleições, o repórter David Farenthold respondia e-mails sentado à sua mesa, que surpreendentemente, tinha pouquíssimos papéis e tralhas. Ele preparava versões de matérias a serem publicadas na noite da apuração dos votos: se ele ganhasse, se ela ganhasse, se ele contestasse o resultado, como seria a análise da votação em cada estado.

Aos 38 anos – dezesseis deles no Post, o único lugar em que trabalhou na vida –, Farenthold escreveu sobre o Congresso, a administração federal e questões de meio ambiente antes de ser deslocado para a equipe que cobriria a corrida presidencial. Ele é alto, magro, tem o cabelo alourado e o rosto coberto de micropintinhas visíveis à luz do sol. Usa óculos de aro escuro e retangular, tem o cabelo cortado rente e fala sem pausa para um respiro. Lembra um daqueles tipos do Vale do Silício: focado,

REFLEXÕES XXIV

metódico, organizado, que parece não precisar de sono para sobreviver.

A reportagem de Fahrenthold sobre atividade filantrópica de Trump e como ele usava a fama de benemerente em benefício próprio é brilhante porque, além de inovar na maneira de apresentar a apuração, conseguiu expor o modo como o empresário lida com dinheiro, ética, leis, negócios e o mundo.

Desde sempre, Trump alardeava ter doado mais de 100 milhões de dólares do próprio bolso para instituições de caridade. Em janeiro, ele faltou a um debate na Fox News sob o argumento de que participaria de uma atividade da **Trump Foundation**, que teria arrecadado 6 milhões de dólares para os veteranos de guerra – sendo que 1 milhão de dólares teria saído de seu próprio bolso. O episódio parecia trivial, mas Fahrenthold estranhou. Ainda que entendesse pouco sobre doações de organizações privadas, sabia que havia algo estranho em misturar política e caridade. Naquela noite, quando deixava o escritório do jornal, esbarrou com Martin Baron no elevador. Como sempre, o chefe foi lacônico. “Acho que você deveria se concentrar a fundo só na **Trump Foundation**.”

Por várias semanas, Fahrenthold pediu detalhes à equipe de Trump, até que o então coordenador de campanha, Corey Lewandowski, telefonou para dizer que as doações eram verdadeiras, mas que ele não teria acesso a nenhuma outra informação. Era preciso investigar a rota do dinheiro, mas o repórter se viu numa encruzilhada: como confirmar as doações se existiam milhares de entidades ligadas aos veteranos no país? Foi quando teve uma ideia que dificilmente um jornalista da velha guarda ousaria colocar em prática, por receio de revelar a pauta. Fahrenthold publicaria o passo a passo de sua apuração no **Twitter** e pediria publicamente informações pelas redes sociais sobre as instituições supostamente beneficiadas. “Fiz quase num ato de desespero. Era impossível contatar todas elas”, comentou.

No primeiro dia, mandou cerca de quarenta *tuites* marcando a entidade, o próprio Trump (@realDonaldTrump) e outros jornalistas nas mensagens públicas. “Trump vive no **Twitter**. Eu

queria que ele soubesse o que eu estava fazendo”, contou. Perguntava se alguém tinha ouvido falar da organização **X**, onde ficava a **Y**, quem era a responsável pela **Z**. Quando chegou à casa, sem ter recebido qualquer retorno, lamentou com a mulher que havia perdido tempo em uma estratégia inócua. Mas, por volta das oito da noite, o próprio Trump *tuitou* falando mal da imprensa que o questionava sobre as doações. “É incrível que, com todo o dinheiro que arrecado para os veteranos, a única coisa que recebo é crítica da mídia desonesta”, escreveu.

No dia seguinte, a caixa de mensagens do repórter estava cheia. Havia recebido uma dezena de pistas – algumas etéreas, outras furadas, mas muita informação essencial para seu trabalho vinda de gente que ele nunca vira na vida. A dinâmica era fascinante. Em um momento, deparou-se com uma doação de Trump de apenas 7 dólares feita em 1989. Havia postado na rede social: “Olha que estranho isso, nunca vou conseguir entender.” Dez minutos depois, recebeu uma mensagem de um grupo que, depois de uma troca extensa de e-mails, descobriu que aquele era o valor da inscrição para o clube de escoteiros. Na época, com um filho de 11 anos, Trump havia pagado a taxa e declarado a despesa como doação. Bingo.

Em outra ocasião, apurava o paradeiro do maior montante: 265 mil dólares para uma entidade que gerencia o Central Park, em Nova York. Depois de dias no escuro, ele estava num táxi quando *tuitou*: “Que valor alto. O que será que isso significa?” Quando chegou à casa, um anônimo havia lhe mandado cópias de documentos que batiam com a data e o valor da despesa. Uma das fontes de água do parque precisava de reforma, a cidade não iria pagar e a entidade resolveu pedir dinheiro para todos os prédios que tinham vista para o parque. O maior deles era a Trump Tower. Em vez de usar dinheiro da empresa, Trump pagou a conta com recursos da fundação. Em maio, Fahrenthold localizou a única doação verdadeira feita por Trump até então: entre 5 mil e 10 mil dólares para a Liga Atlética da Polícia de Nova York em 2009. Ele também descobriu que Trump havia pagado 12 mil dólares por um capacete de um jogador de futebol americano e outros 20 mil dólares numa

pintura que o retratava de corpo inteiro. Tudo declarado como caridade, mas guardado nas propriedades de Trump longe dos olhos do público.

A partir da investigação de Fahrenthold, soube-se que Trump nunca doou um tostão entre 2009 e maio de 2016 (só o fez depois que o repórter passou a investigar o assunto). Também que, embora ele recebesse dinheiro de outros doadores, não repassava às instituições que prometera – como foi o caso do evento de janeiro. Outra revelação é que burlava a lei com o que se chama de “autonegociação” – usando o dinheiro da instituição de caridade em benefício de seus negócios privados. Um processo corre na Justiça americana para apurar o caso.

Em nenhum momento, Fahrenthold temeu ser furado pela concorrência. “Acho que as pessoas não estavam prestando muito atenção nisso. Trump falava tantas coisas diferentes todos os dias que os outros jornalistas estavam sempre ocupados”, respondeu. As matérias eram lidas por advogados antes de serem publicadas. Segundo ele, costumam lhe pedir mais detalhes e fontes. Pelo fato de Trump jamais retornar as ligações, as conversas com a equipe jurídica costumam ser exercícios de imaginação. “Ficávamos perguntando uns para os outros: ‘Se você fosse o Trump, o que você negaria?’”, contou.

Em setembro, depois de contatar 420 entidades com alguma ligação com Trump (ou ele havia mencionado em público ou participado de eventos ou estava na prestação de contas da Trump Foundation) e tendo reunido farto material, organizado em dezenas de planilhas Excel e arquivos do Google, Fahrenthold se reuniu com a equipe digital do Post, que já estava bolando gráficos e tabelas interativas para ilustrar a reportagem. Ele veio com uma ideia do século passado: E que tal se eu escrevesse tudo numa folha de papel, usasse três cores de caneta diferentes – o que chamaria a atenção –, fotografasse a papelada e aquilo fosse a única imagem da matéria? O *designer* não gostou. Ele insistiu e fez. No dia seguinte, as imagens *viralizaram* nas redes sociais. Era impressionante acompanhar as quinze páginas de anotações feitas à mão com o nome das entidades que teriam sido beneficiadas por Trump e a situação da doação. O

que mais se lia era: “Nunca.” Até então, a reportagem mais popular no site do Post havia sido sobre uma mulher na África que havia simulado a sua morte e comparecera ao próprio funeral. O furo de Farenthold a ultrapassou por milhares de acessos.

A reboque da repercussão da investigação sobre Trump, Farenthold teve outra surpresa. No começo de outubro, dois dias antes do segundo debate presidencial, ele recebeu um telefonema de alguém que lhe oferecia um material “muito interessante”. Era um vídeo com cenas dos bastidores do programa Access Hollywood, da NBC, gravado em 2005. Nele, Trump contava que, como era famoso, conseguia levar para a cama quem quisesse e dizia, em linguagem chula, como procedia para tanto. “Eu não acreditava. Era um material muito forte, ainda mais que ele havia sido acusado de assédio sexual, misoginia”, contou.

A reportagem enviou aos assessores de Trump uma cópia da fita, com a ressalva de que o material seria publicado dali a cinco horas, com ou sem resposta do candidato. A dois minutos da expiração do horário combinado, uma assessora ligou minimizando o episódio – “Bobagens que se falam” –, mas dizendo que Trump pedia desculpas. “Eles não tinham ideia do tamanho do escândalo”, Farenthold comentou. Quando o vídeo foi distribuído pelas redes sociais do Post, o impacto foi apocalíptico. Dali em diante, durante duas semanas o repórter apareceu diariamente na tevê. Tornara-se uma celebridade. Ele nunca revelou seu “Garganta Profunda”.

A pouco mais de uma semana das eleições, Martin Baron, o editor-chefe do Washington Post, trabalhava em pé em frente a duas telas de computador equilibradas numa estante. Um problema na coluna o impedia de passar muito tempo sentado. Usava uma camisa em tons de verde-claro e calça cáqui. Aos 62 anos, Baron fala baixo (muito baixo), usa óculos de armação transparente, tem o cabelo cheio e grisalho, a barba branca rente à pele.

A sala de Baron é apertada. Cabe uma estante, sua mesa de trabalho, outra com quatro cadeiras. Na parede do fundo, um totem de papelão do tamanho de um adulto com a foto da estátua do Oscar (em Spotlight, Baron foi interpretado pelo ator Liev Schreiber). Ele

folheava um exemplar da Piauí que trazia na capa uma ilustração do presidente Michel Temer nu, numa alusão à fábula “A roupa nova do rei”. “Espero que não me retratem assim nessa matéria”, disse em tom amistoso na primeira das duas únicas vezes que esboçou uma nesga de sorriso. A outra foi quando mencionei que um amigo comum, que tinha 70 anos, estivera recentemente no Rio e adorara a cidade – irônico, comentou que pediria asilo político no Brasil. E Trump não havia nem ganhado as eleições.

Naquele dia, Matthew Yglesias, da Vox, seu vizinho de apartamento, havia escrito que o maior escândalo da campanha fora “exatamente ter tratado os e-mails de Clinton como escândalo”. “Não concordo”, disse Baron. “Acho que, se o FBI investiga um caso desses, esse é um assunto relevante”, disse. “Ninguém quer ter um presidente que lide com informação confidencial de maneira imprudente. Entretanto, houve muitos outros problemas na campanha. E aqui nunca ficamos medindo quanta atenção se deve dar a um ou a outro”, falou.

A ameaça à liberdade de imprensa era um tema que o preocupava – a obsessão do candidato republicano contra os jornalistas, o crescimento do movimento conservador de direita batizado de Alt-Right, a farra das mentiras na internet. “Trump nos chamou de inimigos, de escória, de vagabundos, de ‘forma mais primitiva de vida’. Percebe como isso é sério?”, perguntou.

E havia o precedente de Peter Thiel, o excêntrico bilionário do Vale do Silício, fundador do PayPal, que, movido por uma vingança pessoal, financiara um processo nababesco contra o *site* de notícias Gawker, que teve de fechar as portas. Anos antes de Thiel sair do armário, o *site* havia publicado que ele era *gay*. Thiel era um dos cotados para participar de um eventual governo Trump.

Avaliando a cobertura do Post nas eleições, Baron disse que, se pudesse ter feito algo diferente, teria enviado mais repórteres ao interior do país, para entender os anseios e preocupações da classe trabalhadora. Também tinha a sensação de que poderiam ter explorado melhor Bernie Sanders. O mesmo fenômeno que catapultara o senador democrata, socialista, de 75 anos – que

mobilizara milhões de jovens – era o que também havia levado Trump às alturas: insatisfação generalizada por parte da população, discurso totalmente diferente da política tradicional por parte do candidato. Ambos foram mal iluminados pela imprensa.

Ao longo da conversa, Baron manifestava cautela ao falar sobre as eleições. Quando mencionei pesquisas que colocavam Clinton na frente, ele disse que estavam dentro da margem de erro. Quando perguntei se ele tinha uma manchete para a vitória dela, ele disse que também não tinha para a dele. Em certo momento, tive a impressão de que ele pudesse estar realmente cogitando uma vitória de Trump. “Claro que estou”, disse. “Jornalistas são péssimos em previsões. Há muitas variáveis, ninguém sabe o que vai acontecer.”

Segundo Baron, todas as suposições acerca de Trump haviam falhado. A imprensa achou que ele ia derreter quando falou do muro. Quando zombou de um repórter com deficiência física. Quando disse que o senador John McCain – encarcerado por cinco anos e meio durante a Guerra do Vietnã – não era um herói. “Não aconteceu nada. Além de sermos ruins em previsões, somos dados a fazer muitas suposições acerca de tudo. É preciso ter muito cuidado com isso”, observou. Ele se levantou para pegar uma água. “Meu conselho sempre é: deixe-se impressionar. O antídoto de previsões erradas é ir para a rua e apurar. Formule perguntas e as responda objetivamente, não presuma nada.”

Toda semana ele conversa com Bezos sobre a situação do jornal. A última vez havia sido na semana anterior, quando discutiram como seria a atualização dos resultados na noite da eleição. Não foram mencionadas estratégias caso um ou outro ganhasse, disse Baron.

Quando perguntei por quanto tempo ele achava que Bezos estaria disposto a perder dinheiro, a resposta foi áspera. “Quem disse que ele está perdendo dinheiro? Não falei que estamos dando lucro ou prejuízo. Sua pergunta foi uma suposição”, disse. Observei que o jornalismo não vinha sendo um negócio lucrativo. “Você fez uma suposição, mas não sabe, não viu nossas planilhas, e tampouco vou mostrá-las. Há instituições jornalísticas que dão lucro. O que posso dizer é que Bezos está satisfeito.” No entanto, se não comentou

comigo, pelo menos nos corredores do Post ele comenta. E diz que a operação já é, sim, positiva.

Faltando quatro dias para as eleições, Ryan Lizza, o correspondente da revista *The New Yorker* em Washington, passava os olhos no cardápio de um bar escuro ao lado da CNN, onde também trabalha como comentarista. Havia acabado de gravar uma participação palpitando sobre as eleições. O som das tevês penduradas no teto inviabilizava qualquer conversa. “Vamos sair daqui”, ele me sugeriu. Cruzamos com Wolf Blitzer, o apresentador da emissora, que gritou para o colega, quando atravessávamos a rua: “Tá chegando a hora!”, ao que o outro abanou a mão. Um carro quase nos atropelou e uma menina negra colocou a cabeça para fora da janela: “Ai, meu Deus, é o Ryan Lizza!” Ele percebeu minha cara de espanto. “É a maquiadora da tevê, não sou tão famoso”, riu.

Alto, Lizza usa óculos de armação preta e tem cara de bom moço. É o tipo que uma mulher quer como genro. Entramos numa casa de chá e sentamos à uma mesa perto da janela. Durante a campanha, ele, que é um dos mais respeitados jornalistas políticos do país, escreveu perfis de candidatos republicanos como Ted Cruz e Jeb Bush, mas dedicou pouca tinta a Donald Trump. “Eu não achava que ele fosse crescer”, disse, servindo-se de chá preto. “Não fazia sentido, era mais uma piada política fadada à irrelevância”, afirmou. Tirou o celular do bolso e abriu o site *RealClearPolitics*, que naquele dia dava uma vantagem de cinco pontos para Clinton.

Lizza me mostrou uma série de gráficos com o desempenho dos candidatos republicanos nas primárias de 2012, 2008 e 2004. “Todas as piadas políticas acabaram saindo no meio da campanha. Ninguém chegou ao final”, disse, com os olhos grudados na tela. “Newt Gingrich, Rick Santorum, Herman Cain...” Deu mais um gole no chá, que havia esfriado. E explicou haver um padrão comum: eles começavam bem, a imprensa investigava e eles caíam. “Mas Trump não é igual aos outros.”

Como gosta de estatísticas, Lizza citou Jonathan Rauch, do *Brookings Institution*, que elaborou uma hipótese interessante. Em toda a história americana, com apenas cinco exceções, 38

presidentes foram eleitos dentro de um prazo de catorze anos após terem ocupado um cargo de senador, governador ou vice-presidente. A regra era ruim para Clinton, que foi eleita senadora pelo estado de Nova York há dezesseis anos. “Ela está na estrada há muito tempo”, comentou enquanto checava o celular novamente. “Pode ser que a validade de Hillary tenha expirado, mas não é isso que estamos vendo aqui”, disse.

No dia seguinte à eleição, a manchete do Post foi “Trump Triunfa” – exatamente a mesma do New York Times. Hillary Clinton recebeu mais de 2 milhões de votos do que ele, mas pelas regras eleitorais americanas vence quem alcança a maioria absoluta do Colégio Eleitoral – que apoiou em peso o republicano. Pode-se dizer que, de certa maneira, as pesquisas haviam acertado. De fato, ela havia ganhado, mas a pergunta que martelava era se a sondagem mais importante não deveria ter sido feita com os delegados eleitorais e não com a população. Os republicanos também foram eleitos maioria na Câmara e no Senado.

Analistas passaram a aventar hipóteses para a discrepância numérica que *engrupiu* uma nação: o voto envergonhado de quem não se declarou nas pesquisas, a preferência por Trump no estrato de eleitores brancos e de maior renda na Flórida, a alta rejeição a Clinton –, sobretudo entre as mulheres. Mas foram três os fenômenos inéditos que definiram o cenário e embaralharam as projeções finais. Comparada com a última eleição, mais gente saiu de casa para votar em Trump, menos gente se mobilizou para ir às urnas por Clinton. Outro foi a apertadíssima diferença na intenção de votos. E também o fato de ele ter atraído novos eleitores – que votavam pela primeira vez ou que não votavam havia muito tempo ou ainda que moravam em áreas rurais e pequenas cidades. Como o voto é facultativo e esse estrato da população em geral não comparece, ele foi desconsiderado nas pesquisas – e isso afetou toda a metodologia de cálculo de probabilidades.

Wilkes-Barre, no condado de Luzerne, na Pensilvânia, é um daqueles lugares que se veem em filmes americanos: casas de madeira com bandeiras penduradas na varanda, gente fazendo churrasco de salsicha no fundo do jardim, centros comerciais

anódinos rodeados por estacionamentos gigantescos. As escolas fecham no primeiro dia da estação de caça, a parada da primavera é a maior atração local e os restaurantes, mesmo os melhores, sempre têm frango e batata frita no cardápio. Com uma população de 41 mil habitantes, a maioria conservadora, branca, católica, de baixa escolaridade e mais velha do que a média nacional, os moradores são o retrato do eleitorado que elegeu Donald Trump. Ali, o resultado foi surpreendente porque, pela primeira vez em 24 anos, um candidato republicano bateu um democrata nas urnas. Só o condado de Luzerne deu a Trump quase 40% dos votos que viraram do azul (democratas) para o vermelho (republicanos) a Pensilvânia – um dos chamados *swing states*, que não têm tradição histórica de votar em um único partido como acontece com Iowa, Wisconsin, Ohio e Flórida.

A história de Wilkes-Barre conta parte da saga da decadência industrial americana. Ali, a distopia é sentida de outra maneira, se comparada a Detroit, por exemplo. As ruas em Wilkes-Barre são limpas, a universidade é boa, a cidade não é perigosa. Os magníficos prédios *art déco* com tijolos escuros, vitrais coloridos e interior de mármore estão bem conservados. Não é uma cidade fantasma nem o próximo destino dos *hipsters*. Lá o futuro ficou no passado. A cidade é silenciosa, oca, impessoal. Os jovens buscam oportunidades alhures, os velhos são maioria. O desemprego bate quase os 7%, bem acima da média do país. A fé encolheu. Das quatro igrejas luteranas, uma fechou e duas não conseguem contratar um pastor. A maioria dos empregos se concentra em hospitais, escolas, redes de restaurantes e lojas. Subempregos.

Nos anos 1920, o triângulo formado por Scranton–Wilkes-Barre–Hazleton era uma proeminente área de trabalhadores de classe média no país. Localizadas no Cinturão da Ferrugem, essas cidades constituíam o epicentro da mineração e da indústria têxtil na região dos montes Apalaches. Tornou-se um enclave importante de imigração de irlandeses, poloneses e italianos, que ainda hoje formam o grosso da população.

A *debacle* começou logo depois da Segunda Guerra, com o êxodo das indústrias e um desastre que inundou as minas de carvão,

inviabilizando-as para sempre. Os empregos sumiram, a população minguou e as perspectivas para a nova geração ficaram sombrias. A decadência se dava a passos lentos, mas a sensação de piora entre a população aumentou depois da crise financeira de 2008. Foi quando os arredores de Wilkes-Barre receberam uma leva de latinos que moravam na região de Nova York (Manhattan fica a apenas duas horas e meia de carro) e buscavam moradia barata. Até hoje, muitos vão e voltam diariamente.

“E com eles vieram mais drogas e mais crime, isso é inegável”, comentou o professor Tom Baldino, do Departamento de Ciência Política da Universidade Wilkes, em sua sala com vista para uma frondosa árvore de paleta outonal. “É fácil entender o fenômeno aqui.” Trump foi cirúrgico ao mexer com o medo, a raiva, os valores, os preconceitos e o ressentimento de um grupo que se via à margem do sistema havia anos. “As pessoas aqui não sabem o que é um latino, um muçulmano, nunca viram, não conhecem”, disse Baldino. “Elas só tinham a forte sensação de que tudo havia piorado. E quando chega Trump e diz que esses imigrantes roubaram os empregos e são o mal para a vida das pessoas, se o sujeito já está com a vida ruim, como não vai acreditar nisso?”

Todas as vezes que Trump esteve na região, ele prometeu trazer de volta os empregos desaparecidos havia décadas. “É o maior medo da população mais velha, que é a maioria aqui. O que vai ser dos meus filhos, dos meus netos?” Para ele, era curioso o fato de Trump jamais ter dito como, onde e quando. “E, aparentemente, ninguém perguntou.” Na noite da eleição de Trump, Baldino passou a noite acordado em frente à tevê. Quando saiu o resultado, sua mulher chorou.

A vinte minutos de Walkes-Barre, Scranton é conhecida por ter sido cenário da série *The Office*, e também por ser a terra natal do vice-presidente Joe Biden e onde Hillary Clinton passava férias na infância (seu pai está enterrado lá). Ali, Clinton ganhou por uma margem apertada de votos – cerca de 5 mil eleitores –, mas parte dos moradores ainda estava estarelecida com o resultado. Na sede do Sindicato dos Eletricitários, Paul Casparro, presidente da entidade, discorria sobre um tenebroso governo Trump. “Como é que as

pessoas no sindicato votaram nele? Ele foi explícito desde o começo, dizendo que iria flexibilizar as leis trabalhistas, e deu o cano em operários que trabalharam para ele”, disse em sua sala abarrotada de papéis e livros. “Isso vai ser um pesadelo.”

Casparro estava preocupado com o aumento da violência nas escolas públicas, motivado pelo discurso de ódio de Trump. Na semana posterior à eleição, o Southern Poverty Law Center já contabilizara mais de 400 episódios de intimidação e agressão física e verbal contra alunos muçulmanos ou de ascendência latina. Na maioria dos casos, os adolescentes xingavam os colegas e repetiam promessas como a construção do muro ou a expulsão dos imigrantes. “É essa raiva que ele espalhou. Isso vai ficar, não vai acabar tão cedo”, observou. Ainda não havia registro de episódios violentos na cidade, mas ele disse ser uma questão de tempo.

Na avaliação de Casparro, um ponto crucial para a margem apertada de votos foi o conservadorismo da população. “Aborto, porte de armas, aqui tudo isso é muito forte”, disse. Ouvimos uma voz no corredor e ele reconheceu o timbre de Daniel Poirier, um dos sindicalizados que havia votado em Trump. “Ele é o exemplo do que estamos falando”, afirmou. Desempregado havia meses, Poirier estava lá a fim de pegar uma carta de recomendação para um trabalho em Nova Jersey. Aos 49 anos, casado, três filhos, ele aparentava pelo menos dez a mais. Gordo, alto, usava uma touca azul e abrigo de ginástica da mesma cor. Ele tem uma expressão derrotada, de quem não espera muito mais da própria existência. Em que Trump poderia melhorar sua vida? “Emprego”, respondeu, monossilábico.

Poirier não se lembrava em quem tinha votado na eleição anterior, mas comentou que pelo menos Trump era um bom administrador, o oposto de Obama e Clinton, disse. “Se ele soube fazer nas empresas dele, vai saber fazer como presidente”, disse. Quando mencionei que Trump era acusado de sonegar impostos, embolsar dinheiro de doações de caridade e não pagar empregados, ele fez uma cara de muxoxo. “Se criar mais empregos, as outras coisas se resolvem”, disse, enigmático. Os comentários racistas e misóginos de Trump não o incomodavam? “Não. Até porque a gente não sabe se ele falou

isso mesmo.” Ele se informa sobre política pela televisão, mas observou que não tem paciência para o assunto. O emprego em Nova Jersey lhe pagaria 11 dólares por hora. “Não dá para viver assim. Ele diz que vai trazer empregos de volta, dar oportunidade para as pessoas. Por que eu não votaria nele?”

Fundado em 1870, o *Scranton Times-Tribune* é o maior jornal da região, com uma tiragem de 38 mil exemplares durante a semana e 60 mil aos domingos. Em 1946, ganhou um prêmio Pulitzer por “serviços prestados à população”. Em eleições passadas, apoiou George W. Bush e Barack Obama. Nessa, fechou com Clinton. Uma visita à redação é como entrar num filme preto e branco estrelado por James Stewart. O elevador de madeira escura com botões dourados já gastos, as paredes revestidas em carvalho com retratos do *publisher* pintados a óleo, o teto de pé-direito alto de madeira trabalhada, secretárias de cabelo branco que estão na função há mais de três décadas, jornalistas grisalhos de bigode e abotoaduras. No térreo, veem-se as prensas gigantes aposentadas há vinte anos.

Em uma tarde recente, depois da vitória de Trump, Chris Kelly, o principal colunista de política do jornal, com vinte anos de casa, esboçava um artigo sobre como a campanha havia sido virulenta. Cinquentão, com o cabelo escovinha partido de lado e óculos estilo anos 1950, ele faz piadas o tempo todo como se estivesse num palco. Poderia ser o chefe do Peter Parker, a persona jornalística do Homem-Aranha. Conversamos sobre a votação inesperada de Trump. “A grande imprensa diz que falhou porque perdeu o contato com o eleitor de lugares como Scranton, por exemplo. Nós sabemos quem é nosso leitor que votou no Trump, e escrevemos para ele. Mas esse não é o ponto. O que importa é que esses eleitores não estão nem aí para o que a imprensa escreve”, disse.

Naquela manhã, a primeira página do jornal estampava notícias sobre o comércio local, saúde e esportes. Apenas do lado direito da capa havia uma reportagem mencionando o presidente recém-eleito. Responsável por editar a seção de cartas dos leitores, o editor-executivo Pat McKenna, no emprego há 38 anos, disse que grande parte da correspondência que recebe não diz respeito a matérias publicadas pelo jornal: são insultos e reclamações

baseadas em boatos e notícias falsas divulgadas na internet. “Perdemos a conexão com parte da população.” Se isso aconteceu com eles, a situação da “imprensa costeira” – redações em Nova York, Washington, São Francisco – era ainda pior.

O jornalista Lee Siegel tratou do assunto num artigo na *Columbia Journalism Review*. Para ele, haveria um enorme abismo entre “os que escrevem e os que têm a vida descrita”. A pouca diversidade social e econômica entre os jornalistas afetaria a maneira como o país é retratado pela imprensa. “Os repórteres que estão nos grandes jornais e revistas saem da escola particular, vão para uma faculdade de elite, passam a frequentar as altas-rodas. Esse é o mundo que conhecem”, escreveu. Não seria o trabalho de repórter que levaria essa aristocracia jornalística – “que se acha sofisticada, cosmopolita e dona da verdade” – a entender ou se conectar com a classe trabalhadora ou os eleitores de Trump. O problema, segundo ele, é que haveria uma enorme incapacidade de tolerância ao que não está na órbita que frequentam. “Eles não sabem o que não sabem, nem querem saber.”

“A maioria dos jornalistas que estive aqui durante a campanha chegou, cobriu um comício, escreveu sobre o que se falou e foi embora. Ninguém ficou para ouvir as pessoas depois”, observou o colunista Chris Kelly. “Mas, ainda assim, é verdade: não sei se faria diferença.” Ele observou que a imprensa gastara meses e tinta escrevendo sobre assuntos como as ligações de Trump com Putin, por exemplo. O assunto era grave, mas não fazia qualquer sentido para a vida do cidadão comum. Por isso, era espantoso quando alguém como Trump – que de povão não tem nada, é um milionário arrogante e incosequente – conseguia falar “direto ao coração” de quem se sentia à margem da vida política.

Ao final da conversa, Kelly quis me mostrar algo que um adolescente de hoje nem sonha que exista. No fundo da sala, centenas de milhares de envelopes pardos recheados de edições antigas do jornal jaziam em estantes de ferro. O lugar tinha cheiro de celulose. “Não é incrível? Há quanto tempo você não sente esse cheiro?”, perguntou. Quando saíamos do prédio, cruzamos com o gerente administrativo, que me cumprimentou com um aperto de

mão. “Votou no Trump, olha a cara dele”, disse Kelly, acendendo um cigarro. “Odeia-me! Está louco para a internet acabar com o jornal e ele poder me demitir”, emendou numa gargalhada.

Em um domingo à noite, no Backyard Ale House – um dos bares mais conhecidos de Scranton –, dois televisores sem som exibiam a partida de futebol americano. Os homens estavam de boné, bebiam cerveja em copos grandes e gritavam a plenos pulmões a cada jogada perdida. Outras três telas projetavam a entrevista que o presidente eleito, Donald Trump, dera ao programa **60 Minutes**. Num canto do balcão, o aposentado Bob Guidalini tomava cerveja com um amigo que mora em Los Angeles. Guidalini é baixo, tem o cabelo ralo e o corpo parecido com o do marinheiro Popeye. Aos 58 anos, pela primeira vez na vida havia votado num republicano. “Não acho que Trump seja a melhor coisa do mundo, mas Hillary é uma política profissional. Tudo nela é falso e premeditado.”

Guidalini não está desempregado, não tem baixa escolaridade nem passa necessidade financeira. Ele simplesmente se encheu. “Esse pessoal de Washington chega aqui e acha que tem que nos ensinar a comer com garfo e faca”, disse. “Eu quis pagar para ver”, arrematou, com os olhos fixos no televisor que mostrava em close a cara laranja do próximo presidente. Para ele, a mídia pintou um retrato muito pior do que o republicano realmente é. E citou que, em seu discurso depois do resultado, Trump disse que ia “unir a América”. “Ele tem boa vontade e pulso para mudar as coisas, mas pegam no pé dele por umas besteiras que ele fala.” Guidalini não acredita nas notícias que lê pela internet, mas gosta da conservadora Fox News e da liberal NPR, a rádio pública nacional, que lhe parece “mais verdadeira”. Impressionou-se com Trump ao vivo. “Ele esteve aqui cinco vezes. Cinco! Entendeu bem a situação, falou que vai mudar as coisas. Alguma coisa ele vai fazer aqui.”

Com Clinton era diferente, disse Guidalini. A imprensa a teria protegido. “Quando ela falou que os eleitores de Trump eram ‘um bando de deploráveis’, ninguém achou um absurdo.” E ele havia se ofendido com o comentário? “Sim, me ofendi”, falou, acrescentando que também a imprensa havia tratado o eleitorado de maneira preconceituosa. As fotografias tiradas nos comícios de Trump, ele

disse, sempre mostravam “gente gorda, com cara de nazista, de bêbado ou de condenado pela Justiça”. “Será que 61 milhões de americanos têm essa cara? É possível?”, me perguntou, olho no olho. “Deplorável é ela.” O amigo, que morava na Califórnia havia vinte anos, contou que também se incomodava com os estereótipos. “As pessoas só falam de Scranton por causa do *The Office* e porque a população está f..., num lugar ferrado”, balbuciou.

Guidalini considera Trump “um pouco radical” na questão do muro, mas partilha a ideia de que a imigração precisa ser controlada. “Essa gente quer vir para cá sem contribuir economicamente. Quem fica ilegal não contribui, mas se beneficia das vantagens produzidas por quem contribui”, disse. A entrevista com Trump havia terminado e o programa seguinte era o desenho *The Simpsons*. Segurando a garrafinha de cerveja, com os dois cotovelos apoiados no balcão, ele parecia distante quando falou: “Aqui, se você não tem emprego, você tem mais benefícios do que quem tem. Isso é absurdo.”

Filho de italianos que imigraram durante a Primeira Guerra Mundial, Guidalini tem uma visão particular do assunto. “Você sabia que não houve imigração nesse país durante quarenta anos? Sabe por quê? Porque as pessoas precisavam ab-sor-ver”, disse, encompridando cada sílaba. “Precisavam ter um tempo depois de chegar para aprender a língua, aprender o que se come, como se vive e como se trabalha aqui”, continuou com um tom ligeiramente alterado.

A informação sobre imigração era mentira. Guidalini reproduzia exatamente o que se espera na era da pós-verdade: repetia uma informação falsa, sem qualquer base concreta, para provar um ponto de vista utilitário. Não há registro na história americana – nem durante a crise de 1930 ou durante as guerras – de que a migração foi proibida. O boato havia tomado corpo no programa de rádio de Rush Limbaugh, patriarca do *talk radio* reacionário, e se fortalecido nas redes sociais e nos *sites* conservadores.

Um dos funcionários do bar – com feições mexicanas – cruzou o salão carregando uma lata de lixo. “Por que tem que ter placa em espanhol? Quer morar nos Estados Unidos? Então aprenda inglês.

REFLEXÕES XXIV

Aqui se fala inglês, essa é a língua do país.” O amigo o escutava em silêncio. “Se continuar assim, em vinte anos, cadê a cultura desse país? Vai ser taco? Vai ser pamonha? Vai ser cobrir a cabeça com véu? Isso não são os Estados Unidos.”

Uma semana depois das eleições, almocei com David Fahrenthold num restaurante especializado em hambúrguer perto do jornal. Havia lhe pedido o encontro porque precisava de “um final” para a minha história. “Tudo o que a gente pensou que ia acontecer não aconteceu, não é?”, disse-me à mesa. Coincidentemente, ele também escrevia um final para sua história. Rascunhava um relato em primeira pessoa sobre os bastidores de sua apuração a respeito da filantropia de Trump, a ser publicado em janeiro na revista dominical do Post.

“Fiz as matérias mais importantes da minha vida, elas tiveram um impacto incrível quando foram publicadas, mas ele ganhou a eleição.” E prosseguiu, segurando no ar um sanduíche colossal: “E você se pergunta: E aí?” O lado positivo, ele afirmou, era que havia aprendido como funciona a cabeça de Trump – o que lhe dava uma vantagem na apuração das reportagens que faria sobre o novo presidente nos próximos quatro anos. “Agora eu sei exatamente como ele age, como pensa, como manipula. Fica jogando a bolinha para você ir atrás, te enrolando, achando que te controla. O segredo com ele é simplesmente fazer, apurar. Não esperar dele resposta ou desculpa. É fazer.”

Dois dias antes, a equipe de política do Post havia se reunido para um balanço das eleições. Martin Baron agradeceu o trabalho de todos, disse que fariam uma cobertura rigorosa do governo Trump e que era um momento histórico para quem trabalhava no Post. Fahrenthold me disse acreditar que será mais fácil escrever sobre ele agora do que foi na campanha. Não haverá Clinton para dividir o noticiário, Trump não poderá ficar só *tuitando*, disparando frases polêmicas em comícios, terá de entregar o que prometeu. “Daqui para a frente, as ações dele vão importar mais do que as palavras”, disse.

Comentei com Fahrenthold que ele estava em primeiro lugar nas

REFLEXÕES XXIV

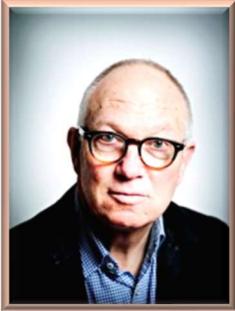
votações organizadas na internet para escolher a melhor reportagem do ano. “Antes da eleição, eu estava. Agora, vai saber”, disse rindo. E que também era um dos favoritos para o próximo Pulitzer. “Ia ser muito bom ganhar. Eu queria muito que outras pessoas pudessem ver no meu exemplo como é cobrir uma pessoa como ele.” As quinze folhas de papel com sua portentosa apuração – essas sim, uma relevante peça para constar do Newseum – estavam guardadas em uma gaveta de sua mesa. Nos próximos dias, ele sairia de férias. A primeira em meses. Iria visitar os sogros e passar um tempo com os filhos em Boston.

Depois das eleições, as assinaturas de jornais e revistas dispararam no país. A *New Yorker* registrou 10 mil novos leitores em três dias; o *New York Times*, 41 mil em seis dias; o *Wall Street Journal* teve um aumento de 300% nas vendas. A *ProPublica*, que costuma receber dez doações diárias, contabilizou três por minuto durante dois dias. Os números do *Post*, como é de praxe, não foram divulgados. ●

Daniela Pinheiro: jornalista, editora do *site* e de novos projetos da c
Artigo publicado na *Revista Piauí*, edição 123, em dezembro de 2016

Sexo depois da guerra

Ian Buruma



A sujeição das mulheres e a emancipação feminina no Japão e na Europa em ruínas

Ser alemão ou japonês em 1945 era, sem dúvida, uma experiência bem diferente da de ser francês, holandês ou chinês, sem mencionar a de ser judeu. Tal percepção também se aplicava ao encontro das tropas estrangeiras com os derrotados. Para estes, os *amis* (gíria em alemão para “ianques”) ou *ameko* (o mesmo, em japonês) – assim como os canadenses, australianos, britânicos e soviéticos – não haviam chegado como libertadores, mas como conquistadores. Em certa medida, eram conquistadores até mesmo para muitos italianos, sobretudo no sul da Itália, onde as invasões aliadas pioraram ainda mais a vida, que já não era fácil. Cidades foram bombardeadas até o esfacelamento, as condições econômicas eram medonhas. Em muitos casos, a prostituição era uma necessidade.

Em Berlim, eram conhecidas como *Ruinenmäuschen* [ratos das ruínas] as garotas e mulheres que perambulavam pelos escombros da cidade tentando se oferecer a um soldado por um pouco de dinheiro, comida ou cigarros. Algumas meninas, nem bem entradas na adolescência, praticavam seu comércio em bordéis improvisados nas ruínas, controlados pelo mercado negro. Meninos tinham seu próprio *Trümmerbordellen* [bordéis nas ruínas], onde se vendiam a soldados americanos, e um deles, conhecido como Tante [tia] Anna, tornou-se personagem notório no submundo de Frankfurt.

A necessidade de sobreviver também dissolvia distinções de classes. Norman Lewis era um



REFLEXÕES XXIV

jovem oficial do Exército britânico estacionado em Nápoles. Em seu magnífico relato Naples '44, ele descreve a visita a seu quartel-general de um grande aristocrata italiano, dono de um *palazzo* em algum lugar do sul. O nobre foi com a irmã:

Os dois são extremamente semelhantes: magros, com uma pele palidíssima e uma expressão nobre, fria, beirando a severidade. O propósito da visita era perguntar se poderíamos conseguir que a irmã entrasse para um bordel do Exército. Explicamos que no Exército britânico não existia tal instituição. “Que pena”, disse o príncipe. Ambos falavam um excelente inglês, que haviam aprendido com uma governanta inglesa. “Bem, Luisa, suponho que, se não é possível, então não é possível.” Eles nos agradeceram com uma tranquila polidez e partiram.

No Japão, a prostituição foi institucionalizada desde o início da ocupação. Eles tinham suas razões. As autoridades japonesas estavam aterrorizadas: temiam que os soldados aliados fizessem a seus cidadãos o que as tropas japonesas haviam feito aos chineses e a outros asiáticos. Quando Nanquim foi saqueada, em 1937, e Manila razoavelmente destruída numa batalha travada até a última trincheira, em 1945, dezenas de milhares de mulheres foram estupradas, mutiladas e com frequência assassinadas – se já não tivessem morrido com os suplícios que lhes foram infligidos.

Essas foram duas situações particularmente ruins. Houve muitas outras. Na China, os estupros perpetrados por soldados do Japão Imperial ocorreram numa escala tão massiva que se tornaram um problema de ordem militar, suscitando uma resistência mais ferrenha dos chineses. Para lidar com essa dificuldade, às vezes mulheres eram convocadas –, mas na maioria dos casos eram raptadas, em especial na Coreia e em outros países sob controle japonês – para servir nos bordéis do Exército japonês como “mulheres de conforto”, ou seja, escravas sexuais.

O governo e a propaganda militar haviam amedrontado os cidadãos com prognósticos constantes de que, em caso de derrota, as japonesas seriam violentadas, torturadas e assassinadas por soldados estrangeiros. Para impedir tal destino horrível e

desonroso, os japoneses eram instruídos a combater até a morte, ou então se matar. Mulheres e crianças nas ilhas do Pacífico e em Okinawa foram doutrinadas a explodir seus corpos com granadas de mão, ou saltar de penhascos. Muitas o fizeram.

E assim, em 18 de agosto, três dias depois da rendição do Japão, o ministro do Interior ordenou a oficiais da polícia local que criassem “instalações de conforto” para os conquistadores aliados. Recrutaram-se mulheres dispostas a, por dever patriótico, “sacrificar seus corpos” na Associação de Recreação e Diversão (RAA, na sigla em inglês). O ex-primeiro-ministro, príncipe Fumimaro Konoe, que sobraçava a imensa responsabilidade de ter começado a guerra do Pacífico, pediu ao comissário nacional de polícia que “por favor” defendesse “as jovens do Japão”. Talvez essa medida aplacasse os invasores estrangeiros, e assim as japonesas respeitáveis poderiam sair de seus esconderijos e andar pelas ruas sem serem molestadas.

Deve ter sido um negócio sórdido. Instalações para “recreação e diversão” foram providenciadas com tamanha pressa que não havia camas para acomodar os soldados e as mulheres sacrificiais. Ocorriam relações sexuais em qualquer lugar, na maioria das vezes no chão, em vestibulos e corredores dos bordéis improvisados. Só depois de alguns meses os japoneses implantaram acomodações mais efetivas. Em Funabashi, nos arredores de Tóquio, foi construído o *International Palace*, ou IP, um enorme bordel em formato de hangar. O IP oferecia sexo numa espécie de linha de montagem, conhecida como *willow run*, nome de uma fábrica de bombardeiros erguida pela Ford perto de Detroit. Os homens deixavam seus sapatos na entrada do extenso prédio, e na saída, na outra extremidade, os pegavam de volta, engraxados e reluzentes.

Alojamentos militares, como o *Nomura Hotel*, em Tóquio, ficavam apinhados de mulheres que, identificadas como recepcionistas ou encarregadas da limpeza, lá pernoitavam com frequência. Algumas levavam suas famílias para abrigá-las contra o frio do inverno. Um grande salão de baile no Centro de Tóquio tinha um letreiro em japonês que dizia: “Moças patriotas! Ajudem a reconstruir o Japão servindo como parceiras de dança!” Preservativos eram vendidos

REFLEXÕES XXIV

nas PXs – lojas especiais, destinadas aos membros das forças de ocupação, para o comércio de comida, roupas e outros suprimentos.

Ao contrário do que ocorreu na Alemanha, no Japão não havia, de início, uma proibição estrita à “confraternização com pessoal nativo”. O general Douglas MacArthur, comandante supremo das Forças Aliadas (SCAP, na sigla em inglês), reconhecia a inutilidade de tal regra. Ele havia dito a um de seus assessores: “Eles continuam tentando me convencer a dar um basta em toda essa ‘Madame Butterflyzação’ em curso. Não vou fazer isso. Não emitiria uma ordem de não confraternização nem por todo o chá da China.”

No começo da ocupação, havia no país cerca de 600 mil soldados dos Estados Unidos, além dos australianos, britânicos e um punhado de outras nacionalidades. Portanto, a confraternização ocorria em larga escala. Em carta de outubro de 1945, William Theodore de Bary – oficial da Marinha dos Estados Unidos que depois se tornou um reconhecido estudioso da China e do Japão – descreveu o que acontecia em Sasebo, uma grande base naval na ilha de Kyushu:

A confraternização em si vem sendo um problema. Com efeito, a polícia do Exército precisou proibir aglomerações na grande ponte junto a nossos quartéis, tamanho o congestionamento de fuzileiros excitados falando e usando a linguagem dos sinais para se comunicar com japonesas sorridentes e amistosas. Tem sido assim desde o início.

E tudo isso a despeito da propaganda extraordinariamente racista que circulava nos Estados Unidos. Veja-se, por exemplo, o trecho de um artigo sobre a ocupação do Japão publicado na revista *Saturday Evening Post*:

“A mulher japonesa mediana, de peito liso, nariz em forma de botão, pés chatos, é tão atraente para a maioria dos americanos quanto um ídolo de pedra com mil anos de idade. Na verdade, menos. Dos ídolos eles gostam de tirar fotos.”

O autor do artigo, para sermos generosos, estava no mínimo desavisado. A maioria dos oficiais mais graduados do SCAP já tinha amantes japonesas em 1945. Como as mulheres ocidentais eram

escassas, isso era previsível. As coisas só começaram a mudar quando desembarcou uma nova leva de militares, homens menos tolerantes que mal haviam tido experiência direta de combate. Mesmo tendo sido suspensas as restrições na Alemanha, eles decidiram impor ao Japão uma disciplina mais rígida, declarando “interdita” grande parte dos lugares públicos, como restaurantes locais, estâncias termais, cinemas ou hotéis do Exército.

Resultado: a confraternização continuou a existir, porém mais discretamente, e cada vez mais com prostitutas autônomas, que nada faziam para diminuir a incidência de DST. Nos parques e nas ruas arrasadas por bombas, as prostitutas tinham seu próprio território, as ditas “ilhas”. Algumas cobravam a miséria de um dólar, que era aproximadamente o preço de meio maço de cigarros no mercado negro. O negócio prosperou, sobretudo a partir de 1946, quando a administração aliada decidiu, na contramão da advertência dos japoneses, abolir a prostituição organizada.

Os japoneses são muito precisos em suas classificações. As meretrizes autônomas, conhecidas como “garotas *panpan*”, eram subdivididas entre as que se especializavam em soldados brancos estrangeiros, em soldados negros estrangeiros e só em japoneses, embora algumas das mais empreendedoras se recusassem a fazer distinções tão estritas. Algumas prostitutas, as chamadas *onrui* (algo como “somente um”), limitavam seu vínculo a um único cliente. As mais promíscuas que o habitual eram as *batafurais* [borboletas]. Certas áreas do Centro de Tóquio, como o Hibiya Park, em frente ao Q.G. do general MacArthur, ou a estação próxima de Yurakuchu, eram territórios da jurisdição das *panpan*.

As *panpan*, com seus lábios carregados de batom e seus sapatos de salto alto, constituíam objeto do escárnio dos japoneses – símbolo da degradação nacional –, mas também provocavam certo fascínio, com um toque de inveja. Em termos materiais, encontravam-se em situação muito melhor do que a maioria dos cidadãos sem-teto, famintos e empobrecidos do país. Essas garotas trabalhadoras, além de serem as primeiras e mais ávidas consumidoras de mercadorias americanas, estavam – mais do que a maioria de seus compatriotas – familiarizadas com a cultura popular dos vitoriosos. Com seu

REFLEXÕES XXIV

jargão peculiar, mescla de gíria japonesa com o deturpado linguajar em inglês dos soldados, elas estavam mais próximas de dominar a língua da ocupação do que a maioria dos japoneses jamais iria conseguir.

Em certo sentido, as *panpan* se filiam a uma tradição anticonvencional japonesa que combina vida no submundo e *glamour*. As prostitutas da Tóquio pré-moderna, então ainda chamada Edo, estavam em total sintonia com as roupas da moda, e foram notabilizadas em xilogravuras e no teatro Kabuki. Nos primeiros anos da ocupação aliada, a cultura associada às *panpan* era em grande medida menos refinada. A derrota militar e o fim da censura e da educação militarista do tempo de guerra fizeram reviver uma cultura do sexo comercial que, embora com raízes no passado, trazia boa dose de influência americana.

Proliferavam revistas obscenas com títulos como *Lovely*, *Venus*, *Sex Bizarro* e *Pin-Up*. Abriram-se casas de *strip-tease* nos antigos distritos de entretenimento, em geral espeluncas construídas em torno de crateras de bombas. Em ordinários salões de baile, cafetões, contrabandistas e jovens arruaceiros vestidos com camisas havaianas dançavam o mambo com suas namoradas. Bandas de *suingue* japonesas e cantores de *jazz* renasciam, depois de anos de proibição de costumes estrangeiros. Havia uma febre de *boogie-woogie*.

Muitas mulheres voltaram-se para a prostituição por necessidade. Mas nem todas. Pesquisas da época demonstram que um grande número de moças havia se tornado *panpan* “por curiosidade”. E isso, mais do que o pagamento por sexo, foi o que rendeu às *panpan* particular opróbrio¹. “Sacrificar” o corpo para sustentar uma família rural, ou por dever patriótico, era aceitável, talvez até mesmo louvável; fazê-lo por curiosidade, ou por dinheiro, cigarros ou meias de seda, era uma desgraça. A prostituição organizada tinha uma tradição antiga e era tolerada. Mas as *panpan* foram condenadas

¹ **Opróbrio**: grande desonra pública; degradação social; ignomínia, vergonha, vexame.

REFLEXÕES XXIV

por sua livre-iniciativa, que as tornava perigosamente independentes.

Apesar do exibicionismo barato e do desespero que em grande parte envolviam a cultura do sexo comercial em 1945, ela era, como as danças do mambo e do boogie-woogie, uma espécie de libertação – alguns aceitavam de bom grado, outros abominavam. Os cerca de 90 mil bebês nascidos em 1946 de mulheres solteiras certamente não resultam, todos, de relações puramente comerciais.

Depois de tanta propaganda negativa sobre os bárbaros estupradores e assassinos, muitas mulheres japonesas ficaram extremamente aliviadas quando de fato conheceram os não tão temíveis americanos. Eis o que disse uma mulher que escrevia numa revista de respeitabilidade absoluta, a Fujin Gaho:

“Eu os considero corteses, amistosos, tranquilos e perfeitamente agradáveis. Que contraste agudo e doloroso com os arrogantes, medíocres e malcriados soldados japoneses que viviam nos quartéis perto de minha casa.”

Isso não quer dizer que os soldados aliados não tenham tido um comportamento abusivo, sobretudo no início da ocupação. Segundo uma estimativa, na segunda metade de 1945 eram estupradas quarenta mulheres por dia, o que provavelmente está subestimado, já que, por pudor, inúmeras ocorrências não teriam sido denunciadas. Tais números jamais seriam publicados na censurada imprensa da ocupação, é evidente. Mas a maioria dos japoneses reconheceria que os americanos eram bem mais disciplinados do que eles imaginavam e temiam, sobretudo se comparados a outras tropas no estrangeiro.

Estranhamente, a mudança nos hábitos sexuais correspondia ao esforço de propaganda dos americanos para “reeducar” os japoneses. Dizia-se a estes que, para a implantação da democracia, as mulheres deveriam ser tratadas com mais igualdade. As garotas *panpan* talvez não correspondessem ao que os educadores tinham em mente, mas seus compatriotas foram estimulados a demonstrar a afeição física mais abertamente, como os americanos. E foi assim que, em 1946, para o bem dos japoneses e depois de muito incentivo

americano, exibiu-se o primeiro beijo no cinema – o filme se chamava Hatachi no Seishun e se tornou muito popular entre o público jovem.

Claro que há uma distância enorme entre se oferecer a soldados por dinheiro no Hibiya Park e o primeiro beijo cinematográfico, mas a avidez do público por entretenimento erótico e música popular de conotação sexual sugere que a lacuna entre povos libertados e derrotados não era de fato tão grande quanto se poderia imaginar. Para os japoneses, também, uma nova noção de liberdade desembarcava ao som de In the Mood, da banda de Glenn Miller.

O mesmo ocorria nas zonas de ocupação ocidentais da Alemanha. Nas áreas dominadas pelos soviéticos, as coisas eram bem diferentes, pelo menos no que diz respeito ao sexo. Se o termo “confraternização” veio a definir as relações com as tropas estrangeiras no Ocidente, para o Exército Vermelho o estupro era uma das maldições que acompanhavam a derrota de um povo. Claro que havia estupros também nas zonas ocidentais, sobretudo –, mas não apenas – sob a ocupação francesa. Em Stuttgart, por exemplo, estima-se que cerca de 3 mil mulheres tenham sido violentadas por tropas francesas, compostas em grande parte de argelinos. Na zona de ocupação americana, de longe a maior, ao longo do ano de 1945 o número de estupros perpetrados pelos conquistadores não passou de 1 500.

Há muitos motivos que explicam por que o estupro era menos comum sob a ocupação ocidental do que na zona soviética. As tropas aliadas, com a possível exceção das francesas, não eram tão movidas pela vingança quanto as soviéticas, tampouco seus superiores as encorajavam a fazer o que quisessem com as mulheres alemãs. (Como é sabido, o próprio Stálin declarou que os soldados que haviam cruzado milhares de quilômetros em meio a sangue e fogo tinham direito de “se divertir um pouco com as mulheres”). Além disso, a disposição das alemãs para “confraternizar” com soldados aliados era tal que o estupro tornava-se um expediente raro. Um gracejo popular entre os soldados no verão de 1945 era que as mulheres alemãs eram as mais promíscuas “para cá do Taiti”.

REFLEXÕES XXIV

Sem dúvida um exagero, fomentado não só pelos agradecidos soldados, mas por alemães que se sentiam ultrajados por atos que consideravam um insulto a mais a seu já destruído orgulho nacional. Muitos soldados diziam que as mulheres alemãs, chamadas ora de *frauleins*, de *furlines* [máximo em sensualidade] ou de *fratkernazis*, estavam ainda mais desejosas de ter relações sexuais com eles do que as francesas.

Uma análise bastante superficial desse fenômeno, mas talvez não totalmente imprecisa, foi feita por um soldado logo depois de ter retornado aos Estados Unidos: *“Mesmo correndo o risco de cometer uma indiscrição”,* ele escreve, *“é preciso admitir que tudo o que os soldados americanos queriam na Europa era ‘se dar bem’”,* o que incluía *“uma oportunidade para confraternizar tanto quanto possível”.* Ele continua: *“Foi na Alemanha, naturalmente, que os soldados se deram melhor. Na França o negócio foi diferente. O soldado não encontrou por lá a mesma receptividade que havia na Alemanha. Ele não pôde ter na França a diversão apregoada por seu pai e pelos libertadores em 1944.”*

E na Alemanha havia, evidentemente, bem mais mulheres do que homens – uma proporção de dezesseis para dez –, e os homens remanescentes eram em geral velhos, inválidos e desprezíveis. Como diz o jovem alemão em *Alemanha Ano Zero*, a excelente película de Rossellini filmada nas ruas de Berlim: *“Antes éramos homens, nacional-socialistas, agora somos apenas nazistas.”*

Em suas memórias literárias da França libertada, Benoîte Groult não resistiu a comparar a “beleza dos americanos” à dos “franceses, que me parecem retorcidos, escuros e subnutridos”. Obviamente, a desmoralização dos homens alemães e japoneses era pior. A reação de uma garçonne alemã entrevistada por Carl Zuckmayer – dramaturgo e roteirista de cinema [O Anjo Azul], que em 1946 retornara a seu país natal como adido cultural americano – era bem típica. Ela não queria saber dos alemães, que, de acordo com ela: *“São moles demais, não são mais homens. No passado eles eram muito exibidos.”*

Para mim, o relato mais memorável da humilhação masculina é de Akiyuki Nosaka, romancista que em 1945 não passava de um

adolescente perambulando pelo mercado negro de Osaka. Seu notável romance *Amerika Hijiki*, de 1967, toca em temas como masculinidade e raça. O protagonista é um japonês da sua idade.

Na escola, durante a guerra, disseram-lhe que os homens ocidentais eram mais altos do que os japoneses, porém mais fracos, sobretudo em torno dos quadris, devido ao hábito de sentar-se em cadeiras e não em tatames. Poderiam ser fisicamente derrotados por qualquer japonês robusto com coxas musculosas. Aos alunos, enaltecia-se a figura do atarracado general Yamashita, com seu pescoço de touro. “O Tigre da Malásia” aceitara a rendição de Cingapura apresentada pelo general britânico Percival, cujas pernas absurdamente longas e espigadas em nada eram beneficiadas pelas calças curtas cáqui.

Mas então o adolescente japonês conhece a realidade de perto, a visão inesquecível de um soldado americano, “seus braços como troncos, sua cintura como um pilão, a masculinidade de suas nádegas envoltas na reluzente calça da farda. Ah, não era de admirar que o Japão tivesse perdido a guerra”.

Evidentemente, nem todos os soldados aliados eram tão grandes e musculosos, e muitos japoneses estavam longe de ser franzinos. Mas a percepção, a primeira impressão de um adolescente faminto, perduraria como a lembrança melancólica de uma guerra que fora apresentada aos japoneses como uma disputa racial entre nobres guerreiros asiáticos e a arrogante raça branca. Isso fez com que o confronto entre vitoriosos e derrotados fosse mais chocante no Japão do que na Alemanha no pós-guerra.

Na Alemanha, as autoridades ocidentais (mas não as soviéticas) inicialmente fizeram tudo o que puderam para implantar uma política de não confraternização. “Garotas bonitas podem sabotar uma vitória aliada”, anunciava a Rede das Forças Americanas. “Soldados sensatos não confraternizam” [Soldiers wise don't fraternize], advertia *Stars and Stripes*, o jornal militar, ou “Não brinquem de Sansão e Dalila – ela é capaz de cortar seu cabelo na altura do pescoço”. A suspensão do embargo, dizia o *Times* de Londres, provavelmente iria “afligir um grande número de esposas

em casa”.

Mas nada disso bastava para dissuadir os homens que lá estavam. A expressão “madame Exército”^[1] era popular na época entre os aliados ocidentais. O termo se referia às muitas alemãs que eram amantes de oficiais americanos – por algum motivo, mais do que de oficiais ingleses, que aparentemente preferiam a bebida. Isso, por sua vez, causava ciúme nos escalões mais baixos, um sentimento expresso em piadas amargas do tipo: “A política é conceder aos medalhões a primeira investida sobre todas as mulheres bonitas.”

Tanto o general George Patton como o general MacArthur não viam vantagem nenhuma nessa interdição. Será que os bem alimentados soldados americanos deveriam mesmo se recusar a dar guloseimas para crianças famintas? Seriam todos os alemães verdadeiramente nazistas? (É preciso dizer que Patton era muito mais indulgente com os alemães, mesmo que fossem de fato nazistas, do que com os aliados comunistas, ou até com os judeus).

Até o *New York Times*, nem sempre na vanguarda da opinião pública, foi crítico em suas reportagens sobre as zonas ocupadas. O correspondente local relatou em junho que ainda “estava por conhecer um soldado, viesse de Londres, do vale do Mississippi ou dos campos de trigo de Alberta, que quisesse a continuidade da interdição”. O mesmo repórter informava o absurdo das medidas tomadas para tornar a restrição mais rigorosa. Um destacamento da contrainteligência fora enviado a um vilarejo na zona de ocupação americana, incumbido de observar um guarda de segurança que monitorava um policial militar que estivera “flertando com uma garota alemã”.

Em 8 de junho, o general Eisenhower suspendeu o veto ao contato com crianças, e a partir de então o cumprimento mais comum que os GIs ou os Tommies ^[2] dirigiam a uma jovem atraente passou a ser “Bom-dia, criança!”. Em agosto, soldados aliados já podiam falar com adultos, e até mesmo, se estivessem num lugar seguro ao ar livre, ficar de mãos dadas com mulheres adultas. Em 10 de outubro, o Conselho de Controle Aliado, o corpo governante das quatro forças militares de ocupação, acabou por suspender inteiramente a

interdição.

Um dos acontecimentos que levaram a isso foi a chegada de tropas britânicas e americanas a Berlim, onde os soviéticos confraternizavam bem livremente. Essa discrepância de liberalidade se tornou intolerável para as tropas ocidentais; portanto, em certo sentido, a licença para confraternizar com alemães foi uma das primeiras consequências da rivalidade entre as grandes potências. Mas o cancelamento da interdição veio com uma cláusula: ainda era proibido casar com alemãs, ou levá-las aos alojamentos do Exército. Com o tempo, isso também virou letra morta, e dezenas de milhares de alemãs partiram com seus novos maridos para a prometida boa-vida dos Estados Unidos.

A Alemanha tinha a sua versão das *panpan* – as mais degradadas e desesperadas, como disse anteriormente, eram as *Ruinenmäuschen*, [ratos das ruínas]. No entanto, como acontecia em todos os países sob ocupação militar, as fronteiras entre romance, desejo e prostituição nem sempre eram bem delimitadas. Mesmo na zona soviética de Berlim, onde poucas mulheres, incluindo as muito jovens e as muito velhas, haviam conseguido evitar o achaque sexual, e onde a ocorrência do estupro se manteve comum durante meses depois de terminada a guerra, as relações sexuais com tropas estrangeiras nem sempre eram abordadas abertamente.

O melhor e mais pungente relato da questão se encontra em *Uma Mulher em Berlim*, diário de uma jornalista de 30 e poucos anos que, sob a proteção de um oficial soviético, conseguiu escapar dos repetidos estupros. O gentil tenente Anatole tornou-se seu amante regular. Depois de tudo, ela escreveu: *“Ele procura mais calor humano e feminino do que a mera satisfação sexual. E isso eu me disponho a lhe oferecer, até com prazer...”*

Nas zonas de ocupação ocidentais, as mulheres que aceitavam bens materiais de seus namorados americanos – e a maioria o fazia – eram logo classificadas como prostitutas, reputação que não teriam adquirido tão facilmente se os presentes viessem de homens alemães. Para muitas, ter acesso a mercadorias do PX era uma questão de sobrevivência. Nos meses de inverno, até mesmo a

REFLEXÕES XXIV

calefação de um clube noturno era um bem-vindo refúgio dos quartos gélidos, compartilhados com inúmeros estranhos, em prédios bombardeados.

Mas Lucky Strikes, chocolates e meias de seda, junto à música *suíngada* e à descontração dos americanos, representavam para as mulheres, e para vários homens jovens, uma cultura ainda mais desejável por ter sido proibida no opressivo Terceiro Reich. As pessoas estavam ávidas pelas novidades do Novo Mundo, mesmo que irrelevantes, porque o Velho Mundo havia caído em desgraça, não apenas no plano material, mas cultural, intelectual e espiritual. Isso valia para os países libertados, como a França e a Holanda, e ainda mais para a Alemanha e o Japão, onde a americanização da cultura no pós-guerra, a começar pela “confraternização”, iria mais longe do que em qualquer outro lugar.

Uma mulher, pelo menos, viu tudo isso como realmente era: um sonho, destinado a terminar em decepção – mas não sem antes deixar seus rastros. Depois de recusar pela última vez o pedido de casamento de Kurt, seu amante americano, Benoîte Groult decidiu abandonar seu jogo de “caça aos americanos”. Nesse momento, ela escreveu:

A velha Europa está completamente só. Sinto-me como a Europa, muito velha e desesperada. Esta noite acabei de me despedir de toda a América. E de vocês também, Steve, Don, Tex, Wolf, Ian, que entraram em minha vida com um sorriso tão alentador. Estou fechando minha porta... Já não me divirto mais saindo com todos vocês do outro lado do mundo: vocês vieram de muito longe, e vão voltar para lá. Vocês me libertaram. Agora cabe a mim recriar minha própria liberdade.

Kafū Nagai, romancista japonês conhecido, sobretudo, pelas nostálgicas ficções do lado sórdido de sua Tóquio amada, escreveu a seguinte entrada em seu diário, no dia 9 de outubro, quase dois meses após a derrota japonesa:

Comi à noite no Hotel Sanno. Observei sete ou oito jovens americanos que deviam ser oficiais. Não pareciam desprovidos de refinamento. Depois da ceia, eu os vi sentados no bar, praticando seu japonês com a jovem que os servia. Comparado ao comportamento dos soldados japoneses, o deles

REFLEXÕES XXIV

era extraordinariamente humilde.

Um mês antes, Nagai anotara em seu diário que, segundo os jornais americanos, soldados prevaricavam desavergonhadamente com mulheres japonesas. Bem, disse ele, *“se for verdade, esse é o troco pelo que os japoneses fizeram na China ocupada”*.

Nagai era excêntrico e altamente sofisticado, um francófilo que pouco ligava para opiniões convencionais. Na verdade, sua reação era bem rara. A maneira mais usual de encarar a confraternização de americanos com as mulheres japonesas, mesmo entre escritores e intelectuais do mais alto gabarito, era de uma censura muito maior.

Jun Takami, escritor relativamente liberal, mais moço que Nagai, e que se sentia envergonhado por sempre ter apoiado, embora de modo ambivalente, o nacionalismo militante do regime dos tempos de guerra, rememorou em seu diário algo que presenciara na principal estação ferroviária de Tóquio numa noite de outubro. Espalhafatosos soldados americanos flertavam com duas atendentes da estação, tentando convencê-las a se sentar com eles. As moças riam, aparentemente nem um pouco incomodadas. Nas palavras de Takami: *“Parecia que um assédio como aquele fosse incrivelmente prazeroso. Surgiu outra atendente da estação. Tudo nela sugeria que também queria ser provocada. Que cena vergonhosa!”*

Devia ser um espetáculo corriqueiro, tanto o assédio quanto a reação a ele. Mas a que vergonha Takami estava de fato se referindo? Teria achado vergonhoso o flerte em si ou o fato de as garotas estarem flertando com estrangeiros? Ou era sua própria vergonha, a vergonha de um macho japonês?

A crítica a esse tipo de confraternização também se expressava de modo mais violento. Garotas empregadas no Exército dos Estados Unidos em Hokkaido reclamavam que eram regularmente espancadas por homens japoneses em virtude de seus vínculos com tropas estrangeiras. O Exército precisava escoltá-las no caminho de volta para casa, em caminhões protegidos por homens armados.

A inveja foi sem dúvida um fator importante desse ressentimento

masculino. E havia em circulação grande dose de inveja: homens derrotados sentem inveja dos vitoriosos; soldados americanos, de soldados soviéticos (quando a proibição americana ainda estava em vigor); soldados rasos, de oficiais; e assim por diante.

Em Amerika Hijiki, Akiyuki Nosaka descreve até onde esse sentimento pode levar. O adolescente da história torna-se adulto e constitui família. De férias no Havaí, sua mulher fica amiga de um casal americano de meia-idade. Eles resolvem visitar o Japão, um país que evoca doces memórias ao sr. Higgins, outrora integrante do exército de ocupação. Obrigado pela mulher a ser um bom anfitrião, o marido japonês leva o sr. Higgins a um espetáculo de sexo explícito em Tóquio. Um ator másculo, conhecido como o “Número Um” do Japão, promete mostrar à plateia a força da virilidade japonesa. Mas, oh, naquela noite a potência do Número Um falha, e mais uma vez o marido japonês, sentindo vergonha alheia, lembra-se da primeira vez que viu um GI nas ruínas de Osaka, os braços que pareciam troncos, as nádegas rijas envoltas em gabardine brilhosa.

O sr. Higgins é branco. A propaganda de guerra japonesa não aludia aos negros, a não ser como mais um exemplo do racismo americano, desacreditando ainda mais o inimigo. Mas a ocupação por tropas multiétnicas introduziu um elemento mais perturbador do que mera rivalidade sexual. Uma carta de uma mulher japonesa interceptada pela censura militar dos Estados Unidos menciona que haveria “20 mil mulheres em Yokohama que mantiveram relações íntimas com soldados aliados. Também se chamou a atenção do gabinete da prefeitura para o fato de que 13 mil bebês mestiços estavam para nascer em Kansai. Já era suficiente para deixar alguém arrepiado ouvir que havia em Yokohama 3 mil mulheres japonesas com filhos negros”. A causa real da indignação não estaria num comportamento imoral em si nem na prostituição, mas na tisdadura da pureza racial.

Sentimentos similares ocorreram na Alemanha, sobretudo em fins de 1945, depois de, uma vez suspenso o veto à confraternização, muitos jovens alemães terem sido libertados dos campos de prisioneiros de guerra. Assim como no Japão, os jovens veteranos do Exército eram especialmente sensíveis a essa história de

“confraternizar”. Eis o que dizia um panfleto que circulou em Nuremberg, denunciando as *Negerweibern* [mulheres negras]: “Maquiadas e emperiquitadas, esmalte vermelho nas unhas, um furo nas meias e um agressivo e poderoso Chesterfield no beijo, pavoneando por aí com seus cavalheiros negros.” Outro termo para designar as adeptas da confraternização era *Chokoladeweibern* [mulheres do chocolate], uma referência tanto à cobiça material quanto à vergonhosa inclinação pelos cavalheiros de cor.

Certamente não foi uma coincidência que tantos filmes japoneses e alemães sobre o período da ocupação mostrassem soldados americanos negros violentando mulheres nativas, como se a etnia deles agravasse a humilhação dos derrotados. Um panfleto alemão advertia as mulheres: “Atenção: nós vamos raspar seu cabelo, a lista negra está pronta, só aguardando ventos melhores.” Na verdade, algumas receberam esse tratamento ainda em 1945. Houve um caso, em Bayreuth, em que atearam fogo a uma mulher. Em Würzburg, três homens foram presos por organizar um grupo terrorista chamado “Panteras Negras”, que ameaçava raspar o cabelo de “todas as garotas alemãs” que andassem “com soldados de cor”. Um ex-nazista de 20 anos escreveu sobre as mulheres que confraternizavam: “*Não restou nenhuma honra ao povo alemão? Pode-se perder uma guerra, pode-se ser humilhado, mas não é necessário conspurcar a própria honra!*”

Mais uma vez – Jun Takami já empregara a palavra “vergonha” – a referência à honra é reveladora. A honra das mulheres (sem falar do direito de decidir com quem querem ter relações) não está em questão. A preocupação aqui é com a honra dos homens. São eles que se sentem humilhados. É verdade que isso ocorreu em todas as sociedades de tradição patriarcal. As condições do pós-guerra abalaram a velha ordem. As mulheres não estavam mais sob controle masculino. Talvez tenha sido esse seu maior pecado.

Uma possível interpretação vincularia tal ressentimento diretamente a concepções políticas reacionárias que os aliados desejavam erradicar – se não necessariamente em seus próprios países, pelo menos nas nações que haviam acabado de derrotar. Julian Sebastian Bach, tenente do Exército americano que mais

REFLEXÕES XXIV

tarde trabalhou como editor na revista *Life*, escreveu um relato sobre a ocupação da Alemanha:

A medida do quanto os homens alemães aceitam a “confraternização” é o termômetro que registra o quanto aceitam a derrota, refreiam seu orgulho nacional e aguardam cheios de expectativa um modo de vida mais razoável. Obviamente, a visão de uma mulher alemã com um conquistador americano incomoda mais a um alemão de mentalidade atrasada do que a um outro que esteja disposto a cooperar conosco.

Jun Takami expressou opinião muito semelhante em seu diário, poucos dias depois de sua primeira reação ao comportamento vergonhoso das risonhas atendedoras da estação. Mais uma vez o cenário é uma estação ferroviária. Ele observa uma mulher japonesa debruçada na janela do trem, dizendo *baibai* a seu amigo – um soldado americano –, aparentemente impassível aos olhares repletos de ódio de seus compatriotas. Takami vê nessa situação um páthos especial. Aos olhos dos circunstantes, ele incluído, a garota, como ele a apresenta, “chegava a parecer uma mulher numa ‘instalação de conforto’”. Mas a jovem, que de forma nenhuma era uma meretriz, não estava nem aí. Na verdade, mostrava-se “orgulhosa de se comportar de maneira tão chocante com um soldado americano”.

Takami presume que tal cena vai se tornar comum no Japão. E mais:

“Seria realmente uma coisa boa. O melhor de tudo seria um dilúvio de coisas assim. Seria um bom treinamento para os japoneses. Porque depois, com o tempo, vão surgir relações sociais mais naturais, até mesmo mais belas.”

O que em Takami me parece uma reação humana e mesmo sensível, em Julian Bach – o tenente americano das forças de ocupação – mostra-se um sentimento ingênuo e voltado a seu próprio interesse. Pois o ciúme e o ressentimento que os homens, e também as mulheres, sentiam em relação aos “confraternizadores” entre sua própria gente não provinham apenas de fascistas “de mentalidade atrasada”. Sem dúvida, eram os derrotados que sentiam a humilhação de modo mais agudo. Mas o sentimento era comum

REFLEXÕES XXIV

também entre os libertados, mesmo entre aqueles que haviam saudado os jovens soldados aliados com flores quando aportaram como santos vitoriosos.

Uma popular canção holandesa do período que se seguiu à guerra chamava-se Menina, Se Cuide:

Bravos rapazes, orgulhosos guerreiros

Aqui chegaram de longe

Trouxeram-nos liberdade

E assim podem ter alguma diversão

Mas muitas “garotas holandesas”

Logo jogaram fora sua honra

Por um maço de cigarros

E uma barra de chocolate...

Muitas que aclamavam os bárbaros

Já pagaram por isso

Garota, você traiu a dignidade de seu país

Tanto que...

Nenhum rapaz holandês olhará para você novamente

Já que você o ignorou...

Está tudo aí: honra nacional, moral frouxa, ganância material, rapazes locais rejeitados. O mais revelador é equiparar as garotas que se relacionaram com os alemães com as que o fizeram com os libertadores da Grã-Bretanha ou da América do Norte. A implicação é clara. O foco era a imoralidade feminina. Foi por isso que algumas garotas que confraternizaram com canadenses tiveram os cabelos raspados por turbas enraivecidas, exatamente como as

Moffenhoeren [putas dos alemães].

Vários fatores acirraram o pânico moral desencadeado pela ocupação estrangeira, tanto nos países libertados como entre os derrotados. As mal orientadas políticas de ocupação pouco fizeram para atenuar o ressentimento dos homens locais. As tropas aliadas requisitaram cinemas, cafés, salões de baile e piscinas para uso próprio. Eram locais vetados à população nativa, mas não a garotas que tivessem conseguido “fisgar” um soldado aliado.

É natural que isso provocasse ressentimento. Na cidade de Utrecht, um grupo de jovens holandeses agarrou algumas garotas que haviam sido vistas com soldados canadenses e tentou raspar-lhes a cabeça. Os canadenses as protegeram. Empunharam-se facas, atiraram-se pedras, sacaram-se armas de fogo. Nessa ocasião ninguém foi morto, embora muita gente tenha saído ferida.

A proibição que os aliados impuseram à prostituição organizada também contribuiu para a alta taxa de doenças venéreas. Uma expressão popular entre os americanos na Alemanha, quando enfim se declarou terminada a guerra, foi: “Depois de V-E vem VD.”^[3]

Na zona de ocupação americana na Alemanha, dizia-se que a taxa de DST tinha se elevado em 235% entre o Dia da Vitória e o final de 1945 – ou seja, de 75 soldados em cada mil por ano, para 250 por ano. E isso apesar da distribuição, entre os GIs – em estações de trem e clubes da Cruz Vermelha –, de “pacotes-V”, contendo camisinhas e pílulas de permanganato de potássio. Na Holanda, a incidência de DST já havia aumentado consideravelmente durante a ocupação alemã, e recrudescceu ainda mais depois da guerra. A imprensa publicava histórias assustadoras sobre mais de 10 mil mulheres que supostamente tinham se infectado com doenças sem nem se darem conta disso. Houve temores semelhantes na França.

No sul da Itália, o pânico moral, colocando o perigo de DST par a par com a humilhação nacional, encontrou uma peculiar representação histriônica no livro *A Pele*, de Curzio Malaparte. Malaparte era um mitômano, o que ele nunca negou, e sentia mais do que uma leve simpatia pelos fascistas; tinha, porém, talento para expressar o sentimento popular, ainda que de forma exagerada para

obter um impacto maior.

A invasão aliada é comparada em seu livro a uma praga, que deixa “os membros aparentemente intactos”, mas “a alma infeccionada e apodrecida”. Durante a ocupação alemã, explica Malaparte, “só prostitutas” mantinham relações com as forças de ocupação. Mas agora, com americanos e britânicos, “como resultado dessa praga abominável, que corrompeu primeiro o senso feminino de honra e de dignidade”, a vergonha infectou todos os lares italianos. Por quê? Porque esse foi “o poder pernicioso da ideia contagiosa de que a prostituição autoimposta tornou-se um ato louvável, quase uma prova de patriotismo, e todos, homens e mulheres, longe de se ruborizarem com tal pensamento, parecem se glorificar na própria e universal degradação”.

Trata-se provavelmente de um exagero. Mas muita gente além do autor deve ter se sentido assim. Dormir com um soldado estrangeiro era se prostituir. Se fosse um ato voluntário, tanto pior.

Na França, exibiu-se aos GIs o documentário *Garotas de Família Também Têm DST*. Uma das humilhações a que eram submetidas as mulheres nas cidades ocupadas, tanto em Amsterdã como em Tóquio, era a seleção constante e aleatória para testes de DST. Sem dúvida, a escassez de instalações hospitalares no caos do pós-guerra, as más condições higiênicas e a relativa inexperiência de muitos jovens somavam-se aos problemas médicos. Mas Malaparte, com sua afetação hiperbólica, pôs o dedo na ferida: as mulheres, por várias razões, estavam agindo como queriam.

Nem todos desaprovavam. Algumas pessoas de mentalidade progressista, como o reformador sexual e ginecologista holandês Wim Storm, viam vantagens na confraternização: era uma ruptura rumo à emancipação feminina, um salutar ponto final para as ultrapassadas noções de privilégio masculino e submissão das mulheres aos maridos. Mulheres em busca de felicidade nos “braços vestidos de cáqui” dos canadenses, “aprendendo a falar uma língua nova, a dançar o jitterbug e a fazer amor”, bem, “todas essas mulheres sabem exatamente o que querem”. Alegar que estão se prostituindo por uma barra de chocolate ou alguns cigarros “é um

insulto terrível”. A melhor solução para o problema da DST era fornecer mais camisinhas às mulheres e promover a educação sexual entre os jovens.

Mas os que pensavam como Storm eram uma minoria, e eles perderiam o debate, ao menos momentaneamente. As vezes que clamavam pela regeneração moral, pela reconstrução da sociedade em bases tradicionais, eram mais fortes naquela atmosfera de pânico moralista. Isso valia para os Países Baixos, onde até mesmo um jornal liberal como o *Het Parool*, fundado pela resistência antinazista, demitiu um editor por ter publicado um artigo em favor da distribuição de contraceptivos às mulheres. “Consideramos nosso dever educar o povo de nossa nação para normas morais mais elevadas e resistir a toda forma de dissipação.”

Isso também se estendia à França – o governo provisório do general De Gaulle estava extremamente preocupado com a possibilidade de que a ocupação e a libertação tivessem solapado a moral pública, constituindo uma ameaça fatal à “raça francesa”. Na França libertada, as leis contra o aborto e o adultério eram tão rigorosas quanto haviam sido sob o regime de Vichy, e em alguns casos ainda mais.

A reação puritana ao que se considerava uma dissolução moral não era, de modo algum, apanágio de religiosos conservadores ou da direita política. Na França, inúmeros homens e mulheres da Resistência tinham se juntado ao Partido Comunista, por motivos românticos ou idealistas. As condições em tempos de guerra haviam atenuado as regras convencionais de moralidade. Mas os comunistas na França do pós-guerra, sob a liderança de Maurice Thorez, impuseram um brusco fim a tudo isso. Incentivava-se a dedicação ao partido, além de uma vida familiar estável. A “devassidão” resultante da guerra e da confraternização com tropas estrangeiras foi alvo de denúncia.

Também na Alemanha, onde os comunistas, sob seus patronos soviéticos, tornaram mais rigoroso o controle das zonas do leste, a repressão política chegou acompanhada de uma nova ordem moral. Erich Honecker, líder da Federação da Juventude Comunista, fez o

que pôde para afastar as moças de frivolidades como o *suingue* e o sexo, esperando conquistar apoio delas para a causa comunista, mas sentiu-se frustrado em seus esforços. O problema, ele disse, era claro: “Temos de superar o impulso das jovens de buscar o prazer na vida [Drang nach Lebensfreud].”

Erich “Honni” Honecker – ele mesmo não avesso aos prazeres, tendo tido vários casos com mulheres bem mais novas – na verdade nem precisava ficar tão preocupado. Um estado de euforia não pode durar muito tempo. Em fins de 1945, a febre da libertação já começava a amainar. As tropas estrangeiras voltavam para casa em contingentes cada vez maiores, embora grandes bases militares permanecessem na Alemanha e no Japão, e em menor escala na Grã-Bretanha e na Itália.

O pânico moralista fora a base para o surgimento de uma reação conservadora. O temor da licenciosidade sexual feminina, bem como o desejo comum da estabilidade burguesa após anos de perigo, caos e penúria, logo restabeleceria uma ordem mais tradicional na vida tanto dos países libertados como das nações derrotadas. Na década de 1950, o verão de 1945 já seria visto como um retrato na parede. A liberação sexual precisaria esperar mais vinte anos, quando a pílula anticoncepcional acompanhou a chegada da segunda onda de hedonismo anglo-saxônico, quando os Beatles e os Rolling Stones desencadearam algo com que Glenn Miller e Benny Goodman só poderiam sonhar.

Mesmo assim, a desordem do pós-guerra, apesar de temporária, não deixou de ter algumas consequências positivas. O desejo de Benoîte Groult de reconstruir sua própria liberdade não se apoiava numa ilusão descabida. O direito ao voto foi concedido às francesas pelo governo provisório em março de 1944, antes mesmo da libertação – um direito que adveio da escassez de homens, com a suposição de que as mulheres representariam as opiniões dos maridos ausentes. O mesmo direito foi concedido às mulheres italianas em 1945, às japonesas um ano depois, às romenas e iugoslavas em 1946, e às belgas em 1948.

Por mais que certas pessoas possam tê-lo desejado, o mundo jamais

REFLEXÕES XXIV

voltaria a ser como havia sido. ●

[1] Mistress Army: em inglês, mistress pode significar “madame”, “senhora”, e também “amante”.

[2] Na gíria militar, GI é um soldado raso americano; Tommy, um soldado raso inglês.

[3] V-E para Victory in Europe, VD para venereal disease.

Ian Buruma: jornalista, escritor e documentarista holandês

Artigo publicado na Revista Piauí, edição 101, em fevereiro de 2015

A próxima revolução

Manuel Cuesta Morúa



O historiador cubano integra uma organização que reuniu todos os partidos clandestinos de Cuba e que espera lançar 52 candidatos independentes nas próximas eleições na ilha

Em Cuba, onde só é permitido um partido, o Comunista, e onde a repressão tem um escritório em cada esquina, é preciso coragem para defender um ponto de vista político dissonante. Inspirada na Mesa de Unidad da Venezuela (MUD), que desde 2008 reúne os partidos de oposição nesse país, foi criada em Havana, este ano, a Mesa de Unidad para a Ação Democrática (MUAD). Entre os objetivos está o de reformar a lei eleitoral da ilha para poder inscrever 52 candidatos para as eleições municipais no final de 2017 e competir no pleito geral de 2018 — ano em que o ditador Raúl Castro prometeu se aposentar. Um dos coordenadores desse movimento é o historiador Manuel Cuesta Morúa. Em março, ele foi um dos dissidentes cubanos escolhidos pelo governo americano para se reunir com o presidente Barack Obama durante sua visita a Cuba. Em entrevista a VEJA, por telefone, Cuesta reconheceu avanços recentes na sociedade cubana, mas lamentou que o governo, ao perceber que corria o risco de perder o controle político, paralisou as reformas econômicas em curso.

Desde que o senhor se encontrou com Obama em março, em Havana, o que mudou em Cuba?

As coisas mudaram um pouco, mas para pior. A visita gerou um pânico dentro do Estado. O governo agora tem um temor imenso em relação às reformas econômicas que tiveram início em 2011. Essa reação pode ser constatada principalmente na repressão aos *cuentapropistas* (trabalhadores autônomos, que não são funcionários do governo). Depois de permitir que comerciantes e

ambulantes montassem lojas ou andassem com carrinhos vendendo hortaliças e bananas, o governo tem mandado a polícia multar e deter essas pessoas. Muitas estão tendo suas mercadorias confiscadas. Essas punições violentas estão acontecendo em todo o país e geram uma tensão tremenda. Em protesto contra os ataques aos *cuentapropistas*, alguns dissidentes, como Guillermo Fariñas, de Santa Clara, fizeram greves de fome recentemente.

Por que as reformas econômicas, iniciadas por Raúl Castro em 2011, agora provocam tanto temor em seu governo?

Muitos desses negócios são bastante prósperos. Outros, nem tanto. Ainda assim, todos têm uma tendência natural a se expandir. A multiplicação deles poderia fortalecer os setores medianos da nossa sociedade. Seria um fenômeno parecido com o que aconteceu nos dois primeiros anos da gestão Lula, no Brasil, quando o governo estava focado em tirar muita gente da pobreza e em aumentar o contingente classificado como sendo de classe média. Para os dirigentes cubanos, contudo, isso não interessa. Eles sabem que é muito mais difícil ter um controle político da classe média, que poderia começar a pedir mais liberdades e um espaço maior para a sociedade civil.

O senhor pode ser mais específico sobre o que seriam essas demandas da classe média?

Uma pesquisa feita pelo instituto Bendixen and Amanti em abril do ano passado mostrou que em torno de 65% dos cubanos querem mais partidos em Cuba. Desse total, metade disse ter uma opinião negativa sobre Raúl Castro. É claro que, para a ditadura, é imperativo conter esse desejo. O receio que o governo tem em relação à classe média é até maior que o pavor que a Espanha tinha dos comerciantes em Cuba na época colonial, que almejavam a independência. Apesar das mudanças nas últimas décadas, há uma clara continuidade histórica neste aspecto.

Se esse perigo não é novo, qual foi o cálculo do governo cubano ao iniciar essas reformas há alguns anos?

A ditadura cubana imaginou que o reconhecimento por parte dos americanos atrairia empresas interessadas em investir no país, em parceria com o Estado. Até agora, porém, nossos governantes não encontraram sócios que aceitem negociar apenas com a ditadura. Todos os que apareceram querem estar abertos também a parcerias privadas. Os dirigentes cubanos ainda têm esperanças de que encontrarão parceiros querendo assinar contratos apenas com eles, mas ainda não conseguiram transformar esse sonho em realidade.

"Uma avaliação do impacto das reformas no porto de Mariel na economia revela que o investimento brasileiro não foi produtivo para ninguém, exceto para quem já cobrou o cheque"

Companhias aéreas comerciais americanas já começaram a voar direto para Cuba. O que aconteceu com o discurso de que o embargo americano é o responsável pelos males do país?

Esse subterfúgio há tempos não é compartilhado pela população. Os cubanos sabem muito bem que a carência e a miséria em que vivemos não são causadas pela política americana, mas pelo embargo interno do próprio governo, que bloqueia todo o esforço feito por negociantes privados e pelas pequenas empresas. O ponto mais positivo da visita de Obama é que ela deixou claro que a Guerra Fria acabou. O conflito entre os Estados Unidos e a União Soviética foi transferido para uma disputa entre o governo cubano e a nossa sociedade. Essa dicotomia hoje é percebida com uma clareza impressionante, está mais cristalina do que as águas das nossas melhores praias.

Os cubanos querem ser de classe média?

Sem dúvida. Querem se vestir melhor, comprar coisas, ter um carro. A maioria quer abrir um negócio. Impedidos de fazer isso em Cuba, muitos ainda migram para os Estados Unidos. Os estudos sobre os migrantes cubanos mostram claramente que eles querem ser de classe média, querem empreender. É uma migração relativamente ordenada e estável.

A MUAD, organização à qual o senhor pertence, reuniu

vários grupos clandestinos da sociedade civil em torno de propostas democráticas. Teria sido possível fazer isso antes da aproximação diplomática entre Estados Unidos e Cuba?

Há alguns anos, até se esboçou a intenção de fazer algo parecido, mas era mais complicado. Hoje, foram preenchidas várias condições para tornar isso possível. Há uma ampla sensação de esgotamento. As pessoas estão cansadas do governo e de tudo que ele representa. Então, muitos passaram a achar que chegou o momento de fazer algo. Há um sentimento de urgência no ar e os cubanos tornaram-se mais abertos para ouvir as opções que existem. Ficou mais fácil falar com as pessoas, que geralmente hesitam em se comunicar e desconfiam dos outros. Essa mudança no clima desencadeou quase que automaticamente entre nós, dissidentes, um sentimento de que deveríamos unir forças para articular uma alternativa física, social e política. Com a internet tornou-se mais fácil divulgar nosso trabalho para os cidadãos insatisfeitos. Além disso, a autorização para viajar ao exterior contribuiu para que nos fortalecêssemos. Ao sair da ilha, nós pudemos estabelecer relações mais próximas, cara a cara, com interlocutores em várias democracias. Essa interação potencializou nossos valores e o nosso trabalho.

O senhor teme que, quando Raúl Castro deixar o poder, a pressão externa por democracia em Cuba diminua e isso enfraqueça a oposição?

Esse problema não existe porque muitos dos principais acordos feitos nesses últimos anos provocaram mudanças estruturais, que não podem ser desfeitas. Não são apenas tratados feitos para causar espetáculo e sair na imprensa mundial. As tratativas com a União Europeia incluíram a garantia da existência de um diálogo político interno, que incluiu o tema do respeito aos direitos humanos. A mesma preocupação apareceu nos acordos com os Estados Unidos. Antes, a pressão externa era mais política e midiática, mas não teve qualquer efeito real e positivo para alcançar o que é fundamental, que é o respeito aos direitos humanos em Cuba. A meu ver, esse novo jeito de fazer pressão sobre o regime cubano, por meio de negociações, é muito mais efetivo.

REFLEXÕES XXIV

"O ponto mais positivo da visita de Obama é que ela deixou claro que a Guerra Fria acabou. O conflito entre o EUA e URSS foi transferido para uma disputa entre o governo cubano e a sociedade"

Nos últimos anos, a construtora brasileira Odebrecht, com um empréstimo do BNDES, realizou reformas no porto de Mariel, em Cuba. Falava-se que, com esse investimento, o Brasil conquistaria um lugar importante em um futuro processo de abertura de Cuba. Isso teve algum efeito?

Creio que não. Uma avaliação do impacto das reformas no porto de Mariel na economia revela que o investimento brasileiro não foi produtivo para ninguém, exceto para quem já cobrou o cheque. O porto não está gerando rentabilidade, não atraiu recursos e nem fortaleceu a produção interna.

O senhor trabalhava no Escritório do Historiador de Havana, um órgão oficial que conta a história da cidade. Por que saiu de lá?

Fui expulso em 1991 por razões políticas. Comecei a organizar debates com colegas sobre o neomarxismo e a Escola de Frankfurt, principalmente sobre o filósofo alemão Jürgen Habermas. Fizemos discussões sobre a pós-modernidade e a esquerda moderada mundial. Eu cultivava outra visão do marxismo e, sobretudo, criticava o stalinismo e o leninismo. Essas conversas desagradaram as autoridades. Quando descobriram o que estava acontecendo, fui demitido sumariamente.

Não se pode falar em neomarxismo em Cuba?

Fui acusado de ação contrarrevolucionária e diversionismo ideológico. Segundo eles, eu não poderia falar sobre esses temas, pois era funcionário do Estado.

O que aconteceu depois?

Tentei trabalhar como contínuo em uma pequena empresa, mas também fui expulso. Não tive mais qualquer chance. Atualmente, não posso mais ter qualquer emprego no governo. Como historiador, todas as portas me foram fechadas. Então, nas últimas

REFLEXÕES XXIV

duas décadas, o que tenho feito é escrever. Nos meus textos, tenho dito de mil formas possíveis, sempre com a decência necessária, que o governo cubano não tem trabalhado para o bem-estar do cidadão. Ao mesmo tempo, tenho feito todo o possível para ajudar nosso povo a construir seu próprio destino, o que significa eleger nossos representantes livremente. Nasci depois da Revolução de 1959 e acho que as coisas que herdamos não precisam continuar sempre como são.

Como o senhor se mantém, já que não pode trabalhar?

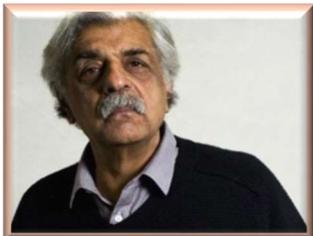
Tenho recebido ajuda de amigos no exterior. ●

Manuel Cuesta Morúa: historiador

Artigo publicado na Revista Veja no dia 14 de outubro de 2016

No país do grande e amado Peterson

Tariq Ali



Intelectual paquistanês relembra as duas vezes em que esteve na Coreia do Norte, a convite do ditador Kim Il Sung: “Nunca em toda a minha vida senti tamanha aversão a um personagem político de esquerda”

“Não se esqueça dos lobos imperialistas norte-americanos!”, diz o cartaz. Em 1970, a Coreia do Norte temia uma invasão dos

Estados Unidos e então saiu em busca de solidariedade mundial

Misteriosamente, há 42 anos, recebi um convite para visitar a Coreia do Norte. A ditadura militar do Paquistão tinha sido derrubada após três meses de luta e, em março de 1970, o país vivia a agitação de sua primeira campanha para eleições gerais. Eu percorri todas as cidades importantes entrevistando políticos da oposição e pessoas que haviam tomado parte no levante para depois escrever um livro. O convite chegou em maio, quando meu trabalho ainda estava incompleto. A Coreia do Norte já era, naquela época, um país isolado.

A carta chegou por intermédio de um comunista local conhecido como Rahim “Koreawallah”, secretário da Pak-Korea Friendship Society. Baixo, barrigudo, falante e cheio de cerveja, ele estava sem fôlego quando me entregou a carta de Pyongyang. Eu teria de partir imediatamente, disse ele. Por quê? Porque os norte-coreanos estavam convencidos de que os Estados Unidos estavam se preparando para invadir o país e os norte-coreanos precisavam da solidariedade mundial. Em janeiro de 1968, os coreanos tinham capturado o USS Pueblo, um navio da inteligência naval americana, e prenderam a tripulação. As relações entre os dois países continuavam ruins. Será que eu poderia partir



REFLEXÕES XXIV

na semana seguinte?, perguntou Koreawallah. Ri e respondi que não.

Eu estava a caminho do que na época se chamava Paquistão Oriental. A Coreia do Norte seria uma dispersão. Koreawallah se mostrou aborrecido e, ao mesmo tempo, insistente, mas seus argumentos eram fracos. Não havia provas de que Washington estivesse se preparando para uma guerra. Eu tinha experiência no assunto. Anos antes, havia passado seis semanas no Vietnã do Norte e, além de ficar agachado em abrigos antiaéreos durante os bombardeios dos americanos em Hanói, presenciei comunicados oficiais à imprensa feitos por funcionários do governo norte-vietnamita, que deixavam claro que iriam vencer a guerra. Para os americanos, já desgastados na Indochina, uma nova guerra na Coreia seria um ato suicida.

Eu tinha outros motivos para não ir. Considerava Kim Il Sung um líder ridículo e seu regime, uma paródia da Rússia stalinista. Recusei o convite mais uma vez, de maneira mais enfática. Mas meus pais, comunistas, achavam que eu devia aproveitar a oportunidade (eles nunca tiveram a chance de ir até lá). E Koreawallah não desanimava. Com um sorriso astuto, deixou escapar que eu poderia entrar via China, pegando um trem em Pequim para Pyongyang. Isso resolveu a questão. Eu estava ansioso para visitar Pequim e aquela parecia ser minha única saída. Respondi que só poderia ir em meados de junho.

Quando voltei para Dacca, depois de duas semanas cansativas na zona rural, surgiu um problema. Os sindicatos do Paquistão Oriental convocaram greve geral de um dia – uma demonstração de força contra o regime de transição do general Yahya Khan, em Islamabad –, justamente no dia em que eu deveria pegar o voo de Dacca para Cantão. Tive de resolver a questão pessoalmente. Amigos pediram aos líderes comunistas dos sindicatos dos taxistas e dos condutores de riquixá uma trégua de trinta minutos para que eu pudesse chegar ao aeroporto. Os apelos foram prontamente rejeitados. Quando os líderes estudantis intervieram, os sindicatos se mostraram flexíveis. Não poderia haver nenhum tráfego motorizado nas ruas, mas eu poderia viajar numa bicicleta riquixá.

REFLEXÕES XXIV

Eu e minha bagagem éramos pesados demais para o raquítico condutor. Passaram-se dez minutos dele bufando e arquejando, e quase não havíamos saído do lugar. Com medo de perder o voo, pedi que ele sentasse no meu lugar e pedalei eu mesmo feito um louco para vencer os 8 quilômetros que nos separavam do aeroporto. Além de animais soltos, não havia nada nas ruas. Quando chegamos ao aeroporto, o condutor da bicicleta, me vendo banhado em suor, abriu um sorriso e não quis aceitar meu dinheiro. Paguei na marra e corri para o avião. Logo depois da decolagem, o comitê de greve fechou o aeroporto. Eu havia previsto que o Paquistão estava à beira de se desagregar, mas, enquanto observava o sol se levantar sobre as plantações de arroz, não imaginava que aquela seria a última vez que eu veria o Paquistão Oriental.

Em Pequim, cartazes decoravam as ruas, música barulhenta irrompia de alto-falantes e grupos de crianças se curvavam diante de retratos do Grande Timoneiro. Uma torrente de bicicletas fluía por vias públicas sem poluição. Que sorte a deles, pensei, por não tratarem o carro como um fetiche. Saí do hotel caminhando sem rumo, consegui encontrar a Praça da Paz Celestial, descobri um restaurante bom e barato, depois voltei para o hotel onde dois funcionários da embaixada coreana estavam à minha espera para um passeio discreto pela Cidade Proibida. Parecíamos apenas visitantes estrangeiros.

Naquela mesma tarde, fiz as malas para a viagem de trem de dois dias rumo a Pyongyang e fomos à estação. Não havia no hotel nenhum livro de frases e expressões em chinês. As únicas palavras chinesas que eu sabia eram Mao Zhuxi wansui – Mao viverá mil anos –, que não serviam para nada quando eu precisava pedir comida ou achar um banheiro. Por sorte, um mensageiro sikh da embaixada indiana entrou no meu compartimento antes da partida do trem. Nos cumprimentamos em punjabi e ele me disse que era fluente em mandarim e, mais importante, que sua mulher tinha preparado comida e ele poderia dividir comigo.

Pouco antes de o trem começar a andar, dois membros do Exército de Libertação Popular também entraram no compartimento. Não, responderam rindo, não estavam indo para Pyongyang. Meu esforço

para arrancar deles uma opinião sobre a Revolução Cultural fracassou, mas se mostraram ansiosos para conversar a respeito do Paquistão e ficaram surpresos ao ouvirem minhas críticas aos ditadores militares: a propaganda chinesa os retratava como “aliados anti-imperialistas”. Não sabiam do recente levante popular. O mais simpático deles me preveniu a respeito do “culto à personalidade” na Coreia, e meu amigo sikh exclamou: ele nunca ficava mais de uma noite na embaixada em Pyongyang. Os homens do Exército de Libertação Popular desembarcaram em Beidaihe, uma estação de veraneio à beira-mar situada a leste de Pequim. Outrora frequentada por imperadores, suas mulheres e concubinas, tornara-se um dos locais prediletos dos líderes do Partido Comunista. “Se esses dois vão passar uns dias de folga aqui”, comentou meu companheiro de viagem, “devem ser pessoas importantes, ou ligadas a alguém importante, assim como acontece no nosso mundo.”

Colonizada pelos japoneses entre 1910, quando anexaram o país, e o fim da Segunda Guerra Mundial, a Coreia experimentou a “modernidade” e formas extremas de brutalidade e repressão. A riqueza mineral foi usada para respaldar o militarismo japonês; os trabalhadores locais recebiam salários de fome; dezenas de milhares de mulheres eram tratadas como prostitutas pelos invasores, mas não recebiam pagamento. Os japoneses almejavam a integração completa: a língua coreana era proibida nas escolas, os jornais em língua coreana foram extintos e as pessoas tinham de usar nomes japoneses. A agricultura atendia às necessidades do Império – milhares de lavradores foram expulsos de suas terras e a maior parte do arroz e do trigo produzidos era enviada ao Japão –, acarretando a fome em massa. Um procônsul japonês admitiu que, toda primavera, metade dos lavradores coreanos sobreviviam à custa de capim e casca de árvore. Os 2 milhões de coreanos transportados para o Japão como trabalhadores escravos de certo modo tiveram sorte: tinham o que comer.

Surpreendentemente, tudo isso levou os coreanos a desenvolver fortes sentimentos nacionalistas, embora o medo limitasse o número dos que ingressavam nos grupos clandestinos. Comunistas

nativos eram atuantes nesses grupos: trabalhavam lado a lado com os nacionalistas e eram amplamente reconhecidos como figuras heroicas. Durante a Segunda Guerra Mundial, um movimento de resistência aos poucos tomou forma, com mais força no sul. Seus membros – estudantes, intelectuais e camponeses – enfrentaram as punições de costume em países ocupados: tortura, estupro, matanças em massa e enterros em sepulturas anônimas.

A derrota do Japão em 1945 foi saudada com júbilo e surgiram comitês populares em diversas cidades. O futuro da Coreia não foi tratado em Yalta, onde se decidiu a divisão da Europa, mas Moscou e Washington, em caráter privado, concordaram com uma divisão semelhante da península coreana. O Exército Vermelho entrou na Coreia do Norte e consta que Kim Il Sung estava num de seus tanques; os Estados Unidos ocuparam o sul. O general MacArthur viajou de avião para Seul com uma valiosa bagagem de mão: Syngman Rhee. Porém Rhee contava com pouco apoio e MacArthur usou os membros coreanos do Exército Japonês de Ocupação para manter o controle do novo Estado. Por si só, isso bastava para despertar a antipatia do povo. Os dissidentes foram esmagados, houve prisões em massa, comunistas e nacionalistas antiamericanos desapareceram ou foram assassinados. “As prisões em Seul estão abarrotadas de presos políticos”, informou Frank Baldwin, consultor da embaixada dos Estados Unidos:

Seis semanas atrás, inspecionei uma prisão da polícia em Inchon. Lá, os presos viviam em condições que hesito em descrever nesta carta. Traz à memória a sensação da Divina Comédia. Goya poderia ter pintado o que vimos lá. O que irá acontecer com quase 10 mil presos políticos no caso de rendição da capital? É difícil imaginar os atos de vingança e de ódio que o povo irá praticar se sobreviver à conquista de Seul por seus “libertadores”.

O envolvimento dos Estados Unidos e da União Soviética pôs fim a qualquer chance de autonomia coreana, mas o prestígio soviético ainda era grande e muitos acreditavam que os russos ajudariam a libertar e reformar o país inteiro. Poucos acreditavam que a separação seria permanente. Kim Il Sung, empossado pelos soviéticos como líder do Comitê Provisório do Povo, era quase um

desconhecido, mas os comunistas locais não tinham motivo para duvidar dele.

A crescente revolta popular no sul e um irresistível desejo de reunificação deflagraram a invasão do sul pelo norte em 1950. Carente de apoio popular, o governo de Rhee caiu e teve de ser salvo por tropas dos Estados Unidos. A União Soviética boicotou uma sessão do Conselho de Segurança da ONU em que poderia ter vetado a guerra americana, travada sob a bandeira das Nações Unidas. A Revolução Chinesa deixara Washington em pânico. Não poderiam permitir que ela se espalhasse.

Tropas americanas e seus aliados (incluindo a Marinha japonesa) obrigaram o Exército coreano a recuar. A Revolução Chinesa ocorrera menos de um ano antes e seus líderes encaravam a Guerra da Coreia como uma tentativa de reverter o rumo dos acontecimentos na China. Uma reunião do Politburo decidiu que era preciso salvar os coreanos. Tropas chinesas sob o comando do general Peng Dehuai cruzaram em massa o rio Yalu. Os americanos e seus aliados foram obrigados a recuar até o paralelo 38. O general MacArthur declarou que talvez fosse necessário lançar bombas nucleares contra as bases aéreas chinesas; Truman o demitiu. Em 1953, foi assinada uma trégua em Panmunjom, no paralelo 38. Cerca de 1 milhão de soldados e 2 milhões de civis tinham morrido (há muitas estimativas diferentes). Um deles era o filho mais velho de Mao, o seu predileto.

Vinte anos depois, eu estava prestes a cruzar o rio Yalu a bordo de um trem chinês. Em Sinuiju, recebi as boas-vindas, na terra sagrada da República Democrática Popular da Coreia, com um buquê de flores. Diante de uma estátua de Kim Il Sung em tamanho natural, meu anfitrião me disse que estava um pouco perturbado com a escala do culto à personalidade na China. Em Pyongyang, um jovem do movimento Pioneiro me deu mais um buquê de flores. Fiquei chocado com o que vi, enquanto percorremos a cidade de carro: parecia a Europa Oriental logo após a Segunda Guerra Mundial. Lembrei que aquilo que o general Curtis LeMay ameaçara fazer com o Vietnã do Norte já tinha sido feito com a Coreia do Norte: o país regredira à Idade da Pedra à força de bombardeios. Não houve

nenhum protesto no Ocidente contra os violentos bombardeios sofridos por Pyongyang, anunciados com apenas quinze minutos de antecedência: 697 toneladas de bombas foram jogadas sobre a cidade, 10 mil litros de napalm; 62 mil ataques aéreos foram realizados para “varredura com metralhadoras em baixa altitude”.

Três anos antes, em Phnom Penh, o jornalista australiano Wilfred Burchett me disse que o que eu vi no Vietnã “não era nada comparado ao que fizeram na Coreia. Eu estava lá. Só restaram dois prédios de pé em Pyongyang”. Diziam que os Estados Unidos haviam usado armas de guerra biológica e, embora os americanos negassem e qualificassem tais afirmações de “ultrajantes”, no dia 9 de agosto de 1970 o jornal *The New York Times* informou que se pensou em usar armas químicas depois que “as forças terrestres americanas na Coreia foram esmagadas pelos ataques de ondas humanas da China comunista, nas imediações do rio Yalu”. Os estrategistas do Pentágono queriam “encontrar um meio de deter os ataques em massa de infantaria”, portanto “o Exército pesquisou documentos capturados dos nazistas a respeito de armas químicas, nos quais se descrevia o sarin, um gás que atua no sistema nervoso, tão letal que poucos quilos bastariam para matar milhares de pessoas em poucos minutos, caso o material mortífero fosse disseminado de maneira apropriada”. Será que ele foi usado na Coreia? Provavelmente não, embora testes de armas biológicas tenham sido realizados em cidades americanas. Num desses testes, uma bactéria “inofensiva” foi introduzida no sistema de ar-condicionado do Pentágono.

Pedi um encontro com o ministro do Exterior para conversarmos sobre as tensões com os Estados Unidos, porém, para surpresa de meus seguranças, não solicitei um encontro com Kim Il Sung. Passei meus primeiros dias em Pyongyang visitando museus, com meu excelente intérprete e um guarda-costas – “o chefe de protocolo”. Os dois me acompanhavam em toda parte. No Museu da Guerra, perguntei por que não havia nenhum sinal dos “voluntários” chineses, sem os quais a guerra teria sido perdida. Nenhuma resposta. Por fim, o guia foi ao 1º andar e depois voltou com o diretor do museu. Repeti minha pergunta. “De fato, tínhamos uma

REFLEXÕES XXIV

exposição, mas as salas foram fechadas para reparos e pintura. As fotografias foram transportadas para locais seguros.” Pedi para ver onde elas estavam, mas o constrangimento do homem foi tão grande que desisti. De lá, fomos ao Museu de Arte. Depois de percorrer quatro salas cheias de pinturas ruins de Kim Il Sung, de sua mãe e de outros parentes, perdi a paciência e pedi para ver coisas de séculos anteriores. Após uma consulta apressada ao meu segurança, o diretor acenou para que o seguíssemos, deixando claro que estava me fazendo um grande favor.

Trancafiadas em câmaras subterrâneas, estavam as mais assombrosas pinturas tumulares que já vi. Algumas datam de 2 mil anos, outras dos séculos XI e XII. Retratavam soldados, caçadores, cenas de riqueza, mulheres de beleza primorosa. Agradei efusivamente ao diretor e disse esperar que um dia os coreanos pudessem ver aquele tesouro. Ele sorriu e encolheu os ombros. Foi a única pessoa que não mencionou nem uma vez o nome de Kim Il Sung, muito menos se referiu a ele como “o Grande e Amado Líder” de 40 milhões de coreanos.

Certo dia, fui levado de carro até Mangyongdae, onde me prometeram uma grande surpresa. Tratava-se do local de nascimento de Kim e a cidade inteira era quase um santuário dedicado a ele, com as mesmas histórias sobre heroísmo que eu ouvira dezenas de vezes. De volta ao hotel, vi Kathleen Cleaver, em gravidez avançada, no saguão com Maceo, o filho que tivera com Eldridge Cleaver, o líder dos Panteras Negras. Falamos rapidamente, antes de ela ser levada dali, e nunca mais a vi. Tempos depois, descobri que seu marido tinha encontrado Kim Il Sung e pedido apoio para o Partido Pantera Negra. É inconcebível que nenhum dinheiro tenha sido oferecido em troca. Amigos americanos me disseram, mais tarde, que Kathleen foi mantida num quarto em Pyongyang durante quatro meses, um castigo que o marido havia decretado depois de tomar conhecimento de que o bebê não era seu filho. Kim tinha sido gentil com seu novo amigo. É bom saber disso, pensei.

Ainda era o início da noite. Não havia nenhum bar no hotel, por isso fui ao salão de bilhar jogar um pouco. Três homens altos, que eu não

tinha visto antes, estavam junto à mesa. Dois deles falavam inglês. Eram estudantes da Universidade de Havana que estavam em Pyongyang para um curso de três anos, em troca de centenas de estudantes coreanos enviados a Cuba para se formarem em medicina. Por que eles? Riram para mim. O protocolo exigia que alguém fosse enviado para lá. Os estudantes acharam que eu me daria bem com o embaixador cubano, portanto seguimos no carro da embaixada para tomar suco de tamarindo e mojitos, acompanhados de uma refeição excelente. O embaixador era um veterano da Revolução Cubana. Mandá-lo para a Coreia não foi um gesto amistoso: “Mostrei-me um pouco crítico em relação a Fidel e à maneira como as coisas estavam sendo conduzidas em Cuba. Falei com muita gente sobre isso e Fidel ficou aborrecido. Eu preferia a prisão, mas em vez disso me mandaram para cá. Deu certo. Havana é o paraíso e Fidel é um deus. Mas me tirem daqui. Nunca mais vou abrir a boca outra vez.” Foi a noite mais divertida que tive na Coreia do Norte.

Passei a semana seguinte em carros e trens. O carro muitas vezes parava no meio do nada para que me mostrassem o local em que “o Grande e Amado Líder camarada Kim Il Sung deu orientações práticas a camponeses sobre como proceder à colheita do trigo”. A certa altura, no meio do nada, pedi que parassem o carro. Minha bexiga estava cheia. Saí e disse: “Vou dar uma orientação prática àquela árvore ali.” O intérprete e o segurança morreram de rir. Foi o momento mais agradável da viagem. Nada foi dito quando voltei ao carro, mas depois disso não paramos mais.

Em Panmunjom, no paralelo 38, os alto-falantes anunciavam aos brados palavras de propaganda repletas de clichês. Soldados americanos vagavam por ali, de vez em quando apontavam para os alto-falantes e riam. Perguntei aos coreanos se eu podia usar um megafone. Quando afinal concordaram, perguntei aos americanos por que estavam à toa na Ásia quando seu próprio país estava em chamas. Eles despertaram um pouco. Fiz um relato dos tiros disparados na Universidade de Kent – a Guarda Nacional de Ohio havia alvejado e matado quatro estudantes num protesto contra a invasão do Camboja promovida por Nixon –, fato ocorrido poucas

semanas antes. Quatro milhões de estudantes americanos tinham entrado em greve. Pedi aos soldados que se unissem a mim num minuto de silêncio em memória dos estudantes mortos, mas um oficial apareceu e os conduziu de volta ao quartel. Os coreanos ficaram admirados. Resisti à tentação de lhes mostrar que minha “orientação prática” tinha sido mais eficaz do que a propaganda do Grande e Amado Líder.

De volta a Pyongyang, autorizaram meu encontro com o ministro do Exterior, que me transmitiu a posição oficial da Coreia do Norte em relação ao cenário mundial. Escutei educadamente. Quando eu estava de saída, ele disse: “Gostamos de seu discurso em Panmunjom, mas há uma coisa que o senhor parece não compreender sobre nosso país. O senhor não aprecia o papel que o camarada Kim Il Sung desempenhou na libertação e na criação da República Democrática Popular da Coreia.” Eu não podia negar isso. Ele me dirigiu um sorriso estranho.

Dois anos depois, me convidaram a voltar, para fazer um discurso numa conferência sobre “o papel do imperialismo americano na Ásia”. Relutei, mas os vietnamitas me persuadiram. Eles não tinham sido convidados e queriam que alguém defendesse sua posição sobre o assunto. Dessa vez a viagem durou mais. Primeiro fomos para Praga, onde o avião militar russo que iria nos transportar chegou com cinco dias de atraso. Quando afinal chegou, era um avião imundo e precário; no meio da noite, parou para reabastecer em Omsk, e desembarcamos para respirar um pouco de ar puro numa temperatura abaixo de zero. Em Pyongyang, cada delegado recebeu um Mercedes com motorista. Eu torcia para ter o mesmo intérprete, mas não tive sorte. Durante nosso convívio, ele havia me pedido um dicionário de inglês: dei para a nova equipe o dicionário que eu havia levado e pedi que o fizessem chegar às suas mãos. Disseram que ele tinha sido transferido para uma cidade pequena. No hotel, um membro do alto escalão do partido estava se reunindo separadamente com cada delegação. O tema da conferência tinha sido alterado, ele explicou. Era o sexagésimo aniversário do Grande e Amado Líder e acharam que devíamos discutir “a contribuição do camarada Kim Il Sung para o marxismo-leninismo”. Recusei-me

prontamente e pedi que me mandassem de volta para casa. O membro do partido saiu do quarto muito nervoso.

Durante o jantar naquela noite, um simpático professor argelino e um representante da Frelimo (Frente de Libertação de Moçambique) não conseguiam acreditar no que eu tinha feito. O argelino disse que havia se vendido por 5 mil dólares, o amigo da Frelimo estava constrangido demais para revelar a quantia que havia aceitado. Na manhã seguinte, me ofereceram 10 mil dólares, que seriam extremamente úteis para a revista que eu estava editando na época. Fiquei tentado a aceitar e depois fazer um discurso simplesmente satírico. Mas recusei. Mesmo assim, não me permitiram ir embora. Não haveria voos para a Europa antes de uma semana. Respondi que eu ia para o Paquistão. Disseram-me que também era difícil. O embaixador vietnamita veio falar comigo. Implorou que eu não fosse embora. “O culto à personalidade é terrível aqui”, ele disse. “Terrível mesmo.”

Numa recepção oficial um dia antes do início da conferência, fomos todos apresentados ao Grande e Amado Líder. Nunca em toda a minha vida senti tamanha aversão a um personagem político de esquerda. Seu pescoço abalado parecia estar pedindo uma bala. Eu gostaria de ser um dezembrista. As únicas palavras que ele me dirigiu foram bem estranhas: “Londres, não é? The Red Flag [A Bandeira Vermelha]. Ainda cantam a música?”

Cometeram o erro de me dar um assento no plenário. Não aplaudi nenhum discurso, mas fiz anotações. O astro do Politburo que abriu a conferência – o tema era “a tarefa da ciência social de defender integralmente o pensamento revolucionário do grande líder camarada Kim Il Sung e difundi-lo amplamente” – citou um discurso do Grande e Amado Líder. “Existe uma canção revolucionária que diz: ‘Deixemos que os covardes hesitem e os traidores zombem. Aqui, vamos manter a bandeira vermelha desfraldada.’ Isso exprime nossa inabalável determinação.” Eu me perguntei quem em Moscou o teria apresentado ao hino da social-democracia britânica. Seu tenebroso discurso foi interrompido 143 vezes por aplausos, ovações de pé, etc. Minha mesa no restaurante do hotel se ampliava dia após dia, à medida que um número

crescente de incomodados vinha zombar de nossa situação. O codinome que criamos para o Grande e Amado Líder era Peterson.

A razão absurdamente narcisista para o culto era óbvia. Quem, afinal, era Kim Il Sung? De onde ele veio? Algum dia foi líder de guerrilha? Existiram comunistas coreanos bem conhecidos, inclusive uma mulher general. Kim Il Sung matou alguns deles. Outros fugiram para a China durante a ocupação japonesa e combateram ao lado dos guerrilheiros de Mao. Muitos veteranos da Longa Marcha eram coreanos. É possível que Kim Il Sung tenha sido guerrilheiro na China e depois tenha fugido para a Rússia. Não sabemos muito bem. O que sabemos é que o Exército Vermelho libertou o país em 1945 e os chineses o salvaram durante a Guerra da Coreia. Mas tais fatos nunca foram mencionados na propaganda da República Democrática Popular da Coreia. “Juché”, uma forma agressiva de autossuficiência, era a palavra escolhida para designar essa xenofobia. Na minha primeira viagem, quando perguntei a meu intérprete se havia lido algo de Marx, Engels ou Lênin, ele estranhou a pergunta. “Não”, respondeu-me. “Tudo foi interpretado pelo camarada Kim Il Sung.” Ele nem sabia dizer se algum dos textos clássicos estava disponível nas bibliotecas.

A certa altura, pareceu que os Estados Unidos iam simplesmente comprar os norte-coreanos. Clinton despachou Madeleine Albright para Pyongyang em 2000 para fazer um trato – um caminhão de dinheiro para os Kim, uma espécie de desnuclearização, seguida por uma branda reunificação com o sul –, mas o projeto não foi adiante. Bush não tinha o menor interesse em manter contato. Por quê? Tive uma espécie de resposta após um debate público sobre a Guerra do Iraque em Berlim, em 2003. Minha oponente era Ruth Wedgwood, de Yale, conselheira de Donald Rumsfeld. No almoço, perguntei-lhe quais eram seus planos para a Coreia do Norte. Mostrou-se conclusiva. “Você não viu o brilho nos olhos dos militares da Coreia do Sul?”, disse ela. “Estão loucos para tomar posse do arsenal nuclear da Coreia do Norte. Isso é inaceitável.” Por quê? “Porque se uma Coreia unificada se tornar uma potência nuclear, será impossível impedir que o Japão também se torne uma potência nuclear, e se tivermos a China, o Japão e uma Coreia unificada como

REFLEXÕES XXIV

Estados nucleares, a correlação de forças vai mudar de maneira desfavorável para nós.” Obama parece concordar com essa maneira de pensar. Seu problema é a China. Antes, os chineses pareciam indiferentes ao destino da Coreia. Não é mais o caso. As regiões próximas da fronteira com a China estão vivendo um *boom* e programas de tevê chineses são um paraíso em comparação com as produções kimistas. Por quanto tempo Pequim irá permitir que essa ópera absurda continue? ●

Tariq Ali: escritor paquistanês, autor de *A Noite da Borboleta Dourada*, da Record.

Artigo publicado na *Revista Piauí*, edição 69, junho de 2012

O Chefe

Rafael Cariello



De czar da economia na ditadura à amizade com Lula, como Delfim Netto exerceu superpoderes e cultivou lealdades

Os Delfim Boys se referem até hoje ao ex-ministro com gratidão quase irrestrita. "Tudo é questão de lealdade. As pessoas vão percebendo que vale a pena ser leal", diz Delfim.

O economista Antonio Delfim Netto tirou o telefone do gancho e chamou a secretária: "Avisa ao Paulo que já vamos começar." Sentado atrás da sólida mesa de madeira do seu escritório, fez um gesto com a mão e pediu que eu esperasse. O amigo de mais de meio século, ocupado na sala ao lado, gostava de acompanhar as entrevistas que vínhamos realizando. Ficaria triste se começássemos sem a sua presença.

Falou isso como se contasse um segredo, com a característica voz rouca e profunda, quase sussurrada, que costuma dar um ar de confiança e importância, mesmo a observações prosaicas. É uma das marcas registradas de Delfim. Outras são os óculos de armação pesada e quadrada, comuns nos anos 1970; o corpo atarracado e obeso, disposto como num triângulo de pontacabeça – mais largo na altura do peito, estreita-se abaixo da cintura, sustentado por perninhas frágeis e curtas –; e o estrabismo acentuado, semelhante ao do filósofo Jean-Paul Sartre, com o olho esquerdo sempre voltado para fora. Seus traços físicos incomuns estão reproduzidos pelas paredes do gabinete, emoldurados nas cerca de vinte caricaturas que decoram o ambiente. O conjunto de desenhos – uma espécie de museu de si mesmo – serve



REFLEXÕES XXIV

como registro de décadas de extraordinário poder.

Sócio de Delfim há quase trinta anos na consultoria econômica que fundaram, Paulo Yokota não demorou a aparecer. Filho de japoneses – seu pai, alfaiate, conheceu a mulher no Brasil –, tem 75 anos. Ainda garoto, trabalhou como *office-boy*. Fez curso técnico de contador e foi estudar economia na Universidade de São Paulo, onde, no final dos anos 1950, conheceu Delfim e se tornou seu assistente de ensino. Neto de imigrantes italianos, Delfim tem 86 anos de idade. Como Yokota, foi *office-boy*, fez curso técnico de contador e estudou economia na USP.

Anos depois, servindo à ditadura militar, Delfim comandou a economia brasileira entre 1967 e 1974, durante o “milagre”, quando o Produto Interno Bruto chegou a crescer 14% num único ano. Voltou ao comando da finança nacional em 1979, e no começo dos anos 1980. No governo do general João Baptista Figueiredo, se viu obrigado a gerir a pior recessão do pós-guerra. Não conseguiu impedir que os índices de inflação saltassem para níveis até então inauditos, de mais de 200% ao ano, legando à democracia uma herança de crise e descontrole de preços que só seria superada com o Plano Real, em 1994.

Na definição do ex-ministro da Fazenda Mailson da Nóbrega, Delfim teve, nesse período, “poderes de matar de inveja um rei medieval”. Na charge de maior destaque em seu escritório, esses poderes estão explicitamente associados ao conhecimento técnico. Pendurada sobre a lareira, uma versão de *A Lição de Anatomia do Dr. Tulp*, de Rembrandt, mostra Delfim como o médico principal, em roupas do século XVII, prestes a abrir com o bisturi um corpo pálido, diante dos olhares curiosos dos alunos de medicina. No desenho de Chico Caruso, feito nos anos 1980, o defunto, objeto da dissecação e do “arrocho” salarial imposto aos trabalhadores, era o então metalúrgico e líder sindical Luiz Inácio Lula da Silva.

Com o ocaso da ditadura, Delfim perdeu relevância política, mas nunca deixou de ser



querido e apoiado por boa parte dos empresários brasileiros, em especial os paulistas. Ficou distante das decisões econômicas durante os dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso. Quando Lula chegou ao Planalto, voltou a marcar presença no centro do poder, tornando-se um dos principais conselheiros do então presidente. Ainda hoje se encontram e conversam com regularidade. Delfim repete, para quem quiser ouvir, que ele e Lula se falam pelo menos duas vezes por mês.

No escritório, sentado diante do antigo professor, Paulo Yokota acompanhava com atenção histórias que está cansado de conhecer – e intervinha ocasionalmente, de maneira elogiosa, para ressaltar algum feito importante do amigo. Pelas mãos de Delfim, Yokota também teve seu quinhão de sucesso. Foi presidente do Incra, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, e diretor do Banco Central do Brasil. Mas o apoio foi recíproco. Sem pessoas como Yokota, dificilmente Delfim teria exercido o poder com tanta desenvoltura.

O ex-ministro sempre se valeu de seguidores fiéis, muitos deles alunos que ajudara a formar na USP, para estender, como tentáculos, sua presença na máquina burocrática do Estado. Ocupando cargos estratégicos, auxiliares como Yokota aumentavam sua capacidade de decisão e influência – mesmo em áreas que, formalmente, não estavam sob sua responsabilidade.

O círculo mais estreito desses colaboradores chegava a quase duas dezenas de pessoas. No Rio de Janeiro dos anos 1960, onde ainda funcionava boa parte da administração federal, foram apelidados de “Delfim Boys”. Deles o chefe podia esperar informações estratégicas e ação obediente. O empresário e ex-deputado tucano Márcio Fortes, que também trabalhou no governo Figueiredo e foi colega de Delfim no Congresso, comenta que o ex-ministro nunca andava sozinho. “Ele era como uma galinha. Tinha sempre um monte de pintinhos em volta.”

Numa tarde de maio, em seu escritório no bairro do Itaim Bibi, em São Paulo, o economista Eduardo de Carvalho explicou como atuava a equipe de Delfim. Carvalho, hoje dono de uma consultoria na área

sucroalcooleira, foi chefe da assessoria econômica do ministro da Fazenda no início dos anos 1970. Aos 75 anos, tem os cabelos e o bigode brancos, e um jeito franco e bem-humorado de falar. Ex-aluno de Delfim, contou que o professor conquistava a elite militar com seu jeito de “garotão italiano” boa-praça. “Ele era o gordo feliz; e era um animal político, tinha fome de poder”, explicou.

O critério mais importante para “fazer parte da turma”, ele disse, era a lealdade. “Essa era a porta de entrada. Você podia errar o quanto quisesse. Se fosse leal, ele sempre iria te apoiar. O poder de fazer as coisas acontecerem era multiplicado pelas centenas de pessoas que o Delfim tinha em tudo quanto é lugar. O poder de ação que a gente tinha, o poder de informação, era infernal.”

O próprio Delfim deu explicação semelhante à do ex-aluno. “Tudo isso é uma questão de lealdade”, disse, sem hesitar, sobre o exercício do poder. “Você tem que ter gente que soma com você, com o projeto, e que é leal”, explicou. E se alguém falha em ser leal, o que acontece? “Aí é escolha”, respondeu Delfim. “Processo de seleção. Se não é leal, é descartado. As pessoas vão percebendo que vale a pena ser leal.”

Luis Paulo Rosenberg, negociador pelo governo brasileiro da dívida externa nos anos 1980, fez questão de dar exemplos de como valia a pena ser leal ao chefe. Ele é hoje um consultor econômico bem-sucedido, além de vice-presidente do Corinthians. Tem a pele bronzeada e uma aparência mais jovem do que os declarados 70 anos de idade. Calvo, com os olhos grandes fixos no interlocutor e o nariz adunco, parece uma águia – ou um gavião. Também ex-aluno de Delfim, trata carinhosamente o amigo e ex-ministro pelo apelido de “Gordo”. Filho de um antigo dirigente do Partido Comunista, comentou que a morte de Delfim significaria “uma segunda orfandade” em sua vida.

Na Secretaria de Planejamento, onde eram tomadas as decisões mais importantes da área econômica no governo Figueiredo, havia “dez ou doze” colaboradores próximos de Delfim, contou Rosenberg. “Éramos os homens do Gordo, aqueles que sabiam que, se cometessem qualquer deslize em relação à *omertà*” – o código de

silêncio da máfia – “ou à fidelidade a ele, apareceriam com concreto no pé no fundo do lago Paranoá”, brincou.

“Tínhamos dedicação cega. Éramos obrigados a almoçar com ele todo dia. Servia para circular informação. ‘Com que você está mexendo? E você?’, ele perguntava. Resultado: eu sabia tudo que estava na cabeça do Delfim, como os outros também sabiam. A gente tinha uma agilidade, uma capacidade de domar a máquina que ninguém em Brasília teve. Isso dependia de coordenação, de informação.”

Logo que começou a trabalhar com Delfim, contou o consultor, ele se surpreendeu com sua generosidade. Ainda não tinha, então, intimidade com o chefe. Certo dia, ao sair de uma reunião em São Paulo, o ministro o puxou de lado. “A Mônica passou para o 4º ano, não é?”, perguntou Delfim. “Eu gelei”, lembrou Rosenberg. “Mônica é minha filha. Ela estava fazendo direito na São Francisco. Nunca tinha falado disso com ele. Respondi: ‘Passou.’ ‘Então está na hora do estágio’, ele disse. E me deu um cartão. ‘Esse aqui é o dono do maior escritório de São Paulo. Ele está esperando a Mônica.’” Rosenberg fez uma pausa. Pareceu refletir. Então disse: “O que você faz com um cara desses? Se ele te disser ‘Agora vai lá e mata o presidente da República’, você mata. É louquecedor.”

Terminada a ditadura, Rosenberg, por influência de Delfim, ainda serviu por alguns meses como assessor econômico do presidente José Sarney. Em 1986, deixou Brasília, disposto a montar sua consultoria. A princípio, atendia no térreo da casa onde ainda hoje Delfim e Yokota trabalham. Uma construção em estilo normando, no bairro do Pacaembu, com tijolinhos à mostra, telhado em ângulo inclinado e um amplo jardim, com enormes flamboyants.

Rosenberg e seus sócios trabalharam ali por algum tempo, depois alugaram uma sala no Centro. Delfim não gostou. Qual um *pater familias*, queria ter por perto o antigo aluno e funcionário. Quando, um pouco mais tarde, o consultor anunciou que buscavam um espaço maior, Delfim lhe pediu que ao menos o deixasse procurar um local próximo à casa do Pacaembu.

“Naquela mesma tarde, me ligaram”, lembrou Rosenberg. O

interlocutor, cujo nome ele não revela, telefonava a pedido de Delfim. Muito educado, parecia “um lorde”. “O sujeito disse: ‘Soube que o senhor está interessado num imóvel no Pacaembu. Justamente, eu tenho um. Gostaria de ver? Estou aqui agora.’ Disse assim, e me deu o endereço. Chego lá, era um puta de um imóvel. Mil metros quadrados, palmeiras centenárias. E com uma viela dando direto na casa do Gordo. Eu pensei: Puta que o pariu, o que é que eu vou fazer agora?” Rosenberg perguntou o preço. Um milhão de dólares. “Expliquei ao proprietário que o valor me parecia muito justo, que eu fazia votos de que vendesse e fosse muito feliz, mas que estava acima das minhas possibilidades.” O interlocutor insistiu: “O senhor me faça uma proposta, em respeito ao ministro.”

Rosenberg não tinha como arrumar mais do que 400 mil dólares. Um de seus sócios sugeriu que ele fizesse essa proposta, tal como lhe fora pedido, mesmo sabendo que ela não seria aceita. E disse mais: para garantir a recusa, que propusesse uma forma de pagamento quase absurda, em dez prestações, sem juros. “Aí o velho manda você tomar no cu, você fez o que tinha de fazer, e está tudo certo”, concluiu o sócio, segundo a narrativa de Rosenberg.

“Lembro que mandei a proposta por fax. Não se passaram nem cinco minutos, e a maquininha cuspiu um novo papel. ‘Aceito’, dizia. Fui falar com o sujeito: ‘O senhor não está entendendo. Eu botei 400 mil dólares na proposta, e a sua casa vale 1 milhão. O senhor está perdendo 600 mil.’” Rosenberg afirma que o dono do imóvel nunca havia tido nem tinha, naquele momento, qualquer interesse direto com o governo. Ainda assim, ouviu do “lorde”: “Se vocês se mudarem para cá, a felicidade do ministro será tanta que isso, para mim, vale esses 600 mil dólares.”

O negócio foi fechado.

O Antonio original, avô paterno de Delfim, chegou ao Brasil com não mais do que 18 anos, vindo da Itália, na década de 1880. À época, a lavoura cafeeira em São Paulo substituíu a mão de obra escrava por imigrantes pobres que, em troca do custo da travessia atlântica, se comprometiam a trabalhar nas fazendas por um determinado período. Delfim não tem certeza, mas é possível que

seu avô também tenha vindo por meio desse regime de contrato. Quando aportou, os portugueses que controlavam o registro dos recém-chegados trocaram seu nome. A família era Delfini, de uma cidadezinha no sul da bota. Retiraram a vogal final e aplicaram um pedante “ph” ao sobrenome, só corrigido quando o neto, Delfim, já contava 8 anos.

Com ou sem contrato, o Antonio avô nunca foi para a lavoura. Encaminhado à hospedaria de imigrantes, pulou a janela e tratou de ganhar a vida na capital. Trabalhou como calceteiro, aplicando blocos de pedra nas vias públicas de São Paulo, a serviço da prefeitura. Numa narrativa típica da imigração no Brasil, Delfim se orgulha de contar que, muito mais tarde, esse Antonio da Calábria se tornou dono de uma mina de pedra. No fim da vida, em vez de suar para aplicar blocos ao calçamento, tornou-se um bem-sucedido fornecedor de paralelepípedos para o poder público.

O pai de Delfim também exerceu, ao longo de toda a vida, um trabalho modesto, como escriturário na empresa de bondes. O ex-ministro afirma que, quando nasceu, no dia 1º de maio de 1928, a família já era de classe média. De toda forma, não devia sobrar muito dinheiro. Ele próprio admite que, para “fazer economia de escala”, seus pais continuaram a morar na residência do avô, no bairro do Cambuci, onde ele foi criado. Sua mãe, Maria, trabalhava como costureira para melhorar o orçamento.

Delfim fala pouco do pai. Parece admirar e se refere com carinho ao avô, contudo. A casa em que moravam foi a primeira da rua a ter telefone e geladeira. Havia ainda um rádio Cacique de ondas curtas. Quando veio a guerra, Antonio mandou instalar uma antena de 30 metros, para receber notícias da Itália. Botou um grande mapa na frente do aparelho, e acompanhava, pelos relatos radiofônicos, as impressionantes conquistas das tropas de Mussolini. Até que veio a desilusão. “Ele se deu conta de que aqueles movimentos de tropas não podiam ser verdade. Era tudo mentira.”

Aos 14 anos, Delfim se empregou como *office-boy* na Gessy, famosa pelos produtos de higiene pessoal. “Levava papéis de uma mesa para outra. Depois aprendi datilografia, sozinho, e respondia a

REFLEXÕES XXIV

cartas de clientes”, ele disse. Sua formação intelectual começou nessa época, por influência de um funcionário da empresa. “Conheci lá um médico, um sujeito muito culto, que tinha um socialismo ameno. Ele me indicava livros. Os primeiros foram daquela coleção O Espírito Moderno. Eram traduções de socialistas fabianos, do H.G. Wells, por exemplo.” Reformistas ingleses, partidários, no início do século XX, da criação do salário mínimo e de um sistema de saúde universal e gratuito, os fabianos defendiam uma passagem gradual, e não revolucionária, ao socialismo.

Em homenagem à sua primeira grande admiração intelectual, Delfim deu à única filha o nome de Fabiana. Ela é mãe de Rafael, que nasceu quando o ex-ministro já tinha mais de 80 anos. Além das charges que o retratam no auge do poder, apenas as fotos do netinho enfeitam seu gabinete. No final da adolescência, Delfim trabalhava de dia e fazia curso técnico de contabilidade à noite. Para poder estudar e entrar para a faculdade, abandonou a Gessy e prestou concurso público. Foi trabalhar no Departamento de Estradas e Rodagem, que lhe exigia não mais do que seis horas diárias. Acumulou parte do conhecimento necessário para ingressar na universidade por conta própria, garimpando obras em sebos e livrarias. Até hoje o ex-ministro fala mal o inglês, mas consegue ler na língua de Adam Smith. Consome também, com facilidade, obras em francês, espanhol e italiano. O alemão, ele diz, serve “se o livro for de matemática”.

Mesmo durante o curso de economia, foi em grande medida um autodidata. A faculdade era uma espécie de prima pobre das ciências sociais e do direito, de onde veio, no início, parte de seus professores. Foi o próprio Delfim que, anos mais tarde, ajudou a dar feição moderna à pesquisa e aos cursos de sua disciplina na universidade paulista, nos moldes da que já vigorava na Universidade do Brasil e na Fundação Getulio Vargas, no Rio de Janeiro.

O economista Eduardo Giannetti da Fonseca, formado pela USP, convive com Delfim desde o final dos anos 1980, quando passou a consultar a biblioteca pessoal do ex-ministro. Fala do antigo czar da economia brasileira com admiração e afeto. Numa conversa em seu

apartamento, em São Paulo, disse acreditar que a origem social de Delfim ajuda a compreender sua disposição, ao longo da vida, para perseguir mais e mais poder.

“Raras vezes vi alguém com essas duas características que o Delfim tem: a curiosidade intelectual e a ambição pelo poder. Ele tem um *drive* que é quase assustador. E tem essa característica sociológica interessante: ele não é da elite. Isso dá a ele uma garra que falta aos príncipes, aos aristocratas. É um perfil diferente. Ele teve que furar barreiras.” Em seu escritório, perguntei a Delfim o que explicava sua paixão pelo poder. O ex-ministro desconversou. “Minha paixão é pela comida”, respondeu, de bate-pronto. Depois riu, satisfeito.

O primeiro núcleo de Delfim Boys surgiu na USP, no início dos anos 1960. Entre 1962 e 1964, o então jovem professor organizou na faculdade de economia uma série de seminários, seguidos por alunos e ex-alunos da escola, como Paulo Yokota, Eduardo de Carvalho e Affonso Celso Pastore. Nas reuniões quase diárias, liam com afinco obras de ponta da disciplina, com ênfase no preparo técnico em matemática e econometria, além de desenvolvimento econômico e economia brasileira. As sextas-feiras eram reservadas ao marxismo. “Nesse dia era mais informal”, lembrou Eduardo de Carvalho. “Tinha sempre um uisquinho, que a gente levava.”

Delfim já era reconhecido, então, como um economista de grande cultura e capacidade técnica, sobretudo na área de econometria – o conjunto de métodos estatísticos usados para testar hipóteses sobre o funcionamento dos mercados, o comportamento de empresas e consumidores e, de um modo geral, sobre a relação entre diferentes variáveis econômicas. Em sua tese de doutorado, publicada em 1959, combinou o manejo estatístico de dados com uma formalização matemática sofisticada e extensas referências à história econômica brasileira. Algo incomum à época – e ainda hoje.

O Problema do Café no Brasil, nome da tese que depois virou livro, se preocupava em dar conselhos e reorientar a política de exportação do produto, então a principal fonte de divisas para o Brasil. Defendia que a política governamental de garantia de um preço elevado para o café fazia com que o país perdesse

paulatinamente parcelas do mercado mundial, atendidas por outros produtores. Além disso, era uma estratégia que retardava o desenvolvimento econômico, ao manter em atividade agricultores pouco produtivos e limitar os investimentos em outros setores, sobretudo o industrial.

Com suas ideias, Delfim confrontava o principal modelo explicativo da economia brasileira, que surgiria em livro também em 1959. Em sua clássica *Formação Econômica do Brasil*, Celso Furtado afirmava que a defesa dos preços do café, com a compra e a queima do produto pelo governo brasileiro depois da crise de 1929, havia sido um estímulo importante para a industrialização do país, na década de 1930. Ao manter parte da renda do setor exportador, argumentava Furtado, o Estado estimulava o restante da economia, com impacto também no setor industrial. Sem nomear Furtado, Delfim defendia que, para o desenvolvimento do país, o custo dessa política era maior do que o benefício: “É completamente errônea a afirmação frequentemente repetida de que foi a defesa dos preços do café que facilitou o desenvolvimento industrial”, escreveu.

Sua fama dentro da academia permitiu que, na época dos seminários na USP, ele promovesse o intercâmbio de ideias com economistas do Rio, cidade que então abrigava os melhores centros da disciplina. A relação de afinidade intelectual se manteria após o golpe militar. Yokota conta que Mário Henrique Simonsen, Roberto Campos (que viria a ser ministro do Planejamento do governo Castello Branco) e Octávio Gouvêa de Bulhões (que ocuparia o Ministério da Fazenda após o golpe) visitavam São Paulo para “falar na faculdade” da USP.

Ele também se lembra de, numa dessas visitas, ir buscar Simonsen no aeroporto, de Fusca, com Delfim. Na volta, os três vinham apertados no carro, quando o economista carioca, conhecido pela erudição, se pôs a cantar árias de ópera, atendendo a pedidos do professor da USP.

Os paulistas faziam planos. “Muita coisa o Delfim não fala”, disse Yokota. “Mas nós, na faculdade, tínhamos um sonho: a possibilidade de um dia influir na política econômica federal.”

Quando os militares – e, com eles, Campos e Bulhões – chegaram ao poder, Delfim foi convidado a participar de órgãos consultivos da administração econômica, tornando-se conhecido de parte da elite militar que passava a mandar.

Também nessa época, no início dos anos 1960, Delfim conheceu um jovem economista carioca, Carlos Alberto de Andrade Pinto, que seria decisivo para a sua trajetória futura. Andrade Pinto ainda hoje mantém proximidade com o ex-ministro. Era então funcionário do IBC, o Instituto Brasileiro do Café, órgão governamental responsável pela condução da política de venda do produto no mercado internacional, criticada por Delfim. O professor da USP foi ao Rio dar um curso no IBC, e Andrade Pinto se interessou pelo que ouviu. Ficaram amigos.

Boêmio, bonito, conquistador, Andrade Pinto sempre foi uma figura complementar à de Delfim. Era seu principal ponto de contato com a cidade que ainda funcionava informalmente como capital da República. No governo Castello Branco, ele se tornou, pelas mãos de Delfim, assessor para a área de café no Ministério da Indústria e Comércio, chefiado então pelo paulista Paulo Egydio Martins. “Foi aí, pela primeira vez”, disse-me Andrade Pinto em março, no Rio, “que o eixo da política econômica do Delfim ganhou uma ponta de lança dentro do Ministério”.

A ligação do professor da USP com o empresariado paulista era mais antiga. Desde os anos 1950, Delfim prestava serviços de assessoria econômica à Associação Comercial de São Paulo, que, apesar do nome, reunia também industriais e banqueiros, e era o principal órgão de representação da iniciativa privada local. “Eu frequentava as reuniões da associação”, disse Delfim. “E escrevia editoriais para o Diário do Comércio. Tacava o pau no governo, como convinha.”

Shigeaki Ueki, que anos depois seria ministro de Minas e Energia de Geisel, e presidente da Petrobras no governo Figueiredo, também participava da Associação Comercial, nessa época. “Quase todos os empresários importantes eram sócios lá”, explicou. “A associação se colocou muito contra o governo João Goulart, que estava levando o

Brasil para o comunismo, naquele momento de Guerra Fria.”

Executado o golpe, Roberto Campos, no Planejamento, e Octávio Gouvêa de Bulhões, na Fazenda, implantaram um plano que, na opinião quase unânime dos economistas de hoje, contribuiu para superar importantes obstáculos ao crescimento econômico. O Plano de Ação Econômica do Governo, batizado de Paeg, flexibilizou o mercado de trabalho, criou mecanismos de poupança compulsória que aumentaram a capacidade de investimento do Estado, permitiu que o sistema bancário se desenvolvesse e pudesse financiar compras a crédito de produtos duráveis, e instituiu um sistema de impostos que favorecia a especialização de empresas nos ramos em que eram mais eficientes.

O plano de Campos e de Bulhões foi um “tônico” capitalista, um programa de reformas que tornou mais racional o funcionamento do mercado no país e aumentou a capacidade de investimento do Estado. Tudo isso, é claro, sem nenhuma forma de contestação relevante. “Era uma ditadura econômica”, disse-me o ex-ministro Ernane Galvéas. Hoje com 91 anos, ele começou a trabalhar no Ministério da Fazenda ainda no governo Jânio Quadros, permaneceu lá depois de 1964 e comandou a pasta sob o general Figueiredo. “Campos, Bulhões e Simonsen fizeram praticamente uma revolução no Brasil. Era incontestado. Fazíamos, e não havia força política, nem legislativa, nem no Judiciário, que pudesse se contrapor a esse comando econômico”, comentou Galvéas, em seu escritório na Confederação Nacional do Comércio.

Os efeitos dessa “revolução”, contudo, ainda demorariam alguns anos para aparecer. As medidas de alcance mais imediato do Paeg se destinavam a conter a escalada inflacionária, que no último ano completo de governo de João Goulart chegara a 80%. O plano gerou insatisfações não só entre os trabalhadores, que passaram a ter reajustes salariais tutelados pelo regime, como também entre os empresários, cuja opinião era mais relevante para os novos donos do poder. Campos e Bulhões seguraram o quanto puderam o crescimento dos gastos do governo, além de terem adotado uma política monetária mais restritiva. Promoveram um ajuste, puxaram o freio de mão, ao modo como o país precisou fazer no governo

Fernando Henrique e no primeiro mandato de Lula. O crescimento do PIB, que ao longo da década de 1950 havia sido superior a 7% ao ano, em média, perdera impulso sob Jango e, com o ajuste do Paeg, demorava a reagir, já com os militares no poder.

Paulo Yokota lembra que Bulhões rechaçava as reclamações que recebia: “Empresário é tudo chorão”, dizia. “E a economia estava afundando uma barbaridade”, continuou o sócio de Delfim. “A gente tentava convencer o Bulhões de que não precisava apertar tanto assim, mas ele não acreditava, e o negócio afundava. Em março de 1967, quando o Delfim assumiu, era o fundo do poço.”

Havia, além disso, insatisfações de ordem política. Parte da oficialidade que perpetrara o golpe, sobretudo coronéis, se incomodava com o que, segundo eles, seria um excesso de deferência de Castello Branco diante de formalidades jurídicas. Queriam mais liberdade para processar e prender “corruptos” e “comunistas”. Consideravam-se os verdadeiros revolucionários e achavam que a “revolução” deveria ser aprofundada. Arthur da Costa e Silva, ministro da Guerra de Castello, se apresentava como representante das demandas dessa primeira encarnação da “linha dura”, mas, ao mesmo tempo, se impunha a Castello como o único capaz de segurar a jovem oficialidade e garantir a continuidade de seu governo. Manobrando o jogo de poder na caserna, viabilizou-se como segundo presidente do regime militar.

Em 1966, já escolhido, passou a receber, em um apartamento de Copacabana, possíveis integrantes de seu futuro governo. Quem coordenava os “seminários” oferecidos ao próximo presidente era o coronel Mário Andreazza, homem forte de Costa e Silva. Em suas caudalosas memórias, reunidas nos dois volumes de *A Lanterna na Popa*, Roberto Campos chama para si a indicação do nome de Delfim para a realização de um seminário sobre agricultura. Lá foi o professor da USP, de avião, carregando cartolinas com gráficos, fazer uma palestra para o general.

No início de 1966, Delfim já havia sido designado pela equipe econômica de Castello, segundo relato de Campos, para ocupar o cargo de secretário da Fazenda do governador Laudo Natel, em São

Paulo, que substituíra Adhemar de Barros, cassado pelo regime. Também Eduardo de Carvalho afirma que seu professor foi posto no comando da Fazenda paulista por indicação de Campos e Bulhões. Apesar da coincidência de todos os relatos, o ex-ministro nega. “É falso que tenham me imposto ao Laudo”, disse Delfim. “O Laudo é que me escolheu. Eu o conhecia da Associação Comercial. Quando ele foi escolhido, me convidou. Acontece que tanto o Campos quanto o Bulhões disseram ‘Está ótimo’.”

Delfim caíra nas graças do ministro do Planejamento, mas àquela altura já era um crítico cauteloso da política econômica, apostando que a inflação poderia ser vencida sem tanta restrição ao crescimento. Suas relações com o empresariado paulista eram uma garantia de que dificilmente seria tão duro quanto os ministros que deixavam o cargo. Mais tarde, relatou Delfim, Costa e Silva deixou claro que queria uma política econômica diferente. “Ele queria mudar. O Campos e o Bulhões fizeram um serviço inestimável. Puseram ordem. Mas você estava vivendo com 40% de inflação e crescendo pouco, com um desemprego grande. O cansaço desse processo era visível.” Segundo Roberto Campos, Costa e Silva simpatizou com o “gordinho” de São Paulo. O assessor econômico do empresariado paulista estava prestes a chegar ao centro do poder.

Longe dos ouvidos do amigo, Yokota me disse que “Delfim saiu do seminário com Costa e Silva certo de que seria ministro da Indústria e Comércio”. Carlos Alberto de Andrade Pinto, o único dos Delfim Boys que morava no Rio, contou ter recebido certo dia um telefonema do futuro ministro, comunicando-lhe estar a caminho da cidade. Andrade Pinto foi buscá-lo no Aeroporto Santos Dumont. “Fomos para o escritório do Andrezza, em cima do cinema Roxy, em Copacabana. Lá eles tiveram uma reunião. Quando saiu, Delfim me disse: ‘Carlos Alberto, se prepare que agora nós vamos mandar.’ Assim mesmo. ‘Fica quieto, não fala nada, mas agora nós vamos mandar.’ Ele recebeu o convite ali”, contou.

Quando lhe narrei o que tinha ouvido, Delfim contestou a versão dos antigos colaboradores. “Isso é conversa”, reagiu. Disse ter sido surpreendido pelo convite, segundo ele absolutamente inesperado.

“Eu e o Costa e Silva só tivemos um contato. Passaram-se cinco meses. Eu não tinha pretensão nenhuma. Fui convidado por carta.”

No governo, Delfim consolidou seu poder “estendendo linhas de amizade e gratidão na burocracia, no empresariado e na imprensa”, segundo a descrição do jornalista Elio Gaspari no livro *A Ditadura Derrotada*, parte da sua obra em quatro volumes sobre o regime militar. O novo ministro da Fazenda despachava às segundas-feiras em Brasília, de terça a quinta no Rio, e às sextas em São Paulo, onde recebia sobretudo empresários.

“No fundo, existia um canal absolutamente aberto entre o governo e o setor empresarial”, explicou Delfim em maio, em seu escritório. A primeira medida que tomou, procurando reverter o baixo crescimento que herdara de Campos e Bulhões, foi estender o prazo de recolhimento de impostos para a iniciativa privada. “Passou de trinta dias para algo como 150 dias. Assim, você reduzia o poder dos banqueiros e aumentava o capital de giro na mão dos empresários. Ajudava a convencer os banqueiros a diminuir os juros.” Yokota lembrou que a medida mais ortodoxa de estímulo seria uma ampliação do crédito. “Mas crédito demora a fazer efeito. O Delfim escolheu dar uma injeção na veia em todas as empresas. Funciona no dia seguinte.”

O novo ministro também colocou em campo sua máquina de produzir e processar informação. Yokota ficou encarregado de uma assessoria conjunta para o Banco Central, o Banco do Brasil e o Ministério da Fazenda, algo inédito. “Montei um sistema de informação direta nas empresas. Usava os fiscais da Fazenda e sabia o que estavam vendendo, o que estavam praticando. Basicamente em São Paulo. Pegava todos os setores industriais. Montava um *boletimzinho* restrito.” Os destinatários eram Ernane Galvêas, nomeado por Delfim presidente do Banco Central, e o próprio titular da Fazenda. “Eles sabiam exatamente o que estava acontecendo com a economia. Era muito melhor do que qualquer outra informação”, orgulha-se Yokota.

Burocratas, auxiliares e jornalistas eram atendidos no Rio, muitas vezes depois do expediente, no restaurante Le Bistrô, em

Copacabana. Andrade Pinto lembrou que gente importante da imprensa batia ponto ali. “O Delfim tinha uma ideia clara da diferença entre o doutor Roberto e o Nascimento Brito”, explicou, em seu apartamento, no Leblon, referindo-se a Manuel Francisco do Nascimento Brito, proprietário do *Jornal do Brasil*, e a Roberto Marinho, das *Organizações Globo*. “O Nascimento Brito tomava uísque com a gente, mas se precisasse ser fiel à notícia, fazer uma graça, ele fazia. Estampava a manchete no jornal. O doutor Roberto, não. O doutor Roberto, hoje está comprovado, era o fiel escudeiro da revolução. Quem estava no poder e lidava com O Globo ficava tranquilo. Com o *Jornal do Brasil* era lá e cá. Mas o poder de sedução do Delfim se espalhava igualmente.”

O ministro da Fazenda procurava, também, agradar aos militares. No Conselho de Segurança Nacional, órgão que reunia o presidente e seus ministros, apoiava as iniciativas mais autoritárias da oficialidade no poder. Numa das reuniões que prepararam o ambiente para a radicalização da ditadura, em julho de 1968, as passeatas estudantis foram debatidas em tom alarmante. Jayme Portella, chefe do Gabinete Militar, disse aos colegas de conselho que as “manifestações de massa” e “atos de terrorismo e sabotagem” por parte da extrema-esquerda configuravam “o início da contrarrevolução”. Criticou a imprensa e disse ver uma “campanha dirigida” com o objetivo de “fazer crer que o povo está sendo oprimido por um regime ditatorial”.

Em sua intervenção, Delfim primeiro expôs os avanços da política econômica sob Costa e Silva. A seguir, jogou gasolina na fogueira de críticas à ação da imprensa. Argumentou que a arrecadação de impostos fora prejudicada em junho, mês das “maiores agitações”. Perdera-se dinheiro que seria suficiente, segundo ele, para construir 40 quilômetros de estradas. “Isso dá uma ideia física da destruição”, concluiu Delfim, permitida “àqueles que dispõem do monopólio da informação falsificada.”

Na reunião de 13 de dezembro de 1968, o ministro da Fazenda lançou o conhecido voto favorável à adoção do Ato Institucional nº 5, que mergulhou o Brasil nos anos de chumbo. Aos ministros e ao presidente, reunidos no Rio, afirmou que “a revolução, muito cedo,

meteu-se em uma camisa de força”. Sugeriu que o presidente aumentasse seu poder discricionário; o AI-5 não bastava. “Deveríamos dar a Vossa Excelência, senhor presidente da República, a possibilidade de realizar certas mudanças constitucionais que são absolutamente necessárias para que este país possa realizar o seu desenvolvimento com maior rapidez.”

Aprovado o AI-5, o Conselho de Segurança Nacional passaria os primeiros meses de 1969 ocupado em discutir a cassação de mandatos e a suspensão de direitos políticos de dezenas de pessoas, sobretudo parlamentares. Em 2007, o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso disse à Piauí ter tido acesso à ata de uma dessas reuniões, em que se discutia o futuro dos direitos políticos de Mario Covas. FHC revelou então que, num momento em que Costa e Silva parecia em dúvida quanto a que decisão tomar, Delfim teria contribuído para a cassação e a suspensão dos direitos do santista. “Havia um impasse”, disse o ex-presidente à revista. “Foi quando se manifestou o ministro da Fazenda, o Delfim: ‘Esse eu conheço, é de Santos, um comunista.’ Aí acabou: cassaram.”

À época, o ex-ministro da Fazenda negou a história com veemência. Afirmou à revista que não se faziam atas de processos de cassação e que chegou a ajudar Covas a arrumar emprego depois que o então líder do MDB perdeu o mandato. “Que o Fernando apareça com a ata”, disse então, “ou vai passar por mentiroso.” Em 2007, as atas do Conselho de Segurança Nacional ainda não estavam abertas à consulta pública. Hoje estão. Na 45ª reunião do conselho, realizada em janeiro de 1969, Costa e Silva cita Covas entre os deputados passíveis de cassação. “Um rapaz que conheço pessoalmente, simpatizo muito com ele, mas que se excedeu demais em sua atuação política”, ponderou, com afetada benevolência, o ditador.

O vice-presidente, Pedro Aleixo, tentou melhorar a situação para Covas, argumentando que ele fora escolhido como líder do partido, e que ao fazer críticas ao governo não falava por si, mas em nome da agremiação de oposição admitida pelo regime. Era por sua posição de liderança, mais do que por convicções pessoais, que o parlamentar se excedia. Foi então que o ministro da Fazenda interveio. Pediu a palavra e rebateu a defesa de Pedro Aleixo: “O

senhor Mário Covas vem exercendo uma atividade socialista muito ativa e muito anterior à liderança que exerce no MDB”, disse Delfim. “Ele realmente foi escolhido para a liderança do MDB por essas qualidades anteriores, ele assim não é um líder ocasional. Acredito, por ter algum conhecimento de sua vida, que ele é um ativista de grandes qualidades e tem uma participação bastante atuante no movimento, vamos dizer, não comunista, mas socialista, em São Paulo.”

Quando o questioneei novamente sobre sua participação no episódio Covas, o ex-ministro procurou se concentrar na escolha de palavras que fez então. “Eu não disse que ele era comunista. Disse que era socialista. Ele não tinha nada que ver com o comunismo. A intenção era mostrar que o Covas era um grande líder e que o pensamento dele era socialista, mas não comunista. E eu não tinha nada contra ele. Ao contrário. Nós éramos grandes amigos”, disse Delfim.

Fernando Henrique avalia que, ao intervir, o ex-ministro procurava agradar os militares. “Acho que naquele momento ali todos eles queriam mostrar que eram limpos, do ponto de vista do dono do poder. Ele sempre foi uma pessoa realista. Continua sendo. Sempre teve proximidade com o poder.”

A consolidação do poder de Delfim, contudo, também dependeu de um critério objetivo: seu êxito como gestor econômico. A partir de 1968, o ministro da Fazenda adotou uma política agressiva de estímulo às exportações, com abatimentos de impostos e minidesvalorizações periódicas da taxa de câmbio. O valor total do que o país vendia ao mundo aumentou mais de três vezes entre 1967 e 1973. Os dólares amealhados com o comércio exterior permitiram importar mais petróleo e maquinário, e assim ampliar os investimentos na indústria. Com estímulos de crédito e subsídios, a economia, que já se beneficiava das reformas anteriores feitas por Campos e Bulhões, passou a crescer às maiores taxas da sua história: entre 1968 e 1973, o menor incremento anual do PIB foi de 9,5%, em 1969. Um crescimento ainda mais impressionante porque vinha acompanhado, nos primeiros anos, de uma inflação declinante. Foram os resultados de Delfim sob Costa e Silva que garantiram sua permanência no Ministério da Fazenda no governo

seguinte, do general Emílio Garrastazu Médici (1969–74).

O crescimento econômico era a melhor peça de propaganda do regime, e os generais garantiam liberdade de ação a seu gestor. O ex-ministro Mailson da Nóbrega, que começou a trabalhar no Banco do Brasil na década de 1960 e é uma das pessoas que mais conhecem a burocracia brasileira, argumenta que Delfim acumulou poderes que deveriam caber ao Legislativo, então manietado. O Ministério da Fazenda tinha controle quase total sobre o Orçamento e, portanto, sobre gastos que, num regime democrático, deveriam ser definidos pelo Congresso. A injeção de recursos na economia também era feita por meio dos bancos estatais, controlados por Delfim.

“Para entender o poder do Delfim, além da sua capacidade de articulação, tem que ver que ele operava num contexto de absoluta facilidade. O ministro da Fazenda tinha poderes de autorizar qualquer despesa que lhe desse na telha. Não só os empresários, os políticos também batiam à porta da Fazenda. Havia crédito e subsídio de toda ordem. O deputado hoje procura fazer uma emenda no Orçamento. Naquela época, tentava conseguir mais crédito, percorrendo os corredores do Banco do Brasil e do Ministério da Fazenda.”

A gestão econômica, formalmente distribuída por alguns ministérios, passou a se concentrar cada vez mais nas mãos do titular da Fazenda. Quem resistia a esse controle era forçado a sair. Eduardo de Carvalho, então seu principal assessor, lembra que o chefe era especialista em derrubar ministros. O primeiro a ser atropelado foi Fábio Yassuda, nomeado ministro da Indústria e Comércio por Médici, no final de 1969. Não durou mais do que quatro meses no cargo.

Ernane Galvêas, à época presidente do Banco Central, lembra que Yassuda chegou ao Ministério recitando uma “catilinária”. Acusava o Instituto Brasileiro do Café de fazer “operações especiais” que “não cheiravam bem”. O órgão, cujo diretor de Comercialização era Carlos Alberto de Andrade Pinto, subordinava-se ao Ministério da Indústria e Comércio.

Documentos produzidos pelo Serviço Nacional de Informações, o SNI, acusam o “grupo” de Delfim, em particular Andrade Pinto, de a partir de 1967 “beneficiar determinadas firmas” exportadoras de café, “mediante comissão”. Algumas companhias que operavam no porto do Rio foram perdoadas do pagamento de 1,5% sobre o valor total de suas vendas, dinheiro destinado às comissões dos agentes que negociavam o café no exterior. As taxas não arrecadadas tiveram que ser cobertas pelo Fundo de Reserva de Defesa do Café – um fundo público montado pelo Estado com parte dos recursos acumulados pela venda do produto. Além disso, algumas companhias também deixaram de pagar os custos de frete do transporte do café. Ou seja, o SNI acusava o diretor de Comercialização do IBC, apadrinhado por Delfim, de usar recursos públicos para beneficiar agentes privados escolhidos por ele, ficando com parte dos ganhos.

Passados mais de quarenta anos do imbróglio, Andrade Pinto afirma que o abatimento de 1,5% relativo às comissões dos agentes no exterior de fato aconteceu. Mas disse que a responsabilidade cabia apenas a um funcionário isolado da agência do IBC no Rio. “Na cadeia decisória, o agente estava no terceiro ou quarto escalão. Foi durante um período. Quando soube, o IBC investigou, sancionou o caso e corrigiu.”

Quanto ao abatimento de frete, tratava-se de uma política de emergência, ele explicou, para preencher a cota de exportações brasileiras do café, determinada por acordos internacionais. “Por várias vezes o Brasil não conseguiu preencher a cota. Só que, quando você perdia a cota, no ano seguinte ela diminuía. Entro no IBC e vejo esse enorme buraco. Tínhamos que montar uma operação para preencher a cota até o final de setembro de 1967. Fizemos uma reunião com o Lloyd e falamos: vamos entupir seus navios de café.” Era o abatimento no custo de frete, que seria financiado pelo governo. “Chamamos dez exportadores, os mais ativos. Evidente que a operação favoreceu algumas empresas. Mas como é que eu podia, num problema com data marcada para terminar, fazer uma operação aberta? Já imaginou fazer um debate? Isso aí foi pontual. Foi entre agosto e setembro de 1967. Aí houve

uma exportação recorde. Para preencher buraco.”

No relato de Andrade Pinto, com o objetivo de derrubar Delfim, Fábio Yassuda “inventou que havia corrupção no IBC”. O episódio deixou o ministro da Fazenda furioso. “O Yassuda havia sido colocado lá pela mão do Delfim”, disse-me Ernane Galvêas. “O Delfim um dia se vira para mim e diz assim: ‘Eu vou tirar esse indivíduo do Ministério com um peteleco.’ Assim mesmo: ‘Eu vou tirar o Yassuda de lá porque ele é desleal, é inconfiável.’”

Andrade Pinto contou que Delfim, então, o convocou para ir a Brasília. “No avião, ele me disse: ‘Você vai ser demitido. Vai ser demitido porque o negócio do Yassuda foi longe demais. Fica quieto. Não tem importância nenhuma. Mas o Yassuda sai.’ E eu disse: ‘Porra, Delfim, você vai me trocar pelo Yassuda? Estou valendo muito, hein? Estou valendo um ministro.’” Ao chegar à capital, o chefe o conduziu à antessala de Médici. “Ele me disse: ‘Você vai comigo, fica lá fora, porque, se houver necessidade, você vai falar com o presidente.’”

Delfim conseguiu derrubar Yassuda, concluiu Andrade Pinto, porque garantiu a Médici que não havia corrupção no IBC. “Milico tem disso, né? Se ele acredita em você, ele mata e morre. Tem que escolher um lado. Não sei se o Delfim colocou a opção ‘Ou ele, ou eu’. Mas saiu da sala e me disse: ‘Liquidado. O Yassuda está fora, e você sai do IBC e vai comigo para o gabinete.’ Teve essa troca. O peão da saída do Yassuda fui eu.”

Carlos Alberto de Andrade Pinto seria nomeado presidente da Embratur um ano depois, em janeiro de 1971. Antes do fim daquele ano, seria novamente conduzido ao IBC, não mais como diretor de Comercialização, mas como presidente do Instituto.

Num relatório produzido em dezembro de 1971, o SBI registrava que a “máquina poderosa” de Delfim “funcionou com perfeição para derrubar o ministro Fábio Yassuda”. E concluía: “Não resta dúvida de que jamais houve um esquema tão poderoso no Ministério da Fazenda.”

Na terceira longa conversa que tivemos em seu escritório, perguntei

a Delfim sobre o imbróglio com Yassuda. Ele mais uma vez desconversou: “Tivemos um desencontro de política, sobre política cafeeira. Não teve nada disso. A divergência era sobre o que fazer. Café era muito importante. Precisava de profissionais. O Carlos Alberto é um profissional. O Yassuda estava querendo mudar a política. O Yassuda queria intervir na política cafeeira externa. Então não deu certo.”

A política de incentivos e ampliação do crédito, que fizera a produção agrícola e industrial reagir a partir de 1967, começou a cobrar seus custos no final do governo Médici. O ditador anunciava que pretendia reduzir a inflação para 12% em 1973, em uma economia superaquecida. Entre 1969 e 1971, os índices oficiais registraram uma alta anual de preços da ordem de 19%. Em 1972, caíra para 15,7%. Parecia improvável que se conseguisse alcançar a meta informal definida pelo presidente, sem sacrifício maior para o crescimento.

As gestões da equipe de Delfim para cumprir a promessa geraram conflitos dentro do governo. Eduardo de Carvalho disse que o Ministério da Fazenda tentava controlar, entre outros, o preço da carne, mas enfrentava resistências do ministro da Agricultura, Luiz Fernando Cirne Lima. Segundo Carvalho, o preço da carne tendia a aumentar no inverno, quando os pastos ficavam ralos. O objetivo da equipe era antecipar o abate dos bois, para que a carne congelada e armazenada aumentasse a oferta no meio do ano e ajudasse a baixar os preços. O ministro da Agricultura, ele disse, era contra. “O Cirne Lima, defensor da pecuária nacional, fodia com os esquemas que a gente tentava montar para segurar preço. Ele queria o máximo de preço possível. Tinha uma briga feia.”

Foi por pressões do ministro da Fazenda, disse Carvalho, que Cirne Lima acabou pedindo demissão. Delfim conseguiu colar no ministro da Agricultura “a pecha de especulador de carne”. Já fazia algum tempo, explicou Ernane Galvêas, que a política para a agricultura vinha sendo definida no gabinete do Ministério da Fazenda, com o apoio do Banco do Brasil. Cirne Lima resistia ao arranjo. “Houve certa pretensão do ministro da Agricultura de querer assumir o controle da política agrícola. Aí nós não aceitamos.” Foi por isso que

REFLEXÕES XXIV

ele caiu? “Quem enfrentava a ditadura econômica caía”, respondeu Galvêas. Procurado por Piauí, Cirne Lima não quis se manifestar sobre sua saída do Ministério.

A carne não era o único problema. A preocupação com a inflação levava a equipe da Fazenda a acompanhar de perto a evolução dos índices de preços – e a intervir no seu resultado, quando possível. Eduardo de Carvalho contou que a ele coube, muitas vezes, gerir diretamente a oferta de alimentos no Rio de Janeiro, a fim de controlar a alta dos preços medidos pela FGV, responsável pelo levantamento dos principais índices de inflação da época.

“Parte da política econômica patrocinada pelo Delfim tinha tintas das besteiras que estão sendo feitas hoje”, disse Carvalho, em referência ao intervencionismo estatal. “O controle de preços, por exemplo. Ele fez isso pra caralho. Me desculpe, eu era o cara do controle de preços. Eu fazia isso o dia inteiro.”

Carvalho deu o exemplo dos “cuidados” tomados com o Índice Geral de Preços da FGV. Ele tinha que ficar de olho numa parte importante dos componentes do índice, determinada pelo custo de vida na Guanabara. “Dava uma geada aqui em São Paulo. Aí, de vinte caminhões de tomate que entravam por dia no Ceasa-Rio, caía pra cinco. O preço do tomate disparava. Precisava pôr mais quinze caminhões por dia no Ceasa. Como é que fazia?” A solução era ligar para o Gervásio. “Gervásio era o cara que mandava na cooperativa de Cotia, a grande produtora agrícola da época. ‘Gervásio, preciso que você me mande caminhão de tomate para o Rio.’” O responsável pela cooperativa agrícola, então, fazia exigências, que Carvalho relembra: “Pô, Edu, até hoje não conseguimos fazer aqueles assentamentos em Minas, as coisas não estão andando’, ele me dizia. Ligo pro Paulinelli, que era o secretário da Agricultura em Minas, e digo pra ele: ‘Paulinelli, preciso que você resolva aquele problema da cooperativa no vale do São Francisco. Eu quero amanhã. Paulinelli, quem está sustentando os seus agrônomos sou eu, sou eu que estou dando o dinheiro. Faz o seguinte: liga pro Gervásio e combina isso com ele.’”

Em algum momento, feitas as gestões, os caminhões se

materializavam no Rio, e a oferta abundante reduzia os preços. O economista Edmar Bacha diz que a atenção conferida pela equipe de Delfim ao Rio de Janeiro, que pesava mais no índice da FGV, resultou em índices de inflação distintos em várias capitais do país. O IGP oficial de 1973, vigiado e manipulado, ficou em 15,5%. “Tenho um artigo da época, em que eu recalculava os índices de alimentos”, disse Bacha. “Onde o Delfim não controlava, todos deram 26%.”

Um outro preço, o do petróleo, acabou tendo papel importante para as pretensões políticas de Delfim. Entre 1967 e 1973, o comércio mundial se expandiu. Apesar da maré alta, o preço do barril, em dólar, permaneceu relativamente estável, ao longo dos anos 1960. No início dos anos 1970, os países produtores viam diminuir o poder de compra de cada barril que vendiam, comparado aos outros preços de *commodities*, que subiam. A inflação americana corroía ainda mais o valor real do produto, a cada ano. O ministro das Minas e Energia do Brasil na época, Antônio Dias Leite, hoje com 94 anos, disse que em 1971 já “estava na cara de todo mundo que o preço do petróleo iria subir”.

Numa reunião de que participaram o presidente Médici, Delfim e o general Ernesto Geisel – naquele momento presidente da Petrobras –, Dias Leite expressou seu descontentamento. Disse que as pesquisas realizadas pela empresa petrolífera brasileira eram insuficientes e que, dado o risco de aumento no preço do petróleo, era necessário oferecer contratos de risco a companhias estrangeiras que se dispusessem a pesquisar e descobrir o produto no Brasil. Delfim voltara havia pouco tempo de uma reunião do Fundo Monetário Internacional, na Europa. Apoiou Dias Leite. E disse aos participantes que ouvira do ministro das Finanças francês, Giscard D’Estaing, que os árabes estavam prestes a realizar uma alta expressiva no preço no barril. Informação do serviço secreto daquele país, segundo ele.

Tanto Delfim quando Dias Leite afirmam que Geisel, furioso, rechaçou a proposta de contratos de risco para incrementar a pesquisa. O presidente Médici aceitou a posição do presidente da Petrobras e nenhuma providência foi tomada. Meses depois, veio o primeiro choque do petróleo. Em menos de um ano, entre 1973 e

1974, o barril de petróleo quadruplicou de preço.

Ocorreu então, no apagar das luzes do governo Médici, um novo confronto entre o presidente da Petrobras e o ministro da Fazenda. Escolhido como próximo presidente militar, Geisel desejava que Delfim, em seus últimos meses de gestão, fizesse reajustes no preço do diesel e da gasolina. “Eu tinha um bruto de um estoque, e ele queria que eu antecipasse o aumento”, contou Delfim. “Eu não. ‘Quem vai aumentar é você’, eu disse.”

Não foram apenas esses desentendimentos que indispuseram os dois. A implicância de Geisel com Delfim era antiga, anterior à reunião. Nas palavras de Dias Leite, Geisel era “uma pessoa difícil, um turrão” que achava que sabia tudo. “Ninguém podia discordar dele.” Ao ser escolhido presidente, Geisel não apenas deixou claro que Delfim deveria deixar o Ministério, mas também o impediu de levar adiante sua ambição de se tornar governador de São Paulo, que encontrara bom trânsito com Médici. Uma vez no Palácio dos Bandeirantes, “Delfim e a avenida Paulista” iriam “tomar o governo”, disse Geisel a Médici, de acordo com o relato de Delfim. Toda a equipe de Delfim Boys perdeu seus cargos. E Dias Leite, que nada tinha a ver com o grupo, foi de cambulhada.

É possível que houvesse outra razão para a insatisfação de Geisel. A denúncia de corrupção no IBC não foi um caso isolado. Documentos do SNI apontavam indícios de corrupção também na Receita Federal e diziam que assessores de Delfim acumulavam cargos e vencimentos além do permitido na máquina federal. Os relatórios, abertos à consulta no Arquivo Nacional, não trazem provas, contudo, contra o ex-ministro ou a sua equipe.

Carlos Alberto de Andrade Pinto acredita que o material do SNI pode ter contribuído para apartar Delfim do poder. Orlando, irmão do futuro presidente, era ministro do Exército, e Geisel poderia ter acesso aos documentos. “Era isso que amalgamava a posição sólida de desgaste do Delfim”, disse Andrade Pinto. “O general Geisel talvez achasse que aquilo era uma informação: ‘Delfim e o seu grupo têm que ser banidos porque são corruptos. Um grupo, uma máfia.’”

O ex-ministro da Fazenda foi nomeado embaixador do Brasil na

França. Delfim aceitou: sair do país, naquele momento, era a melhor coisa a fazer. “Eu estava furioso. Se ficasse, teria caminhado para uma briga de outra natureza”, disse Delfim. Em Paris, dependurou, por pirraça, o retrato errado na parede. Por algum tempo, foi a foto de Médici, e não a de Geisel, que enfeitou seu gabinete.

Mesmo entre desafetos, o agora abatido czar da economia deixou boa impressão à frente da embaixada, numa gestão capaz de promover, com habilidade, negócios brasileiros na Europa. Carlos Alberto de Andrade Pinto, também fora do governo, seguiu os passos do amigo. Pelo menos três grupos empresariais brasileiros lhe ofereceram cargos em Paris. “Eu fui para a França pela iniciativa privada”, contou o ex-presidente do IBC. “Mas eu vivia dentro da embaixada, como tantos.” As conversas com os empresários brasileiros, na França, sempre desembocavam na mesma pergunta: “Quando sair o Geisel, como é que vai ser?” O coronel Mário Andreazza, segundo Delfim, participava das conversas, enquanto no Brasil se planejava a montagem do governo de João Baptista Figueiredo. “Ele ia a Paris levar recado do Figueiredo, pedindo ideias, sugestões.”

Andreazza havia sido ministro dos Transportes sob Costa e Silva e Médici. Entre 1967 e 1973, recebera a ajuda do ministro da Fazenda para tocar suas obras, incluindo a Transamazônica e a ponte Rio–Niterói. Andreazza e Delfim eram vizinhos, em Brasília. O coronel acordava às quatro da manhã e ia fazer exercícios. “Às cinco, passava na casa do Delfim e tomava café da manhã com a gente, já pedindo verba”, recordou Yokota.

Próximo a Figueiredo, Andreazza negociou a volta de Delfim ao Brasil. Havia, de todo jeito, forte pressão do empresariado para que ele retomasse sua participação no governo. O ex-deputado Márcio Fortes, que integrou o governo Figueiredo, resumiu assim esse anseio: “Eu dirigia a maior empresa de construção do país naquela época, a João Fortes Engenharia. O empresariado clamava pelo Delfim. Todo mundo queria o Delfim. O Geisel, inflexível, dizia: ‘Delfim, o cacete.’ Mas o Figueiredo, fraco, topou logo; tinha que montar o governo, tinha que acabar logo com aquele troço.”

No novo governo, Delfim começou num cargo de menor importância, de ministro da Agricultura. “Por que essa pasta?”, perguntei a ele. “Corria a falsa ideia de que, se me colocassem na Fazenda ou no Planejamento, eu tomaria conta de tudo”, respondeu, com um sorriso no rosto.

Empossado, Delfim ajudou a empurrar ministros para o abismo – dois, pelo menos, conforme as contas de amigos e inimigos. Justamente os da Fazenda, Karlos Rischbieter, e do Planejamento, Mário Henrique Simonsen. Passados não mais do que cinco meses de governo, deixou a pasta da Agricultura para centralizar o controle da gestão econômica. Tomou conta de tudo. Parecia que a história se repetiria, não fosse uma diferença, crucial: em vez de gerir um “milagre”, ele foi o responsável por administrar, por longos cinco anos, o ocaso econômico do regime militar.

Desde 1974, o Brasil adiava um ajuste econômico que seria inevitável. Com o aumento do preço do petróleo, os gastos com a importação do produto deram um salto. Não havia volume de exportações capaz de cobrir as necessidades de compra do combustível e de outros bens de que a economia dependia. A saída que o país encontrou foi se endividar: governo e empresas estatais tomaram empréstimos no exterior. O dinheiro havia ficado mais barato, em todo o mundo, justamente por causa do aumento do preço do petróleo. Os países árabes, abarrotados de dólares, depositavam os recursos em bancos americanos e europeus que os emprestavam, a baixas taxas de juros, para países em desenvolvimento, como o Brasil. O dinheiro que entrava financiava novos projetos – como a hidrelétrica de Itaipu e as usinas nucleares de Angra dos Reis. Por algum tempo, tudo pareceu funcionar bem. A economia continuava a crescer, e parte dos dólares tomados a juros baixos ajudava a pagar as importações.

Os empréstimos, contudo, haviam sido contratados a taxas de juros flutuantes. Em outubro de 1979, decidido a conter a inflação dos Estados Unidos, Paul Volcker, o novo presidente do banco central norte-americano, adotou uma política de controle monetário que levou os juros da maior economia do planeta para a casa de 20% ao ano, em 1981. A dívida do Brasil, atrelada indiretamente aos juros

americanos, deu um salto e se tornou impagável. O preço do petróleo também sofreu um novo choque, depois da Revolução Iraniana. O barril, que no início de 1979 podia ser comprado por cerca de 15 dólares, chegou a quase 40, em 1981. Sem ter como pagar os juros da dívida e as importações de petróleo, o Brasil quebrou.

No início de maio deste ano, mais de 800 profissionais do mercado financeiro se deslocaram para um hotel de luxo em Atibaia, a cerca de 50 quilômetros da capital paulista. Na recepção, a diária do quarto mais barato era anunciada por 1.646 reais. Reunidos no salão de convenções, os investidores acompanharam um debate sobre as perspectivas políticas e econômicas do país. Os economistas Luiz Carlos Mendonça de Barros, Zeina Latif e Delfim Netto foram anunciados pelo mediador do evento, o jornalista William Waack, embalados por música e palmas.

Delfim subiu ao palco num passo lento e cauteloso, pé ante pé, o que fazia com que seu corpo balançasse de um lado para o outro – lembrava um equilibrista que, na corda bamba, cruzasse um despenhadeiro. Foi o primeiro a ser interpelado.

Waack lembrou que o economista dissera temer, no ano anterior, a confluência de ventos contrários – como o rebaixamento da classificação de risco do país e a elevação dos juros nos Estados Unidos – que poderiam formar uma “tempestade perfeita”, de graves consequências para a economia brasileira. Delfim usou a pergunta para defender o governo, de maneira cautelosa: “O que eu dizia é que havia todas as condições de a gente arranjar uma grande encrenca, se o governo não fizesse nada.” “E o governo fez?”, perguntou Waack. “Pelo menos se assustou. E foi uma grande coisa. No fundo, melhorou sim.”

O público era claramente antipático ao PT, a Lula e a Dilma. Delfim se equilibrava. Questionado se Dilma poderia perder as eleições, concedeu que “obviamente há um desgaste de material” no atual governo. “Há uma mudança no comportamento das pessoas, uma mudança que atingiu de maneira muito mais profunda os empresários do que o restante da sociedade. É um indício de que

aos poucos isso vai mudar. Se é para já, não sei.”

Aos 86 anos, ainda procurando manter proximidade com o poder, Delfim talvez prefira que não seja para já – embora o tom de sua crítica ao governo Dilma tenha crescido ao longo do ano, à medida que aumentava a insatisfação do empresariado.

Com a vitória de Lula, em 2002, o ex-ministro voltou a ganhar influência e relevância política, depois de passar por um período de relativo ostracismo durante a Presidência de FHC. Boa parte dos economistas que idealizaram o Plano Real havia se constituído como grupo no final dos anos 1970 e início dos 1980, na PUC do Rio – instituição que logo se tornou um dos principais focos de crítica à política econômica de Delfim. Já nos anos 1990, esses economistas mostravam, na prática, acreditar bem mais nos mecanismos de mercado do que o antigo ministro intervencionista da ditadura.

Longe do poder, Delfim usava a imprensa. Segundo Fernando Henrique, por diversas vezes ele ridicularizou as iniciativas econômicas de seu governo. “É do estilo dele, ironizar”, disse o ex-presidente. “Ele era muito antagônico ao Pedro Malan e à equipe do Real. Por várias razões: desde posições intelectuais distintas, legítimas, até birra entre grupos distintos, escolas diferentes.”

Nunca deixou, contudo, de contar com o apoio de fatia importante do empresariado. Boris Tabacof é diretor da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo e presidente do conselho da holding que controla a Suzano Papel e Celulose. Na Fiesp, participa, junto com o amigo e ex-ministro, do Conselho Superior de Economia. Tabacof afirmou que Delfim era “o homem do empresariado” na Câmara dos Deputados, onde exerceu cinco mandatos de deputado federal, de 1987 a 2006. “Ele tinha um apoio enorme”, disse. “Todo mundo contribuía. Ele foi muito ajudado pelos empresários. A Volkswagen deu uma frota de carros para ele, para a campanha.”

Ao longo do processo eleitoral de 2002, Delfim se avizinhou cautelosamente de Lula. Elogiou a Carta ao Povo Brasileiro, mas esperou o segundo turno para manifestar apoio mais explícito ao candidato petista, quando parte do empresariado já havia

REFLEXÕES XXIV

embarcado na candidatura que se anunciava vitoriosa. No dia da votação em segundo turno, já era apresentado nos jornais como “conselheiro” do ex-metalúrgico.

Eduardo de Carvalho, o antigo colaborador de Delfim, disse que o apoio era natural, já que o ex-ministro “não aguentava os tucanos, não só o Fernando Henrique”. FHC tem sua explicação: “O Delfim é realista. Ele deve ter tido a sensação, que na época não era difícil de ter, de que o poder ia mudar.”

“Nunca houve, na verdade, uma diferença mais profunda entre mim e o Lula”, Delfim ponderou, em seu escritório, ao comentar sua conversão ao lulismo. “Com o partido, não. Com o partido era uma coisa deliciosa. No Congresso, nos anos 1980, quando eu entrava no elevador, eles saíam. Eu ainda brincava: ‘Fora! Fora!’” O economista imitou, satisfeito, o gesto que usava para “expulsar” os petistas do elevador, batendo palmas.

Para os petistas, durante muitos anos Delfim foi uma figura a ser evitada não só por seu passado na ditadura mas também pela proximidade que manteve com Paulo Maluf, já na democracia. Os dois se conheciam desde os anos 1960, da Associação Comercial, e foi pelas mãos de Delfim, no início do regime militar, que Maluf entrou para a vida pública, como presidente da Caixa Econômica Federal em São Paulo. No começo deste ano, Maluf disse acreditar que os mandatos no Legislativo funcionaram para Delfim como uma “cota de espera”. O deputado paulista deduz que o antigo aliado, entre o final dos anos 1980 e meados de 2000, calculava o seguinte: “Sou deputado para ser lembrado. Se me chamarem para ser ministro, eu vou.”

Apesar da antipatia de petistas, as relações de Delfim com Antonio Palocci foram mais cordiais. Os dois se conheceram na Câmara dos Deputados, no final dos anos 1990. Enquanto o primeiro ministro da Fazenda de Lula teve força política, Delfim o cortejou. Andrade Pinto disse que, certa vez, encontrou Palocci nos Estados Unidos. “Avisei ao Delfim que ia jantar com o Palocci. ‘Carlos Alberto, chega perto dele’, ele me instruiu. Quando o encontrei, falei: ‘Olha, ministro, me sinto muito honrado aqui nesse jantar, porque eu

estou cumprimentando o futuro presidente da República.”

Durante o governo Lula, Delfim passou a frequentar o Planalto com alguma regularidade. O economista Luiz Gonzaga Belluzzo costumava viajar com ele para Brasília. “O Lula chamava, e íamos juntos. Nós dois éramos os mais assíduos. Isso se acentuou no segundo mandato. Mas até hoje vamos visitar o Lula. Ele convida, a gente vai lá. O Delfim é bom para explicar as coisas. Ele é muito versátil, tem paciência. O Lula também tem: ouve a gente, processa aquilo. Na crise, em 2008, foi essencial o papel do Delfim. Fazíamos reuniões com muita frequência. Às vezes o presidente vinha para São Paulo.”

A interlocução de Delfim com a presidente Dilma Rousseff nunca foi como a que ele tem com Lula. No finalzinho de agosto, na última conversa que tivemos para esta reportagem, Delfim atribuiu aos erros de política econômica do atual governo parte da dificuldade eleitoral em que Dilma se enfiou. Marina Silva já dividia a liderança das pesquisas com a presidente, deixando Aécio Neves para trás. “O favoritismo de Dilma desapareceu”, ele disse, por telefone. Sobre Marina, afirmou ser “muito difícil imaginar” o que fará, se eleita. Elogiou seu principal assessor econômico, Eduardo Giannetti da Fonseca, mas disse que “faltam quadros” ao grupo da candidata. As incertezas são também de ordem econômica: “Talvez eu tenha um preconceito por causa de algumas de suas posições extremadas. O respeito ao meio ambiente é fundamental, mas a adoração ao meio ambiente pode ser muito prejudicial.”

Parecia restar a Delfim uma ponta de esperança em relação à reeleição, que pode lhe garantir o papel de mediador, ainda vigente. “Dilma, reeleita, talvez pudesse corrigir seus erros”, ele me disse. Meses antes, Luiz Gonzaga Belluzzo dissera que Delfim deve perder parte de seu prestígio e influência, em caso de vitória da oposição. Fernando Henrique expressou opinião semelhante, embora tenha feito uma ponderação: “Ele tem opiniões inteligentes e experiência. Sempre vai ter influência.”

O economista Samuel Pessôa, pesquisador da FGV e próximo ao PSDB, afirma que Delfim Netto talvez seja “a figura mais complexa

da segunda metade do século XX no Brasil”. Se, por um lado, o ex-ministro “compactuou com o regime militar na parte mais dura da ditadura, no que houve de mais violento e condenável daquele período negro da nossa história, por outro ele é um economista espetacular, dos melhores da nossa história”, argumentou Pessôa. “Ele tem uma erudição e uma capacidade de acumular conhecimento que deixam todo mundo besta. É uma pessoa que não parou de estudar. Estuda até hoje, o tempo todo. Não dá para ficar com ódio de um homem desses.”

Maílson da Nóbrega fez elogio semelhante: disse que Delfim é o economista mais culto do país. Carlos Langoni, presidente do Banco Central no início dos anos 1980, lembrou que, mesmo no auge da crise da dívida, Delfim lia com regularidade artigos das principais revistas acadêmicas: “Quase toda semana eu recebia dele um *paper* teórico, todo sublinhado.”

O ex-ministro tem por hábito reunir esses artigos, por tema, em grandes volumes, que manda encadernar. Produz muitos desses compêndios a cada mês, que se integram a sua biblioteca pessoal, recentemente doada à USP. E continua a comprar livros: são dezenas de títulos por mês adicionados ao acervo.

Tudo somado, tem mais de 250 mil volumes, entre livros e compêndios de artigos. É a maior biblioteca particular de economia do país, duas vezes maior do que a biblioteca original da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da USP, à qual foi incorporada. “A biblioteca é consequência da voracidade intelectual do Delfim”, comentou Eduardo Giannetti, que conhece o acervo e o usa como fonte de pesquisa. “É muito melhor do que a biblioteca da FEA ou do que qualquer outra de economia ou filosofia no Brasil. A biblioteca é o grande legado do Delfim.”

Yokota e o ex-ministro falam com entusiasmo sobre as visitas a sebos e livrarias, em viagens internacionais, quando Delfim comandava a política econômica brasileira. Em todo compromisso internacional, o ex-ministro reservava pelo menos uma tarde para percorrer as melhores casas do ramo do país que visitava. Saía com caixas de livros. Ficou conhecido como grande comprador no bairro

de Tóquio que reúne os principais sebos japoneses.

Perguntei a Yokota como faziam para trazer tantas caixas de volta. “Mandava por avião”, ele respondeu. O custo não era alto? Não para o ministro, explicou. “Como a gente ajudou muito a Varig e outras empresas brasileiras a se instalarem e conseguirem linhas no exterior, eles nos davam uma atenção especial”, respondeu. “Não pagávamos a tarifa normal; o grosso veio de graça”, revelou o sócio de Delfim.

Além de consultar amiúde esse impressionante acervo, Eduardo Giannetti também contribuiu para que o ex-ministro conseguisse documentos raros para a coleção. Giannetti fez seu doutorado em Cambridge, na Inglaterra, onde trabalhou como professor visitante no final dos anos 1980. Nesse período, a pedido de Delfim, ele “contrabandeou livros” para o Brasil. “Eram livros raros da biblioteca em Cambridge”, explicou. Delfim queria cópias do material. “Ele me pediu títulos, tratados no século XIX, panfletos de não sei quem. Eram coisas relativamente pequenas, que estavam na seção de obras raras. Era proibido fotocopiar, mas também não havia muito controle. Fiz xerox e trouxe para ele.”

De volta ao Brasil, Giannetti foi entregar o material, “encadernadinho”, na casa do Pacaembu, onde já funcionava a consultoria de Delfim e Yokota. “Ele me agradeceu muito”, lembrou o economista. “Ficou realmente grato. Essa história me marcou muito, guardei até os termos da conversa. Quando eu estava me despedindo, ele me perguntou: “Tem alguma coisa em que eu possa ajudar? Você está precisando de alguma coisa, Eduardo?””

De fato, havia. Antes de deixar a Inglaterra, Giannetti expedira seus próprios livros pelo correio. Mas, duas semanas antes de visitar Delfim e lhe entregar as cópias das obras raras, recebera um aviso da alfândega: as obras, sem razão aparente, estavam retidas no aeroporto do Galeão, no Rio. Segundo o economista, Delfim foi mais do que solícito: “Mas, Eduardo, por que você não me falou isso antes?” Chamou então o amigo de todas as horas. “Yokota, o Eduardo está com uns livros retidos na alfândega. Quem é que está lá no Galeão?” O sócio enumerou três pessoas. “Fulano de tal é

REFLEXÕES XXIV

homem nosso?”, perguntou o ex-ministro, segundo o relato de Giannetti. Yokota confirmou: “É lógico, é homem nosso.”

“Ele pegou o telefone na hora, ligou para o Galeão e falou com o funcionário. A frase com que ele abriu a conversa foi a que mais me marcou. ‘Aqui é o deputado Delfim Netto, e eu estou ligando para poupar a Receita Federal de um vexame terrível. O senhor sabe que livro não é taxado no Brasil?’” Uma semana depois, uma caixa contendo os livros de Giannetti chegava à portaria do seu prédio, em São Paulo. ●

Rafael Cariello: repórter e editor da Revista Piauí. Foi editorialista e correspondente da Folha de S. Paulo em Nova York
Artigo publicado na Revista Piauí, edição 96, em setembro de 2014

O vendedor de greves

José Nêumanne



Esforço para livrar Lula da lei prejudica mais a democracia do que as mentiras que ele diz

Sábado, o País ficou sabendo que o presidente Temer não se intromete em assuntos do Judiciário, mas resolveu meter sua colher imprópria no julgamento de Lula, hoje, no Tribunal Federal Regional da 4.^a Região (TRF-4), em Porto Alegre. À pergunta formulada em entrevista exclusiva pelos repórteres da Folha de S.Paulo, Gustavo Uribe e Marcos Augusto Gonçalves, sobre como vê o julgamento e se seria melhor que o réu concorresse nas eleições este ano, o presidente respondeu: “Não posso dizer uma coisa que está sob apreciação no TRF. Agora, acho que se o Lula participar será uma coisa democrática, o povo vai dizer se quer ou não. Convenhamos, se fosse derrotado politicamente, é melhor do que ser derrotado (na Justiça) porque foi vitimizado. A vitimização não é boa para o País e para um ex-presidente”. Pois, segundo Temer, caso Lula seja impedido de se candidatar, isso vai “agitar o meio político”. Ora!

Não é o caso de aqui citar devotos, correligionários e parasitas oportunistas que sonham se coligar com Lula no pleito. Mas, sim, destacar figurões do governo e da oposição – Fernando Henrique Cardoso, Geraldo Alckmin, João Dória, Beto Richa, Ronaldo Caiado, Rodrigo Maia, Raul Jungmann – e vários interessados que dispararam esse mesmo truísmo (**truísmo** = verdade incontestável ou evidente por si mesma) absurdo e suspeito. No Estado de Direito, vigente no Brasil, não há a hipótese de candidatos escolherem que adversários preferem para a disputa. Ou há?

Eles deveriam é atentar para o pronunciamento de um eventual beneficiário da condenação do ex-líder metalúrgico hoje, o ex-governador do Ceará Ciro Gomes, presidenciável do PDT. Ciro disse

REFLEXÕES XXIV

que torce pela absolvição de Lula, mas se negou a crer que haja uma conspiração política no Poder Judiciário contra o petista. Em rara prova de lucidez, o ex-ministro do próprio disse que imaginar um complô “ofende a inteligência média do País”. E ainda advertiu que “a consequência inevitável desta constatação teria desdobramentos tão graves que a um democrata e republicano só restaria a insurgência revolucionária”. É isso aí!

Contrariando sua vocação de trãnsfuga (**trãnsfuga** = aquele que deixa o partido político a que estava filiado para se filiar a outro) contumaz, ele é fiel ao juramento de cumprir e defender as leis do País, feito quando assumiu o governo do Ceará, em 1991. Ao contrário, o presidente e alguns citados, ainda vigente o juramento, cometem delito de lesa-pátria, rasgam a Constituição e posam de generosos e benevolentes. Segundo meu avô, de esmola grande cego desconfia. Não é o caso desses que se fingem de cegos para se dar bem no futuro, caso tenham de se submeter ao Estado de Direito, no qual todos têm de seguir a lei.

Quem canoniza o réu investe no falso conceito de que voto substitui Justiça e cancela penas, como pregava Antônio Carlos Magalhães à época do mensalão. E deu no que deu!

Nisso, aliás, todos eles têm no condenado a nove anos e meio de cadeia por corrupção passiva e lavagem de dinheiro a mais completa síntese de campeões da patranha (**patranha** = história mentirosa; engano, falsidade), celebrados nas figuras de João Grilo e Chicó na obra-prima da comédia popular brasileira *O Auto da Compadecida*, de Ariano Suassuna. Basta lembrar que todos manifestam temer uma convulsão social com a eventual confirmação da condenação do Pedro Malasartes dos palanques e palácios. Afinal, ele seria o mais popular líder político do Brasil em todos os tempos. É mesmo? Por que, então, Lula não viaja em aviões de carreira como os mortais comuns e só comparece a eventos controlados pela militância cega por devoção e paixão?

Lula ascendeu entre heróis nacionais como líder das greves de metalúrgicos do ABC paulista em plena ditadura militar, da qual foi vítima. Na verdade, como está explicado no meu livro *O que Sei de*

Lula (Topbooks, 2011), ele teve no general Golbery do Couto e Silva seu propulsor no início da carreira de dirigente. O criador do Serviço Nacional de Informações usou sua liderança carismática para impedir que Brizola empolgasse os movimentos sindicais e solapasse o regime.

Emílio Odebrecht, pai de Marcelo, citado nas delações de 77 executivos de sua empresa e de quem Lula é o “Amigo” da tal lista, contou ao depor na delação premiada a procuradores federais da Lava Jato, a mais bem-sucedida operação policial e judicial da História, que Lula impediu greves em empresas suas, tendo recebido dinheiro para fazê-lo.

Foi nesse ínterim que Lula virou santo popular, por ter sido preso e processado após a intervenção no sindicato que presidiu nos anos 1970 e 1980. Mas sua passagem pela carceragem do Dops paulista à época da ditadura foi mais confortável que a de outros companheiros de cela, conforme testemunho do delegado Romeu Tuma Jr., secretário nacional de Justiça no primeiro governo Lula e filho do policial homônimo, em *Assassinato de Reputações* (Topbooks, 2013). Tuma relata que o falso mártir foi agente de informações do pai, a quem contava os segredos do movimento grevista. Se Odebrecht e Tuma não mentiram, em vez de vítima, o seis vezes réu de hoje foi, de fato, o que os colegas sindicalistas chamariam, à época, de “traíra” dos trabalhadores e “dedo-duro” dos militantes de esquerda, que sempre o endeusaram. Ninguém, até agora, desmentiu na Justiça os depoimentos aqui citados.

Em périplos pelo País, Lula conta lorotas que mais se acomodariam em narrativas das aventuras de grandes mentirosos do folclore. Como no caso recente em que algum intelectualoide do auditório do teatro Oi Leblon, núcleo de rebeldia juvenil na ditadura sob o nome de Casa Grande, lhe soprou que o assassino de Antônio Conselheiro foi ancestral do presidente do TRF-4, em que hoje está sendo julgado. De fato, o tio-trisavô de Thompson Flores era coronel, não general, e morreu três meses antes do beato de Canudos.

Essa foi apenas uma piada mentirosa e sem graça. Mais graves são

REFLEXÕES XXIV

as patranhas misericordiosas de pretensos adversários, como Temer, que põem as instituições em risco para tornar um mentiroso serial acima da lei e fora da democracia. ●

José Nêumane: jornalista, poeta e escritor

Artigo publicado no jornal O Estado de S. Paulo no dia 24 de janeiro de 2018

LUIZ BIANCHI

O julgamento de Lula

O Estado de S. Paulo



O placar de 3 a 0 no julgamento no TRF-4 deveria ser suficiente para convencer os petistas a finalmente deixar de tratar o corrupto Lula da Silva como um mártir da democracia brasileira

A 8.^a Turma do Tribunal Regional Federal da 4.^a Região (TRF-4), em Porto Alegre, confirmou, por unanimidade, a sentença do juiz federal Sérgio Moro que condenou o ex-presidente Lula da Silva à prisão por corrupção passiva e lavagem de dinheiro. E aumentou a sentença aplicada em primeira instância de 9 anos e 6 meses para 12 anos e 1 mês. Nas palavras do relator do processo de apelação, desembargador João Pedro Gebran Neto, “há provas acima de dúvida razoável” de que o chefe petista obteve benefícios pessoais da empreiteira OAS em razão do esquema de corrupção na Petrobrás.

A corte recursal rejeitou, assim, o principal argumento da defesa de Lula e dos petistas que viam e ainda veem no processo uma ameaça ao Estado Democrático de Direito por, segundo eles, condenar o ex-presidente “sem provas” – o que caracterizaria o julgamento como político.

O placar de 3 a 0 no TRF-4 deveria ser suficiente para convencer os petistas a finalmente deixar de tratar o corrupto Lula como um mártir da democracia brasileira. Fosse seguido à risca o estatuto do PT, Lula teria de ser expulso, pois lá está claro que o partido não aceitará em seus quadros qualquer condenado “por crime infamante ou por práticas ilícitas”. Mas é evidente que isso não vai acontecer, assim como não aconteceu com outros capas-pretas do PT igualmente condenados nos diversos escândalos em que o partido se meteu desde o instante em que chegou ao poder. Vejam-se os casos de Celso Daniel e Toninho do PT. A razão disso é simples: o discurso ético do PT, a exemplo de suas juras de amor à democracia, nunca

REFLEXÕES XXIV

foi um compromisso real – nem poderia ser, pois, afinal, lulopetismo e respeito aos pilares democráticos provaram-se desde sempre incompatíveis.

Assim, o PT se vê na contingência de, ao menos por algum tempo ainda, continuar a denunciar uma conspiração que jamais existiu. Contudo, se tiverem um mínimo de juízo e estiverem interessados em sua sobrevivência política, os petistas, passado o calor do momento, farão a necessária autocrítica – e, nesse caso, Lula deixará de ter qualquer influência no PT.

A esta altura, apenas os petistas mais fanáticos não estão constrangidos com o fato de que Lula, mesmo tendo exercido plenamente seu direito de defesa, agora é um corrupto condenado em duas instâncias. Já são quatro os juízes que consideram o ex-presidente um criminoso, e seria preciso grande esforço para acreditar que todos estejam mancomunados para condenar Lula e, assim, impedi-lo de disputar novamente a Presidência. Julgados eventuais embargos de declaração, Lula poderá conhecer de perto as agruras da cadeia comum, aquela para onde vão os criminosos.

À campanha sistemática de descrédito do Judiciário que os petistas deflagraram nos últimos tempos para defender seu chefão, os desembargadores responderam com cristalina objetividade em relação às provas. O relator do processo, João Pedro Gebran Neto, detalhou todas as evidências arroladas na sentença do juiz Sérgio Moro – aquela que os petistas diziam carecer de provas. Gebran Neto concluiu que há “culpabilidade extremamente elevada” de Lula. Para o revisor do processo, desembargador Leandro Paulsen, a responsabilidade de Lula é “inequívoca”, pois há “farta prova documental”. Para o desembargador Victor Luiz dos Santos Laus, há provas documentais “para quem quiser ver”.

O aspecto mais importante do julgamento de ontem, contudo, foi a clareza dos desembargadores ao vincular os crimes de Lula ao esquema de corrupção na Petrobrás. Embora tenham enfatizado que o julgamento ali dizia respeito apenas ao pagamento de propinas para o ex-presidente, como um apartamento no Guarujá, os magistrados deixaram registrado que isso aconteceu em conexão

REFLEXÕES XXIV

com o petrolão. Mais do que isso: os desembargadores consideraram que, sem Lula, não haveria petrolão. Foi ele quem garantiu o funcionamento da organização criminosa, segundo os magistrados. É isso o que importa nesse processo, e em razão disso a Turma decidiu aumentar a pena imposta a Lula, de 9 anos e 6 meses para 12 anos e 1 mês de cadeia.

“A corrupção cometida por um presidente torna vil o exercício da autoridade”, disse o desembargador Leandro Paulsen, com clareza meridiana. Lula, em sua passagem pela Presidência, conspurcou o mais elevado cargo político da República, a ele conferido pelo eleitor. Pagará por isso. ●

Artigo publicado no jornal *O Estado de S. Paulo* no dia 25 de janeiro de 2018

De tombo em tombo

J.R. Guzzo



A comédia de Lula só poderia acabar como acabou: sua condenação, pela segunda vez, por crime de corrupção. Pior, impossível: ele perdeu por 3 a 0

Ninguém consegue ganhar uma guerra acumulando derrotas. O ex-presidente Lula começou a perder a sua guerra quando 500 000 pessoas foram, há menos de três anos, à Avenida Paulista, em São Paulo, protestar contra a corrupção e dizer claramente, no fim das contas, que estavam cheias dele. Cheias dele e do PT, dos seus amigos ladrões que acabaram confessando crimes de corrupção nunca vistos antes na história deste País e das desgraças que causou — incluindo aí, como apoteose, essa trágica Dilma Rousseff que inventou para sentar (temporariamente, esperava ele) em sua cadeira. Lula, na ocasião, não reagiu. Achou que deveria ser um engano qualquer: como seria possível tanta gente ir à rua contra ele? Preferiu se convencer de que tudo era apenas um ajuntamento de “coxinhas” aproveitando o domingo de sol. Acreditou no Datafolha, cujas pesquisas diziam que não havia quase ninguém na Paulista — parecia haver, nas fotos, mas as fotos provavelmente estavam com algum defeito. Seja como for, não quis enfrentar o problema cara a cara. Preferiu ignorar o que viu, na esperança de que aquele povo todo sumisse sozinho. Enfim: bateu em retirada — e, assim como acontece com as derrotas, também não se pode ganhar guerras fazendo retiradas.

Lula não ganhou mais nada dali para a frente. Foi perdendo uma depois da outra, e recuando a cada derrota. Pior: batia em retirada e achava que estava avançando. Confundiu o que imaginava ser uma “ofensiva política” com



o que era apenas a ira do seu próprio discursório. O ex-presidente, então, mobilizava exércitos que não tinha, como o “do Stédile”. Fazia ameaças que não podia cumprir. Contava com multidões a seu favor que não existiam. Imaginava-se capaz de demitir o juiz Sergio Moro ou de deixar o Judiciário inteiro com medo dele, e não tinha meios para fazer nenhuma das duas coisas. Chegou a supor, inclusive, que poderia ser ajudado por artistas mostrando plaquinhas contra o “golpe” no Festival de Cinema de Cannes — ou pela “opinião pública internacional”, o costumeiro rebanho de intelectuais que falam muito em inglês ou francês, mas resolvem tão pouco quanto os que falam em português. O resultado é que o mundo de Lula girava numa direção, e o mundo das coisas concretas girava na direção contrária. Sua comédia só poderia acabar como acabou: com a sua condenação, pela segunda vez, por crime de corrupção, e agora não mais por um juiz só, mas pelos três magistrados do TRF4, de Porto Alegre. Pior, impossível: ele perdeu por 3 a 0.

Derrotas, sobretudo quando não entendidas, em geral têm dentro de si apenas a semente de outras derrotas. Foi assim com o ex-presidente. Depois de derrotado na Avenida Paulista e nas ruas do Brasil inteiro, Lula perdeu o apoio que tinha no Congresso. As gangues de assaltantes do Erário que formavam a sua “base aliada” começaram a largar de Lula em busca de um novo futuro — e ele não conseguiu segurar essa tropa. Tome-se um Geddel Vieira Lima, por exemplo — esse dos 51 milhões de reais enfurnados num apartamento de Salvador e residente na cadeia desde setembro do ano passado. Foi ministro de Lula durante três anos inteiros, depois peixe graúdo no governo Dilma — e mesmo assim o nosso gênio da “engenharia política” não conseguiu segurar o seu apoio.

Geddel é apenas o representante clássico de todos; há centenas de outros e de outras. Lula, embora contasse com a máquina do governo Dilma a seu favor, foi perdendo todos — e deixou-se ficar em minoria no Congresso. Perdeu, também, quando foi levado por uma escolta armada para prestar depoimento na polícia. Não se ouviu, na ocasião, um pio em seu favor por parte da massa de brasileiros reais; descobriu, chocado, que podia ser enfiado num

REFLEXÕES XXIV

camburão de polícia a qualquer momento — e ninguém estava ligando a mínima para isso. Foi derrotado, não muito depois, quando tentou nomear-se “ministro” de Dilma e arrumar para si o infame “foro privilegiado”, que, na opinião da massa, é apenas um esconderijo de ladrões que querem ficar livres da Justiça. Foi derrotado de novo, logo em seguida, quando ficou claro que o seu lado não tinha força para fazer nem isso.

Lula sofreu mais uma derrota pavorosa, até ali a pior de todas, quando Dilma conseguiu o prodígio de ser deposta da Presidência da República por 367 votos contra 137, na Câmara de Deputados — nada menos que 71,5% dos votos disponíveis, sem falar no seu naufrágio por 61 votos a 20 no Senado Federal, num total de 81 senadores. Para qualquer político, seria um aviso de que o seu lado estava na mais miserável minoria; não tinha força para exigir nada, e muito menos para derrubar no grito o sistema judiciário do Brasil, só porque estava sendo incomodado por um juiz de direito de Curitiba. Para Lula, não houve nada. Como o seu partido, disse que tudo foi um simples “golpe” e que a CUT, a UNE, o MST, os bispos, os sem-teto e os etc. jamais iriam aceitar isso. Somados, não juntavam três estilingues —, mas Lula achou que conseguiriam salvá-lo. Daí para diante foi apenas de mal a pior. Quis enfrentar o juiz Sergio Moro num concurso de popularidade. Perdeu. Quis se safar com truquezinhos de advogado. Não deu certo. Tentou passar recibos falsos. Falhou de novo.

Mais que tudo, Lula nunca percebeu que o Brasil, apesar de todos os seus atrasos, já saiu um pouco do século XIX. Como José Sarney, Renan Calheiros e o restante do Brasil da senzala, não conseguiu entender que existe hoje, na vida real, uma parte do sistema de Justiça que não depende de quem manda no governo, como foi durante séculos.

Poder Judiciário, para Lula, é uma força auxiliar dos donos do governo, dos que têm influência e bons “índices de pesquisa”. Estão lá para “acertar”, ajudar e resolver. Tem um juiz atrapalhando? Tira o juiz. É Maranhão puro.

No seu caso, quando enfim se deu conta de que não estava

REFLEXÕES XXIV

funcionando assim, entrou em pane — “espanou”, como se diz, e perdeu de vez o rumo. Ao fim, veio a derrota mais arrasadora, do seu ponto de vista pessoal. Foi condenado como ladrão, e demolido de vez, agora, com o aumento da sua sentença de nove anos e meio para doze anos de cadeia no tribunal que está acima de Moro — com provas que não podem mais ser contestadas. Fim da história — sem contar a batelada de processos penais que ainda tem pela frente.

Lula se vê reduzido, hoje, a contar com gente que queima pneu na rua para fechar o trânsito por umas tantas horas, e diz que isso é um ato de “resistência” política. Põe na praça manifestantes que correm da polícia. Manda milícias sindicalistas proibir que trabalhadores entrem em seus locais de trabalho — frequentemente, acabam apenas levando uns tapas e desistem de seus piquetes. Pode, como sabotagem, organizar greves de funcionários públicos; mas isso só funcionaria se as greves durassem pelo resto da vida. Pode, também, tumultuar as eleições. No mais, sobram-lhe os “intelectuais”, artistas da **Globo** que assinam manifestos, a classe média urbana que não precisa pegar no pesado e a elite milionária — que tem aí mais uma oportunidade de fingir-se de “esquerda civilizada” sem correr risco nenhum. Não é grande coisa. Não dá para fazer uma revolução bolivariana. Não dá para tomar de volta o Brasil. ●

J.R. Guzzo: jornalista.

Artigo publicado na **Revista VEJA**, edição 2567, no dia 25 de janeiro de 2018

A importância da educação infantil

James Heckman



O Nobel de Economia, que falará em São Paulo nesta segunda 25, diz que investir nos anos iniciais das crianças é o caminho para o país crescer

O americano James Heckman, 73 anos, é reverenciado tanto em sua área de origem, a economia — que lhe rendeu o Prêmio Nobel em 2000 —, como na educação, que ele investiga com a curiosidade de quem ama calcular. Heckman criou métodos científicos para avaliar a eficácia de programas sociais e vem se dedicando aos estudos sobre a primeira infância — para ele, um divisor de águas. É sobre esse assunto que falará, na segunda-feira 25, no encontro Os desafios da primeira infância — Por que investir em crianças de zero a 6 anos vai mudar o Brasil, organizado pelas revistas Exame e VEJA e apoiado pela Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, pela Fundación Femsa e pela United Way Brasil. Professor na Universidade de Chicago, Heckman veio uma dezena de vezes ao Brasil. Estava no Rio quando recebeu o telefonema de sua vida. “Disseram-me que seria premiado com o Nobel, e eu achei que era trote”, revela ele, que fala com rara propriedade sobre o país.

Por que os estímulos nos primeiros anos de vida são tão decisivos para o sucesso na idade adulta?

É uma fase em que o cérebro se desenvolve em velocidade frenética e tem um enorme poder de absorção, como uma esponja maleável. As primeiras impressões e experiências na vida preparam o terreno sobre o qual o conhecimento e as emoções vão se desenvolver mais tarde. Se essa base for frágil, as chances de sucesso cairão; se ela for sólida,



vão disparar na mesma proporção. Por isso, defendo estímulos desde muito cedo.

Quão cedo?

Pode parecer exagero, mas a ciência já reuniu evidências para sustentar que essa conta começa no negativo, ou seja, com o bebê ainda na barriga. A probabilidade de ele vir a ter uma vida saudável se multiplica quando a mãe é disciplinada no período pré-natal. Até os 5, 6 anos, a criança aprende em ritmo espantoso, e isso será valioso para toda a vida. Infelizmente, é uma fase que costuma ser negligenciada — famílias pobres não recebem orientação básica sobre como enfrentar o desafio de criar um bebê, faltam boas creches e pré-escolas e, sobretudo, o empurrão certo na hora certa.

Qual é o preço dessa negligência?

Altíssimo. Países que não investem na primeira infância apresentam índices de criminalidade mais elevados, maiores taxas de gravidez na adolescência e de evasão no ensino médio e níveis menores de produtividade no mercado de trabalho, o que é fatal. Como economista, faço contas o tempo inteiro. Uma delas é especialmente impressionante: cada dólar gasto com uma criança pequena trará um retorno anual de mais 14 centavos durante toda a sua vida. É um dos melhores investimentos que se podem fazer — melhor, mais eficiente e seguro do que apostar no mercado de ações americano.

Se isso é tão claro, por que a primeira infância não está na ordem do dia de quem tem a caneta na mão para decidir?

Há ainda uma substancial ignorância sobre o tema. Algumas décadas atrás, a própria ciência patinava no assunto. A ideia que predominava, e até hoje pesa, é que a família deve se encarregar sozinha dos primeiros anos de vida dos filhos. A ênfase das políticas públicas é na fase que vem depois, no ensino fundamental. E assim se perde a chance de preparar a criança para essa nova etapa, justamente quando seu cérebro é mais moldável à novidade.

A classe política também evita olhar para a primeira infância por achar que esse é um investimento menos visível em curto prazo?

Os políticos podem, sim, considerar isso, mas estão redondamente enganados. Crianças pequenas respondem rápido aos estímulos de qualidade. Para quem tem o poder de decidir, deixo aqui a provocação: não investir com inteligência nesses primeiros anos de vida é uma decisão bem pouco inteligente do ponto de vista do orçamento público. Basta usar a matemática.

O que mostra a matemática?

Vamos pegar o exemplo da segurança pública. Há ao menos dois caminhos para mantê-la em bom patamar. Um deles é contratar policiais, que devem zelar pelo cumprimento da lei. O outro é investir bem cedo nas crianças, para que adquiram habilidades, como um bom poder de julgamento e autocontrole, que as ajudarão a integrar-se à sociedade longe da violência. Pois a opção pela primeira infância custa até um décimo do preço. Recaimos na velha questão: prevenir ou remediar? Como se vê, é muito melhor prevenir.

O senhor pode soar fatalista: ou bem a criança é estimulada cedo ou terá perdido uma oportunidade única para o aprendizado?

A discussão realmente abre uma margem para essa interpretação, mas não é bem isso. A mensagem jamais pode ser: depois dos 5 anos, já era. Desde que a criança esteja vivendo em sociedade, ela vai aprender. Existe na espécie humana uma extraordinária capacidade de se beneficiar do ambiente. Só não podemos deixar de encarar o fato de que uma criança que tenha sido alvo de elevados incentivos conquistará uma vantagem para o resto da vida. De outro lado, quanto mais uma criança fica para trás, mais dificuldade ela terá para preencher as lacunas do princípio.

O senhor discorda então de uma ala de cientistas que vê as chamadas janelas de oportunidade para o aprendizado como algo mais definitivo?

Acho que há exagero nesse campo: é como se tivéssemos no cérebro janelas que se abrem por inteiro numa fase e se fecham por completo em outra. Dito isso, há, sim, momentos mais favoráveis

para a aquisição de certos conhecimentos: se quiser falar um idioma sem sotaque, é mais apropriado começar aos 8 do que aos 16 anos.

A propósito dos 8 anos, o economista Adam Smith (1723-1790) dizia que as crianças eram todas essencialmente iguais até essa idade. O senhor concorda?

Não. Smith tinha uma visão idealista segundo a qual todos seríamos iguais por natureza até esse ponto da vida e, só aí, começaríamos a nos diferenciar uns dos outros. Mas a ciência já deixou claro que há capacidades inatas que nos distinguem, como a noção espacial ou a habilidade numérica ou ainda o talento para piano, artes e xadrez. Reconhecê-las e incentivá-las cedo torna-se uma vantagem.

Que tipo de política pública de primeira infância tem surtido mais efeito?

O grande impacto positivo vem de programas que conseguem envolver famílias pobres, creches e pré-escolas, centros de saúde e outros órgãos que, integrados, canalizam incentivos à criança — não só materiais, evidentemente. O programa americano Perry, da década de 1960, é um exemplo clássico de que o investimento em uma boa pré-escola produz ótimos resultados.

Por que esse modelo é bom?

Ele envolve ativamente os alunos em projetos de sala de aula, lapidando habilidades sociais e cognitivas, sob a liderança de professores altamente qualificados. A família mantém um estreito elo com a escola. Temos de ter sempre certeza de que a família está a bordo, qualquer que seja a iniciativa.

Não é irrealista esperar tanto de famílias que vivem na pobreza, como no Brasil?

Um bom programa de primeira infância consegue ajudar a família inteira, fazendo chegar até ela informações, boas práticas e valores essenciais, como a importância do estudo para a superação da pobreza.

Pesquisas brasileiras mostram que muitas crianças que frequentam creches e pré-escolas acabam se saindo pior

nos primeiros anos de estudo do que outras que ficam em casa. O resultado o espanta?

Não. Já vi estudos que chegaram a conclusão idêntica nos Estados Unidos, no Canadá e na Europa. Trata-se de uma questão sem resposta absoluta: tudo depende do tipo de incentivo que a criança tem em casa e daquele que receberá na creche. Não é que a escola faça mal, mas é preciso indagar: onde a criança tem mais a ganhar ou menos a perder?

O que o Brasil pode aprender com a experiência internacional?

Os programas de maior retorno são justamente aqueles que se apoiam em uma rede e, por meio dela, levam às famílias toda sorte de incentivos, de diferentes áreas que convergem. Aliás, o Brasil tem uma vantagem aí: o sistema público de saúde alcança todos os cantos e pode funcionar como ponto de partida para essa rede de estímulos. O país também deveria prestar atenção na qualidade dos professores: países como a Finlândia souberam valorizar a carreira docente — não apenas no salário, que fique claro — e colheram grandes resultados na educação desde cedo.

Existe um debate no Brasil sobre a extensão da licença paternidade — a lei brasileira garante hoje apenas cinco dias ao pai. O senhor é a favor?

O princípio de o pai ter a chance de estreitar laços com o filho desde o começo é bem-vindo. Os benefícios vão depender, porém, de como esse tempo será efetivamente aproveitado.

O senhor é um dos precursores de uma discussão que agora está em alta nas rodas educacionais: o desenvolvimento de habilidades socioemocionais. É possível mesmo ensiná-las?

Sim, na escola e em casa. O grande erro nesse debate é tratar tais habilidades — autocontrole, resiliência, trabalho em equipe — como algo que não tem nada a ver com as habilidades cognitivas, o aprendizado das matérias propriamente ditas. Não existe essa fronteira. O bom professor está sempre ensinando as duas: ao

REFLEXÕES XXIV

aprender a ler e a soletrar as palavras, a criança interage com amigos, forma vínculos, lida com emoções ligadas ao sucesso e ao fracasso — enfim, aprende a se comunicar de forma ampla.

Por que tantos educadores torcem o nariz quando se fala em habilidades socioemocionais?

Eles ainda estão aferrados à ideia obsoleta de que inteligência resume-se a QI, um conceito de cinquenta anos atrás que não evoluiu com o mundo.

Ler para a criança desde cedo está no rol dos grandes incentivos de efeito comprovado pela ciência. Por que isso é tão poderoso?

Porque estimula ao mesmo tempo o gosto pela leitura, a capacidade de comunicação e a curiosidade para adquirir conhecimento. Se nada der errado, isso se desdobrará por toda a vida.

O incentivo dos pais pode virar exagero?

Observo em famílias de classes mais altas uma tendência à proteção exagerada dos filhos. Considero isso um erro. Todo mundo deve experimentar não só as vitórias como também os fracassos. São eles, afinal, uma fonte essencial para o aprendizado. ●

James Heckman: economista e educador

Artigo publicado na **Revista Veja** no dia 22 de setembro de 2017

Bons professores fazem alunos ganhar mais

Jonah Rockoff



Doutor em economia pela universidade Harvard cruzou notas de alunos com dados de imposto de renda e estimou quanto um bom profissional de ensino contribui para aumentar a renda futura dos estudantes

Jonah Rockoff, de 41 anos, sempre quis descobrir qual a real diferença que um bom professor faz na vida de um aluno. Em 2004, o professor de finanças e economia da Universidade Columbia, nos Estados Unidos, publicou um artigo sobre o tema, mas sentiu que algo faltava: era preciso medir não apenas o impacto sobre as notas, mas o sucesso financeiro dos estudantes orientados por bons profissionais de ensino.

Rockoff, doutor em Economia por Harvard, uniu-se aos pesquisadores Raj Chetty e John Friedman, que trabalhavam com dados do Tesouro americano. Dessa forma, pôde cruzar as notas de milhões de alunos com as informações do imposto de renda. A conclusão é que não apenas há impacto como ele pode ser medido: a simples troca, por um ano, de um professor ruim por um mediano adicionaria 250.000 dólares aos salários que uma turma de 28 alunos de ensino fundamental ganharia ao longo de sua futura vida profissional. “A conclusão desses dados não vale apenas para os Estados Unidos. O raciocínio é o mesmo para outras realidades, inclusive o Brasil”, diz. Rockoff falou ao *site* de VEJA.

O estudo analisa o papel de professores no aumento da nota dos alunos em matemática e inglês. A diferença entre um bom profissional de ensino e um ruim é realmente significativa?

Professores que melhoram o desempenho de seus alunos em

matemática e inglês afetam positivamente a vida de seus alunos não apenas com o aumento das notas, mas também em outros aspectos, como no acesso à faculdade ou mesmo no aumento dos salários que os estudantes receberão quando entrarem no mercado de trabalho. Basta substituir um professor do ensino fundamental que está entre os 5% piores – de acordo com a média das notas de seus alunos – por um com desempenho mediano, durante um ano, para que, ao longo de suas vidas profissionais, esses estudantes ganhem, somados, 250.000 dólares a mais do que ganhariam se tivesse continuado com o professor ruim.

Pode-se creditar esse aumento exclusivamente a essa troca de professor?

É possível que isso ocorra tanto porque matemática e inglês sejam valiosos no mercado de trabalho como porque esses professores sejam bons nessas disciplinas, mas também em outros aspectos que não medimos. Mas, em longo prazo, o que observamos foi que professores que estão melhorando as realizações nessas disciplinas estão também melhorando os resultados para esses alunos no mercado de trabalho. Em outras palavras: professores que conseguem elevar essas notas podem também ser bons em melhorar outras habilidades dos alunos.

Como foi possível definir a influência do professor, já que uma sala tem vários alunos e eles seguem rumos diferentes depois que saem da escola?

Raj Chetty e John Friedman, meus colegas nessa pesquisa, são parte de um programa que está trabalhando com dados do Tesouro americano. Isso nos deu acesso a registros de imposto de renda. É possível identificar os estudantes de acordo com dados como nome, data de nascimento e local em que vivem. Utilizamos informações de quase 2 milhões de pessoas. Foi possível acompanhar os registros dos indivíduos desde a infância até a vida adulta. Essas pessoas estavam na escola primária na década de 1990 e hoje estão no mercado de trabalho. O cruzamento de tanta informação permitiu ter um retrato bastante preciso.

Como foi possível fazer esse tipo de acompanhamento

detalhado?

Tivemos a felicidade de encontrar dados relacionados a alunos e professores que iam até a década de 1980. Na maior parte do mundo, essa coleta por um período mais longo de tempo não existia até recentemente, mesmo em países desenvolvidos. Medir o impacto de professores sobre os alunos em curto prazo não é novidade. Isso tem sido feito em muitos lugares, incluindo países emergentes. O que as pessoas não tinham feito era seguir a trajetória dos alunos desde a infância até a vida adulta.

Esse trabalho analisa o futuro profissional de alunos de um país rico, em uma cidade rica. É possível pensar que haveria resultados semelhantes em locais com uma realidade diferente, como o Brasil?

Nosso estudo considerou informações sobre pessoas de Nova York. A maior parte dos alunos de escolas públicas da cidade, em torno de 85%, é pobre. Quando se pensa em Nova York, as pessoas se lembram do Empire State Building ou da ilha de Manhattan, mas a maioria dos moradores da cidade não está nessas áreas. Eles vivem em bairros como Brooklyn, Bronx e Queens e em partes ao norte de Manhattan, como o Harlem. Sim, há áreas de Nova York que são extremamente ricas, mas há centenas de milhares de crianças vivendo na pobreza. Não acho que temos o nível de pobreza de uma favela de São Paulo, por exemplo, mas muitas áreas são comparáveis. Assim, a conclusão desses dados não vale apenas para os Estados Unidos. O raciocínio é o mesmo para outras realidades, inclusive o Brasil.

"Professores que conseguem elevar as notas podem também ser bons em melhorar outras habilidades dos alunos"

O Brasil tem um teste anual padronizado, o Enem, para alunos que estão concluindo o ensino médio. Esse tipo de exame poderia ser usado?

Eu não vejo como usar apenas um teste final de uma maneira muito precisa para avaliar professores. Nosso estudo, como muitos outros do tipo, é baseado em exames anuais. Para avaliar alguém que

ensina na quarta série, por exemplo, temos notas dos exames no final do terceiro ano. Isso é muito importante porque os alunos chegam ao início do ano escolar com diferentes níveis de preparação e conhecimentos e sob influência da qualidade da educação que tiveram anteriormente. Depende muito dos recursos que eles têm fora da escola: o nível de escolaridade dos pais, o acesso a bens, o dinheiro disponível para se manter e para comprar livros e outros materiais de aprendizado. É necessário um teste de alta qualidade anual para fazer este tipo de trabalho.

Na prática, como um bom sistema de avaliação de desempenho de professor pode ser feito?

Um exemplo aqui nos Estados Unidos é o de Washington, que tem um dos sistemas mais avançados do país. Nele, é usada uma análise estatística com base em testes padronizados para um grupo de professores. Cerca de 20% dos professores passam por esse processo. Para os demais, eles se baseiam em avaliações das classes. São estabelecidas metas individualizadas para os alunos de cada um no início do ano escolar, com a aprovação do diretor da escola, administradores e de outros agentes. Em seguida, ao fim do ano escolar, avalia-se com cuidado os alunos para ver se eles as atingiram. Os professores recebem uma pontuação de acordo com o desempenho. Em Washington, tenta-se abordar a questão da qualidade do professor usando várias avaliações, e não depender apenas de um teste padronizado.

E como esses resultados são usados?

Se os professores vão muito mal, perdem o emprego. E se vão muito bem, podem obter aumentos realmente grandes em seus salários. Usam-se os resultados como uma ferramenta que serve também como um plano de carreira para os professores.

Como esse sistema gera impacto na qualidade do ensino?

A possibilidade de ganhar um aumento serve como incentivo para trabalhar duro e melhorar. E o trabalho também muda, com aumento de responsabilidades. Além disso, quem está no topo ajuda os colegas e age como “treinador” para os novos professores. Em

muitas partes do mundo, o ensino não funciona dessa forma. O professor faz o mesmo trabalho todo ano, não evolui. Em Washington, tentaram quebrar esse modelo e fazer com que seu trabalho, seu *status* e suas responsabilidades mudem com o tempo. E, claro, se você anda muito mal, será demitido. Um ano com um desempenho muito ruim e você está automaticamente fora.

Existe outro fator além da possibilidade de progredir na carreira?

Sim. Esse sistema acaba atraindo para o ensino pessoas que querem trabalhar duro, que sabem que o esforço será recompensado com ganhos expressivos nos salários. Pessoas ambiciosas, trabalhadoras e talentosas são um ganho para as crianças e sua comunidade. Esses profissionais têm muitas outras oportunidades para ganhar dinheiro. Se o ensino não lhes oferecer a oportunidade de ser bem-sucedido financeiramente, elas vão optar por outra carreira.

E tem funcionado?

Em muitos critérios, o nível dos alunos melhorou bastante. É difícil provar que o sistema é o principal fator. Houve outras mudanças. De qualquer forma, ocorreram avanços que não se limitaram à melhoria das notas. O governo teve sucesso no trabalho com o sindicato dos professores, que inicialmente era contra o sistema. Mas, nos últimos anos, as discussões para a tomada de decisões sobre como fazer avaliações e promoções evoluíram muito.

Qual seria o caminho para que um país comece a avaliar seus professores?

Diferentes países têm diferentes problemas e diferentes pontos de partida. Uma coisa muito importante é ter um processo para medir a aprendizagem dos alunos. Meu palpite é que o tipo de exame (Enem) que o Brasil tem não daria conta dessa avaliação sozinho. Se há informações sobre onde os alunos estão, o que eles sabem e quanto aprendem, todos podem tomar melhores decisões. Pais podem escolher para qual escola enviar seus filhos e os professores enxergam melhor quais crianças precisam de mais atenção e ajuda – e o governo tem uma noção mais clara sobre quais as escolas e

REFLEXÕES XXIV

professores estão fazendo um bom trabalho. ●

Jonah Rockoff: professor

Artigo publicado na revista *Veja*

LUIZ BIANCHI

Adeus às armas

Benjamin Lessing



Professor Benjamin Lessing diz que Estado e autoridades policiais deveriam deixar claro que certo nível de narcotráfico pode ser tolerado, mas sem violência

O americano Benjamin Lessing, professor de ciência política na Universidade de Chicago, viveu no Rio de Janeiro entre 2000 e 2005, quando estudou o tráfico de drogas e a criminalidade na cidade. O resultado desse trabalho está em um livro recém-lançado nos Estados Unidos, *Making Peace in Drug Wars: Crackdowns and Cartels in Latin America* (Construindo a Paz na Guerra do Tráfico: Repressão e Cartéis na América Latina). Nele, Lessing analisa o que levou o tráfico no Brasil, no México e na Colômbia a se voltar contra o Estado. Falando em bom português, com sotaque carioca, Lessing defende alguma permissividade com o tráfico, mas não vê a legalização das drogas como solução. “É melhor reduzir a violência e aceitar certo nível de tráfico, desde que não seja violento. Uma guerra militarizada no meio da cidade é intolerável”, diz. Atualmente, Lessing está estudando a expansão das facções criminosas por todo o Brasil. Ele falou a VEJA por telefone, de Chicago.

A legalização da maconha poderia reduzir a criminalidade no Brasil?

Resolveria o problema para o consumidor de Cannabis, para o indivíduo de classe média que de vez em quando é pego numa dura, mas não solucionaria o problema do tráfico. O Brasil já está entre os maiores consumidores de cocaína do mundo, e essa demanda continuará. Os traficantes ganham dinheiro com cocaína, crack e maconha, mas lucram, sobretudo com



os dois primeiros. Se, em uma situação hipotética, o governo legalizasse o consumo e a venda dessas drogas, equiparando essas atividades ao comércio de cigarro, aí sim o tráfico como o conhecemos deixaria de existir e os narcotraficantes teriam de buscar outra fonte de renda. O exército de jovens que o tráfico emprega não teria mais emprego. Provavelmente, contudo, haveria uma explosão de outras formas de crime. Isso já está acontecendo no Rio de Janeiro, com a ascensão do roubo de carga. Apesar da diversificação da atividade criminal, haveria ao menos a esperança de que as outras formas de criminalidade fossem mais fáceis de combater do que o tráfico.

Mas ninguém está falando em legalizar a cocaína ou o crack, certo?

Descriminalizar totalmente o tráfico da cocaína é uma impossibilidade política. Não vai acontecer. A discussão que existe é para, no máximo, legalizar a maconha. Sobre essa medida, eu seria a favor, não acho que faria mal.

Qual seria a melhor solução?

A ideia é planejar a intensidade da repressão para, assim, condicionar o comportamento do traficante. Se ele for pego vendendo drogas, recebe uma punição mais branda do que se for flagrado comercializando-as com um fuzil ou pistola na mão. Quando a polícia seguiu essa regra, os criminosos entenderam que o melhor era andar desarmado. Foi essa a chave inicial da pacificação no Rio de Janeiro, com as Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs). Ao entrar nas favelas, autoridades policiais deixaram claro que a missão não era acabar com o tráfico de drogas. José Mariano Beltrame, que foi secretário de Segurança Pública do Rio entre 2007 e 2016, passava sempre a mensagem de que vender drogas não era tão ruim quanto fazê-lo usando armas. A prioridade era restabelecer a presença do Estado.

Essa atitude não equivale a uma legalização branca das drogas?

No início, as UPPs foram criticadas porque teriam feito um pacto

com o tráfico. Esse é um tema politicamente tóxico também em outros países. Quando era presidente da Colômbia, Álvaro Uribe foi contra negociar com as Forças Armadas Revolucionárias (Farc). Depois, quando o seu sucessor, Juan Manuel Santos, fechou um acordo de paz com as Farc, Uribe, na oposição, continuou batendo nessa tecla. Hoje, o maior grupo que resta é o dos *gaitanistas*, um cartel de drogas que se vende como grupo político para poder negociar com o governo. A verdade é que negociar com grupos traficantes violentos não significa compactuar com eles. Os brasileiros precisam se perguntar que tipo de traficantes querem: os que são empreendedores e homens de negócio ou os que são guerreiros, que não se importam em matar policiais e andam com fuzis pesados?

Por que a violência voltou com tanta força no Rio de Janeiro?

A situação em que o estado se encontra hoje não se compara com a do início dos anos 2000, mas está chegando ao mesmo patamar. Em 2007, a guerra estava no auge e Beltrame fracassou em entrar na favela do Alemão. A pacificação reverteu o jogo. As UPPs reduziram a violência entre 2008 e 2013. O número de autos de resistência caiu 66%. O Comando Vermelho perdeu território. Agora, eles estão reconquistando muito do que tinham antes.

Por que o jogo virou?

Não há como comparar o quadro econômico que existia entre 2008 e 2012 com o atual. É o oposto. Naquela época, o Brasil estava bem economicamente. Havia uma confluência de fatores. O empresário Eike Batista até doou 20 milhões de reais às UPPs. O problema começou quando o projeto passou a crescer demais. Acredito que as UPPs foram vítimas do próprio sucesso. No início, elas não eram muito custosas. Dois ou três anos depois, já tinham se expandido de forma descontrolada. Como tinham funcionado bem, foram colocadas em vários lugares. Mas esse é um programa caro, que consome muita mão de obra policial e especializada. Para funcionar, a UPP precisa de recrutas novos. Não pode contar com aquele policial militar que está há muitos anos na corporação e já foi

contaminado pela corrupção. As novas favelas que foram pacificadas eram enormes, como a do Alemão, a da Maré. Eram muito maiores que as da Zona Sul, como a Dona Marta. Os custos se expandiram enormemente. Quando veio a crise econômica no Brasil inteiro, o orçamento estourou.

Países como o Brasil, o México e a Colômbia nunca conseguirão acabar com o tráfico?

Na área de segurança, existem três objetivos que não podem ser atacados com total intensidade ao mesmo tempo: o tráfico de drogas, a corrupção policial e a violência. Eles são como uma trindade profana. Não dá para combater as três coisas ao mesmo tempo. É preciso decidir antes qual é a mais importante e investir nela. Ao fazer isso, contudo, é possível que outra acabe aumentando. Das três, a mais importante, em minha opinião, é a violência. Não sei como isso não é óbvio para todo mundo. O fato de alguém comprar e consumir maconha e cocaína não se compara com um tiroteio, com o risco de as crianças não conseguirem ir à escola — todo esse caos que há no Rio. Em toda a história, não existiu até hoje uma sociedade que tenha acabado totalmente com o consumo de drogas. Talvez o Talibã, no Afeganistão, tenha conseguido isso durante um tempo, com as medidas mais repressoras que se possam imaginar. Para mim, a violência é o pior mal de todos. É melhor minimizar a violência e aceitar certo nível de tráfico, desde que esse não seja violento. Uma guerra militarizada no meio da cidade maravilhosa é intolerável.

A guerra de facções que existe no Brasil tem paralelo com outros países?

Passei uns seis meses no Brasil em 2017 visitando vários estados para estudar a expansão do PCC, do Comando Vermelho e de facções locais. Fui para o Amazonas, o Ceará, o Rio Grande do Norte e Santa Catarina. O país inteiro está sendo atingido por isso. É um fenômeno brasileiro. Existem gangues prisionais nos Estados Unidos que, em certos aspectos, se parecem com as facções brasileiras. Também há os Maras, em El Salvador. Mas não há nesses países uma organização como o PCC, tão grande, bem

estruturada e capilarizada, com tanta capacidade de se expandir.

O que atraiu a sua atenção na forma como as facções brasileiras funcionam?

A capacidade que elas têm de controlar a criminalidade na rua a partir das prisões. Isso, a expansão das facções, acontece, entre outras razões, porque há um encarceramento massivo no Brasil. Existem muitas prisões em vários lugares do país.

Como assim?

Como há muitos presídios e muitos homens encarcerados, o crime organizado pode recrutar muita gente. Na megarrebelião de 2006, o PCC tomou conta de cerca de noventa cadeias em São Paulo. Uma organização só pode controlar noventa cadeias quando existem noventa cadeias à disposição em algum lugar. Se o sistema carcerário fosse menor, essa capacidade de recrutamento seria menor. Além disso, muitos jovens pobres vivem com a expectativa de que um dia serão presos. Se eles forem negros ou pardos e viverem na periferia, essa possibilidade é ainda mais alta. O encarceramento massivo dá a eles todo o incentivo do mundo para que queiram chegar à prisão já conhecidos. Para não ter problemas na cadeia no futuro, eles acatam as ordens e as regras das facções antes mesmo de serem pegos pela polícia e julgados.

O senhor dá aulas na Universidade de Chicago, que fica muito perto do perigoso bairro de South Side. Como é a criminalidade ali?

A Zona Sul de Chicago é muito associada à população negra. Na cidade, a violência tem escalado nos últimos anos, seja porque há brigas entre gangues, seja por causa de problemas com os agentes de segurança. Há várias denúncias de violência policial. Um oficial foi gravado matando um cidadão com dezessete tiros. Alguns dizem que a polícia também está usando a tortura. A violência entre gangues está associada ao tráfico de drogas e a enfrentamentos com a polícia. É uma coisa paradoxal. O *campi* da Universidade de Chicago é lindo. Parece Oxford. Se alguém caminhar quatro ou cinco quadras ao sul, no entanto, verá casas malcuidadas ou

abandonadas, que às vezes são usadas para vender drogas.

Qual abordagem tem funcionado melhor em Chicago?

Nos Estados Unidos, a repressão também é feita de forma a tentar condicionar o comportamento dos criminosos. Por aqui, é extremamente raro que eles atirem contra um policial ou que matem um policial. A razão para isso é que, quando acontece algo assim, toda a corporação vai atrás do autor. Qualquer traficante, de qualquer esquina, sabe que, se investir contra a polícia, a vida dele acabou. Outra medida é tentar coibir as disputas entre as gangues. Já foram propostos alguns acordos de cessar-fogo em Boston e em Chicago. A lógica é a mesma: os traficantes que atuavam em determinadas zonas estavam sujeitos à repressão normal, mas, se houvesse mortes em alguns bairros, os policiais iam com tudo. E isso funcionou. ●

Benjamin Lesing: professor e pesquisador social

Artigo publicado na Revista Veja no dia 8 de dezembro de 2017

Não controlamos o destino de nossos corpos

Ta-Nehisi Coates



Um jovem escritor explica numa carta ao filho o que significa ser negro na América

"Você precisa resistir ao conforto de uma narrativa consoladora. As vidas dos escravos não foram capítulos da sua redenção. Mas não pode esquecer como transfiguraram nossos corpos mesmos em açúcar, tabaco, algodão e ouro"

Eis aqui como tudo começou: certa manhã acordei com uma pequena dor de cabeça. A cada hora a dor de cabeça aumentava. Eu estava indo para o trabalho quando vi a garota a caminho da escola. Meu aspecto era horrível, ela me deu um Advil e continuou seu trajeto. No meio da tarde, eu mal me aguentava em pé. Chamei meu supervisor. Quando ele chegou, eu estava deitado no depósito, porque não tinha ideia do que poderia fazer além disso. Eu estava com medo. Não entendia o que estava acontecendo. Não sabia a quem recorrer. Estava ali deitado, ardendo em febre, semiacordado, na esperança de me recuperar. Meu supervisor bateu à porta. Alguém tinha vindo me ver. Era ela. A garota de longas tranças rastafári me ajudou a sair e ir para a rua. Ela acenou para um táxi. A meio caminho da corrida eu abri a porta, com o táxi em movimento, e vomitei na rua. Mas me lembro dela me segurando para ter certeza de que eu não ia cair e depois me amparando quando terminei. Ela me levou para a casa dela, uma casa cheia de pessoas amorosas, me pôs na cama, colocou Exodus no tocador de CDS, ajustando o volume ao nível de um sussurro. Deixou um balde junto à cama. Deixou um jarro com água. Ela tinha que ir para a aula. Eu dormi. Quando ela voltou, eu estava novamente em forma.



Comemos. A garota de tranças longas que dormia com quem ela quisesse, sendo esse o seu jeito de demonstrar que controlava o próprio corpo, estava lá. Eu tinha crescido numa casa regida entre o amor e o medo. Não havia espaço para a suavidade. Mas essa garota de longas tranças demonstrava outra coisa – que o amor pode ser leve e compreensivo; que, suave ou duro, o amor era um ato de heroísmo.

E eu não podia mais prever onde encontraria meus heróis. Às vezes eu caminhava com amigos até a rua U ^[1] e circulava pelos clubes de lá. Era a época da Bad Boy e do Biggie, One More Chance e Hypnotize. Eu quase nunca dançava, por mais que quisesse. Aleijava-me um medo infantil de meu próprio corpo. Mas eu observava como os negros se moviam, como nesses clubes eles dançavam como se seus corpos pudessem fazer tudo, e seus corpos pareciam ser tão livres como a voz de Malcolm X. Lá fora os negros não controlavam nada, e muito menos o destino de seus corpos, que podiam ser requisitados pela polícia; que podiam ser apagados pelas armas, tão pródigas; que podiam ser estuprados, espancados, encarcerados. Mas nos clubes, sob a influência de rum e Coca-Cola na proporção de dois para um, no encantamento das luzes baixas, sob o domínio do hip-hop, eu os sentia no controle total de cada passo, cada aceno, cada giro.

Tudo que eu queria então era escrever da mesma maneira que essa gente negra dançava, com controle, poder, alegria, calor. Eu estava assistindo intermitentemente às aulas em Howard ^[2]. Sentia que era o momento de ir embora, de me declarar formado, se não pela universidade, pela Meca^[3] da universidade. Eu estava publicando resenhas musicais, artigos e ensaios no jornal alternativo local, e isso significava contatos com mais seres humanos. Eu tinha editores – eram também meus professores – e eles foram as primeiras pessoas brancas que vim a conhecer de verdade, pessoalmente. Eles desafiaram minhas ideias preconcebidas – não temiam por mim e não tinham medo de mim. Em vez disso, viam em minha desregrada curiosidade e em minha brandura algo a ser apreciado e aproveitado. E eles me deram a arte do jornalismo, uma poderosa tecnologia para quem está em busca de algo. Eu fazia reportagens

locais em D.C., e descobri que as pessoas me contavam coisas, que a mesma brandura que uma vez fizera de mim um alvo agora compelia as pessoas a confiar a mim suas histórias. Isso foi incrível. Eu mal tinha saído das brumas da infância, na qual as perguntas simplesmente morriam em minha cabeça. Agora eu podia ligar para as pessoas e perguntar por que uma loja popular tinha fechado, por que um *show* tinha sido cancelado, por que havia tantas igrejas e tão poucos supermercados. O jornalismo havia me dado outra ferramenta de exploração, outro modo de desvendar as leis que restringiam meu corpo. As coisas estavam começando a fazer sentido – embora eu ainda não conseguisse enxergar o que eram “as coisas”.

Na biblioteca de Moorland^[4] pude explorar as histórias e as tradições. Do lado de fora, nos pátios do *campus* e com acesso a pessoas e grupos, pude ver essas tradições na prática. E com o jornalismo, pude perguntar diretamente às pessoas sobre as duas coisas – ou sobre qualquer outro assunto que eu quisesse saber. E constatar que grande parte da minha vida tinha sido definida pelo não saber. Por que eu vivi num mundo no qual garotos adolescentes ficavam no estacionamento de lojas de conveniência sacando armas? Por que para meu pai era normal, como era para todos os pais que eu conhecia, tirar o cinto? E porque a vida era tão diferente aqui fora [dos bairros negros], neste outro mundo além dos asteroides? Por que as pessoas cujas imagens uma vez foram transmitidas para dentro da minha sala de estar tinham o que eu não tinha?

A garota de tranças longas que operou uma mudança em mim, a quem eu tanto queria amar, amava um garoto em quem eu penso todo dia e em quem espero pensar a cada dia pelo resto de minha vida. Às vezes penso que ele era uma invenção, e de certo modo ele é, porque quando os jovens são mortos eles são aureolados por todos os motivos possíveis, por tudo que foi arrancado deles. Mas sei que eu sentia amor por esse garoto, Prince Jones, e por isso eu sorria toda vez que o via, pois sentia o calor que dele irradiava, e ficava um pouco triste quando chegava o momento de fazer entregas e um de nós tinha que ir. Uma dica para entender quem era Prince

Jones é saber que ele era tudo aquilo que seu nome exprimia. Era bonito. Era alto e negro de pele clara, de compleição esguia e forte, como um *wide receiver*^[5]. Era filho de um médico eminente. Era evangélico, condição da qual não compartilho, mas respeito. Dele irradiava generosidade, e parecia se relacionar com facilidade com todas as pessoas e todas as coisas. Isso pode nunca ser completamente verdadeiro, mas há pessoas que criam essa ilusão sem o menor esforço, e Prince era uma delas. Só posso relatar o que vi, o que senti. Há pessoas que não conhecemos completamente, e ainda assim elas vivem em um cálido lugar dentro de nós, e quando são saqueadas, quando perdem seus corpos e a energia escura se dispersa, o lugar em que estavam torna-se uma ferida.

Eu me apaixonei na Meca uma última vez, perdi meu equilíbrio e toda a minha confusão de infância, sob o feitiço de uma garota de Chicago. Era a sua mãe, filho. Eu me vejo lá de pé com um grupo de amigos na sala de estar da casa dela. Eu tinha um baseado em uma das mãos e na outra uma cerveja. Eu traguei, passei o baseado a essa garota de Chicago, e quando toquei naqueles dedos longos e elegantes, estremei um pouco da explosão que senti. Ela levou o cigarro aos lábios pintados de ameixa, tragou, exalou, depois aspirou novamente a fumaça. Uma semana antes eu a tinha beijado, e agora, olhando para essa exibição de fumaça e fogo (e já sentindo os efeitos), eu estava perdido, à deriva e imaginando como seria abraçá-la, ser exalado por ela, retornar a ela, e deixá-la inebriada.

Ela não havia conhecido o pai, o que a colocava na companhia do maior número de “todo mundo” de que eu tinha notícia. Senti então que esses homens – esses “pais” – eram os maiores covardes. Mas também senti que a galáxia estava jogando com dados adulterados, o que propiciava um excesso de covardes em nossas fileiras. A garota de Chicago também compreendia isso e compreendia algo mais – que não somos todos roubados de nossos corpos de maneira equivalente, que os corpos das mulheres são expostos à pilhagem de modos que eu nunca poderia realmente conhecer. E ela era o tipo de garota negra a quem tinham dito quando criança que era melhor ficar esperta, porque sua aparência não a salvaria, e a quem depois tinham dito, quando se tornou mulher, que era realmente bonita

REFLEXÕES XXIV

para uma garota de pele escura. E assim havia, no caso dela, um conhecimento das injustiças cósmicas, o mesmo conhecimento que eu vislumbrei durante todos aqueles anos ao ver meu pai pegar seu cinto, ao assistir às notícias de homicídios em nossa sala de estar, ao observar os garotos de cabelos dourados com seus caminhões de brinquedo e suas figurinhas de futebol, e percebendo obscuramente a grande barreira existente entre o mundo e mim.

Nada entre nós foi planejado – nem mesmo você. Tínhamos ambos 24 anos quando você nasceu, idade normal para a maioria dos americanos, mas, entre nossos colegas de classe, éramos classificados como pais adolescentes. Sentíamos um sopro de medo, quando frequentemente nos perguntavam se pretendíamos casar. O casamento nos era apresentado como um escudo de defesa contra outras mulheres, outros homens, ou a corrosiva monotonia de meias sujas e de lavar a louça. Mas sua mãe e eu conhecíamos muita gente, muita mesmo, que tinha casado e abandonado um ao outro por muito menos. Nossa verdade sempre foi a de que você era nossa aliança de casamento. Nós o tínhamos convocado para fora de nós mesmos, e você não teve direito a voto. Mesmo que fosse só por esse motivo, você merecia toda a proteção que pudéssemos oferecer. Tudo mais estava subordinado a esse fato. Se isso soa como um ônus, não deveria. A verdade é que devo a você tudo o que tenho. Antes de você, eu tinha minhas questões, mas nada além de minha própria pele estava em jogo, e isso na realidade não era nada, porque eu era jovem e ainda não via claramente minhas próprias vulnerabilidades como ser humano. Mas estava instruído e domesticado pelo simples fato de que, se eu agora caísse, não cairia sozinho.

Foi isso que disse a mim mesmo, finalmente. Era confortador acreditar que o destino de meu corpo e dos corpos de minha família estava em meu poder. “Você terá de se tornar um homem”, dizemos a nossos filhos. “Qualquer um pode fazer um filho, mas é preciso ser homem para ser um pai.” Isso é o que eles me disseram durante toda a minha vida. Essa era a linguagem da sobrevivência, um mito que nos ajudava a lidar com o sacrifício humano que acaba nos alcançando, apesar de nossa hombridade. Como se nossas mãos

REFLEXÕES XXIV

fossem sempre realmente nossas. Como se a pilhagem de energia escura não estivesse no coração de nossa galáxia. E a pilhagem estava aqui, se eu quisesse vê-la.

Certo verão, fui a Chicago ver sua mãe. Desci a rodovia Dan Ryan com amigos e contemplei, pela primeira vez, o State Street Corridor – uma extensão de mais de 6 quilômetros de conjuntos habitacionais decadentes. Havia moradias populares desse tipo por toda Baltimore, mas nada tão abrangente. Essas moradias me pareceram um desastre moral não apenas para as pessoas que lá viviam, mas para toda a região, uma metrópole de pessoas que se transportam todo dia de suas casas para o trabalho e passam por ali, e que com sua muda aquiescência toleram uma coisa dessas. Mas nesses prédios havia muito mais do que eu, mesmo com toda a minha curiosidade, estava preparado para ver.

Sua avó materna uma vez nos visitou durante a gravidez. Ela deve ter ficado horrorizada. Estávamos morando em Delaware. Não tínhamos quase nenhum móvel. Eu havia saído de Howard sem me formar e vivia dos minguados salários de um escritor *freelancer*. No último dia de sua visita, levei sua avó ao aeroporto. Sua mãe era filha única, assim como você é meu único filho. E tendo visto você crescer, sei que para sua avó nada poderia ser mais precioso. Ela me disse: “Tome conta da minha filha.” Quando ela saiu do carro, meu mundo tinha mudado. Senti que tinha transposto algum limiar, saindo do vestibulo de minha vida e entrando na sala de estar. Isso foi antes de você, e então houve o depois, e nesse depois você foi o Deus que eu nunca tinha tido. Eu me sujeitava às suas necessidades, e soube então que tinha de sobreviver por algo maior que o próprio motivo da sobrevivência. Eu tinha que sobreviver por você.

Você nasceu naquele agosto. Pensei no grande espectro humano da Meca – pessoas negras de Belize, pessoas negras com mães judias, pessoas negras com pais de Bangalore, pessoas negras de Toronto e de Kingston, pessoas negras que falavam russo, que falavam espanhol, que tocavam Mongo Santamaría, que sabiam matemática e que trabalhavam em laboratório de análise de ossos para desenterrar os mistérios que envolvem os escravizados. Havia lá mais do que sempre esperei, e eu queria que você o tivesse. Queria

que você soubesse que o mundo, em sua inteireza, nunca poderá ser encontrado nas escolas apenas, nem nas ruas apenas, nem no estojo de um troféu. Queria que você reivindicasse para si o mundo inteiro, como ele é. Queria que uma afirmação como “Tolstói é o Tolstói dos zulus” fosse imediatamente óbvia para você. Contudo, mesmo nesse desejo cosmopolita eu sinto a antiga força da ancestralidade, porque vim a conhecer na Meca o que meus ancestrais fizeram, e fui compelido para a Meca pelo esforço e a luta de meus ancestrais.

Essa luta está em seu nome, Samori – em homenagem a Samori Touré, que lutou contra os colonizadores franceses na África pelo direito a seu próprio corpo negro. Ele morreu no cativeiro, mas os frutos dessa luta e de outras como essa são nossos, mesmo quando o objetivo de nossa luta, como tão frequentemente acontece, nos escapa das mãos. Aprendi isso vivendo num povo que eu nunca teria escolhido, porque os privilégios de ser negro nem sempre são evidentes por si mesmos. Somos, como Derrick Bell^[6] escreveu certa vez, os “rostos no fundo do poço”. Mas há realmente sabedoria aqui embaixo, e essa sabedoria responde por muito do que há de bom em minha vida. E minha vida aqui embaixo diz respeito a você.

Também havia sabedoria naquelas ruas. Estou pensando agora em uma antiga regra que dizia que, se um garoto fosse atacado por estar casualmente num “gueto” alheio, seus amigos deveriam ficar com ele e deviam todos enfrentar juntos a pancadaria. Sei agora que nesse édito jaz a chave de toda uma vida. A nenhum de nós foi prometido que estaremos de pé ao final da luta, os punhos erguidos para o céu. Não podemos controlar o número de nossos inimigos, sua força ou seu armamento. Às vezes deparamos com uma situação bem ruim. Mas, quer se lute quer se corra, devemos fazer isso juntos, porque essa é a parte que está sob nosso controle. O que nunca devemos fazer é entregar voluntariamente nossos próprios corpos ou os corpos de nossos amigos. Esta é a sabedoria: sabemos que não fomos nós que estabelecemos a direção da rua, mas apesar disso podemos – e devemos – conceber o rumo de nossa caminhada. E é este o sentido mais profundo de seu nome – o de que a luta, em si e por si mesma, tem significado.

Essa sabedoria não é exclusiva de nosso povo, mas penso que ela

tem um sentido especial para aqueles de nós que nasceram de um estupro em massa, cujos antepassados foram levados à força, distribuídos como apólices e ações. Eu eduquei você no respeito a todo ser humano como indivíduo, e você deve estender o mesmo respeito ao passado. A escravidão não é uma indefinível massa de carne. É uma mulher escravizada particular e específica, cuja mente é tão ativa quanto a sua, e a abrangência dos sentimentos dela é tão vasta quanto a sua; uma mulher que prefere a maneira com que a luz incide num determinado local da floresta, que gosta de pescar onde a água redemoinha num riacho próximo, que ama a mãe à sua própria e complicada maneira, acha que a irmã fala alto demais, tem um primo predileto, uma estação do ano predileta, que se destaca ao criar e fazer vestidos, e que sabe, bem dentro dela, que é tão inteligente e capaz quanto qualquer um.

“Escravidão” é essa mesma mulher nascida num mundo que proclama em voz alta seu amor à liberdade e inscreve esse amor em seus textos fundamentais, um mundo no qual os mesmos professores mantêm essa mulher como escrava, mantêm a mãe dela como escrava, seu pai como escravo, sua filha como escrava, e quando essa mulher olha para trás por meio de gerações, tudo o que ela vê são os escravizados. Ela pode ter esperança. Pode imaginar outro futuro para seus netos. Mas quando ela morre, o mundo – que na realidade é o único mundo que ela jamais poderia conhecer – termina. Para essa mulher, a escravidão não é uma parábola. É a danação. É a noite que nunca termina. E a duração dessa noite constitui a maior parte de nossa história. Nunca se esqueça de que estivemos escravizados neste país por mais tempo do que temos sido livres. Nunca se esqueça de que durante 250 anos as pessoas negras nasciam acorrentadas – gerações inteiras seguidas de mais gerações que nada conheciam além de suas correntes.

Você deve se esforçar para lembrar esse passado com todas as suas nuances, seus erros e sua humanidade. Você tem que resistir ao impulso tão comum de encontrar uma narrativa confortadora com base nalguma lei divina, em algum conto de fadas sobre a inexorabilidade da justiça. Os escravizados não foram tijolos que pavimentaram o seu caminho, e a vida deles não foram capítulos em

REFLEXÕES XXIV

sua história de redenção. Eles foram pessoas transformadas em combustível para a máquina americana. A escravidão não estava destinada a terminar, e é errado considerar nossa situação atual – não importa o quanto ela tenha melhorado – como a redenção da vida de pessoas que nunca pediram para si a glória póstuma e intangível de morrer por seus filhos. Nossas conquistas nunca serão uma compensação por isso. Talvez nossas conquistas nem sejam a verdadeira questão. Talvez tudo que tenhamos seja a luta, porque o deus da história é ateu, e nada que diga respeito ao seu mundo, à história, deveria necessariamente ser como é. Assim, você deve acordar toda manhã sabendo que nenhuma promessa é isenta de ser quebrada, e menos ainda a promessa de simplesmente acordar. Isso não é desespero. Essas são as preferências do próprio universo: verbos acima de substantivos, ações acima de estados, luta acima da esperança.

O surgimento de um mundo melhor não depende, em última análise, de você, embora eu saiba que todos os dias há homens e mulheres adultos que lhe dizem o contrário. O mundo precisa de salvação exatamente por causa das ações desses mesmos homens e mulheres. Não sou um cínico. Eu amo você, e amo o mundo, e o amo mais a cada centímetro novo que descubro. Mas você é um menino negro, e você precisa ser responsável por seu corpo de uma maneira que outros garotos nunca poderão saber. Na verdade, você também será responsável pelas piores ações de outros corpos negros, que, de algum modo, sempre serão atribuídas a você. E você terá de ser responsável pelos corpos dos poderosos – o policial que bate em você com um cassetete encontrará com facilidade algum pretexto em seus movimentos furtivos. E isso não se reduz a você – as mulheres a sua volta devem ser responsáveis pelos seus corpos de uma maneira que você jamais conhecerá. Você tem de fazer as pazes com o caos, mas não pode mentir. Não pode esquecer o quanto eles tiraram de nós e como transfiguraram nossos corpos mesmos em açúcar, tabaco, algodão e ouro.

Pouco antes de você nascer, dirigindo, fui obrigado a encostar o carro pela polícia do condado de Prince George, a mesma polícia sobre a qual os poetas de D.C. tinham-me advertido. Eles se

aproximaram pelos dois lados do carro, a luz de suas lanternas atravessando os vidros das janelas. Pegaram meus documentos e voltaram para o carro de patrulha. Eu fiquei ali sentado, aterrorizado. Àquela altura eu tinha acrescentado às advertências dos meus professores tudo o que sabia sobre o condado de Prince George lendo relatos e notícias de jornal. E assim eu sabia que a polícia do condado de PG tinha matado Elmer Clay Newman e depois alegado que ele tinha batido a própria cabeça contra a parede de uma cela na prisão. E sabia que tinham atirado em Gary Hopkins e dito que ele tentou agarrar a arma de um policial. E sabia que tinham espancado Freddie McCollum Jr. até ele ficar cego de um olho, e alegaram que ele havia caído de um sótão. E tinha lido relatos desses policiais estrangulando mecânicos, atirando em operários de construção, jogando suspeitos através das portas de vidro de um *shopping center*. E sabia que faziam isso com grande regularidade, como se movidos por algum relógio cósmico invisível. Sabia que atiravam em carros em movimento, atiravam em pessoas desarmadas, atiravam em homens pelas costas e alegavam que eles, policiais, é que tinham estado sob fogo. Esses atiradores foram investigados, exonerados, e logo voltaram para as ruas onde, assim blindados, atiravam novamente. Nessa altura da história americana, nenhum departamento de polícia disparava suas armas mais do que o do condado de Prince George. O FBI abriu várias investigações – às vezes mais de uma na mesma semana. O chefe de polícia foi agraciado com um aumento de salário. Eu repassava tudo isso sentado ali no meu carro, nas garras deles. Seria melhor levar um tiro em Baltimore, onde havia a justiça das ruas e alguém poderia acertar contas com o assassino. Mas esses policiais tinham o meu corpo, podiam fazer com meu corpo o que bem entendessem, e se eu sobrevivesse para contar o que eles tinham feito comigo, a queixa não significaria nada. O policial voltou. Ele devolveu minha licença. Não explicou por que me havia feito parar.

Depois, naquele mês de setembro, peguei o *Washington Post* e vi que a polícia do condado de PG tinha matado novamente. Não consegui evitar o pensamento de que poderia ter sido eu, e segurando você – você tinha um mês de vida – eu sabia que essa perda não seria somente minha. Olhei só de relance a manchete – as

atrocidades que praticavam pareciam ser muito comuns na época. A história se espalhou no dia seguinte, e lendo um pouco mais detalhadamente, vi que quem tinha sido morto era um estudante de Howard. Pensei que talvez o conhecesse. Mas não dei mais atenção ao caso. Três dias depois foi publicada uma foto junto com a história, dei uma olhada e então me foquei mais no retrato – e lá estava ele. Vestia roupas formais, como se estivesse em seu baile de formatura, petrificado no âmbar de sua juventude. Seu rosto era magro, marrom e bonito, e em seu rosto eu via o sorriso aberto e fácil de Prince Carmen Jones Jr.

Não consigo me lembrar do que aconteceu depois. Acho que caí para trás. Acho que contei para sua mãe o que tinha lido. Acho que liguei para a garota de tranças longas e perguntei se era verdade. Acho que ela gritou. Lembro-me com certeza é do que senti: fúria, e a antiga força da gravidade da parte oeste de Baltimore, a gravidade que me condenou às escolas, às ruas, ao vazio. Prince Jones tinha superado tudo isso, e ainda assim eles o mataram. E mesmo sabendo que eu nunca acreditaria em nenhum relato que justificasse o que tinha acontecido, eu me senti e li a história. Havia bem poucos detalhes. Ele tinha sido alvejado por um policial do condado de PG, não no próprio condado, nem mesmo em D.C., mas em algum lugar no norte da Virginia. Prince estava de carro indo ver sua noiva. Foi morto a alguns metros da casa dela. A única testemunha da morte de Prince Jones era o próprio matador. O policial alegou que Prince tinha tentado atropelá-lo com seu jipe, e eu sabia que os promotores acreditariam nele.

Dias depois, sua mãe e eu colocamos você no carro, seguimos para Washington, deixamos você com sua tia Kamilah e fomos ao funeral de Prince na capela Rankin, no *campus* de Howard, onde no passado eu assistia maravilhado ao desfile de ativistas e intelectuais – Joseph Lowery, Cornel West, Calvin Butts – que pregavam naquele púlpito. Lá devo ter encontrado um grande número de velhos amigos, embora não consiga lembrar exatamente quem eram. O que lembro é de todas as pessoas que falaram sobre a devoção religiosa de Prince, sua permanente crença de que Jesus estava com ele. Lembro-me de ter visto o reitor da universidade

levantar-se e chorar. Lembro-me da dra. Mabel Jones, mãe de Prince, falando da morte do filho como um chamado para que ela saísse de sua confortável vida de classe média para o ativismo. Ouvi várias pessoas pedindo que se perdoasse o policial que tinha matado a tiros Prince Jones. Só me lembro vagamente de minhas impressões diante de tudo isso. Mas sei que sempre me senti muito distante dos rituais de luto do meu povo, e devo ter sentido isso poderosamente naquela ocasião. A necessidade de perdoar o policial não me teria tocado, porque mesmo então, de algum modo incipiente e rudimentar, eu sabia que Prince não fora assassinado por um único policial, mas fora assassinado por seu país e por todos os medos que o marcavam desde seu nascimento.

Nos últimos tempos a expressão “reforma da polícia” entrou em voga, e as ações de nossos guardiões públicos têm atraído a atenção presidencial e a de todos que andam nas ruas. Você deve ter ouvido as conversas sobre diversidade, sensibilidade, treinamento, câmeras presas aos corpos de policiais. Tudo isso é muito bom e exequível, mas minimiza o que tem de ser feito, e permite que os cidadãos deste país finjam que existe uma grande distância entre suas próprias atitudes e as daqueles que são designados para protegê-los. A verdade é que a polícia é um reflexo da América em toda a sua vontade e determinação e em todo o seu medo, e a despeito que possamos achar da política de segurança pública deste país, não se pode dizer que ela foi imposta por uma minoria repressiva. Os abusos que se seguiram a essas políticas – o Estado carcerário em expansão, a detenção aleatória de pessoas negras, a tortura de suspeitos – são produtos de uma vontade democrática. Assim, desafiar a polícia é desafiar o povo americano que a enviou aos guetos armada com os mesmos medos autoinduzidos que compeliram as pessoas que pensam que são brancas a fugir das cidades e ir para o Sonho [dos subúrbios de classe média]. O problema com a polícia não é que eles sejam porcos fascistas, mas que nosso país seja governado por porcos majoritários.

Mesmo naquele momento, sentado na capela Rankin, eu já sabia algo disso tudo, embora não pudesse ainda expressá-lo. Assim, perdoar o matador de Prince Jones teria sido para mim algo

irrelevante. O matador era a expressão direta das crenças de todo este país. Educado com consciência, na rejeição do Deus cristão, eu não podia enxergar um propósito maior na morte de Prince. Eu acreditava, e ainda acredito, que nossos corpos são nossos próprios eus, que minha alma é a voltagem conduzida por meus neurônios e nervos, e que meu espírito é minha carne. Prince Jones era um sujeito único, e eles tinham destruído seu corpo, chamuscado seus ombros e seus braços, rasgado suas costas, estraçalhado pulmão, rim e fígado. Eu fiquei ali sentado, me sentindo um herege que só acredita nesta – e única – vida, e no corpo. Para o crime de destruir o corpo de Prince Jones, não acredito em perdão. Quando as pessoas em luto reunidas ali inclinaram suas cabeças em oração, eu estava apartado delas porque não acreditava que do vazio viesse uma resposta.

Passaram-se semanas. Detalhes repugnantes começaram lentamente a vazar. O policial era conhecido como mentiroso. Um ano antes tinha prendido um homem com base em provas falsas. Promotores se viam obrigados a abandonar cada caso no qual o policial estava envolvido. Ele fora demitido, readmitido, depois alocado na rua para continuar seu trabalho. Agora, por intermédio de relatos adicionais, uma narrativa começou a tomar forma. O policial se disfarçara de traficante de drogas. Fora escalado para seguir um homem que tinha 1,63 metro de altura e pesava 113 quilos. Sabemos, do médico legista, que o corpo de Prince tinha mais de 1,90 metro de altura e pesava 96 quilos. Sabemos que o outro homem foi depois preso. As acusações contra ele foram retiradas. Nada disso teve importância. Sabemos que seus superiores mandaram esse policial seguir Prince desde Maryland, passando por Washington D.C. e até a Virgínia, onde ele atirou em Prince diversas vezes. Sabemos que o policial confrontou Prince com a arma na mão, e sem distintivo. Sabemos que o policial alega ter atirado porque Prince tentara atropelá-lo com seu jipe. Sabemos que as autoridades encarregadas de investigar o caso fizeram muito pouco para investigar o policial e fizeram tudo que estava em seu poder para investigar Prince Jones. Essa investigação não produziu nenhuma informação que explicasse por que Prince Jones mudaria repentinamente suas ambições universitárias para a de matança de

policiais. O policial, a quem se outorgara um poder máximo, arcou com um mínimo de responsabilidade. Não foi acusado de nada. Não foi punido por ninguém. Foi reconduzido ao trabalho.

Havia vezes em que eu me imaginava, assim como Prince, perseguido por meio de muitas jurisdições por um homem vestido como um criminoso. E ficava horrorizado, pois sabia o que iria fazer se esse homem me confrontasse, com uma arma na mão, a alguns metros da casa de minha própria família. Tome conta de meu bebê, diria sua avó, o que vale dizer: Cuide de sua nova família. Mas agora conheço os limites de meus cuidados, o alcance de seus poderes, delineados por um inimigo tão antigo quanto o estado da Virgínia. Pensei em todas as belas pessoas negras que eu via na Meca, toda a sua variedade, todos os seus cabelos, todas as suas línguas, todas as suas histórias e geografias, toda a sua incrível humanidade, e nada disso poderia salvá-las da marca da pilhagem e da gravidade de nosso mundo particular. E ocorreu-me então que você não escaparia, que havia homens horríveis que tinham feito planos para você, e eu não conseguiria detê-los. Prince Jones foi o superlativo de todos os meus medos. E se ele, um bom cristão, nobre rebento de uma classe esforçada, santo padroeiro da lógica que diz que os negros devem ser “duas vezes melhor” para alcançar o mesmo que os brancos, podia ser imobilizado para sempre, quem não poderia ser?

E a pilhagem não era só e unicamente a de Prince. Pense em todo o amor que foi investido nele. Pense nos pagamentos à escola Montessori e às aulas de música. Pense na gasolina despendida, nos pneus gastos para levá-lo aos jogos de futebol americano, torneios de basquete, à liga infantil de beisebol. Pense no tempo empregado administrando as festas de pijama. Pense nas festas-surpresa de aniversário, na creche, no controle das *baby-sitters*. Pense nas enciclopédias World Book e Childcraft. Pense nos cheques preenchidos para fotos de família. Pense nos cartões de crédito debitados durante as férias. Pense em bolas de futebol, *kits* de experimentos científicos e de química, autoramas e trens de brinquedo. Pense em todos os abraços, brincadeiras em família, costumes, cumprimentos, nomes, sonhos, todo o conhecimento

partilhado e as capacidades de uma família negra injetados nesse vaso de carne e osso. E pense em como esse vaso foi arrebatado, estilhaçado no concreto, e todo o seu sagrado conteúdo, tudo que nele entrara, fluindo de volta para a terra. Pense em sua própria mãe, que não teve pai. E em sua avó, que foi abandonada pelo pai dela. E em seu avô, que foi deixado para trás pelo pai dele. E pense como a filha de Prince estava agora recrutada para essas fileiras solenes, bem como privada de seu direito nato – esse vaso que fora seu pai, o qual transbordava 25 anos de amor e tinha sido o investimento dos avós dela, e que seria seu legado.

Agora à noite, eu seguro você em meus braços e um grande medo, com a amplidão de todas as gerações americanas, me assalta. Agora entendo pessoalmente meu pai e o velho mantra – “Ou bato eu nele, ou bate a polícia.” Entendo isso tudo, os cabos e fios, os fios de extensão, o ritual do açoite. As pessoas negras amam seus filhos com uma espécie de obsessão. Você é tudo que temos, e você já nos chega em perigo. Penso que preferiríamos matar você nós mesmos a vê-lo morto pelas ruas que a América criou. Essa é a filosofia dos descorporificados, das pessoas que nada controlam, que nada podem proteger, que estão destinadas a temer não apenas os criminosos entre elas, mas também a polícia que age soberana acima delas com toda a autoridade moral de uma gangue de proteção. Foi somente depois de ter você que compreendi esse amor, que compreendi o aperto da mão de minha mãe. Ela sabia que a própria galáxia poderia me matar, que eu poderia, inteiro, ser despedaçado e todo o seu legado despejado no meio-fio como se fosse vinho de má qualidade. E ninguém seria acusado por essa destruição, porque minha morte não teria sido por culpa de qualquer ser humano, mas por culpa do desafortunado, mas imutável fato da “raça”, imposto sobre um país inocente pelo inescrutável juízo de deuses invisíveis. Um terremoto não pode ser incriminado. Um tufão não se curvará a um indiciamento. Eles mandaram o matador de Prince Jones de volta ao trabalho porque ele não era absolutamente um matador. Ele era uma força da natureza, o desamparado agente das forças físicas de nosso mundo.

Todo esse episódio levou-me do medo à fúria que então ardeu em

mim, que me anima agora, e provavelmente me deixará em fogo pelo resto de meus dias. Eu ainda tinha meu jornalismo. Minha reação, naquele momento, foi escrever. Eu tinha sorte de pelo menos poder fazer isso. A maioria de nós é forçada a engolir, pura, a caricatura de nós mesmos e a sorrir disso. Escrevi sobre a história da polícia do condado de Prince George. Nunca na vida algo tinha me parecido tão essencial quanto isso. Eis aí o que eu sabia para começar: o policial que matou Prince Jones era negro. Os políticos que outorgaram a esse policial o poder de matar eram negros. Muitos dos políticos negros, muitos deles “duas vezes melhor”, pareciam estar despreocupados. Como poderia ser? Era como se eu estivesse de volta, novamente em Moorland, chamado por grandes mistérios. Mas então eu já não precisava de fichas de requisição de livros na biblioteca; a internet já florescia como ferramenta de pesquisa. Isso deve surpreender você. Durante toda a sua vida, sempre que tiver uma pergunta você poderá digitar essa pergunta num teclado, vê-la aparecer num campo retangular bordejado pelo logo corporativo, e em segundos fazer uma festa com a inundação de possíveis respostas. Mas ainda lembro o tempo em que as máquinas de escrever eram úteis, o surgimento do computador pessoal Commodore 64, e os dias em que uma canção da qual você gostava teria seu momento no rádio e depois desapareceria no nada. Devo ter passado cinco anos sem ouvir as Mary Jane Girls cantando All Night Long. Para um homem jovem como eu, a invenção da internet foi a invenção da viagem espacial.

Minha curiosidade, no caso de Prince Jones, abriu-me um mundo de recortes de jornal, histórias e sociologias. Eu liguei para políticos e os interroguei. Disseram-me que era mais plausível que os cidadãos pedissem a ajuda da polícia do que reclamassem de sua brutalidade. Disseram-me que os cidadãos negros do condado PG estavam em situação confortável e que tinham “uma certa paciência” com o crime. Eu já tinha visto essas teorias antes, quando fazia pesquisas em Moorland, folheando páginas cheias das várias lutas dentro e fora da comunidade negra. Eu sabia que essas eram teorias, mesmo na boca de pessoas negras, que justificavam as prisões que brotavam à minha volta, que defendiam os guetos e suas moradias populares, que viam a destruição do corpo negro como

incidental na preservação da ordem. Segundo essa teoria, “segurança” é um valor maior que “justiça”, talvez o mais alto dos valores. Eu compreendi. O que eu não daria, lá atrás em Baltimore, para ter uma fileira de policiais, agentes de meu país e de minha comunidade, protegendo meu caminho até a escola! Não existiam tais oficiais, e sempre que via a polícia aparecer isso significava que algo já tinha dado errado. O tempo todo eu sabia que havia alguns, os que viviam no Sonho, para quem a conversa era outra. Sua “segurança” estava em escolas, *portfólios* e em arranha-céus. A nossa estava em homens com armas que só podiam nos olhar com o mesmo desdém da sociedade que os tinha enviado.

E a falta de segurança torna inevitável que seja limitada a sua percepção da galáxia. Nunca me ocorreu, por exemplo, que eu poderia, ou mesmo quereria, morar em Nova York. Eu gostava de Baltimore. Gostava de Charlie Rudo’s e das vendas de calçada em Mondawmin. Gostava de me sentar do lado de fora, na varanda, com seu tio Damani esperando Frank Ski tocar Fresh Is the Word. Eu sempre pensei que estava fadado a voltar para casa depois da faculdade –, mas não simplesmente porque gostava de casa, mas porque não podia imaginar algo muito diferente para mim. E essa imaginação atrofiada é algo que devo às minhas correntes. E, contudo, alguns de nós realmente veem mais do que isso.

Conheci muitos destes na Meca – como seu tio Ben, que foi criado em Nova York, o que o forçava a compreender a si mesmo como um afro-americano navegando entre haitianos, jamaicanos, judeus hassídicos e italianos. E havia outros como ele, outros que, tendo recebido um empurrão de um professor, uma tia, um irmão mais velho, tinham espiado por sobre o muro quando crianças, e como adultos tornaram-se capazes de enxergar a vista completa. Essas pessoas negras sentiam, como eu, que seus corpos poderiam ser arrebatados para trás pelo simples capricho de alguém, mas isso provocava neles um tipo diferente de medo que os projetava no cosmo. Elas passavam semestres no estrangeiro. Nunca soube o que faziam, ou por quê.

Mas talvez eu sempre tivesse tido a sensação de que estava afundando muito facilmente. Talvez isso explique cada garota e toda

garota que eu amei, porque cada garota que amei era a ponte para alguma outra coisa. Sua mãe, que conhecia o mundo melhor do que eu, apaixonou-se por Nova York por meio da cultura, por meio de Amor à Segunda Vista, Bonequinha de Luxo, Uma Secretária de Futuro, do rapper Nas e do grupo de hip-hop Wu-Tang. Sua mãe conseguiu um emprego lá, e eu fui com ela quase como um carona escondido, porque naquela época ninguém em Nova York me pagava para escrever muito sobre qualquer coisa. O pouco que eu fazia, resenhando um álbum ou um livro, só cobria umas duas contas de energia elétrica por ano.

Chegamos dois meses antes do 11 de Setembro de 2001. Suponho que cada pessoa que estava em Nova York naquele dia tenha uma história para contar. Eis a minha: ao anoitecer, eu estava num terraço de um prédio de apartamentos com sua mãe, sua tia Chana e o namorado dela, Jamal. Lá estávamos nós no terraço, falando e olhando a vista – grandes nuvens de fumaça cobriam a ilha de Manhattan. Cada um conhecia alguém que conhecia alguém que tinha desaparecido. Mas ao olhar as ruínas da América meu coração estava frio. Eu tinha minhas próprias catástrofes. O policial que tinha matado Prince Jones, como todos os policiais que nos observam com desconfiança, era a espada da cidadania americana. Eu jamais seria considerado um cidadão americano puro. Eu estava fora de sincronia com a cidade. Fiquei pensando em como o sul de Manhattan sempre tinha sido, para nós, Ground Zero. Lá eles leiloavam os nossos corpos, no mesmo devastado, e assim corretamente intitulado, distrito financeiro. E ali houve uma vez um lugar de sepultamento para os leiloados. Eles construíram sobre parte dele uma loja de departamentos e depois tentaram erguer um prédio do governo em outra parte. Só foram detidos pela ação de uma comunidade de pessoas negras sensatas. Eu não tinha formado, de tudo isso, uma teoria coerente. Mas sabia que Bin Laden não havia sido o primeiro a levar o terror para essa parte da cidade. Nunca esqueci isso. Nem você deveria esquecer. Nos dias que se seguiram assisti à ridícula pompa das bandeiras, ao machismo dos bombeiros, aos desgastados *slogans*. Que se dane tudo. Prince Jones estava morto. E que vão para o inferno esses que nos dizem para sermos duas vezes melhores e assim mesmo atiram

em nós. Que vá para o inferno esse medo ancestral que aterroriza os pais negros. E para o inferno os que despedaçam o vaso sagrado.

Eu não via diferença entre o policial que matou Prince Jones e os policiais que morreram ou os bombeiros que morreram. Para mim eles não eram humanos. Negros, brancos, ou o que fossem, eles eram as ameaças da natureza; eram o fogo, o cometa, a tempestade, que poderiam – sem qualquer justificativa – despedaçar meu corpo.

Trecho do livro *Entre o Mundo e Eu*, a ser lançado pela editora Objetiva em novembro. ●

[1] Região de intensa vida noturna, com bares, boates e tradicionais clubes de jazz em Washington D.C., capital dos Estados Unidos.

[2] Fundada em Washington em 1867, dois anos depois do fim da Guerra Civil Americana, a Universidade Howard foi durante muito tempo o principal centro formador da elite intelectual negra nos Estados Unidos. A escritora e Prêmio Nobel de Literatura Toni Morrison, bem como o primeiro negro a ser escolhido juiz da Suprema Corte, Thurgood Marshall (1908–93), estudaram lá. Ainda hoje, cerca de 90% de seus alunos são negros.

[3] Ta-Nehisi Coates é ateu e diz que a Universidade Howard foi e sempre será sua “única Meca”. Ao mesmo tempo, faz uma distinção entre Howard e “A Meca”: “Essas instituições estão relacionadas, mas não são a mesma coisa. A Universidade Howard é uma instituição de ensino superior [...]. A Meca é uma máquina forjada para capturar e concentrar a energia escura de todos os povos africanos e injetá-la diretamente em seus alunos.”

[4] O Centro de Pesquisa Moorland-Spingarn, parte da Universidade Howard, abriga em sua biblioteca uma das maiores coleções de livros sobre a história dos povos africanos e dos negros norte-americanos.

[5] Uma espécie de atacante, no futebol americano. É um dos atletas encarregados de receber o passe e correr em direção à linha de fundo.

REFLEXÕES XXIV

[6] Derrick Bell (1930–2011) foi o primeiro professor de direito negro contratado por Harvard.

Ta-Nehisi Coates: jornalista e escritor norte-americano, é colaborador da revista *The Atlantic*

Artigo publicado na *Revista Piauí*, edição 108, em setembro de 2015

LUIZ BIANCHI

USP 2024

O Estado de S. Paulo



Um debate sobre o futuro da universidade

Encontro de reitores internacionais promovido pela USP e pelo Estado mostra que os principais desafios das instituições públicas — do financiamento à manutenção da excelência acadêmica — são globais. E podem ser superados de forma conjunta

Rumo aos 90 anos, que serão completados em 2024, a Universidade de São Paulo (USP) está em momento de autoavaliação. Depois de realizar um diagnóstico interno sobre seus 82 anos de vida, a instituição agora compartilha informações com as principais universidades parceiras no exterior para, juntas, abordarem questões semelhantes. O objetivo maior: descobrir o que é preciso fazer para garantir o futuro.

Esse foi o mote da conferência USP 2024, realizada na semana passada na Cidade Universitária e em outros *campi* da instituição, com apoio do Estado. O debate reuniu reitores de cinco universidades estrangeiras com as quais a USP tem parceria: Humboldt de Berlim, de Buenos Aires, de Tsukuba, do Japão, e as francesas Jean Moulin Lyon 3 e Sorbonne Paris Cité.

“A sobrevivência das universidades, como instituições de qualidade, vai requerer mudanças profundas de governança da organização, do desenho do currículo, novas abordagens de ensino, do acesso dos estudantes e de recrutamento e promoção dos professores”, resumiu o reitor da USP, Marco Antonio Zago, na abertura do evento.

Para Zago, alguns desafios são como financiar as universidades e se elas devem ser abertas a todos. As instituições francesas, por exemplo, relataram não ter processo de seleção para ingresso no primeiro ano.

Algumas instituições convidadas são mais antigas que a USP, com grandes conquistas acadêmicas. A Humboldt de Berlim, por exemplo, existe há mais de 200 anos e teve 29 pesquisadores laureados com prêmios Nobel.

Em tom unânime, os reitores presentes apontaram que os desafios de todas as universidades, em tempos de globalização, são muito similares: internacionalização, financiamento, igualdade de gênero, acesso de estudantes, desafio do ensino diante das novas tecnologias e da universalização da informação com a internet, balanço entre quantidade e qualidade na pesquisa e multidisciplinaridade.

“A relevância dessa relação internacional com a USP tem sido uma das coisas mais importantes para procedermos a uma reflexão sobre a própria universidade”, afirma Raul Machado Neto, presidente da Agência USP de Cooperação Acadêmica Nacional e Internacional e organizador do evento. “São universidades em boa parte mais consolidadas, mais tradicionais, e estamos no processo de fazer uma reflexão e adaptar algumas dessas modificações em relação às experiências pelas quais eles já passaram.”

Para Jacques Marcovitch, ex-reitor da USP, o mundo acadêmico está em permanente revolução. “Líderes universitários, no âmbito global, têm sido confrontados com transformações nunca vistas na história do ensino e da pesquisa.” O engajamento social na educação superior, a revolução digital e os crescentes custos do trabalho científico, segundo ele, são desafios para as universidades nos próximos anos.

Para ex-premiê espanhol Felipe González, missão da universidade é educar para cenário de incertezas

Parceiros. Machado Neto explica que as cinco instituições participantes foram escolhidas por causa de seu alto nível de qualidade, mas também por serem todas públicas, como a USP, e por serem parceiras de pesquisa de longa data. Com as universidades de Sorbonne e de Tsukuba, a USP compartilha escritórios. As duas têm sala no *campus* da universidade em São Paulo e a USP conta com um gabinete na instituição francesa, o que facilita o trânsito de estudantes e professores.

Com a Universidade Jean Moulin Lyon, há uma iniciativa de dupla titulação com o curso de Direito, por meio da qual alunos daqui podem fazer aulas extras de direito francês e ganhar o diploma nessa área. Há também um convênio de cooperação acadêmica, com intercâmbio de pesquisadores, em cursos de ciências humanas.

Com a Universidade Humboldt de Berlim estão sendo desenvolvidos um projeto de pesquisa sobre cidades sustentáveis e uma cooperação em medicina. Há um contrato entre o Hospital Charité da Universidade de Berlim com a Faculdade de Medicina da USP para pesquisas em coração, câncer e doenças genéticas.

Existe, ainda, uma aliança com as universidades de Buenos Aires e Autônoma do México, o que envolve a mobilidade de alunos, formação de grupos de pesquisa conjuntos e criação de mostras itinerantes. “Queremos consolidar uma presença ativa nesse cenário latino-americano, que ainda falta”, explicou Machado Neto. “Na América Latina, as universidades podem representar as forças para as mudanças sociais e econômicas”, completou Zago.

José Goldemberg, também ex-reitor da USP e atual presidente da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), explicou que a ideia de planejar o futuro e trocar experiências com os parceiros surgiu após coordenar um estudo sobre os 80 anos da USP, completados em 2014.

“O que descobrimos é que há altos e baixos. Somos uma universidade pública que custa para o povo de São Paulo parte dos seus impostos e, por isso, temos de responder às demandas do povo. A pergunta era: fizemos isso? Em parte, sim, mas a qualidade do trabalho não é tão grande quanto o esperado”, avaliou Goldemberg, em sua apresentação na abertura do evento.

Na opinião do ex-reitor, a USP não pode se acomodar por ser uma das 200 melhores do mundo. “É bom, mas poderia ser melhor. O propósito do nosso estudo não era só olhar o passado, mas buscar o futuro, onde estaríamos em 10, 20 anos. Por isso, convidamos universidades do mundo inteiro para nos dizer como elas estão e por que estão indo melhor do que nós.”

Convidado especial para a discussão, o ex-primeiro ministro espanhol Felipe González, que assumiu pelo período de um ano a Cátedra José Bonifácio da USP, lembrou que a sociedade que queremos no século XXI é a sociedade do conhecimento.

Para isso, segundo ele, o papel da universidade é mais importante que nunca. “Porque define a quantidade e a qualidade do conhecimento das novas gerações”, afirmou. “E temos de treiná-las para transformar conhecimento em algo com valor para a sociedade.”

Adaptação. Ele frisou que o maior desafio que todas as universidades têm pela frente é educar as novas gerações para as incertezas. Para González, a universidade tem de antecipar o futuro, não apenas relatar o passado. “É difícil educar para a incerteza, mas temos a obrigação de fazer isso. É a única maneira de garantir que teremos capacidade de resposta e adaptação às mudanças que teremos.” Isso significa ensinar a ser criativo. “Em 2024, provavelmente haverá 60% a 70% de novas atividades que, todavia, ainda não existem e nem podemos imaginar.”

Os cinco reitores estrangeiros, além de Zago e Goldemberg, estiveram na semana passada no Estado em meio à conferência USP 2024, onde discutiram quais são os principais desafios de suas universidades e o que têm feito, individualmente ou em parcerias para resolvê-los.

Cooperação é chave para pensar sobre questões globais

Reitores da USP ressaltam importância do intercâmbio de experiências, seja na gestão ou em trabalhos acadêmicos

Para a universidade olhar para o futuro, é preciso olhar para os seus pares lá fora. A chamada internacionalização, considerada uma estratégia fundamental para planejar as instituições de ensino superior para as próximas décadas, parece remeter ao passado. Em sua criação, a USP recorreu ao modelo universitário francês, trazendo professores de lá para suas salas de aula. Hoje, no entanto, a ideia é de compartilhar experiências, erros e acertos, e buscar conjuntamente resolver problemas que atingem, em maior ou

menor grau, universidades em todo o mundo.

“Os desafios que temos na Alemanha são bastante semelhantes aos de todas as universidades modernas e isso é resultado da globalização”, afirma Jan-Hendrik Olbertz, reitor da Universidade Humboldt de Berlim. “E alguns problemas atuais que precisamos resolver pela ciência são tão complexos que não é mais possível resolver por uma nação ou uma instituição ou mesmo por uma disciplina. Por isso, precisamos de cooperação internacional.”

Para ele, entre os desafios estão o financiamento — como balancear verba pública e privada — e como manter a excelência. “Um dos pontos principais é a contradição entre ensino e pesquisa. Como garantir que os alunos vão participar de pesquisa de alto nível?” O alto índice de heterogeneidade que se tem na universidade também requer atenção especial na hora de planejar o futuro.

“Precisamos de algumas ideias para inclusão social, para deixar as portas abertas para pessoas jovens, que não deveriam depender do suporte econômico de seus pais para estudar.”

Reitor da Universidade Jean Moulin Lyon 3, Jacques Comby concorda que, em muitos assuntos, as perguntas são as mesmas em várias partes do mundo. Ele observa, no entanto, que as respostas às vezes têm de ser diferentes, levando em conta as características do país ou da região. “Muitas respostas precisam ser locais, por causa do contexto social, econômico ou político”, afirma Comby. “E a universidade é o melhor lugar para se obter essas respostas, baseadas em conhecimento.”

No Brasil, a USP defende a internacionalização para criar um ambiente sem fronteiras ou bandeiras. “Nós queremos que nossos *campi* sejam verdadeiramente internacionais, em parceria não só com ambientes mais consolidados, mas também com os menos consolidados”, explica Raul Machado Neto, presidente da Agência USP de Cooperação Acadêmica Nacional e Internacional. “Nós mandamos e recebemos estudantes. Também enviamos professores e estabelecemos grupos de pesquisa.”

América Latina. Uma das iniciativas é fazer parcerias dentro da

América Latina. Em 2014, por exemplo, a USP criou com a Universidade de Buenos Aires (UBA) e a Universidade Autônoma do México a Aliança Acadêmica Latino Americana. “A região está em um momento difícil de crescimento. Por isso é fundamental fazer alianças entre as universidades. De todo tipo: de inovação pedagógica, para novas tecnologias da informação, para a avaliação das carreiras. E isso traz uma situação de esperança não só para os universitários, mas para a região”, diz Nelida Cervoni, vice-reitora da UBA.

Abordagem multidisciplinar se fortalece em pesquisas

Da epidemia de zika aos estudos climáticos, atuação conjunta propicia resposta mais rápida a vários assuntos complexos

Desafios cada vez mais complexos exigem uma colaboração cada vez maior entre diferentes disciplinas para ser resolvidos, e cabe às universidades fomentar essa multidisciplinaridade para atender às demandas da ciência e da sociedade. A opinião é unânime entre os reitores que participaram da conferência USP 2024. Eles listaram o incentivo a essas parcerias intelectuais como uma das prioridades da academia para os próximos anos.

“Os problemas globais não são simples, são extremamente complexos e exigem respostas interdisciplinares”, disse o reitor da Universidade Sorbonne Paris Cité, Jean-Yves Mérimodol.

Um modelo clássico disso é o estudo das mudanças climáticas globais, que depende de uma forte colaboração entre várias áreas da ciência – incluindo as ciências sociais – para compreensão de suas causas, consequências e soluções, tanto do ponto de vista social, quanto econômico e ambiental.

Isso fica claro ao olhar a lista de autores do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) das Nações Unidas, que inclui desde meteorologistas, especialistas em física atmosférica até bioquímicos, ecólogos, médicos, economistas, sociólogos e antropólogos – cada um contribuindo com uma peça do quebra-cabeça.

O geógrafo Jacques Comby, reitor da Universidade Jean Moulin

Lyon 3, chama atenção para a importância das ciências sociais, muitas vezes relegadas a um segundo plano de importância na hierarquia acadêmica. “A solução para o desenvolvimento não pode ser apenas tecnológica, científica. Precisamos da reflexão e da participação das ciências sociais”, diz o acadêmico francês, que estuda justamente as mudanças climáticas e outras formas de interface entre o homem e a natureza.

O mesmo princípio vale para questões tecnológicas mais específicas. “Por exemplo, se você procura uma nova solução tecnológica para um carro ou um telefone, você precisa das ciências sociais, porque não é só um problema tecnológico, é um problema social também”, diz o matemático Mérindol. “A interdisciplinaridade entre pesquisa básica, tecnologia e ciências sociais é muito importante, tanto para a universidade quanto para a indústria.”

Até mesmo no campo da robótica, a multidisciplinaridade é indispensável, completa o reitor da Universidade de Tsukuba, Kyosuke Nagata. “Imagine que você tenha uma empresa tentando desenvolver um cachorro-robô, que pode ser muito importante afetivamente para homens idosos que perderam suas famílias. Se algo acontece com esse cachorro-robô e ele para de funcionar, você diria que ele está quebrado ou morreu? Nós não sabemos”, diz o reitor japonês, que é biólogo molecular por formação. “Hoje a lei diz que ele está quebrado, mas para o homem velho ele está morto. Nesse caso, precisamos de ajuda da filosofia, de uma colaboração entre robótica e ética, robótica e lógica; e essa área é muito forte na nossa universidade.”

A ideia também foi incorporada numa iniciativa de excelência em pesquisas na Universidade Humboldt de Berlim. O reitor Jan-Hendrik Olbertz contou que há grupos que trabalham ciência da computação com música, ou matemática com comunicação. “Essa abordagem interdisciplinar permite à pesquisa contemporânea um conhecimento mais profundo e amplo.”

Incentivo. Tais parcerias entre disciplinas nem sempre ocorrem naturalmente, dizem os reitores – é algo que precisa ser incentivado pelas universidades, e que pode ocorrer tanto entre departamentos

da instituição quanto entre pesquisadores de países e continentes diferentes.

A importância da interdisciplinaridade também pode ser vista na resposta à epidemia de zika e sua relação com malformações congênitas em bebês, em que virologistas, entomologistas, neurocientistas, geneticistas, médicos e assistentes sociais estão trabalhando em conjunto na busca de uma solução.

USP quer renovar ensino e atrair talentos

Universidade de São Paulo defende ampliar alternativas de ingresso na graduação e quer garantir incentivos à carreira docente

Se as principais questões são semelhantes às de outras instituições de ponta mundo afora, o tamanho da Universidade de São Paulo (USP), com quase 100 mil alunos, e as especificidades do ensino superior no Brasil representam desafios adicionais para os próximos dez anos. Em entrevista ao Estado, o reitor da USP, Marco Antonio Zago, e o ex-reitor José Goldemberg, hoje à frente da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), apontam esses desafios e indicam possíveis soluções. Ambos defendem contato mais próximo com a iniciativa privada e diversificação das fontes de verba além dos recursos públicos, principalmente com a crise econômica do País. Para eles, também é preciso modernizar as práticas de salas de aula, com mais foco no método do que no conteúdo, e investir na atração de talentos – múltiplas portas de entrada e mais incentivos para quem se interessa por graduação, pesquisa ou docência.

Quais são os principais desafios da USP nos próximos dez anos?

ZAGO. São desafios similares aos de outras universidades do mundo. Passam pela questão de financiamento. No caso da USP, a busca de outras fontes de recursos além daqueles que vêm estritamente do governo do Estado. Em segundo lugar, a seleção de estudantes para a universidade. É claro que o panorama do Brasil é muito diverso em relação aos outros países, em que praticamente não há restrição à entrada na universidade. E aqui temos uma

enorme competição: no caso da USP, de dez candidatos para uma vaga. Temos a questão da seleção dos professores e a progressão na carreira docente, a valorização das diferentes atividades da universidade. Na USP, é certo que muitos dos cursos são de elevada qualidade, são os melhores do Brasil em determinadas áreas, mas isso não se aplica genericamente a todos. Precisamos de melhoria. O financiamento é também importante porque implica na questão da universidade com a sociedade que a mantém e não só a relação com os governos. E, finalmente, temos a questão da governança, como as universidades escolhem os seus dirigentes, como os docentes ascendem na carreira, como a universidade escolhe reitor, os diretores, enfim.

GOLDEMBERG. A USP atingiu a maturidade após seus 80 anos de existência. Ela tem quase 100 mil alunos, mais de 5 mil professores e os quadros são mais ou menos estáveis, com a crise econômica do País e a diminuição dos seus recursos. E com o fato de a universidade não poder crescer infinitamente, ela enfrenta problemas de renovação e manutenção da qualidade. Como não ficar estagnado? É necessário aproveitar o fato de que muitos professores estejam se aposentando para escolher professores jovens, mais agressivos e mais dotados. Isso é um pouco difícil de fazer em universidades públicas, como a USP, em que as pessoas fazem concurso e são estáveis. Não é como nas universidades estrangeiras, em que há uma espécie de competição permanente. A razão pela qual a universidade funcionou bem nos primeiros anos foi porque atraiu jovens talentosos que estavam espalhados pelo País todo. Para a sociedade brasileira, no momento em que está agora, a inovação é muito importante. Depois de 80 anos de um sucesso razoável, as pessoas tendem a ficar confortáveis. É preciso ter novos desafios.

O governo japonês estabeleceu três classificações de universidade: as globais, as nacionais e as de revitalização social, priorizando algumas universidades de excelência para ter competitividade internacional, inclusive com aportes extra de recursos. É uma experiência que já foi feita na Califórnia, nos Estados Unidos, e em outros

lugares do mundo. O senhor acha que no Brasil deveríamos ter uma priorização de algumas universidades para termos competitividade internacional?

ZAGO. Não se trata apenas de competitividade internacional. Trata-se de usar melhor os recursos para atender uma parcela maior da população, fazendo cada instituição assumir a vocação que tem. Há a experiência japonesa, a da Califórnia. Mas outros países estão adotando isso de maneira ativa, como a Alemanha e a Rússia, que elegeram instituições para competição internacional. Agora, isto não diz respeito à USP. É minha visão mais ampla sobre o ensino universitário. Temos quase 70 universidades federais e, certamente, qualquer um seria capaz de dizer que elas não são exatamente iguais e não deveriam ter a mesma visão. Essa questão prática caberia, inicialmente, ao governo federal. Porque, no caso do Estado de São Paulo, as três universidades públicas estaduais (USP, Unicamp e Unesp) cabem nessa categoria de universidades globais.

A universidade tem condições de crescer e, ao mesmo tempo, atender essa demanda de acesso sem comprometer a qualidade das suas atividades acadêmicas?

GOLDEMBERG. Não creio. A USP atingiu um tamanho em que vai ser impossível aumentar o número de estudantes e de professores. Já é uma das maiores universidades do mundo, com cerca de 100 mil alunos. A competição é muito grande, evidentemente, e é uma das razões pelas quais a universidade é boa. A universidade atingiu o seu limite e a situação econômica que está enfrentando hoje mostra que ela recebe das verbas do Estado aproximadamente 5% do ICMS, mas isso já está se mostrando insuficiente para atender às necessidades todas de uma universidade de ensino e pesquisa. Se ela fosse só de ensino, bastaria. O caminho é criar outras instituições. Não existe razão para que todas as universidades brasileiras sejam de ensino, pesquisa e prestação de serviço à comunidade. É impossível. Isso precisaria mudar. O Estado da Califórnia, que você citou, tem uma quantidade muito grande: são os *community colleges*, que não são universidades de quatro anos, mas de dois anos. A expansão do ensino superior no Brasil – talvez não no País, mas no Estado de São Paulo – passa pela adoção do

modelo de *community colleges*.

Como a USP pode melhorar a relação com o setor privado em busca de verbas e parcerias?

ZAGO. De várias formas. Em primeiro lugar, a questão central é a própria universidade se convencer de que essa é uma via não só possível, como necessária. Não só porque está ficando claro que o padrão de financiamento da universidade baseado apenas em recursos vindos do Tesouro do Estado tem muitas limitações. Neste momento, por exemplo, temos uma crise econômica grande no País, com redução na arrecadação de ICMS. A universidade não pode ficar dependendo estritamente dessas variações. Em segundo lugar, porque é benéfico para a universidade manter uma relação mais clara com a sociedade. Essa relação implica não só uma mudança nos padrões de financiamento, mas também uma oportunidade para que a sociedade possa contribuir para o planejamento, a gestão e a vida da universidade.

GOLDEMBERG. As fundações que existem na universidade, como a Fusp e várias outras, fazem um pouco essa ponte. A queixa no passado era de que o professor universitário não queria saber da realidade. Queria fazer trabalhos acadêmicos e a indústria não tinha como atingir a universidade. Já há esses mecanismos (*de aproximação entre a academia e os meios produtivos*). É preciso aumentá-los, atraindo o setor privado. As universidades públicas americanas e algumas privadas sem fins lucrativos já enfrentaram esse problema com sucesso no passado.

ZAGO. Essa é a linha que estamos procurando seguir. Isso exige duas coisas. Primeiro, existem essas fundações, um dos braços que podem ser usados para isso. Mas ainda falta a universidade tomar uma clara posição formal com relação a essas fundações. Vive-se em certa zona cinzenta, em que um grupo de pessoas na universidade valoriza essas fundações, se utiliza delas. Elas têm um papel importante, complementar na universidade. Mas há grupos que negam sua importância e entendem que isso é uma forma de parasitismo. Teremos de caminhar na regulamentação clara na função dessas fundações na universidade e o Conselho Universitário

(*órgão máximo da USP*) terá de se manifestar. Da última vez em que houve tentativa de fazer isso, o Conselho Universitário foi impedido de discutir o assunto. Mas ele retornará porque isso é fundamental para que se possa progredir. Se quisermos que isso tome uma proporção maior e traga contribuição significativa do ponto de vista financeiro para a vida da universidade, é necessário que tudo isso esteja muito transparente, regulamentado, e que as contas possam sempre ser examinadas por todos. Não inventaremos nada, mas simplesmente dando maior clareza para o funcionamento do que já existe. (*A reitoria*) pretende propor (*um regramento para as fundações*). Espero que seja neste ano. Não é viável imaginar que nos próximos decênios a universidade ficará presa exclusivamente ao modelo de financiamento estabelecido há mais de 20 anos. Foi muito bom, deu enorme liberdade para as três universidades públicas paulistas, mas a experiência está demonstrando que precisamos de outros mecanismos.

GOLDEMBERG. Nas universidades do exterior, a escolha de novos professores depende dos diretores das unidades, dos deanos. Há muita liberdade e concorrência. Quando aparece um sujeito talentoso do Alabama, duas ou três universidades de primeira linha, como Harvard, tentam atrair essa pessoa oferecendo vantagens. No Brasil, isso não é possível, porque no funcionalismo público os salários são todos iguais. Isso sempre foi considerado um obstáculo grande. Mas o que reparo, com otimismo, é que cada vez que há um concurso em São Carlos, ou na Medicina, quando um professor se aposenta, aparecem vários candidatos. É um sinal de vitalidade. Em um passado mais distante, algumas dessas cátedras eram quase hereditárias. Isso acabou. Agora existe competição. Há muita competição para os doutores também, no começo da carreira. O melhor, evidentemente, seria dispor dos mecanismos que os reitores de outras universidades estrangeiras têm para atrair os mais competentes e mais promissores. Os órgãos do governo estão começando a introduzir alguns mecanismos, como no CNPq (*Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, agência de fomento federal*) com bolsas de excelência, e na Fapesp. No fundo, são gratificações pelo mérito. Mas são muito pequenas ainda. A ideia de que todos os doutores da USP ganhem o mesmo

tanto, no fundo, desencoraja a criatividade. Deveria haver maneiras de prestigiar os mais empreendedores, inclusive os mais ambiciosos. Ambição faz parte da vida, inclusive de sucesso na ciência.

ZAGO. Existe uma questão que precisa ser adicionada. Por ser a universidade mais destacada do País, atrai automaticamente os jovens mais talentosos. E sempre ofereceu vantagens, em termos de vencimento, pelo menos equivalentes às de outras universidades. Agora temos uma situação séria, que pode significar a perda de competitividade das universidades públicas paulistas. A questão do teto salarial. Estamos limitados por um dispositivo constitucional, em que o teto dos professores da USP corresponde ao subsídio do governador. Sem entrar no mérito da questão, devemos lembrar que, no Estado de São Paulo, há três universidades federais que têm outro teto. Se essa situação persistir, não tenho dúvida de que um jovem talentoso vai preferir um concurso em uma federal que na USP. Isso será, em longo prazo, destrutivo para a nossa universidade.

Como a universidade – a USP mais especificamente – pode preparar os jovens para um cenário de incertezas e para carreiras que estão se transformando ou para as que nem existem ainda e vão existir em alguns anos?

ZAGO. Esta é uma missão difícil, mas possível de ser realizada. Ela exige que a universidade se modernize na abordagem aos currículos, aos cursos e às estruturas dos cursos. Esse é um dos pontos em que eu e a Pró-reitoria de Graduação da USP temos trabalhado. Começamos reduzindo a rigidez burocrática da universidade, que fazia qualquer mudança nos cursos levar dois ou três anos para entrar em vigor. Isso foi resolvido. Temos hoje as unidades tratando das suas estruturas curriculares e colocando em prática imediatamente aquilo que decidem. É preciso insistir muito mais nos métodos do que no conteúdo. Nas universidades latino-americanas, nós temos, em geral, muita preocupação com conteúdo, com abranger o conteúdo completo sempre, de qualquer assunto que se fale, e com o currículo ser abrangente. Enquanto isso, as universidades mais bem-sucedidas tratam muito mais do método do

que do conteúdo. Porque, na verdade, estamos falando de ensinar e treinar o estudante a tirar suas conclusões e resolver seus próprios problemas. Muito mais do que fazer com que ele se torne um indivíduo versado em um catálogo de conhecimentos já estabelecidos. Essa mudança de perspectiva, portanto, exige a redução das cargas horárias para disciplinas tradicionais e um aumento das atividades que envolvam o estudante para resolver problemas. É só dessa forma que podemos treinar o aluno para algo que não sabemos o formato que terá. Tem de treinar em habilidades mais básicas: capacidade de comunicação, capacidade de trabalhar em grupo e resolver problemas. Trabalhar em grupo não é fácil. É algo que muitas pessoas acabam sendo incapazes de se adaptar depois. Não se trata somente de treinar para ser líder. Mas treinar para aceitar a liderança de outro, para que o grupo seja positivo.

GOLDEMBERG. Isso está sendo feito em grande escala na universidade. É reforçar os cursos básicos. E não tentar dar uma formação bitolada. Se quiser formar engenheiros, não pode usar uma grande parte do seu tempo de aula e de laboratório ensinando como se faz usinas hidrelétricas. Tem de ensinar os princípios fundamentais, porque daqui a 20 anos as usinas não serão construídas como eram no passado.

ZAGO. Nesse aspecto, há outra questão que muitas vezes as pessoas não se dão conta. O que justifica uma universidade de pesquisa é sempre a capacidade de dar formação de melhor qualidade. Não é, como muitas vezes as pessoas pensam, que o professor faz seus experimentos, escreve seus artigos e vai mostrar este resultado na sala de aula. É porque o ambiente de pesquisa cria, para os estudantes também, este ambiente de especulação, de examinar resultados, de relação causa e efeito. Na USP, muitos estudantes fazem iniciação científica, que pode ocorrer em qualquer área do conhecimento. E em que se resume a iniciação científica? Um professor propõe um problema para um estudante, que tenta resolvê-lo sob supervisão. Isto é: ele vai olhar os antecedentes, o que já existe, o que foi publicado, qual é a situação. Ele vai montar um experimento ou fazer uma arquitetura especulativa, para pensar a respeito daquilo. O aluno vai obter seu próprio resultado e suas

conclusões, e depois vai relatar isso. O aluno que passou por essa experiência é um aluno completo. Se o estudante passou pela universidade e aprendeu o método científico, ele está preparado para a vida. A história de ele saber qual é o último protocolo para tratar enfarte do miocárdio é simplesmente um apêndice. Não é isso que vai diferenciar o estudante universitário bem formado, que vai trazer grandes benefícios para a sociedade, daquele outro que tem uma formação superficial, que aprendeu um conjunto de regras, que dentro de dez anos estão completamente desatualizadas.

Neste debate sobre acesso e excelência, qual é o futuro da USP no universo da inclusão e das ações afirmativas – cotas, bônus, métodos de entrada?

ZAGO. Uma coisa é fácil de responder: diversificar os métodos de entrada é uma boa solução. O que nós buscamos são alunos de excelência, aqueles que podem render mais para a sociedade. É fácil de entender que selecionar estudantes que estão no fim do ensino secundário, buscando aqueles que têm melhores condições, não é um processo simples. Os talentos podem ser buscados de formas diversas. Por isso, digo: diversificar os métodos de entrada. O vestibular que a USP usa, a Fuvest, é um sistema bom. É muito exigente, seleciona os alunos que estão bem treinados para aquele sistema. E nós sabemos a origem dos alunos que estão bem treinados para aquele sistema: aqueles das camadas mais favorecidas da sociedade têm mais chances de estarem ali. É um sistema que tem mais chances de retroalimentar essas diferenças sociais. Na medida do possível, temos de intervir. Não é para desfavorecer os que vêm de famílias mais abastadas, mas para que não percamos talentos outros que existem na sociedade. Ao lado do sistema vestibular que temos, há que buscar outras saídas. A USP já tem duas: uma é o sistema de bônus e a outra é o Sisu (*Sistema de Seleção Unificada, plataforma digital em que os alunos disputam vagas públicas com a nota do Exame Nacional do Ensino Médio, o Enem*). Ambas estão contribuindo para favorecer a entrada de grupos antes desfavorecidos na universidade. Se isso é suficiente ou não, é o tempo que dirá. Neste ano, pretendo conduzir uma discussão a respeito disso na universidade. Vamos examinar os

resultados que já obtivemos. Podemos aumentar a inclusão sem comprometer a qualidade.

A ideia é retomar o debate sobre as cotas na universidade?

ZAGO. O reitor não tem opinião fechada com qualquer dos métodos que sejam adotados. A minha preferência é de que usemos mais de uma alternativa (*de ingresso na universidade*) para ampliar a inclusão social.

Garantir mais recursos à USP está entre desafios comuns

Crise econômica reduziu repasses públicos, obrigando universidades a buscar novas fontes de financiamento

Fomentar a internacionalização e a interdisciplinaridade; desenvolver novos modelos pedagógicos, adaptados ao mundo digital e à universalização do acesso à informação; promover a inclusão social e aumentar a produção científica, sem prejuízo à qualidade do ensino ou da pesquisa. Todas essas questões, apontadas como prioritárias pelos reitores na conferência USP 2024, exigem um fator em comum: a saúde financeira de suas instituições.

A escassez de recursos é um problema crônico de grande parte das universidades públicas do mundo, agravado em tempos de crise econômica, como a que vivem o Brasil e alguns países da Europa. Diante do enxugamento das contas, do esfriamento da economia e da consequente redução na arrecadação de impostos, instituições que dependem majoritariamente de dinheiro público para compor seu orçamento veem-se desafiadas a encontrar novas fontes de recursos.

“É uma questão de sobrevivência”, diz o francês Jacques Comby, reitor da Universidade Jean Moulin Lyon 3. “Com a crise econômica, o financiamento estatal diminuiu muito. Se não desenvolvêssemos recursos nossos, ficaríamos em uma situação muito crítica em cinco ou dez anos.”

Segundo ele, nos últimos cinco anos a universidade aumentou suas fontes próprias em 40% e, com isso, conseguiu reduzir a

dependência do governo em 30%. Uma das soluções foi investir em parcerias com o setor privado. “Muitos dizem que isso é perigoso, mas depende de como você faz”, pondera Comby. “Você escolhe o parceiro e as condições de parceria.”

A Universidade de São Paulo (USP) busca um caminho semelhante. Para o reitor Marco Antonio Zago, as parcerias com o setor privado não são apenas “necessárias”, do ponto de vista orçamentário, mas também “benéficas para a sociedade”, no sentido de fomentar a inovação tecnológica e facilitar a transformação do conhecimento acadêmico em produtos e soluções concretas.

“É muito importante ter boas colaborações entre universidades e empresas”, concorda o reitor Jean-Yves Mérindol, da Universidade Sorbonne Paris Cité. “Temos de ser cuidadosos, porque pode haver conflito de interesse. Mas ser cuidadoso não significa ser contra o princípio da colaboração. Ela é absolutamente necessária.”

O reitor da Universidade Humboldt de Berlim, Jan-Hendrik Olbertz, ressalta que as parcerias público-privadas têm de cuidar para não comprometer a autonomia – financeira ou intelectual – das universidades. “É um assunto de responsabilidade pública. Parece simples, mas precisamos de mais dinheiro do lado público para garantir nossa independência, nossa liberdade”, afirma. “Se estou procurando por dinheiro de outra fonte, então ela tem expectativas. Por isso acho que é uma questão de encontrar um bom balanço.”

Experiência. O tema é polêmico no Brasil, onde muitos veem a aproximação como uma espécie de “privatização” das instituições públicas. Nas universidades mais conceituadas do mundo, porém, como Caltech, Oxford, Harvard e Stanford, a interação da pesquisa acadêmica com a indústria não só é bem vista como estimulada.

Para o reitor da Universidade de Tsukuba, Kyosuke Nagata, é a forma mais eficiente de transformar conhecimento básico em novas tecnologias. “Temos de colaborar com a indústria. Eles são os profissionais em transformar ciência básica em algo útil para a sociedade.” Mais do que isso, é preciso incentivar o empreendedorismo e a criação de empresas, acrescenta Mérindol.

“Por isso investimos em *startups* geradas nos laboratórios e esperamos que elas cresçam e se desenvolvam”, diz o reitor da Sorbonne em Paris. “É muito importante apoiar essas empresas, especialmente no início.”

Júlio de Mesquita Filho inspirou criação da USP

Universidade tem vocação internacional desde a fundação, reunindo jovens professores europeus que se tornaram referência mundial

O jornalista Júlio de Mesquita Filho dedicou os anos de exílio em Portugal, após a derrota da Revolução Constitucionalista de 1932, ao planejamento da maior obra de seus sonhos: a criação de uma universidade em São Paulo. Quando o engenheiro Armando de Salles Oliveira, seu cunhado e acionista do jornal O Estado de S. Paulo, foi nomeado interventor e o convidou para coordenar a comissão encarregada de levar o projeto adiante, ele já sabia o que fazer para a construção de um sistema universitário capaz de buscar solução para as deficiências do ensino em todos os seus níveis.

“O principal problema com que lutamos, problema número 1, primacial² do País, era, sem dúvida alguma, o do seu ensino superior”, dissera Júlio de Mesquita Filho, ao comentar as conclusões de uma série de entrevistas feitas pelo sociólogo Fernando de Azevedo, em 1926, com personalidades de destaque sobre o aparelho cultural do Estado e a necessidade de se fundar, em São Paulo, a primeira universidade brasileira. Júlio de Mesquita Filho vinha pensando nesse projeto desde 1925, quando publicou o livro *A Crise Nacional*, no qual sugeria a reforma do ensino.

O jornalista participou, antes da revolta dos paulistas contra Getúlio Vargas, de uma comissão nomeada pelo governo estadual para preparar a futura universidade, trabalhando ao lado de Fernando de Azevedo, Lúcio Rodrigues e Raul Briquet.

Na redação do *Estado*, que logo abraçou a causa, a discussão atraiu outros colaboradores, entre os quais Paulo Duarte. O projeto já

² **Primacial**: em que há, ou a que se atribui primazia; primordial.

estava maduro na cabeça de seu principal formulador quando os Mesquita — Júlio e seus irmãos Francisco e Alfredo — foram lutar nas trincheiras da Revolução de 1932.

Tratando-se de projeto amadurecido desde o inquérito sobre a educação, na redação, na prisão e no exílio, a proposta foi implantada com rapidez: a USP foi criada em 25 de janeiro de 1934, aniversário de São Paulo, por decreto de Armando de Salles Oliveira, nomeado interventor por Getúlio Vargas, numa tentativa de reconciliação com os paulistas. Mais uma vez, Júlio de Mesquita Filho integrava a comissão encarregada de montar a instituição, agora ao lado de Fernando de Azevedo, Almeida Júnior, Fonseca Telles, Raul Briquet, André Dreyfus, Rocha Lima, Agelisan Bittencourt e Vicente Rao.

A USP nasceu como uma universidade pública, leiga, gratuita, pluralista e democrática, no ensino e na pesquisa. O núcleo central foi a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, recém-criada, à qual se juntaram as tradicionais Escola Politécnica, Faculdade de Medicina e Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, além da Faculdade de Medicina Veterinária, a Escola Superior de Agricultura, de Piracicaba, o Instituto Biológico e o Instituto Butantã. A Cidade Universitária, mais tarde batizada de Armando de Salles Oliveira, era já um sonho de Júlio de Mesquita Filho.

Incumbido de coordenar a contratação de professores europeus, o jornalista pediu o auxílio do psicólogo francês Georges Dumas, professor da Sorbonne e seu amigo, entusiasta da modernização acadêmica. O professor Teodoro Ramos foi enviado a Paris para conversar com Dumas e efetivar a contratação. Eram jovens desconhecidos que se tornariam figuras ilustres 20 anos mais tarde, como Fernand Braudel, Claude Lévi- Strauss e Jean Maugué.

Júlio de Mesquita Filho convidava a equipe a reunir-se em sua casa para discutir os rumos da nova universidade. De Dumas, ele ouviu o elogio de que a USP fazia bem em contratar jovens talentos capazes de se beneficiar de sua experiência no Brasil, em vez de trazer medalhões europeus.

O jornalista tomou o cuidado de evitar docentes clericais, fascistas e

REFLEXÕES XXIV

nazistas, para garantir um perfil pluralista e democrático. O resultado motivou Dumas a cumprimentar o diretor do Estado pela organização da universidade, especialmente da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. “Contam vocês com uma das mais belas faculdades que se possa desejar, pois em nenhuma das faculdades da França existe um conjunto de professores igual àquele que representa atualmente nossa cultura em São Paulo.”

Como afirmou em 25 de janeiro de 1937, em seu discurso de paraninfo da primeira turma formada pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Júlio de Mesquita Filho considerava ser “de capital importância para as nacionalidades a organização de um ensino secundário capaz de suscitar valores e capacidades em condições de construir uma sólida elite dirigente”.

Em 1976, o então governador Paulo Egydio Martins prestou uma homenagem ao jornalista, dando o seu nome à Universidade Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp), que se somou à Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e à USP para se tornar a terceira universidade pública de São Paulo. ●

Estudo publicado no jornal *O Estado de S. Paulo* no dia 16 de março de 2016

Um soldado de Lampião no banco dos réus da história

Adriana Negreiros



Em 1927, a então próspera cidade de Mossoró conseguiu uma inédita vitória militar sobre as tropas de Lampião. A população local se armou, montou barricadas e ofereceu resistência. Surpreendidos, os cangaceiros bateram em retirada, mas um deles, Jararaca, acabou sendo capturado.

De todas as crueldades atribuídas ao cangaceiro José Leite de Santana, vulgo Jararaca, a mais famosa consistia em arremessar crianças para o alto e apará-las com a ponta do punhal. Trespassados pela lâmina, garotinhos leves o bastante para ser lançados na direção do sol morriam lenta e dolorosamente, em meio aos gritos dos pais – e às gargalhadas do cangaceiro.

Além de assassino sádico e cruel, Jararaca – “Forte, resistente, ágil, moreno-escuro, atirador exímio, grande lutador de facas”, na descrição do historiador Luís da Câmara Cascudo – também carrega fama de pecador santificado pelo martírio. O túmulo onde jaz, no Cemitério São Sebastião, na cidade de Mossoró, recebe constantemente a visita de fiéis em busca de milagres. Nas celebrações de Finados, em 2 de novembro, é a sepultura mais visitada daquele município do oeste do Rio Grande do Norte, a 280 quilômetros de Natal. Diante da lápide, os devotos depositam cestos de flores, laços de fita e velas acesas.



REFLEXÕES XXIV

Não raro também se encontram, entre as oferendas, preservativos usados – uma das crenças locais é a de que Jararaca intervém em casos de fraqueza sexual aos que se entregam ao amor por sobre seus restos mortais.

Na manhã do último dia 9 de junho, uma sexta-feira, a nata da intelectualidade mossoroense reuniu-se no salão do tribunal do júri, no Fórum Desembargador Silveira Martins, para tentar chegar a um veredicto sobre a figura algo dúbia de Jararaca. Três advogados, uma professora, um padre, um jornalista e um médico formavam o conselho de sentença do tribunal simulado que decidiria, noventa anos depois de sua morte, se o cangaceiro deveria entrar para a história como bandido sanguinário ou vítima da opressão do Estado.

Nascido em 5 de maio de 1901 na cidade de Buíque, no agreste pernambucano, Santana é um dos personagens centrais do episódio mais glorioso da história de Mossoró: a vitória da resistência local ante a tentativa de invasão da cidade pelo bando de Virgulino Ferreira da Silva, o Lampião, o Rei do Cangaço.

Em 1927, quando decidiu conquistar Mossoró, Lampião já era o grande terror dos sertões, o bandido mais temido de toda a história do Nordeste. Superara, em fama e prestígio, os ilustres cangaceiros que o antecederam, como o pernambucano José Gomes, o Cabeleira (celebrizado no romance de mesmo nome, de Franklin Távora); o baiano Lucas Evangelista, o Lucas da Feira; e o potiguar Jesuíno Brilhante. Lampião e seus asseclas espalhavam violência por onde passavam, praticavam saques, incêndios e assaltos. Com um punhal de 80 centímetros, Virgulino furava os inimigos – rendidos e ajoelhados –, próximo ao osso situado logo abaixo do pescoço, a chamada saboneteira, descendo pelo corpo em linha diagonal e fazendo sangrar os grandes órgãos. O procedimento impunha à vítima uma morte vagarosa, ao gosto dos cangaceiros.

Pela habilidade de escapar à perseguição das forças policiais, Lampião já havia, àquela altura, sido elevado à categoria de lenda. Nas décadas de 1920 e 1930, era uma figura onipresente nos jornais, revistas e até na cena cultural do país. Em 1926, um ano antes do

ataque a Mossoró, a peça Manda Chuva de Lampião garantiria uma rentável bilheteria ao Teatro Carlos Gomes, no Rio de Janeiro. O Rei do Cangaço gostava de atribuir a boa sorte de não ser capturado à proteção de padre Cícero, de quem era devoto, e ao fato de ter o “corpo fechado”. Na verdade, o fator decisivo para o sucesso das fugas do bandido era, além de seu sofisticado senso estratégico, o apoio de muitos líderes políticos e coronéis da região, a quem seu bando servia como uma espécie de milícia. Embora muitos estudiosos tenham tentado compreender Virgulino Ferreira da Silva a partir do viés marxista da luta de classes – o que lhe conferiria certo caráter de Robin Hood sertanejo –, o fato é que ele atendia, sobretudo aos interesses da elite agrária.

A notícia de que Lampião avançava na direção de Mossoró chegou aos ouvidos dos moradores em abril de 1927. À época, a capital do Oeste Potiguar, como seus habitantes ainda gostam de intitulá-la, já era um dos municípios mais importantes do interior nordestino. Com 20 mil habitantes, localizada no meio do caminho entre duas capitais – Natal e Fortaleza –, em nada se assemelhava às pequenas cidades onde Lampião e seu bando saqueavam o comércio, invadiam salas de cinema e interrompiam festas de casamento, muitas vezes mandando os convidados tirarem a roupa e dançarem nus.

Mossoró sediava, àquela altura, um dos maiores parques salineiros do país e três firmas de descaroçamento e prensa de algodão, o chamado “ouro branco”. Também tinha uma agência do Banco do Brasil e três jornais – um deles, O Mossoroense, circulava desde 1872. As filhas e mulheres dos barões do sal e do algodão mandavam confeccionar seus vestidos com tafetás e sedas que chegavam da França e da Inglaterra pelo porto de Areia Branca, município litorâneo vizinho.

O presidente da Intendência Municipal de Mossoró era, ele próprio, um vistoso representante da elite salineira. Aos 55 anos, magro, bigode pincel e porte elegante – mesmo no excruciante calor



mossoroense, não dispensava o terno e a gravata-borboleta –, Rodolfo Fernandes possuía, como Lampião, aguçado senso estrategista. Ao ser informado de que o cangaceiro-mor já se encontrava em território norte-rio-grandense, acionou o alerta vermelho. Seus conselheiros mais próximos, entretanto, achavam aquela preocupação um exagero. Virgulino podia ser ousado, mas não era maluco a ponto de tentar a sorte em uma potência como Mossoró, diziam seus interlocutores. Ademais, a Catedral de Santa Luzia tinha duas torres. E, como se sabia, Virgulino costumava dizer que “cidade com mais de uma torre de igreja não é lugar para cangaceiro”. Não se tratava de superstição, mas de raciocínio lógico – municípios com tal característica eram maiores e, portanto, mais difíceis de dominar.

Durante alguns dias, Fernandes dedicou-se a elaborar um plano de resistência. Deixou os homens da cidade de sobreaviso para que, ao primeiro sinal, despachassem mulheres, idosos e crianças para as cidades vizinhas e engrossassem as trincheiras oficiais. Recorreu aos industriais e comerciantes da cidade e apurou 23 contos de réis para a aquisição de cinquenta rifles e fuzis, além de 9 mil cartuchos.

O intendente já tinha informações de que, em Apodi, distante apenas 80 quilômetros dali, sob o comando do cabra Massilon – que, por ser da região, liderava a incursão pelo estado –, o bando invadira a cadeia e roubara os revólveres dos praças. Não que armas fossem artigo em falta entre eles. No ano anterior, 1926, Lampião e seus asseclas haviam sido convocados para formar os batalhões patrióticos e combater a Coluna Prestes no sertão nordestino, tarefa conduzida pelo deputado federal Floro Bartolomeu, com a anuência de padre Cícero. Os bandoleiros nunca chegaram, de fato, a correr atrás da Coluna – mas garantiram, além de uma falsa patente de capitão para Virgulino, novíssimos fuzis de uso exclusivo do Exército para o bando.

O coronel Antônio Gurgel, um dos barões da região, acompanhava, angustiado, a evolução do grupo. Sua esposa passava uns dias em uma fazenda próxima dali, e as notícias de invasões a propriedades privadas, com alardeados estupros, espancamentos e incêndios, eram frequentes. Na tarde de 12 de junho, um domingo, Gurgel

juntou em uma bolsa uma pistola, cinquenta balas e 1 conto de real. Tinha decidido ir ao encontro da mulher. Ainda na estrada, contudo, foi rendido pelo cangaceiro Coqueiro, que tomou sua bolsa e o levou a Lampião. A partir daquele instante, o coronel se tornou mais um refém do Rei do Cangaço – outros já haviam sido feitos na jornada dos cabras pelo Rio Grande do Norte.

Naquele mesmo domingo em que Gurgel foi capturado, os mossoroenses vestiram-se de azul e branco, de um lado, e alvinegro, de outro, para assistir a uma partida do clássico entre Humaitá e Ipiranga, os dois gigantes do futebol local. Depois do jogo, os atletas do vitorioso Humaitá saíram em passeata pela cidade. Um *petit comité* formado por jogadores e torcedores reuniu-se para um sarau dançante em um dos casarões de estilo colonial do Centro de Mossoró. Quando o convescote estava no auge da animação, por volta das nove da noite, um mensageiro chegou com a má notícia: Lampião já estava em São Sebastião, povoado vizinho, em posição de ataque. Houve quem questionasse se aquilo não seria um boato plantado pela torcida do Ipiranga para interromper a comemoração do time adversário. Pelo sim, pelo não, deliberou-se pelo fim da festa.

Foi melhor assim. Às onze, os sinos das torres da Catedral de Santa Luzia começaram a badalar. Na sequência, tocou também o sino da Igreja de São Vicente e, depois, da Igreja do Coração de Jesus. A música produzida pelos quatro sinos ecoou por toda a cidade, avisando aos moradores que era chegada a hora da batalha. No meio da noite, levadas de comboios com mulheres, velhos, crianças e, dizem as más-línguas, os covardes, deixaram Mossoró – a maioria carregava os pertences mais valiosos em pequenas trouxas feitas às pressas. O município de Areia Branca triplicou a população em questão de horas. Houve até quem pegasse barcos e navegasse rumo ao alto-mar, com temor de ser capturado por Lampião em terra firme.

Durante a madrugada, barricadas de fardos de algodão foram montadas para proteger os lugares onde os soldados se abrigariam para o combate. A casa de Rodolfo Fernandes era uma das mais seguras, com uma barreira em forma de **U** protegendo a frente e as

REFLEXÕES XXIV

laterais da residência. A operação foi comandada pelo tenente Laurentino de Moraes, enviado de Natal pelo governo do estado. Boa parte dos 150 homens armados postou-se no alto da Igreja de São Vicente. Havia combatentes também nos telhados de casas e de prédios da região. Quando o dia amanheceu, Fernandes recebeu uma carta do coronel Antônio Gurgel enviada por um portador de Lampião.

“Meu caro Rodolfo Fernandes. Desde ontem estou aprisionado do grupo de Lampião, o qual está aquartelado aqui bem perto da cidade. Manda, porém, um acordo para não atacar mediante a soma de 400 contos de réis. Posso adiantar sem receio que o grupo é numeroso, cerca de 150 homens bem equipados e municiados à farta.” Mais à frente, implorava em nome da própria neta, Yolanda, de 2 anos, para que arrumassem a quantia e salvassem sua vida. Fernandes, sem perder tempo, enviou a resposta: “Antônio Gurgel. Não é possível satisfazer-lhe a remessa de 400 contos, pois não tenho, e mesmo no comércio é impossível encontrar tal quantia. Ignora-se onde está refugiado o gerente do Banco do Brasil, sr. Jaime Guedes. Estamos dispostos a recebê-los na altura em que eles desejarem.”

Ao receber a correspondência, Lampião resolveu tratar o assunto de chefe para chefe. Como a ocasião exigia formalidade, escolheu um papel timbrado. No alto, lia-se a inscrição “Capitão Virgulino Ferreira (Lampião)”. De próprio punho, garatujou as seguintes ponderações: “Coronel Rodolfo. Estando eu até aqui pretendo dinheiro. Já foi um aviso aí para os senhores. Se por acaso resolver me mandar, será a importância que aqui nos pede, eu evito a entrada aí. Porém, não vindo essa importância, eu entrarei até aí, pensa que a Deus querer eu entro e vai haver muito estrago por isto, se vir o doutor. Eu não entro aí, mas me resposte logo. Capitão Lampião.”

O intendente, atendendo ao pedido do cangaceiro, foi ligeiro na resposta. Mas inflexível: “Estamos dispostos a acarretar com tudo o que o senhor queira fazer contra nós. A cidade acha-se firmemente inabalável na sua defesa.” Como a negociação não prosperou, Lampião reuniu seu estado-maior, formado pelos cangaceiros

REFLEXÕES XXIV

Moderno, Ezequiel e Luís Pedro, e anunciou o início da marcha sobre Mossoró. Montados a cavalo, seguiram até a localidade de Saco, distante dois quilômetros do Centro, onde seis reféns – entre eles, o coronel Gurgel –, permaneceram sob a vigilância de um bandido. Os demais bandoleiros foram divididos em dois grupos, liderados respectivamente por Sabino e Massilon. Jararaca, que bebera mais cachaça do que o recomendado a um guerreiro prestes a entrar em combate, fora destituído do seu tradicional posto de líder e passara a integrar o time de Massilon. Lampião e seus tenentes seguiram para o cemitério. O combinado era que, após o assalto vitorioso, o bando voltasse a se encontrar.

Com os fuzis apoiados sobre os ombros e cantando *Mulher Rendeira*, o grito de guerra das invasões (Olê, mulher rendeira/olê, mulher rendá/me ensina a fazer renda/que eu te ensino a guerrear), os cangaceiros entraram na região central de Mossoró. Os ocupantes das trincheiras no alto da Igreja de São Vicente e da casa do intendente tinham visão privilegiada do avanço das tropas.

Tão logo o grupo surgiu no horizonte, iniciaram-se os disparos. Os cangaceiros, acostumados a desfilar nos povoados sem ser incomodados, foram surpreendidos. O cabra Colchete, do grupo de Massilon, tentou avançar sobre uma barricada de algodão e foi morto por um tiro certeiro na cabeça. Jararaca, ao ver a cena, correu na direção do companheiro e foi atingido por um tiro no peito. Mesmo machucado e ainda embriagado, conseguiu levantar-se e correr, ocasião em que levou outro balaço, dessa vez na coxa, perto da bunda.

Derrotados, Sabino, Massilon e os demais correram em direção ao cemitério e transmitiram as más notícias para o estado-maior cangaceiro. De lá, o grupo seguiu até o Saco, pegou os reféns e os cavalos e fugiu em disparada. Aquele episódio acabaria por se constituir na maior humilhação imposta ao Imperador dos Sertões, o Governador da Caatinga, o todo-poderoso Rei do Cangaço. Também serviria para despertar o espírito cívico dos mossoroenses.

Desde então, seus moradores passaram a se referir ao município, hoje com 290 mil habitantes, como “País de Mossoró”. “Todo

REFLEXÕES XXIV

mossoroense cresce ouvindo, com orgulho, os relatos da vitória contra o bando de Lampião”, disse-me a atual prefeita do País de Mossoró, Rosalba Ciarlini, uma sorridente médica de 64 anos cujo penteado e jeito de se vestir lembram o da ex-presidente Dilma Rousseff.

Enquanto aguardávamos o início do julgamento de Jararaca, a prefeita me ocuparia contando histórias reveladoras do espírito vanguardista e libertário da cidade. Lembrou que em 1927, mesmo ano dos fatos gloriosos, a professora Celina Guimarães Viana tornou-se a primeira eleitora do Brasil. Antes que o voto feminino fosse regulamentado pelo Código Eleitoral de 1932, uma lei potiguar estabeleceu a indistinção de sexo para votar e ser votado. Guimarães, além de entusiasta do ideário do humanismo cívico, também era juíza de futebol.

Rosalba Ciarlini recordou ainda que, em 1875, 300 mulheres saíram às ruas de Mossoró para protestar contra o alistamento militar obrigatório. Com pedaços de pau e pedras, renderam um juiz de paz e, na sequência, confiscaram e picaram os documentos relativos à convocação de seus filhos e maridos. Também rasgaram os editais de alistamento afixados pela cidade e, em uma praça, chegaram a trocar sopapos com os soldados da força pública. O motim, que entraria para a história como a Marcha das Mulheres, seria outra demonstração inequívoca da valentia e bravura dos nascidos no País de Mossoró. “A líder da Marcha, Anna Floriano, é minha tataravó”, disse a prefeita, sem disfarçar o orgulho.

Minha aula de história foi bruscamente interrompida um minuto depois das nove e meia da manhã, quando o juiz Breno Valério Fausto de Medeiros, da 3ª Vara de Família da Comarca da cidade, declarou aberta a sessão do júri. “Este é um julgamento de valor sociológico”, explicou. “A população mossoroense, representada pelos jurados aqui presentes, irá decidir se Jararaca é vítima ou culpado.” Cerca de oitenta pessoas tinham ido assistir ao debate entre defesa e acusação, a maioria estudantes e professores de direito e história. Vestiam-se com capricho. O ar-condicionado gelava o salão espartano, adornado com um mobiliário funcional em tons de cinza. Os homens podiam trajar seus ternos elegantes, a

despeito do calor de 30°C do lado de fora. Algumas mulheres usavam saltos altos, bem como rímel, delineador e sombra esfumada nas pálpebras.

O julgamento havia sido idealizado e organizado pela Sociedade Brasileira de Estudos do Cangaço como parte das comemorações pelos 90 anos da Resistência, termo usado pelos mossoroenses para referir-se ao episódio de 1927. Um desavisado que, por distração, intitule o fato de “invasão” corre o risco de ser submetido a mínimos dez minutos de explanação semiótica³ sobre o evento, a depender do interlocutor.

À exceção de uma mulher com chapéu de cangaceira na plateia, o evento não tinha nada de folclórico ou caricato. Acusação e defesa foram assumidas por duas figuras proeminentes na cena jurídica local, ambas vestidas a caráter, com toga: os advogados Diógenes da Cunha Lima, ex-reitor da Universidade Federal do Rio Grande do Norte e presidente da Academia Norte-rio-grandense de Letras; e Honório de Medeiros, mestre em filosofia do direito e assessor jurídico do governo do estado. Cada um dispôs de sessenta minutos para fazer, respectivamente, a acusação e a defesa do cangaceiro.

“Jararaca não tinha esse nome por ser feio”, discursou Cunha Lima, fazendo suspense sobre o apelido do réu. “Mas pelos atos de animal peçonhento”, concluiu o advogado, um homem magro e bonito que, ao sorrir, parece ter menos do que seus 80 anos. Cunha Lima argumentou que o cangaceiro obedecia a um chefe sanguinário, que frequentemente cortava a língua de seus inimigos.

Num tom grave, recorreu a uma narrativa que adquiriu tons de lenda e é constantemente lembrada, com um ou outro detalhe diferente, pelos que contam as peripécias de Lampião. Conforme a história, certa vez, durante a invasão a uma fazenda, o sicário (**sicário** = assassino pago; malfeitor, facínora) tentou beijar uma moça à força. Seu noivo, ao presenciar a cena, foi tirar satisfações com o bandido. Ato contínuo, o pobre homem teve calças e cueca

³ **Semiótica**: a semiótica é a ciência dos signos ou da significação.

arrancadas e os testículos trancados a chave na gaveta de uma cômoda. Sobre o móvel, Lampião deixou um facão. “Volto em dez minutos”, avisou ao rapaz. “Se você ainda estiver aqui, será morto.” A lenda não conclui se o jovem cortou os testículos para sobreviver ou se foi torturado e aniquilado pelo cangaceiro.

“Esse era o tipo de coisa que Lampião e sua gente fazia. Não se pode considerar que um homem como Jararaca não seja culpado”, argumentou Cunha Lima, com os olhos fixos nos sete jurados. Os cangaceiros, ele disse, cometiam atos bárbaros motivados por ganância, pura maldade e desejo de fama. Comparou Lampião ao personagem Macbeth, de Shakespeare. “Um tornou-se rei da Escócia. Outro, do sertão. Ambos usavam ouro sobre a cabeça – um, em forma de coroa; outro, nos enfeites do chapéu. Os dois diziam ter os corpos fechados. Ambos tinham mulheres bandidas – Lady Macbeth e Maria Bonita – e eram sanguinários e destruidores de vidas”, explicou.

“Que ninguém se esqueça dos crimes que os cangaceiros fizeram contra a heroica cidade de Mossoró”, concluiu. E, em tom jocoso, lembrou aos jurados que havia certo ex-presidente brasileiro que também se considerava uma jararaca.

Enquanto Lampião e seu bando galopavam o mais rapidamente possível para bem longe de Mossoró, Jararaca conseguiu rastejar por entre a multidão – que estava distraída arrastando o corpo do cangaceiro Colchete pela cidade – e alcançar a ponte férrea, na saída para Areia Branca. Dormiu próximo a um arbusto e, ao amanhecer, arrastou-se por mais alguns metros até encontrar um grupo de trabalhadores da estrada de ferro. A um deles, chamado Pedro Tomé, Jararaca entregou uma quantia em dinheiro e pediu que fosse à cidade buscar algodão, gaze e água oxigenada.

Pedro Tomé, um homem caseiro, trabalhador e pouco dado aos fuxicos que corriam pelas praças da cidade, estava por fora dos eventos virtuosos da véspera. Ouvira o barulho dos tiros, ao longe, mas os tomara por fogos de artifício – 13 de junho é o dia em que se acendem enormes fogueiras em homenagem a Santo Antônio. Ao chegar à farmácia e contar sobre o homem ferido, foi alertado de

REFLEXÕES XXIV

que se tratava de um cangaceiro. Apavorado, Tomé voltou para casa protegido por dois policiais. Jararaca recebeu voz de prisão e foi levado para a cadeia pública de Mossoró, no Centro da cidade.

A cela em que Jararaca ficou trancado tinha grades que davam para a rua. Centenas de mossoroenses amontoavam-se em frente ao local para ver um cangaceiro de perto, como um leão feroz preso a uma jaula do zoológico. Enchiam-lhe de perguntas. Queriam saber quantos homens já havia matado. Se amealhara fortuna no cangaço. Quais eram seus arrependimentos. Até hoje, corre a lenda de que, nesse momento, Jararaca teria confessado sentir um único remorso: de aparar crianças com a ponta do punhal.

Um dos que correu até a cadeia para ver o bandido foi Raul Fernandes, filho do intendente Rodolfo. Tinha então 19 anos. Mais tarde, já médico, escreveria o livro *A Marcha de Lampião*, no qual descreve Jararaca como um sujeito “mestiço, de estatura média, músculos rijos, compleição robusta, mais forte do que os soldados circundantes”.

O bandido recebeu cuidados médicos na prisão e foi autorizado a permanecer, parte do tempo, em uma sala mais reservada, onde podia se acomodar numa espreguiçadeira de lona. Foi ali, provavelmente, que ele recebeu Lauro da Escóssia, filho do dono do diário *O Mossoroense*, depois que o jornalista conseguiu autorização da direção da cadeia para realizar a primeira entrevista com Jararaca.

Segundo o relato de Escóssia, seu interlocutor fazia barulho ao respirar, por causa do tiro no pulmão, e tinha olhos opacos. O preso também revelaria detalhes operacionais da tentativa de invasão, como o fato de ter sido Massilon o idealizador do ataque. O concorrente *O Correio do Povo* também traria uma entrevista bombástica com Jararaca: ao repórter, o bandido citara nomes de políticos e coronéis nordestinos que davam proteção e recebiam dinheiro de cangaceiros. Na sequência às delações de Jararaca, o tenente Laurentino de Moraes, comandante da operação de resistência, foi chamado às pressas a Natal por seus superiores.

Possivelmente na noite de 20 de junho – a data exata ainda é

motivo de controvérsias entre pesquisadores –, Jararaca foi acordado por dois policiais, com a justificativa de que seria levado à capital para tratamento médico. Sonolento, o bandido, segundo escreveria Raul Fernandes, teria pedido alguns minutos para recolher os pertences, dentre eles seu velho par de alpercatas. “Deixe-as aí. Em Natal, você será presenteado com sapatos de verniz”, disse, com ironia, um dos policiais.

Do lado de fora da cadeia, uma escolta formada por oficiais – dentre eles, o tenente Laurentino de Moraes – aguardava o cangaceiro, logo acomodado no banco de um possante Willys-Knight com capota de lona. Quando o veículo já pegava velocidade, o cangaceiro olhou pela janela e estranhou o caminho que estavam tomando. Em vez da estrada para Natal, iam na direção contrária. Em frente ao Cemitério São Sebastião, o motorista pôs o pé no freio e desligou o motor. Os policiais arrastaram o bandido para fora do carro, adentraram o cemitério e, ao dobrar à esquerda, chegaram a uma cova aberta.

O que se sucedeu foi, durante anos, motivo de controvérsia. O pesquisador Kydelmir Dantas, membro da Sociedade Brasileira de Estudos do Cangaço, lembra que, enquanto esteve na ativa, o sargento Pedro Silvío de Moraes, um dos comandantes da resistência, sustentou que Jararaca havia sido morto com uma coronhada do fuzil de um policial, “sem que seu corpo sofresse qualquer decepção”. O depoimento de Moraes consta do livro *Lampião em Mossoró*, publicado pelo historiador potiguar Raimundo Nonato em 1955. Em 1996, já na reserva, o mesmo Moraes daria outra versão dos fatos para o historiador Raimundo Soares de Brito, autor de *Nas Garras de Lampião*: “De todas as ocorrências daquela noite, a que mais me comoveu foi quando os seus coveiros quebraram, com picaretas e coices de armas, as pernas do infeliz bandoleiro, pois a cova que fora cavada antes era muito pequena.”

O advogado Honório de Medeiros, encarregado de defender Jararaca, recorreu a uma livre interpretação de um dos mestres da filosofia racionalista do século XVII para dar início a sua fala. “Espinosa dizia que quem tudo compreende tudo perdoa”,

sentenciou, batendo as pontas dos dedos contra o tablado do púlpito enquanto encarava a plateia com ar solene. Aos 59 anos, cabelos grisalhos e olhos vivos, Medeiros é um homem alto, de corpo forte e presença vigorosa na corte, em contraste com os modos suaves do acusador Diógenes Cunha Lima.

“Jararaca nasceu pobre, preto e bastardo. Jararaca nasceu condenado”, disse, em tom dramático. “Levava uma vida sem esperança, sem médico, sem música, sem alimento, sem nada. Olhava para o futuro e via, entre amanheceres e anoiteceres, longos dias de trabalho praticamente escravo”, argumentou. “Cangaceiros, ao contrário, eram homens embriagados de liberdade, assim como, no oeste americano, foram Billy the Kid e Bonnie & Clyde”, afirmou, em referência ao ladrão que aterrorizou os Estados Unidos no final do século XIX e ao casal fora da lei especializado em assaltar bancos durante a Grande Depressão americana.

O advogado pediu aos jurados e à plateia que evitassem julgar os crimes de Jararaca com os olhos de hoje. Fez uma longa explanação sobre insubmissão e evolução do processo civilizatório. Disse que madre Teresa de Calcutá e o físico Albert Einstein, assim como Jararaca e Massilon (sobre cuja trajetória publicou um livro), também eram rebeldes. “A insubmissão está consagrada na história e na ciência”, defendeu. “Os insubmissos mudam a ordem das coisas. Com a Lava Jato, o Ministério Público Federal também criou uma ruptura.”

Nos minutos finais da defesa, ao ser alertado por um oficial de Justiça de que o tempo estava prestes a se encerrar, narrou, com fortes tintas, o triste fim de José Leite de Santana. “Os soldados, sob observação de tenentes e sargentos, levam Jararaca até uma cova previamente aberta. Percebem que ele estertora⁴. Não estava morto. Os oficiais recuam e determinam que o ponham dentro da cova. E, estertorando, Jararaca recebe a primeira pazada de areia na cara. É sepultado. Vivo”, contou, levantando a voz ao pronunciar a última

⁴ **Estertorar**: Expressar uma respiração com estertor; emitir respiração que denota agonia; arquejar.

palavra.

“O Estado prendeu, julgou, condenou e executou Jararaca sem que ele tivesse direito à defesa. Pagou uma pena violenta e tenebrosa. E estamos aqui reunidos para condená-lo de novo?”, indagou, enfaticamente, dirigindo-se aos advogados, ao padre, ao jornalista e ao médico que compunham o conselho de sentença. “O que peço é que compreendamos Jararaca. E, porque o compreendemos, sejamos capazes de perdoá-lo”, concluiu.

A plateia parecia impactada com o discurso de Honório de Medeiros. Os aplausos que ele recebeu (proibidos em um júri convencional, mas liberados naquele julgamento simulado) foram mais intensos do que os dedicados à acusação. Diógenes da Cunha Lima tinha direito a uma réplica, mas a dispensou. “Ele foi brilhante. Fiquei apaixonado”, confessou o jornalista Raimundo Lopes, presente à audiência. O juiz Breno Fausto de Medeiros determinou que dois oficiais providenciassem a coleta dos votos. Cada um segurava uma urna de tecido vermelho aveludado. Na primeira, os jurados deveriam depositar o voto válido – vítima ou culpado – e, na segunda, o descarte.

Finda a coleta, o juiz recebeu a urna com os votos válidos e passou à leitura das cédulas. “Primeiro voto: culpado”, anunciou, para um auditório em silêncio. “Segundo voto: vítima. Terceiro voto: vítima.” E assim prosseguiu, até o último voto. Por 6 a 1, Jararaca foi absolvido da acusação de inimigo de Mossoró.

O juiz solicitou aos presentes que ficassem de pé para a leitura da sentença. Após um breve resumo do caso, proferiu a conclusão: “O conselho de sentença composto por representantes da sociedade mossoroense, personalidades de reputação ilibada e capacitação incontestada, acolheu, por maioria, a tese da defesa, absolvendo o acusado no seu julgamento histórico e o reconhecendo injustiçado e vítima dos seus algozes.”

Encerrada a audiência, o juiz, alguns jurados, advogados e jornalistas reuniram-se para almoçar num restaurante especializado em costela de javali. “Fiquei surpreso com o resultado”, disse-me o juiz Breno Fausto, enquanto esvaziava uma concha de feijão-verde

no prato. “Mossoró é uma cidade peculiar. Ao mesmo tempo em que se orgulha da resistência absolve um cangaceiro”, comentou.

O único voto contra Jararaca tinha partido do médico e advogado Armando Negreiros, cuja revolta contra a sentença adquiria ares dramáticos. “Com esse júri, Mossoró renuncia à resistência e condena a figura de Rodolfo Fernandes”, reclamou, depois de tomar um gole no copo de cerveja. “Jararaca era um delinquente de última categoria, um bandido de alta periculosidade. Como é que um homem desses é vítima de alguma coisa?”

Durante o almoço, Diógenes da Cunha Lima ouviu de mais de um comensal a mesma explicação para o seu infortúnio: tinha perdido a simpatia do corpo de sentença ao citar, indiretamente, a figura do ex-presidente Lula. “Era um júri majoritariamente de esquerda”, ponderou Armando Negreiros. “Não reflete o que a sociedade nortério-grandense pensa”, lamentou.

Quis o destino que o júri simulado de Jararaca ocorresse no mesmo dia em que, em Brasília, encerrava-se o julgamento da chapa Dilma-Temer no Tribunal Superior Eleitoral, ocasião em que o voto de minerva do ministro Gilmar Mendes permitiu que o presidente Michel Temer permanecesse no Palácio do Planalto. No Twitter, observadores da cena potiguar relacionaram os dois casos. “Se até Jararaca foi inocentado em Mossoró, você queria que no TSE fosse diferente?”, indagou @Luzichi. “Jararaca, assaltante de Mossoró, sequestrador, assassino confesso, foi absolvido de quê? Foi o TSE que o liberou?”, escreveu @thadeubrandao.

Mossoró tem, de fato, uma relação dúbia com os cangaceiros. Chuva de Bala no País de Mossoró, espetáculo teatral em que cerca de oitenta atores encenam a expulsão de Lampião, tratando o intendente Rodolfo Fernandes como herói, é um dos pontos altos da programação cultural da cidade, atraindo multidões de espectadores de toda a região. Já no Memorial da Resistência, espaço construído pela prefeitura, em 2008, para contar os eventos de 1927, há, na entrada, enormes painéis de Lampião e Maria Bonita. Uma escolha que, para muitos, é difícil de entender: se os grandes heróis da Resistência foram os combatentes, por que as fotos destacadas são

as dos cangaceiros? “Trata-se de um simbolismo. Os resistentes não venceram qualquer um. Venceram Lampião, o Rei do Cangaço”, teorizou a professora Ludimilla Oliveira, que compôs o júri de Jararaca.

Coincidência ou não, na sessão solene em homenagem ao aniversário de 90 anos da Resistência, na Câmara Municipal, ninguém comentou o mérito da absolvição de Jararaca. “O maior resultado do julgamento é o resgate da história da Resistência, independente da absolvição ou condenação”, esquivou-se a prefeita Rosalba Ciarlini, presente à sessão. No discurso mais aplaudido da solenidade, o advogado Francisco Marcos de Araújo, presidente da comissão organizadora das comemorações da Resistência, convocou o espírito guerreiro de seus conterrâneos. “Só podemos, no presente, dizer que somos um povo libertário e valente porque não nos tornamos genuflexos ao jugo vandalista do cangaço”, discursou, quase aos gritos. Ao fim da cerimônia, todos os participantes – inclusive a prefeita – dançaram miudinho ao som do hino de Mossoró, um xote cuja letra diz: *Lembramos hoje teus anos de glória/Ousada foste sempre Mossoró/Por ti começa a senda da vitória/Na luta ao cangaceiro Lampião.*

Na manhã de 10 de junho, um dia após a absolvição de Jararaca, duas velas queimavam sobre seu jazigo no Cemitério São Sebastião. Um cesto de vime azul ostentava uma rosa branca, com folhas no caule. Potes de plástico transparentes comportavam flores amarelas. Arranjos de flores artificiais, envolvidas em fitas azuis, caíam por sobre a lápide. Dali era possível ver, a não mais do que 10 metros de distância, o túmulo do herói da Resistência mossoroense, o intendente Rodolfo Fernandes. A construção, bem mais imponente que a de Jararaca, contém um busto do líder político e é adornada por colunas gregas. Sobre a lápide de Fernandes jazia uma solitária rosa vermelha, com as pétalas já secas, esturricadas pelo inclemente sol da valente Capital do Oeste Potiguar, o País de Mossoró. ●

Adriana Negreiros: jornalista *freelancer*, foi editora das revistas *Playboy* e *Claudia*

Artigo publicado na *Revista Piauí*, edição 130, em julho de 2017

Não matarás

Diogo Bercito



Prefeitura de Madri retira subsídio para escola de toureiros

Um adolescente caminha na arena de terra iluminada por holofotes, rodeada por uma arquibancada. Observa as cadeiras vazias, separadas do palco por placas de madeira. Para, encolhe a barriga e estica uma das pernas para trás. Depois torce a coluna e, devagar, descreve um delicado círculo com o

braço. Deixa passar, assim, colado ao corpo, um touro inexistente.

No outro extremo da praça, um jovem agita uma capa. Do lado de dentro do apetrecho, o tecido é amarelo como uma gema de ovo. Por fora, a capa é cor-de-rosa. Um de seus colegas se agacha, segura um par de chifres e, fingindo ser um touro, investe contra o pano – que o matador faz passar por cima dele, roçando no focinho. Ninguém diz nada, mas a vontade óbvia é de gritar olé!.

Outro rapaz toma um florete nas mãos e fere o ar. Treina o golpe repetidas vezes. Já são nove da noite. Os alunos da Escola Taurina, que desde 1976 forma profissionais para o espetáculo símbolo da Espanha, continuam a praticar os gestos que, esperam, um dia vão poder empregar contra animais de verdade. Por essa sala de aula já passaram alguns dos heróis da tauromaquia, um mundo com códigos, rituais e estética próprios, hoje sob o fogo cruzado de embates políticos, liderados por defensores dos direitos dos animais.

A entidade conta com cerca de quarenta inscritos em 2015, em sua maioria rapazes de famílias pobres, que podem treinar ali de segunda a sexta-feira, das 16 às 21 horas, sujeitos à condição de também frequentar a



escola regular. A mensalidade custa apenas 90 reais, e a duração do curso varia de caso a caso, tomando em torno de cinco anos, em geral.

São poucos, porém, os que de fato se tornam matadores, as estrelas das praças de touros. No ano passado, foi apenas um. Dos 2 500 estudantes que já passaram por ali, 135 se tornaram matadores profissionais, segundo as estimativas da direção. Muitos desistiram ou assumiram outras funções nos festejos taurinos, como testar a força dos animais ou fincar bandeirinhas em suas costas musculosas.

O curso, que começou como uma escola privada, é público desde 1981, subsidiado pela Prefeitura de Madri. O ensino da tauromaquia era muito bem-visto pela administração anterior, nas mãos do direitista Partido Popular, mas quiseram as eleições regionais de maio passado que Manuela Carmena se elegeisse prefeita. A nova alcaide representa o partido Ahora Madrid, que reúne movimentos de esquerda, como o influente Podemos. Em setembro, Carmena anunciou o corte dos 270 mil reais anuais de subsídio do poder público à escola, quantia responsável por metade das contas da instituição, também financiada pelo governo regional.

Foi uma estocada nos entusiastas do espetáculo. Seus defensores, como a condessa Esperanza Aguirre, ex-governadora de Madri e presidente regional do Partido Popular, foram a público fazer o elogio do que entendem ser um dos baluartes da cultura espanhola. Do outro lado da arena, posicionaram-se setores da esquerda e ambientalistas, como o Partido Animalista, para quem é escandaloso defender uma tradição que envolve o maltrato de animais.

O escritório de Manuela Carmena, na sede da prefeitura, dá para uma praça com um monumento à deusa Cibele, símbolo da fertilidade e da natureza, que os antigos romanos homenageavam com o taurobolium, o sacrifício ritual de um touro. Coube a Celia Mayer, conselheira da prefeitura responsável pela gestão de esportes e cultura, a decisão administrativa de retirar a subvenção à Escola Taurina. “A verba pública não tem de ser aplicada ao

maltrato de animais e à exposição das pessoas à violência”, disse Mayer.

O gesto de Madri não é isolado: a região da Catalunha, por exemplo, foi mais longe e simplesmente proibiu a prática, em 2010. Parte do impulso contrário à tauromaquia vem do Partido Animalista, sigla criada em 2003 e dedicada sobretudo a combater as touradas. Laura Duarte, uma de suas líderes, considera insuficiente a mera retirada dos subsídios. “Não podemos permitir uma festa que consiste em maltratar e torturar um animal”, disse. “Cultura não é necessariamente uma coisa boa. Não queremos apagar a história, mas tradições como essa têm que ser deixadas no passado.”

A ideia da tauromaquia como um traço cultural complica a questão: o touro é um animal onipresente no país. As estradas do interior estão coalhadas de gigantescas silhuetas taurinas, outrora *outdoors* do conhaque Osborne. A publicidade de bebidas alcoólicas, porém, foi proibida nas rodovias há mais de vinte anos, e os letreiros brancos anunciando o produto foram pintados de preto. Os contornos dos animais, contudo, foram mantidos pelo governo espanhol, por já fazerem parte da paisagem e de uma estética cultural. São monumentos.

Festas populares ligadas a touros foram realizadas na Península Ibérica por romanos, visigodos e árabes, e uma modalidade semelhante à tauromaquia contemporânea já aparecia em relatos medievais. A estética e o cerimonial hoje em vigor remontam ao início do século XX, mas desde então vêm sendo aprimorados. Os estilos individuais de matadores como Belmonte e Joselito, por exemplo, influenciaram os movimentos corporais das gerações posteriores. Pouco a pouco, ao longo dos séculos, a tourada chegou ao formato atual, dividido em três partes: uma para espetar o touro e examinar sua bravura, outra para estocar bandeiras em seu torso e uma última para, bem, matá-lo.

A Escola Taurina está localizada na Casa de Campo, um extenso parque na parte oeste de Madri, separado do Centro por poucas estações de metrô. O caminho até a arena dos touros, descrito à reportagem por mensagens de WhatsApp, não oferece nenhuma

REFLEXÕES XXIV

dificuldade: o local fica entre o parque de diversões e o zoológico. A localização no mapa parece um comentário cultural sobre as touradas.

Chega-se à escola atravessando um portão antigo de metal, que se abre para um gramado extenso e descuidado. Corvos gralham nos galhos altos dos pinheiros espalhados pelo caminho, como se quisessem garantir que a cena respeitasse um clichê de um filme de terror. Ao fundo ficam as construções onde funciona a escola. As aulas se concentram em três ambientes. A arena, onde jovens entre 9 e 18 anos praticam seus movimentos elegantes, fantasiando a dança com o touro que um dia vão matar. Depois, um galpão, com sua ampla área interna praticamente vazia, usado pelos estudantes quando o frio excessivo impede que se exercitem ao ar livre. Em nenhum desses ambientes há touros reais – as aulas práticas são realizadas fora da escola, em praças de touros oficiais.

Há por fim uma sala de aula ordinária, pequena, onde os alunos se sentam diante de uma televisão. É lá que o professor esmiúça, com a ajuda de filmes, a aparência e o comportamento dos touros. Tal tipo tem o contorno dos olhos mais claro. Outro apresenta certo ângulo nos chifres. Outro ainda traz determinado padrão de cores no pelo. A identificação do animal, explica o mestre, ajuda na tomada de decisões dentro da arena. Matéria obrigatória, as aulas fornecem indícios de como o touro investirá contra o matador, ou do quão furioso pode ficar quando provocado. Outras disciplinas ensinam as posições do matador diante do animal, a sequência dos rituais na praça, a limpeza da roupa e as regras do cerimonial.

A equipe dos docentes é formada por quatro toureadores profissionais, que recebem um salário de aproximadamente 6 mil reais. Ali também trabalham, em regime voluntário, um preparador físico, um especialista em gado, um historiador de tauromaquia e um psicólogo. Não é preciso assistir às aulas para se tornar toureiro, mas a profissionalização das últimas três décadas fez do ensino um dos caminhos mais eficientes para se



chegar à arena de touros.

Os vídeos que o professor colocou a seguir para os alunos assistirem, na pequena sala de aula, mostravam matadores profissionais durante festivais recentes. A música típica das touradas, a marcha redobrada ou *pasodoble* – com seu compasso binário e a mistura de percussão com melodiosos instrumentos de sopro –, mantinha os rapazes alertas. Na tela, um matador driblava um touro. Uma, duas, três vezes. Mais algumas. Então o animal o jogou ao chão. Os garotos, vestindo moletom ou agasalho esportivo, deixaram escapar um “ai!”, trincaram os dentes e suspiraram. Mas não pareciam especialmente impressionados. Sem comentar a cena, logo já estavam acompanhando com o olhar atento outro matador na gravação seguinte.

No ano passado, morreram 7.200 animais em touradas na Espanha. Apesar dos acidentes constantes, não há registro de morte de um matador em ação desde os anos 1980. As estatísticas oficiais indicam que havia 801 matadores em 2014, um incremento de 2,2% em relação ao ano anterior. A despeito das crescentes críticas a essa tradição, toureadores ainda são tidos como figuras heroicas e ícones de elegância. Cayetano, um dos principais expoentes da atual geração, representa a marca espanhola de luxo Loewe. O salário na arena, como o de um jogador de futebol no estádio, depende da fama e da ocasião.

Enquanto treinava, Carlos Ochoa, um dos alunos da Escola Taurina, contou que sonha desde pequeno com a profissão. “Comecei a praticar aos 13 anos e matei meu primeiro bezerro aos 15.” Aos 16, passou a envergar o “traje de luzes”, tradicional veste dos toureiros, assim apelidada devido ao reflexo das lantejoulas. Ochoa disse ter matado, neste ano, cerca de quarenta novilhos, animais que têm entre 2 e 5 anos de idade. Antes de se tornar um matador de touros, o estudante precisa praticar com bezerros e, então, com novilhos. A idade mínima para se ter o registro profissional e atuar na arena é de 16 anos.

Em seu escritório, no Centro da capital espanhola, a ex-governadora Esperanza Aguirre também assistia a vídeos de touradas. Uma das

principais defensoras da tradição entre os políticos do país, foi ela que, em 2011, declarou a tauromaquia bem de interesse cultural em Madri. Aguirre apontou na tela do *smartphone* os movimentos elegantes de um matador. Ressaltou, por exemplo, como ele apoiava o joelho na areia quando deixava passar o animal, e como trocava a capa de mãos. “São todos lindíssimos. Você não imagina quão valentes eles são.”

Aguirre, 63, lembra-se de quando, na infância, ia ver os touros com o avô. “A tauromaquia é como desfrutar de uma pintura, de música”, explicou. “De repente se faz um silêncio em que se pode ouvir o zumbido de uma mosca, quando o toureador faz alguma coisa que nos impressiona.”

Mas àquela época, afirmou, as touradas eram uma tradição cultural, e não política. “Sempre houve oposição, mas havia liberdade – ia quem queria. O que estão querendo agora é proibir”, disse. Nas últimas semanas, Aguirre tem defendido que a Escola Taurina permaneça aberta. Durante a conversa, insistiu que a reportagem anotasse: “Não queremos tornar os touros obrigatórios”, ditou. Mas sim “que as pessoas possam escolher participar do ritual ou evitá-lo”. Sem subvenção, argumentou, porque não é papel do governo fomentar a tauromaquia, mas também sem proibição. Somente o governo regional de Madri, hoje controlado pelo Partido Popular, pode banir a prática. A prefeitura não tem autoridade para tanto.

Apaixonada pela tradição, a ex-governadora elencou diversos de seus heróis, em especial Antonio Ordóñez, “o melhor toureiro que vi na vida”. E rebateu o argumento de que a tauromaquia seja maltrato animal. “Todos os animais, quando vão ao matadouro, sabem que vão morrer, e sofrem. O touro, não. Ele luta.”

José Luís Bote falava ao celular. Parecia discutir os recentes problemas da Escola Taurina, da qual é codiretor. A verba pública está garantida, por contrato, até meados de 2016. Dali em diante, a instituição não poderá contar com o financiamento da prefeitura. Depois disso, se nada mudar nas contas da escola, ela será sufocada pela falta de recursos. “Levamos muito tempo sob ataque, e não nos defendemos porque pensávamos que não era necessário, que a

REFLEXÕES XXIV

cultura taurina estava arraigada na Espanha”, contou. “Mas criou-se a imagem de que somos assassinos. Agora estamos em risco.”

Bote, vestido de marrom da cabeça aos pés, também foi aluno da Escola Taurina e diz que ali se formam desde sempre “homens responsáveis”. Aos 9 anos, pisou pela primeira vez a arena da escola, onde estudou de 1979 a 1983. “Eu queria ver um touro passar perto do meu corpo. Sentir que sou capaz de me superar”, explicou. Agora, preocupa-se com a ideia de que a prática da tauromaquia possa estar declinando, e corra o risco de desaparecer. O número de corridas de touro diminuiu em 7% entre 2013 e 2014, com um total de 398 eventos. “Condenar a escola é condenar os jovens que desejam ser toureiros, como há também os que querem ser jogadores de futebol. Querem proibir uma forma de sentir.”

Ele defendeu que as críticas à escola e à tauromaquia partem de uma sociedade hipócrita, que “não tolera ver matar um touro, mas come chuleta”. Então interrompeu a fala, por um instante. Uma pequenina aranha caminhava pela mesa de madeira. “Mato ou deixo?”, perguntou-se o antigo toureiro, com um sorriso. “O que diriam os ecologistas?” ●

Diogo Bercito, jornalista brasileiro radicado em Madri, foi correspondente internacional da Folha de S.Paulo

Artigo publicado na Revista Piauí, edição 110, em novembro de 2015

No país dos caubóis

Paula Scarpin



Acontecem no Brasil todo ano cerca de 1.800 rodeios – neles, peões, artistas e locutores pop star arrebatam o interior e se ressentem do descaso das metrópoles

Sem favoritos, a final do rodeio de Ipameri, no interior de Goiás, manteve o público atento até a última montaria. Já passava das onze da noite quando a competição terminou. Os touros começavam a ser reconduzidos ao curral. A equipe técnica do *show* sertanejo que viria a seguir fazia ajustes no som, e o público já se preparava para ocupar a arena, quando a voz grave do locutor Cuiabanno Lima voltou a ecoar nos alto-falantes. Agora sozinho no meio do descampado, o moreno de 1,80 metro parecia pequeno.

“Eu queria verdadeiramente pedir desculpas a vocês”, disse, entre um e outro zumbido de microfonia. “Porque tenho consciência de que não pude dar o meu melhor hoje.”

A declaração fora do *script* pegou o público de surpresa. O locutor tirou o chapéu e deu um suspiro longo. Estava visivelmente abatido. “Foi muito difícil fazer esse rodeio hoje. Estou me sentindo muito fraco. Agradeço a vocês pela compreensão”, disse, já sob os aplausos da plateia, que continuou a bater palmas enquanto ele caminhava devagar até uma ambulância – posicionada atrás das arquibancadas – que estava ali para atender os peões eventualmente acidentados.

Do lado de fora do carro médico, alguns fãs aguardavam por notícias de celular em punho, com a esperança de um *selfie* ao lado do locutor. O juiz da competição aventava aos cochichos que devia ser a pressão, já que o



REFLEXÕES XXIV

locutor havia precisado se escorar nele algumas vezes durante a noite. O assessor de Cuiabanno, Alex Pinheiro, um rapaz barbudo, de pele acobreada e ascendência indígena, aquiesceu cabisbaixo. Mais conhecido como Pica-Pau, ele tinha passado o rodeio levando sal, isotônico e energético ao chefe para ver se lhe aplacava a fraqueza.

Era início de julho, o auge da temporada, e Cuiabanno Lima, o mais requisitado locutor de rodeios do País, vinha numa maratona de 22 eventos nos últimos trinta dias. Longe das atenções do Brasil litorâneo, as festas em que os peões competem para ver quem consegue se equilibrar com mais destreza sobre um touro ou um cavalo bravo galvanizam as cidades do interior – além das competições de montaria, reúnem tradições circenses, manifestações religiosas e apresentações de cantores sertanejos. Entre março e novembro, período em que é quase impossível conseguir um espaço na agenda de Cuiabanno, acontecem cerca de 1.800 rodeios numa área que vai do Paraná a Rondônia, de Mato Grosso do Sul a Minas Gerais. Em muitas cidades, a competição de montaria, associada a alguma festa local, é o principal evento do ano.

Para acomodar o excesso de demanda, não raro Cuiabanno frequenta mais de uma festa por semana, fazendo em algumas delas apenas uma participação especial, na abertura ou no fechamento – em geral os pacotes são para os quatro dias de rodeio. Sua diária varia entre 7 e 15 mil reais (dependendo do trabalho), cerca de duas vezes o que outros locutores renomados cobram para o mesmo tipo de evento. Acompanhado por Pica-Pau e pelo DJ Renato Pacheco, passa a maior parte do ano circulando de carro por cidadezinhas do Sudeste e do Centro-Oeste do País. Os três se revezam na direção da caminhonete – e dentro do carro é um dos poucos lugares em que não estão de chapéu.

Apesar do nome artístico, Cuiabanno Lima pisou pela primeira vez a capital de Mato Grosso em 2008. O locutor de 39



REFLEXÕES XXIV

anos, grandalhão, de nariz adunco e pálpebras caídas, nasceu em São José do Rio Preto, no interior paulista, mas cresceu e ainda mora em Barretos, sede da principal festa do peão do país.

Quando começou a se interessar pela narração de rodeios, ainda adolescente, Cuiabanno sentiu a necessidade de driblar o nome de batismo: Andraus Araújo de Lima, uma homenagem do pai a um velho amigo. Procurando uma alcunha que remetesse ao interior do Brasil, lembrou-se do sucesso Boiada Cuiabana, da dupla Tião Carreiro & Pardinho, e adotou o nome. O **ene** só foi dobrado recentemente, por sugestão de uma amiga numeróloga, e a mudança na grafia ainda não consta da maior parte de seu material de divulgação.



Quase no limite setentrional do estado de São Paulo, a cidade de Barretos fica mais próxima da divisa com Goiás e Minas do que da capital paulista – e cumpre o papel de representante cultural do Brasil profundo, orgulhoso do agronegócio. Apesar de manter família na cidade, Cuiabanno passa pouco tempo por lá. Tinha se despedido mais uma vez da mulher, Valéria, e do filho Lucas, de 11 anos, poucos dias antes. Prestes a pegar a estrada rumo a Ipameri, conferiu a quilometragem de sua 4×4 Mitsubishi Triton, comprada havia menos de dois meses: já tinha rodado 12.900 quilômetros, e só naquela tarde iria acrescentar outros 400 ao hodômetro.

Nas quase cinco horas de estradas que cortavam pastos, canaviais e plantações de soja, Cuiabanno falou sem parar sobre o ramo em que está metido há 22 anos. Ao que se sabe, os rodeios surgiram por causa do transporte de boiadas das fazendas até os abatedouros, muitas vezes distantes. Montados a cavalo, os vaqueiros iam tocando o gado pela estrada e ao chegar ao destino final se desafiavam uns aos outros. Berços do rodeio no Brasil e nos Estados Unidos, as cidades de Barretos e Austin, no Texas, têm em comum a concentração de grandes frigoríficos.

As competições de montaria se desenvolveram paralelamente nos

dois países, com características e regras diferentes. A principal é que o rodeio no Brasil cresceu incorporado a outras formas de entretenimento, como o circo e a música, e nunca se separou delas. Nesse contexto, o papel do locutor é primordial. Mestre de cerimônias do espetáculo, ele tem muito mais destaque do que os próprios peões.

De posse do microfone, espera-se que ele vá além de suas atribuições informativas – como oferecer dados sobre competidores e animais, além de traduzir as regras de cada modalidade – e entretenha a plateia com versinhos e brincadeiras. O primeiro locutor de rodeios a se tornar célebre no Brasil foi José Antônio de Souza, o Zé do Prato, criador da expressão “Segura, peão”.

Em 1985, um ex-peão lançou uma escola de locução de rodeios. Aposentado precocemente depois de ter o pulmão perfurado ao ser pisoteado por um touro, Waldemar Ruy dos Santos, o Asa Branca, inovou ao contratar um DJ que intercalava trechos de música sertaneja e de clássicos do *rock* ao discurso do locutor. Também foi o primeiro a narrar de dentro da arena, com um microfone sem fio – Cuiabanno Lima é um dos muitos que seguiram seus passos.

Asa Branca ficou famoso pela ousadia, no limiar da imprudência, chegando a se atirar na frente dos touros durante as montarias. Entrava na arena a bordo de helicópteros, cultivava imagem de astro do *rock* e, de maneira quase clichê, teve problemas com drogas e contraiu HIV. Em 2013 por pouco não morreu ao se contaminar com criptococose, mais conhecida como “a doença do pombo”. Hoje recuperado depois de seis cirurgias no cérebro, já começa a voltar à ativa.

A caminho de Ipameri, o sol ia baixo no horizonte quando Cuiabanno Lima contou que vinha perseguindo um só objetivo desde os 16 anos, quando ensaiava pequenas participações em rodeios universitários. O sonho de todo locutor, ele disse, é apresentar a final da prova de montaria em touros na Festa do Peão de Barretos – e, por alguns minutos, brilhar ao lado dos melhores animais e dos melhores caubóis reunidos na principal arena do país. Apesar do sucesso e do tempo de estrada, Cuiabanno ainda não

conquistou o posto de maior prestígio em seu ofício.

“Eu ficava beirando todo mundo e pedindo oportunidade, mas sempre tive as portas muito fechadas ali”, contou, sem entrar em detalhes sobre as possíveis razões do boicote que dizia sofrer, justo em sua cidade. “É como naquele ditado, santo de casa não faz milagre”, declarou. O assunto claramente o incomodava: em geral, piadista e bem-humorado, Cuiabanno estava sério ao volante.

A vontade de ter uma chance era tamanha que, quando jovem, ao ver um aspirante a locutor de rodeio – também de Barretos – ganhar espaço na Festa do Peão, engoliu o orgulho e foi se aconselhar com o concorrente. O rapaz se chamava Adriano Martins de Oliveira, mas já naquela época adotava o nome artístico de Adriano do Vale – em referência ao vale do Rio Grande, onde fica a cidade. De toda forma, a alcunha que pegou, e da qual Adriano Oliveira nunca se veria livre, foi “Vaquinha”, herança do pai, que transportava bovinos. Apenas dois anos mais velho que Cuiabanno, Vaquinha compartilhava sua obsessão: narrar a prova mais nobre de montaria do Brasil.

Aflita por ajudar o adolescente ambicioso, a mãe de Vaquinha telefonou ao então diretor de rodeio da Festa do Peão de Barretos, Marcos Abud. Por mais de vinte anos responsável pelas provas do evento, Abud hoje comanda a Liga Nacional de Rodeio. Naquela ocasião, ele conhecia de vista o rapaz baixinho e irrequieto. Mas não acreditava que o aspirante a locutor, dono de uma voz aguda, pudesse vingar na profissão. Sem muito tato, deu um conselho à mãe zelosa, do outro lado da linha: “Dona Leda, esse menino não dá pra locutor. Compra um caminhão pra ele.”

Menos de uma hora mais tarde, arrependido de ter sido grosseiro, Abud passou a mão no telefone e disse a dona Leda que mandasse o jovem a seu escritório – não sem antes matriculá-lo numa fonoaudióloga. A sintonia entre Vaquinha e o diretor foi imediata. O rapaz começou a trabalhar na maior festa do país ainda em 1993, e desde então permanece no programa. Recentemente declarou que vai retomar a fono.

Na caminhonete, Cuiabanno Lima se queixou que o colega nunca o

teria ajudado. Durante todo esse tempo, as porteiras barretenses jamais se abriram para ele, ainda que hoje seja muito mais famoso do que Vaquinha: enquanto sua página no Facebook reúne quase 190 mil seguidores, a do concorrente não chega a 6 mil. Números que aparentemente não significam muito para a tradicional Festa do Peão.

Assim como a ginástica olímpica engloba subdivisões como salto, argola e barras assimétricas, são muitas as modalidades de provas sob o guarda-chuva “rodeio”. Acabam sendo alocadas, todas, dentro de duas categorias maiores: as de montaria e as funcionais. As primeiras são disputas de resistência, em que o competidor deve permanecer oito segundos sobre um animal não domado – geralmente touro ou cavalo. A segunda categoria reproduz atividades do dia a dia da fazenda – como apartar um bezerro do meio de uma boiada. São competições que avaliam a destreza e a agilidade dos peões.

Até os anos 1980, a modalidade mais concorrida no Brasil era a de montaria em cavalos. Desde então, por influência da cultura norte-americana, o rodeio em touros passou a ganhar espaço. A tal ponto que hoje é a única categoria disputada na maioria dos eventos.

A montaria em touros é considerada a mais radical das modalidades do rodeio. Uma das razões seria a diferença brutal de tamanho entre touro e cavalo – enquanto o primeiro pesa em torno de 1 tonelada, o segundo costuma pesar metade disso –, o que, além de exigir maior força muscular do peão, também potencializa muito os riscos a que o sujeito está exposto, como o de uma pisada do animal.

A logística das duas modalidades, no entanto, é a mesma. Um sorteio estabelece a ordem de entrada em cena, bem como qual animal caberá ao peão montar naquela noite. Pouco antes do início do rodeio, os animais seguem dos currais para os “bretes”, uma fileira de jaulas individuais em que são dispostos na ordem em que vão pular. Os peões ficam no fundo dos bretes – geralmente sob o palco do *show* – cuidando dos últimos detalhes de indumentária e equipamentos.

Os caubóis são obrigados a trajar coletes, luvas e calças de couro –

REFLEXÕES XXIV

que cobrem apenas a parte da frente da perna e são colocadas por cima da calça jeans. Calçam botas de montaria, com esporas no calcanhar. Desde o reconhecimento oficial do esporte, em 2001, a espora cortante foi banida da atividade, sendo substituída por uma estrela de pontas arredondadas e de espessura grossa – que os peões não hesitam em passar no rosto, para provar que os animais de rodeio não sofrem maus-tratos.

Há ainda outro polêmico acessório – de responsabilidade do tropeiro, o dono do boi ou cavalo – presente em todas as modalidades de montaria. É o “sedém”, uma cinta de lã que é presa à virilha do animal. Críticos de rodeios e protetores dos direitos dos animais sustentam que essa faixa apertaria os testículos do boi ou do cavalo, provocando os saltos na arena. Os veterinários do rodeio, entretanto, alegam que a cinta passa longe do órgão reprodutor, e argumentam que nenhum animal pularia com os testículos atados. Os saltos, maiores ou menores, dependeriam da “índole” de cada indivíduo, eles dizem – e justificam o uso do sedém como ferramenta de condicionamento: assim como um cão sabe que é a hora de passear ao receber a coleira, o touro reconheceria o momento de pular quando lhe põem a cinta.



Não é incomum flagrar o “sedenheiro” apoiando o pé no flanco do animal para puxar a cinta até o último centímetro, atando-a com força. Quem não está acostumado ao ambiente pode ficar impressionado com o tratamento – que, no entanto, não difere daquele usado no dia a dia da fazenda, inclusive quando se sela um cavalo de passeio.

Se o peão resiste no dorso do bicho pelo período regulamentar, sem cometer nenhuma infração, a montaria é avaliada por um ou mais juízes, que designam uma nota de 0 a 100 – 50 pontos se referem à performance do animal, 50 à do peão. Caso o animal não ofereça muita resistência, o que acarreta uma diminuição da nota do conjunto, o juiz pode oferecer uma nova chance ao peão – o chamado *re-ride*.

Quase sempre, rodeios e *shows* constituem o entretenimento noturno de feiras agropecuárias, cujo objetivo principal é a venda de maquinário agrícola, o leilão de gado leiteiro ou de corte, ou a promoção de um produto cultivado na região. Além de terem que animar o público, os locutores devem mencionar os patrocinadores do evento, os políticos e empresários presentes – para tanto, recebem um *briefing* dos contratantes (geralmente a prefeitura ou um sindicato rural) com os nomes.

Em suas apresentações, Cuiabanno Lima elimina a fronteira já não muito nítida que separa o esporte do espetáculo. O locutor adentra a arena com sua própria caminhonete – e da caçamba explodem fogos de artifício. Isso nos eventos mais modestos. Se o orçamento for gordo, ele pode descer de um helicóptero, perpetuando a tradição de Asa Branca. Em seguida dirá frases em tom grave e solene, logo acompanhadas por trechos de sertanejo universitário e efeitos de sonoplastia, empregados sem parcimônia pelo DJ. Pode também rezar uma Ave-Maria e em seguida cantar o hino nacional, não sem antes louvar “este Brasil rural, o Brasil do agronegócio”.

Naquela noite da final de Ipameri, o locutor recebeu uma dose de soro oral na ambulância, além da recomendação de consultar um cardiologista. “Tô assustado”, disse Cuiabanno para Pica-Pau, enquanto este vestia o chefe com uma jaqueta de couro. O assessor tinha o olhar despreocupado de quem já vira aquela cena outras vezes. “Que tal ir cedo pro hotel, hoje, e dormir?”, perguntou, num tom de repreensão maternal.

Cuiabanno explica que o tempo gasto por ele em companhia de contratantes e patrocinadores, em volta da mesa e diante de um copo, muitas vezes até alta madrugada, é tão ou mais importante para o seu ofício do que a qualidade da locução. Nesses momentos em que trabalho e diversão parecem se confundir, Cuiabanno diz estar praticando o que chama de *lobby*. Naquele dia não foi diferente. Depois de sair da ambulância e “dar uma passadinha” no camarote para cumprimentar algumas pessoas, o locutor se dirigiu ao estande da Caixa Econômica Federal, onde permaneceu fazendo *lobby* com representantes do banco, entre um copo de uísque e outro. Só deixaria o parque de exposições às quatro da madrugada.

Na manhã seguinte, para surpresa da equipe, o locutor despertou a tempo de tomar o café no hotel. “Vida nova, Cuia?”, perguntou Pica-Pau, zombeteiro. Sem tirar os óculos escuros nem para passar manteiga no pãozinho, o patrão respondeu: “Sonhei de novo com o Cristiano.” Ele se referia ao cantor de sertanejo universitário Cristiano Araújo, morto duas semanas antes num acidente de carro, quando voltava de um *show*. Pica-Pau, que cresceu na mesma rua do cantor em Goiânia, desmanchou o sorriso.

Não era só o assessor que era próximo de Araújo – as caravanas de artistas sertanejos e profissionais do rodeio se cruzam o tempo todo por festas no interior do país, formando laços de amizade. Além disso, a projeção era inevitável: a equipe estava prestes a pegar a estrada novamente. Depois do café, seguiriam para Bambuí, no interior de Minas Gerais. O acidente que vitimou o cantor poderia ter ocorrido com eles.

A morte de Cristiano Araújo também havia servido para fortalecer uma identidade reativa sertaneja. A idolatria de seus fãs, facilmente verificável nos muitos registros de seus *shows* no YouTube, era inversamente proporcional ao espaço que a grande mídia reservava a seu trabalho. Surpreendidas com a comoção desencadeada em todo o país, as grandes redes fizeram uma cobertura coalhada de gafes – como a da apresentadora Fátima Bernardes, que lamentou a morte de “Cristiano Ronaldo”. Mas foi uma manifestação específica, uma crônica do jornalista Zeca Camargo, que despertou as maiores doses de ira. Sobre imagens de arquivo, o jornalista leu um texto durante o Jornal das Dez, na GloboNews, lamentando que o Brasil carecia de ídolos de verdade.

A afirmação soou desrespeitosa a muitos, sobretudo num momento de luto, e reforçou o sentimento de “nós contra eles” no mundo sertanejo. Em suas redes sociais, Cuiabanno Lima compartilhou a foto de um vaso sanitário pichado com o nome de Zeca Camargo. Na legenda, o locutor escreveu: De frente para o mar, de costas pro Brasil.

No estande da Caixa, na noite anterior, a rivalidade entre os dois Brasis esquentou a conversa. Inebriado de uísque e sono, Cuiabanno

forçou a mão em defesa do agronegócio, dizendo que, por ele, toda a área da Amazônia poderia ser convertida em pasto e plantação. Sem encontrar eco nos interlocutores, ele tentou argumentar que “o povo do Rio de Janeiro só come orgânicos” – ainda que bonita, uma opção inviável para o país inteiro, segundo ele. A mesa parecia confusa. Depois de um breve silêncio, acharam melhor retomar um assunto consensual e voltaram a malhar Zeca Camargo.

Vencido pelo cansaço e pelo adiantado da hora, o locutor se esqueceu de justificar sua menção à preferência dos cariocas por alimentos sem pesticida. Um improvável amigo de Cuiabanno, o ator Marcos Palmeira, é dono de uma rede de produtos orgânicos na cidade – e era ele o seu modelo de carioca. Os dois se conheceram na gravação do filme *Buena Sorte*, de 1995, dirigido por Tânia Lamarca. Palmeira encarna um caubói brasileiro criado nos Estados Unidos que volta para realizar o sonho de montar em Barretos. Cuiabanno, então com 19 anos, fez testes de *casting* e foi selecionado para narrar as montarias do filme.

“Ele era uma graça, virou o xodó da equipe”, contou Tânia Lamarca por telefone. Palmeira e Cuiabanno nunca perderam o contato. O ator convidou o amigo para passar temporadas em sua casa no Jardim Botânico, conseguiu pequenas pontas para ele em produções como Sítio do Picapau Amarelo, e o inscreveu num curso de *clown* na Fundação Progresso. “Mas o negócio dele mesmo era narrar rodeio, ele só falava nessa final de Barretos”, contou Palmeira. O ator diz que as diferenças de opinião nunca foram um problema, e que cada um aprendeu a respeitar o universo do outro.

Treze anos mais novo, Cuiabanno Lima cresceu vendo Palmeira na televisão, e já o admirava antes mesmo de se tornarem amigos. Um personagem em particular ficou gravado na memória do locutor: o ator interpretava o filho rejeitado pelo coronel do cacau vivido por Antônio Fagundes, na novela *Renascer*. Filho que, apesar de renegado, consegue dar a volta por cima e salva os negócios da família. Cuiabanno encontrou no personagem uma fonte de inspiração. Também tinha querido conquistar a admiração do pai. “Sou filho bastardo de um fazendeiro”, ele me contou, emocionado, numa das viagens pelo interior do país, enquanto dirigia. E

REFLEXÕES XXIV

acrescentou, orgulhoso: “Eu me tornei o Cuiabanno Lima sem precisar da referência do meu pai pra nada.”

Arlando de Lima nunca negou ser pai do locutor. Mas, ainda que o fizesse, não seria necessário um exame de DNA. O filho parece tanto com o pai que, como o nome Andraus nunca pegou, muito antes de ser Cuiabanno ele atendia por Arlandinho. O locutor também conheceu, desde sempre, a história de seus pais, relatada pela mãe. Quando pôs os olhos na então comerciante Marlene Araújo – uma loira de olhos azuis quase translúcidos, dezessete anos mais nova que ele –, o fazendeiro barretense já era casado e tinha quatro filhos. Dona Marlene jura que nunca teve a ilusão de que Arlando se divorciaria da primeira esposa, que também estava a par do relacionamento extraconjugal.

O casal já se relacionava havia seis anos quando ela engravidou – de gêmeos. “Eu não posso me queixar, ele nunca me deixou faltar nada, nem aos meninos”, disse dona Marlene numa tarde abafada em Barretos. Arlando fez questão de batizá-los na igreja. Para combinar com Andraus, resolveu chamar o outro menino de Adriano. O registro em cartório, contudo, só veio muitos anos mais tarde, quando os filhos chegaram à maioridade e Cuiabanno reivindicou que o pai providenciasse o documento.

Bivitelinos, os irmãos não poderiam ser mais diferentes. Além da aparência – Adriano tem a tez clara e os traços suaves da mãe –, a personalidade de cada um dos meninos correspondia ao genitor a quem havia puxado. Cuiabanno era altivo e indisciplinado como o pai; o tímido Adriano gostava de estudar, como a mãe. Depois de dar à luz os gêmeos, dona Marlene voltou às aulas assim que pôde, e não demorou a passar num concurso para cartorária. Anos depois, os filhos se formariam em direito e chegariam a ser colegas da mãe no cartório. Assim que ela se aposentou, os caminhos dos dois se separaram. Adriano decidiu montar o próprio escritório de advocacia, enquanto Cuiabanno queria se dedicar integralmente aos rodeios.

Marlene Araújo nunca teve grande simpatia por rodeios. Não foi de bom grado que ela notou o interesse do filho pela locução. Numa

manhã de julho, ela fumava um cigarro na varanda da casa de Cuiabanno quando ele, de saída para o trabalho, surgiu paramentado: botas, cinto de fivela e chapéu. À pergunta “Tô bonito, mãe?”, ela respondeu, seca: “Você sabe como eu te acho bonito. De terno bem cortado.”

A confessa falta de entusiasmo não impediu dona Marlene de acompanhar o filho nos então chamados rodeios universitários. “Era uma obsessão dele, não tinha como falar não”, lembrou a mãe. Cuiabanno conta que, na adolescência, ele comprava fitas cassete com gravações de outros locutores narrando montarias de rodeio, transcrevia os discursos num caderno e depois os repetia à exaustão na frente do espelho. Quando começou a se sentir mais seguro, passou a bater à porta de estúdios de rádio, implorando para falar um versinho ao vivo. “Ele era muito obstinado, sempre conseguiu tudo o que quis. Agora, uma oportunidade na Festa do Peão era outra história. A gente não tinha o contato de ninguém que pudesse encurtar o caminho”, explicou a mãe.

Numa quinta-feira ensolarada de julho, na cidade mineira de Dolores do Indaiá, a equipe de Cuiabanno Lima se preparava para percorrer um trecho curto de estrada até a vizinha São Gotardo, onde o locutor narraria o rodeio da Festa Nacional da Cenoura. Quando o locutor chegou à caminhonete, Pica-Pau e o DJ Renato já haviam terminado de organizar o bagageiro e o aguardavam fazia quase meia hora.

Muito nervoso, o patrão pediu que os dois ouvissem uma canção que ele tinha acabado de receber por WhatsApp. Mal gravada e sem qualquer arranjo, tratava-se, obviamente, de uma piada feita para circular pelas redes sociais. A letra de gosto duvidoso tinha por estribilho a expressão “Tá cuiabanando” e dava exemplos para definir o verbo “cuiabanar”. Um dos versos dizia: “Quer fazer a final de Barretos este ano.” Outro era: “Chorou pra caralho no velório do Cristiano.” E sempre, depois de cada um, a afirmação, insistente: “Tá cuiabanando.”

Pica-Pau e Renato ouviram a canção sem esboçar reação. “Só pode ser o Camarguinho”, disse o assessor. Ele se referia a Rodrigo de

REFLEXÕES XXIV

Jesus, ex-DJ de Cuiabanno, cujo nome artístico remetia à semelhança com um dos irmãos do cantor Zezé di Camargo.

Camarguinho nunca havia feito sonoplastia de rodeios até começar a trabalhar para Cuiabanno Lima, em 2006. A agenda, àquela época ainda folgada, não justificava um contrato de exclusividade com o DJ. Como era talentoso, Camarguinho passou a ser assediado por outros locutores, entre eles Vaquinha, com quem também passou a trabalhar.

Numa padaria no Centro de Barretos, Camarguinho contou que chegou a separar o material dos dois locutores em *laptops* diferentes, para não dar confusão. Os gostos dos dois para a sonoplastia, garante o DJ, são muito diferentes. “O Cuiabanno gosta que tenha uma música de fundo quando ele está falando. Por exemplo, ele diz: ‘Esse peão vem de tal lugar’, e eu coloco um tum-tum-tum, uma trilha de expectativa. O Vaquinha é mais tradicional, quer a fala seca, sem efeitos.”

A rivalidade antiga entre os dois locutores não permitiu que a vida dupla de Camarguinho perdurasse. Em 2007, Vaquinha fez uma proposta de exclusividade ao DJ, que topou. Entre um gole e outro de cappuccino, Camarguinho assumiu a autoria da canção que implicava com Cuiabanno, mas disse que tudo não passava de uma brincadeira. “Ele não é uma pessoa ruim, sempre me pagou certinho. Mas é meio mala, só quer ser o melhor”, justificou. Perguntado sobre o verso em referência ao velório de Cristiano Araújo, o DJ disse não ter se convencido com as lágrimas do ex-padrão, que não passariam, na verdade, de um golpe de *marketing*.

Cuiabanno Lima não tem dúvidas de que a implicância de Camarguinho com ele é fruto dos anos de convivência com Vaquinha. Também suspeita que o rival esteja envolvido na resistência que encontrou para trabalhar na Festa do Peão de Barretos.

Logo no início de sua carreira como locutor, em 1993, Cuiabanno teve algumas oportunidades de narrar modalidades menores em Barretos, como as montarias em cavalo. Um malfadado boato, porém, levou o então diretor Marcos Abud a vetar sua presença na

arena. Chegou aos ouvidos de Abud a história de que Cuiabanno teria criticado seu segundo casamento, abertamente, num bar da cidade. O locutor jura que tudo não passa de mentira e difamação, de resto pouco lógica – um comentário desses, em público, seria um tiro no pé, ele diz, dado que tudo o que mais queria era conquistar a simpatia do diretor.

Marcos Abud, que hoje vive em São Paulo, de onde preside a Liga Nacional de Rodeio, concordou em conversar sobre sua trajetória num café vizinho a sua casa, no bairro da Pompeia. Abud é alto, tem as bochechas salientes – além do tom de voz e da severidade de um diretor de colégio. Ele prefere não falar sobre a fofoca que tem Cuiabanno como protagonista, mas não esconde sua antipatia pelo conterrâneo. “O fato é que ele não é um locutor. Ele fala muito, reza muito, o rodeio dele é chato”, resumiu.

Vetado na arena, Cuiabanno recorreu ao *lobby*. Nos rodeios de interior, ele veio a conhecer o então diretor comercial do Grupo Friboi, Zanone Campos. Patrocinador da festa de Barretos, Zanone pediu que o diretor cultural do evento concedesse um curto espaço de tempo para Cuiabanno falar, na abertura dos *shows*.

Esse intervalo entre o fim do rodeio e o começo do *show* era até então ocupado por locutores de rádio, que distribuíam camisetas e outros brindes. “Não tinha nenhuma identidade com o rodeio, o público vaiava”, contou Cuiabanno. O locutor soube se apropriar desse entreato como sua praça-forte dentro da festa-fetiche, e ainda inventou um nicho reproduzível em outras festas menores. “Só não tinha a narração das montarias, mas tinha a ola, a brincadeira com o *flash* do celular, de tocar um trecho da música que estava bombando e botar o povo para cantar”, descreveu. “Eu era o único que não tomava vaia e o público acabava curtindo, virou um atrativo antes do *show*.”

Em 2014, depois de nove anos atuando nessa fresta, Cuiabanno chegou perto de realizar seu sonho. O recém-eleito presidente do evento, Jerônimo Muzetti, o Jerominho, substituiu Marcos Abud pelo veterinário Kiko de Almeida Prado, e dentre as mudanças promovidas por ele estava a volta de Cuiabanno Lima à arena de

Barretos.

O diretor recebeu Piauí em seu escritório no Parque do Peão, um sítio a 7 quilômetros do Centro de Barretos, exclusivamente dedicado à festa e projetado, nos anos 1980, por Oscar Niemeyer. Doutor Kiko, como gosta de ser chamado, disse que trouxe o locutor de volta por considerar seu trabalho excelente – desde que bem administrado. Segundo ele, Cuiabano tem necessidade de aparecer: “Ele tem que ser o que mais chora, o que mais grita, o que mais fala. Se eu der um microfone na mão dele e não der limite, ele não para.” Assim que assumiu o cargo e permitiu que Cuiabano atuasse em provas de montaria, doutor Kiko se viu pressionado pelo locutor, que lhe pedia para narrar a final do rodeio em touros.

A Festa do Peão de Barretos acontece sempre no fim de agosto, em data próxima à do aniversário da cidade. Desde o final dos anos 1950 é organizada por Os Independentes, uma entidade privada – originalmente uma agremiação de jovens de famílias ricas locais – que hoje se dedica quase que exclusivamente a gerir a festa.

O evento dura dez dias e congrega todas as modalidades de rodeio – as provas funcionais e as de cavalos começam mais cedo, ainda no fim da tarde, e as montarias em touro, de maior prestígio, ficam com o horário nobre da programação, à noite, antes dos *shows*. Apesar de haver uma única modalidade de montaria em touros, a arena de Barretos é palco de três circuitos diferentes: na primeira semana acontece a final da etapa brasileira da liga americana Professional Bull Riders; a segunda semana começa com a final da Liga Nacional de Rodeio, de Marcos Abud, e continua com a atração principal, um evento exclusivo da Festa do Peão: o Rodeio Internacional, chamado às vezes, em inglês, de Barretos International Rodeo.

A final da montaria em touros do Rodeio Internacional encerra a festa, no segundo domingo. Com apenas dez montarias – de peões e animais selecionados durante o evento –, é bem mais curta do que outras competições, mas atrai os verdadeiros fãs do esporte, que dispensam o *show* subsequente. E por isso é o objeto de desejo dos locutores, que também passam por uma peneira. Ao longo da

semana, o diretor de rodeio observa o desempenho dos vários profissionais e escolhe os mestres de cerimônias da grande noite. Os nomes só são anunciados no próprio dia da final.

Para celebrar seu retorno à festa, no ano passado, Cuiabanno Lima contratou por sua conta fogos de artifício, que planejava usar durante as apresentações. Doutor Kiko se inteirou dos planos do locutor em cima da hora e não permitiu a quebra de hierarquia: “Não dei autorização para ele soltar os fogos. Não importa que saiu do bolso dele, eu tenho que ser justo. Não posso deixar ele chegar e abafar os outros”, disse.

O impedimento não amuou Cuiabanno, que em plena arena fez um discurso emocionado sobre os anos que passou na “geladeira” – para ira do ex-diretor Marcos Abud, na plateia. Quando mais tarde conversamos, Abud me disse que até aquele momento não tinha planos de reassumir a diretoria da festa. “Mas agora eu quero, só para tirar ele de novo”, disse.

No dia 31 de agosto de 2014, Cuiabanno Lima acordou esperançoso de narrar a final de Barretos pela primeira vez. Pica-Pau lhe telefonou, do Parque do Peão, para dar a notícia de que o sonho ia ter que esperar mais um pouco: naquele ano a final seria dividida entre Vaquinha e o locutor veterano Almir Cambra.

Em 1993, o irmão de Marcos Abud, Mauri, assumiu a presidência do clube prometendo internacionalizar a festa de Barretos. A popularidade das montarias em touros nos Estados Unidos havia chegado aos ouvidos dos organizadores brasileiros, que agora pretendiam não apenas reproduzir a modalidade no Brasil, como tentar fazer parcerias com os norte-americanos.

Uma das primeiras visitas diplomáticas entre os dois países foi feita pelo campeão americano Charles Sampson. Em sua passagem pelo Brasil, Sampson conheceu um jovem caubói, Adriano Moraes, e ficou impressionado com sua habilidade. Nascido em Quintana, no interior de São Paulo, numa casa de terra batida, Moraes teve uma carreira meteórica no esporte. O campeão americano se ofereceu para lhe abrir as portas em seu país e já no ano seguinte o peão foi passar uma temporada no Texas, hospedado na casa de Sampson.

Adriano Moraes chegou a competir e ganhar alguns rodeios nos Estados Unidos – e quando retornou foi procurado pelos irmãos Abud. Por intermédio de Moraes, doze dos maiores caubóis americanos, como Tuff Hedeman e Clint Branger, participaram da Festa do Peão de Barretos em 1994. Esse grupo de americanos fazia parte justamente dos vinte fundadores de uma nova associação, a Professional Bull Riders – exclusivamente dedicada à montaria em touros –, que teve seu primeiro campeonato naquele mesmo ano. “Dizem que a PBR nasceu no avião voltando de Barretos”, brincou Marcos Abud.

O vencedor do primeiro campeonato da PBR foi justamente o brasileiro Adriano Moraes, que tornaria a ganhar o título em 2001 e em 2006. “Tem gente que fala: ‘Ah, o Adriano comeu o pão que o diabo amassou.’ Eu só não corrijo pra não ficar chato. Mas foi tudo muito fácil”, contou o campeão numa tarde em Barretos.

Se o rodeio já fazia sucesso e inspirava respeito nos Estados Unidos, a PBR conferiu à atividade uma roupagem profissional associada à de outros esportes radicais, como o surfe. A ideia era minimizar a estética tradicional e capitalizar o risco a que os caubóis se submetiam. Em 2013, a *Forbes* apontou a montaria em touros – a PBR rejeita o termo “rodeio” – como o esporte que mais crescia nos Estados Unidos.

Os prêmios para os competidores também são exorbitantes – e o sucesso na PBR é tão declaradamente vinculado ao dinheiro que os perfis dos peões no *site* oficial da associação destacam quanto cada um já arrecadou com o esporte. Adriano Moraes, que ainda é o recordista da PBR, já havia embolsado cerca de 3 milhões de dólares com premiações dentro do circuito quando se aposentou, em 2006 – ganhou também 28 ossos quebrados e nove procedimentos cirúrgicos.

O caubói foi homenageado com uma estátua de bronze em tamanho real na frente do escritório da associação, em Pueblo, no Colorado. O dinheiro e o prestígio levaram uma horda de peões a seguir a trilha traçada por ele. Nos vinte anos do campeonato americano, sete títulos ficaram em mãos brasileiras. Depois de deixar as arenas,

Adriano Moraes passou para o outro lado do balcão. Criou a PBR Brasil, com o intuito de caçar talentos do esporte. Um dos melhores que encontrou foi João Ricardo Vieira, um sul-mato-grossense de Nova Andradina, hoje um dos melhores caubóis do planeta, no topo da pontuação da PBR mundial.

Em 2010, a revista americana *The Atlantic* publicou a reportagem “The boys from Brazil”, destacando a presença de brasileiros na PBR e ressaltando que a pose de durão, comum por lá, não se adequava aos competidores da América do Sul, já que por aqui o rodeio teria contornos mais festivos. O texto destacava a Festa do Peão de Barretos, descrita como uma feira familiar, com barraquinhas de churrasco e shows a céu aberto. “Os prêmios são insignificantes, e os caubóis se sentem desvalorizados”, dizia.

Veneno-remédio, hoje a PBR é uma obsessão no mundo do rodeio brasileiro. A sigla dita em inglês, “pi-bi-ar”, com acentuado sotaque interiorano, é tomada como sinônimo do profissionalismo. Ao mesmo tempo, os profissionais de longa data criticam a “secura” dos torneios da organização, e se ressentem do abandono das tradições locais.

Ao contrário da matriz americana, a filial brasileira não organiza eventos próprios. Os torneios de seu campeonato se desenrolam em rodeios que já existiam –, mas que contratam sua apresentação como um *show*. A PBR negocia um preço e exige condições de estrutura – como dormitórios para os peões, coisa rara nos rodeios menores –, responsabilizando-se por todo o resto, desde competidores e touros, passando por fogos de artifício, até juízes e locutor.

Na última semana de julho, a PBR fez a semifinal de seu campeonato brasileiro no rodeio de Catalão, em Goiás, contratada pelo Sindicato Rural da cidade. Com quase 100 mil habitantes, Catalão é o 13º município mais populoso de Goiás – mas sua economia corresponde ao 5º maior PIB do estado graças à intensa produção agropecuária, com base sobretudo em cultivo de soja e milho, e criação de gado de corte e leiteiro. Para não fugir totalmente à tradição, os organizadores acharam por bem começar a

REFLEXÕES XXIV

feita um dia antes, para que os peões da região também pudessem competir – e contrataram o locutor Cuiabanno Lima para conduzir as aberturas, tanto dos *shows* de música sertaneja quanto do rodeio, além de dividir a narração das montarias com o locutor oficial da PBR Brasil, Rafael Vilella.

Cuiabanno Lima é um dos poucos locutores além de Vilella que trabalham em eventos da PBR – e precisa seguir à risca o modelo de narração imposto por eles: fazer um rodeio técnico, reduzir drasticamente a quantidade de efeitos sonoros, músicas e brincadeiras durante as apresentações – além de narrar de cima de um cercadinho de segurança postado no centro da arena, conhecido como *shark cage* (em referência à gaiola usada na modalidade de mergulho para a observação de tubarões).

Terminada a apresentação de Cuiabanno, os funcionários dispuseram pela arena reproduções gigantes de latas do energético Monster Energy. Os caubóis, anunciados um a um, subiam nesses palcos individuais com o peito estufado. A cada montaria, o telão exibia o perfil do peão, com foto posada, cidade de origem, pontuação até aquela etapa – e também o nome do touro e de seu dono.

Cuiabanno e Vilella se alternaram no primeiro dia, e tudo correu bem. Na sexta-feira, entretanto, a resolução de dividir as montarias em dois blocos acabou provocando atrito entre os profissionais. Da *shark cage*, Cuiabanno narrou a primeira metade das montarias, e Vilella ficou responsável pelas restantes. Como Cuiabanno se despediu do público antes da entrada do locutor oficial da PBR, Vilella temeu que entendessem que o rodeio estivesse chegando ao fim e fossem embora. Nos bastidores, membros da equipe da PBR chamaram a atenção de Cuiabanno, dizendo que ele se sentia uma “estrela”. O locutor ficou irado e rebateu que realmente era a estrela naquela festa, destacando que era o único da equipe do rodeio a ter camarim.

Na noite seguinte, Cuiabanno preparou uma entrada triunfal: vestindo um casaco com capuz, misturou-se ao público e lá ficou até ser revelado por um holofote e uma câmera que projetava sua

imagem no telão. O locutor começou a apresentação da arquibancada, dizendo que a plateia era a verdadeira estrela da festa. Em seguida pulou a grade e, da arena, fez um discurso emocionado que culminava num pedido de respeito a seu trabalho. Foi aplaudido de pé. Sua apresentação durou quarenta minutos, fugindo ao protocolo e atrasando as montarias.

Quando o locutor chegou ao parque de exposições no domingo, ligeiramente atrasado, a organização da PBR já havia autorizado o início da queima de fogos. Impedido de conduzir a abertura do evento, coube a ele narrar apenas a primeira metade das montarias.

Sem papas na língua, Adriano Moraes chama o tipo de locução feita no rodeio brasileiro de “palhaçada de entretenimento”: “Eu sou amicíssimo dos locutores, e não interfiro quando o contratante chama alguém, mas eu nunca gostei desse jeito de fazer locução.” Para Moraes, a PBR está cumprindo uma espécie de missão civilizatória no rodeio brasileiro. “O bom é que tudo o que a gente faz eles imitam. Eles se achavam profissionais, mas eram amadores”, resumiu.

A Festa do Peão de Barretos deste ano começou no dia 19 de agosto, com a tradicional queima de fogos. A partir do dia 20 o público já ocupava o Parque do Peão. Quem chega pela entrada principal dá de cara com uma estátua de caubói que tem 27 metros de altura e é tratada por toda a população local pela alcunha de “Jeromão”, por ter sido construída numa das gestões do atual presidente e organizador do evento, Jerônimo Muzetti.

Durante a festa, o parque chega a receber 900 mil visitantes, que pagam entre 20 e 200 reais para entrar, dependendo do dia e das atrações. Só a arena, de 8.500 metros quadrados, tem capacidade para 35 mil pessoas durante o rodeio e 50 mil durante os *shows* – quando o público também ocupa o centro do espaço. O parque nunca fecha nos dez dias, e os públicos apenas se alternam. Pela manhã, escolas levam as crianças para as atrações no Rancho do Peãozinho. As famílias começam a chegar na hora do almoço. Fazem fila nos restaurantes inflacionados ou nas muitas barracas em que o churrasco e a comida típica da fazenda dão o tom – mas é

REFLEXÕES XXIV

possível encontrar algumas opções que fogem à regra, como crepe francês e sanduíche natural.

Há qualquer coisa de cidade cenográfica no parque. No espaço destinado à “Queima do Alho” – uma competição culinária de que participam comitivas de todo o país com pratos fiéis à tradição dos tropeiros – há reproduções de poços e de carros de boi. Os toaletes são indicados por placas de *hómi* e *muié*. O concurso de comida típica acontece no segundo sábado do evento, e é o momento ideal para políticos e celebridades fazerem uma aparição tão simpática quanto possível.

O deputado paulista Capitão Augusto, do Partido da República, que costuma frequentar a Câmara fardado, teve direito a discurso antes do início do campeonato gastronômico deste ano. Defendeu um projeto de lei, apresentado por ele, que eleva o rodeio a patrimônio cultural imaterial do Brasil. Recebeu o apoio de colegas da Frente Parlamentar do Rodeio ali representados, como Jair Bolsonaro, eleito pelo Partido Progressista fluminense.

Também presente ao evento, Paulo Kachan, advogado da CNAR, a Confederação Nacional de Rodeio, afirmou que o projeto de lei ainda representava uma resposta tímida diante do que chama de “perseguição” aos rodeios, promovida segundo ele pelas ONGS de proteção aos animais.

A mais conhecida dessas entidades, a ONG Odeio Rodeio, é presidida pelo também advogado Leandro Ferro, de 28 anos. A organização nasceu, segundo Ferro, de uma das comunidades fundadas por ele no Orkut a partir do momento em que decidiu parar de comer carne, há dez anos. Apesar do nome emblemático, que estampa adesivos e camisetas pelo Brasil, a ONG não vai muito além de uma marca forte capaz de mobilizar simpatizantes da causa animal a qualquer sinal de alerta. “A Odeio Rodeio sou eu”, resumiu o advogado.

Ferro tem mais de 14 mil seguidores em sua *fanpage* no Facebook, sob o nome de “Leandro Ativista”. O advogado só esteve em um rodeio uma única vez – para uma ação em que estendia uma faixa na arena dizendo “Rodeio = Tortura”. Em poucos minutos de

REFLEXÕES XXIV

conversa é possível perceber que não há parâmetro comum para o diálogo entre ativistas como Leandro Ferro e defensores dos concursos de montaria.

Enquanto os últimos alegam que se preocupam com o sofrimento animal, tendo adotado o uso de esporas sem pontas e do sedém de lã nos rodeios, o ativista afirma que os animais simplesmente não existem para nos servir – e que isso se estende não apenas a esportes como o rodeio, mas, em última instância, a cães-guia para cegos, por exemplo. Para Leandro Ferro e seus companheiros, não se trata apenas de minimizar o sofrimento dos animais, mas de não os submeter a qualquer situação em que eles não ajam naturalmente e de acordo com suas próprias vontades.

O advogado da CNAR, Paulo Kachan, que cresceu frequentando a Festa do Peão de Barretos, tem, como Ferro, forte envolvimento pessoal com o tema. Para ele, a questão principal do combate ao rodeio é o preconceito social. “Esse não é um esporte de elite, como o turfe e o hipismo, que exigem do animal muito mais do que se exige do boi do rodeio em termos de preparação e treinamento”, argumentou. “Ninguém fala nada a esse respeito. Por quê? São esportes de elite, o rodeio, não. É da classe baixa.”

Questionado sobre a razão de a bandeira contrária aos rodeios ser mais hasteada do que aquelas contra outros esportes que envolvem animais, Ferro argumentou que se tratava de uma estratégia, por ser um caso simbólico importante. Em esportes como o hipismo e o polo, animais e homens fazem parte de uma equipe; no rodeio, o animal é o oponente. E também alegou o alcance da causa: no país há muito mais eventos de rodeio do que desses outros esportes.

Cuiabano Lima estava ocioso no começo da segunda semana da Festa do Peão. Ocorriam naquele momento as provas finais da Liga Nacional de Rodeio, de Marcos Abud – evento em que seu rival Vaquinha reinava absoluto. Ao mesmo tempo, não muito longe de Barretos, na cidade mineira de Araguari, estava em andamento mais uma etapa do torneio Arena de Ouro, promovido pela gravadora Som Livre e pela CNAR. O objetivo desse campeonato, criado por executivos da indústria fonográfica e representantes da

Confederação Nacional do Rodeio, é estreitar a relação entre as competições de montaria e artistas sertanejos, com ganhos mútuos de público.

Peça importante na diplomacia desse acordo, Cuiabanno Lima tem participado de quase todos os rodeios do Arena de Ouro – e nem mesmo a festa de Barretos impedia, naquele momento, que ele participasse de mais um. A abertura do evento em Araguari aconteceria no dia 26 de agosto, uma quarta-feira, véspera do início do Rodeio Internacional, na Festa do Peão. Cuiabanno precisaria fazer os 273 quilômetros de volta no dia seguinte, a tempo de poder participar do tão almejado torneio. Acostumado a assumir o microfone depois de trechos muito mais longos de estrada, a distância entre Araguari e Barretos não o assustava.

Acabada a apresentação, na cidade mineira, o locutor continuou madrugado adentro, caprichando no *lobby*. Havia se programado para deixar a cidade apenas depois do almoço. Na manhã de quinta, no entanto, seu assessor Pica-Pau recebeu um telefonema do escritório dos Independentes: queriam convocar uma reunião para o começo da tarde, a fim de arrematar os últimos detalhes dos eventos da noite. Como era impossível que chegasse a tempo para o compromisso, Cuiabanno pediu que a esposa o representasse.

A diretoria dividiu as 34 montarias de touros entre seis locutores. A Cuiabanno, que seria o penúltimo a se apresentar na quinta-feira à noite, caberia a narração de seis montarias – logo depois de Vaquinha, que narraria oito. A pequena diferença de tratamento já o incomodou, e ele fez a queixa chegar aos ouvidos do diretor de rodeio. Na sexta-feira, voltou a narrar montarias de touros, num total de oito provas. A cada etapa, caubóis eram eliminados, e outros avançavam na competição, que se encerraria no domingo.

O sábado amanheceu amargo para Cuiabanno Lima. Logo ao acordar, recebeu a notícia de que seu papel no rodeio daquele dia se resumiria à narração da prova equestre Sela Americana. Para o locutor, voltar aos cavalos representava um retrocesso em relação ao ano anterior, quando havia narrado apenas montarias de touros. Era um sinal de desprestígio por parte dos organizadores do evento

– e, pior de tudo: o possível prenúncio de que seu sonho de narrar a final não se realizaria. “É também um desperdício do meu talento, neste ponto da carreira”, argumentou com a voz embargada ao telefone, quando soube da notícia, tentando não ceder à insegurança.

Como a modalidade estava prevista para começar às 17 horas, Pica-Pau e o DJ Renato seguiram cedo para o Parque do Peão, logo depois do almoço. A hora da prova que ele deveria narrar se aproximava, e Cuiabanno não chegava ao parque, nem atendia ao telefone. Os parceiros se exasperavam. Quando deu o horário, com o locutor titular da prova ainda desaparecido, a organização precisou substituí-lo. Qual um pai na sala de espera de uma maternidade durante um parto complicado, Pica-Pau andava para lá e para cá na beirada da arena. “Acabou o sonho da final”, disse para o DJ Renato, que também tentava controlar a ansiedade.

Mais tarde, Cuiabanno Lima contaria que tinha levado uma represália do diretor de rodeio, Kiko de Almeida Prado, assim que pôs os pés na arena, bem depois do horário em que era aguardado por todos. Justificou o atraso dizendo ter havido um mal-entendido na comunicação dos horários. Doutor Kiko então lhe deu a chance de narrar a modalidade seguinte àquela para a qual fora designado, também de montaria em cavalos. Parecendo não acreditar na notícia, Pica-Pau voou até os bretes para conseguir alguma informação sobre os competidores do novo evento – não sem antes anunciar, irritado, para o DJ Renato: “Vou pedir demissão. Acabou.”

Naquela noite, o locutor compensaria a falta de protagonismo na arena com 25 minutos de palco só para ele, tendo a incumbência de abrir a dobradinha dos aguardados *shows* sertanejos do sábado. No estreito pedaço de palco que sobrava em frente à cortina preta – atrás da qual a produção do *show* fazia os últimos ajustes –, o locutor soltou o vozeirão grosso, apelando para a emoção do público.

Passou, sem escalas, do tom solene com a mão no coração à euforia saltitante; comandou o movimento de braços, chapéus e celulares

da plateia – que obedecia bovinamente. Fez elogios rasgados à presidência e às diretorias dos Independentes, aos patrocinadores, aos artistas que viriam na sequência. Depois se ajoelhou e puxou um Pai-Nosso. Ao terminar, foi ovacionado. Ainda faria um breve discurso de autoajuda, assinalando a importância de se acreditar sempre nos próprios sonhos, “mesmo quando todos dizem que você não é capaz”. Tinha os olhos marejados quando voltou para trás da cortina.

Cuiabanno Lima assistiu aos *shows* das duplas sertanejas do fundo do palco, ao lado de funcionários da Som Livre. O *lobby* durou até as sete da manhã do dia seguinte – o domingo da final de Barretos.

Ao chegar a casa, com os sentidos alterados, Cuiabanno Lima enviou duas mensagens de WhatsApp com o mesmo conteúdo: uma para o presidente dos Independentes, Jerônimo Muzetti, outra para o diretor de rodeio, Kiko de Almeida Prado. Sabendo que a escala de locutores seria decidida dentro de poucas horas, deu sua cartada decisiva: reforçou o quanto narrar a final de Barretos era seu sonho maior, e pedia pela última vez uma oportunidade. Recado dado, dormiu.

Às duas da tarde, acordou com um telefonema. Era o doutor Kiko. Como quem dá uma bronca, dispensou o “Alô” e disparou: “Me promete que nunca mais vai me pedir nada.” Ainda sonolento, sem acreditar no que estava ouvindo, Cuiabanno respondeu: “Só sua amizade eterna.” Pouco mais tarde, soube por Pica-Pau o nome de quem dividiria com ele a narração das dez montarias da noite: o rival Vaquinha.

A final da montaria em touros acontece na última noite da Festa de Peão de Barretos. Mas até a tarde daquele dia, quando ocorre a semifinal, os caubóis ainda disputam vagas na grande prova do evento. Assim, quando chegou ao parque, logo depois do almoço, Pica-Pau ainda não tinha como saber quais seriam os peões e os touros a compor as montarias que Cuiabanno Lima narraria na final. De plantão no escritório do rodeio para adiantar o trabalho, o assessor estava ansioso pelo patrão e confessou que nem ele acreditava que aquele dia chegaria.

“Às vezes o sangue esquenta, é muita convivência, não tem como”, resumiu, sobre o nervoso dos dias anteriores. “Mas o cara é bom. O problema é que tem muita politicagem, muita torcida contra.” Pica-Pau não teria muito trabalho para organizar as fichas daquele dia, de toda forma. Há onze anos no ramo, o assessor já conhecia de cor quase todas as figurinhas daquele álbum.

Mesmo no topo do *ranking* da PBR internacional, muitas das estrelas brasileiras do circuito fazem questão de competir em Barretos. Faltando mais de duas horas para o início da semifinal, com o sol a pino, João Ricardo Vieira podia ser encontrado sentado sobre o gradeado no curral de fundo, onde os touros descansam antes do rodeio. Com as mãos no joelho, o caubói examinava de longe o animal que montaria em seguida, como se quisesse decorar suas formas.

O oponente de Vieira naquele primeiro embate atendia pelo nome de Cara-Metade, um animal de 6 anos e 900 quilos. Vieira foi para o fundo dos bretes e trocou de roupa ali mesmo, entre os outros peões. Sentindo um pouco o ombro, antes de vestir a camisa pediu ao fisioterapeuta que colasse dois adesivos anti-inflamatórios.

Quando o portão afinal se abriu, o caubói não aguentou mais de três segundos em cima do touro. Pelos alto-falantes, ouvia-se a voz do comentarista oficial de Barretos, Emílio Carlos dos Santos. Profundo conhecedor do mundo dos rodeios, Cacá, como é conhecido, desempenha na arena papel semelhante ao dos comentaristas de futebol ou de automobilismo – muitas vezes batendo papo com o locutor. Impressionado com a altura dos pulos do boi Cara-Metade, Cacá gritava: “Para tudo! Todos os livros que falam de touro pularam a página na história desse aí. O que esse filho d’uma vaca fez, há muito tempo eu não vejo.” Mesmo sem pontuar naquela montaria, João Ricardo Vieira tinha saldo suficiente para a final.

Cuiabanno Lima não chegou ao Parque do Peão a tempo de acompanhar a semifinal da montaria em touros. Com os olhos constantemente marejados, recebia abraços de funcionários e membros de todos os escalões dos Independentes. Mobilizou a

família toda para o grande momento – enquanto o pai conseguiu um lugar no camarote, sua mãe, o irmão gêmeo, a esposa e o filho foram autorizados a assistir de cima do palco, de onde teriam uma visão privilegiada dos bretes e das montarias.

Ao ser anunciado pelo comentarista Cacá, Cuiabanno fez o sinal da cruz. O DJ Renato apertou o *play* e dos alto-falantes da arena começou a soar uma música de suspense, e logo em seguida uma apresentação do locutor, como se ele fosse um boxeador antes da luta. Ao entrar na arena, Cuiabanno deu de cara com doutor Kiko, que olhava para ele com os olhos injetados e gesticulava com as duas mãos paralelamente ao rosto, pedindo foco. O locutor estufou o peito e não gastou mais do que um minuto nos agradecimentos iniciais e nas brincadeiras com o público.

Foi direto à primeira montaria da final: João Ricardo Vieira, dessa vez sobre o touro Relíquia, que havia derrubado o tricampeão Silvano Alves na quinta-feira. O caubói topo da PBR não estava em seu melhor dia, entretanto: Relíquia derrubou-o em apenas quatro segundos, e ele precisou subir na grade para fugir de sua ira. Cuiabanno também correu para se proteger do bicho, escalando o gradil.

Guilherme Marchi, que também foi campeão de rodeio nos Estados Unidos, na PBR e fora dela, foi mais bem-sucedido com o touro WhatsApp, de Pedro Valente. Parecendo indiferente aos pulos e giros do animal, Marchi foi ovacionado durante toda a montaria, que lhe rendeu 90,5 pontos. Depois de se levantar da terra seca para onde havia sido arremessado, o caubói abriu o colete, num gesto que parecia o de um super-herói, e atirou longe o chapéu.

Cuiabanno passou o microfone ao peão, que deu voz a um sentimento de desprestígio da categoria. “Se eu quiser parar hoje, eu posso”, disse Marchi. “Eu já tenho nove títulos mundiais, o Gabriel Medina tem um só”, continuou, comparando-se com o surfista profissional brasileiro, campeão no ano passado. “Respeita nós”, concluiu.

Após narrar as cinco primeiras montarias da final, era hora de Cuiabanno deixar a arena. O comentarista Cacá pediu que ele fizesse

REFLEXÕES XXIV

suas considerações finais, e disse saber da felicidade que o colega sentia ao narrar a final pela primeira vez. O locutor ganhou a plateia ao homenagear, depois de Deus e de Nossa Senhora Aparecida, dona Marlene. “Eu dedico esta noite a minha mãezinha, que nunca tinha pisado aqui para me ver narrar.” Sob aplausos entusiasmados, ajoelhou-se e tirou o chapéu. Antes de deixar a arena, anunciou a entrada de Vaquinha: “Vem aí o meu amigo Adriano do Vale, barretense como eu.” ●

Paula Scarpin: repórter da Piauí desde 2007. Também é responsável pelos podcasts no site da revista

Artigo publicado na Revista Piauí, edição 109, em outubro de 2015

Ainda estrangeiro

Adam Shatz



Kamel Daoud, o escritor que fez a versão árabe do romance de Camus

Daoud, que na juventude foi militante islâmico, hoje é defensor das liberdades individuais e crítico tanto dos governos militares quanto do fundamentalismo religioso nos países árabes

A primeira vez que ouvi falar do escritor Kamel Daoud foi há poucos anos, quando uma amiga argelina o recomendou: para entender como o país havia mudado, era preciso lê-lo. “Se a Argélia é capaz de produzir um Kamel Daoud”, disse, “então ainda tenho esperança.” Ao ler as colunas dele em *Quotidien d’Oran*, um jornal em língua francesa, entendi o que ela quis dizer.

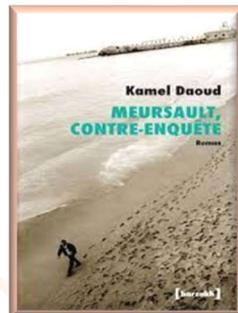
Dono de um estilo original e mordaz, Daoud foi acusado de racismo e até de odiar a si próprio. Depois do 11 de Setembro, por exemplo, escreveu que os árabes vinham “se destruindo” fazia séculos e que, enquanto fossem mais famosos por sequestrar aviões do que por fabricá-los, continuariam a se destruir. O comentário me pareceu uma provocação meio falastrona de um sujeito inteligente, mas que se deixara levar por suas metáforas.

Quanto mais eu lia Daoud, tanto mais o sentia compelido não pelo ódio a si próprio, e sim por um amor frustrado. Ali estava um jornalista de 40 e poucos anos, um homem da minha idade, que acreditava que as pessoas, tanto na Argélia como em todo o mundo muçulmano, mereciam coisa melhor que um governo militar ou o islamismo – o cardápio de apenas duas opções que lhes era oferecido desde o fim do colonialismo –, e que dizia isso com brio e veemência. Nada, porém, me



preparou para a leitura de seu primeiro romance, *Meursault: Contre-Enquête*.

O romance, arrebatador, reconta *O Estrangeiro*, de Camus – lançado em 1942 –, e o faz do ponto de vista do irmão do árabe assassinado por Meursault, o anti-herói que é o narrador do romance original. A obra de Daoud, publicada na Argélia em 2013, não apenas dá nova vida ao clássico que o precede, como também expressa uma crítica vigorosa à Argélia pós-colonial – um país que Camus, um francês pobre nascido na Argélia, não viveu para ver.



Nos textos de Daoud, seja nos jornalísticos, seja nos literários, salta aos olhos o destemor com que ele defende as liberdades individuais – um destemor que me pareceu chegar às raias da irresponsabilidade num país em que são intensas as paixões coletivas despertadas pelo nacionalismo e pela religião. Fiquei me perguntando se sua experiência podia fornecer alguma pista da situação em que se encontra a liberdade intelectual na Argélia, um híbrido de democracia eleitoral e Estado policial. No fim do ano passado, tive uma resposta. Daoud já não era apenas um escritor: era um nome em relação ao qual se devia tomar uma posição, tanto na Argélia como na França.

Sua provação começou em 13 de dezembro, durante uma turnê de divulgação de *Meursault* na França, onde foi recebido com resenhas entusiasmadas, vendeu mais de 100 mil exemplares e por dois votos não ganhou o *Goncourt*, o mais prestigioso prêmio literário francês.^[1] Tarde da noite, ele estava na tevê, no popular programa de entrevistas *On N'est Pas Couché* (*Não Estamos Dormindo*), e sentiu – ele me contou depois – “como se o peso de toda a Argélia estivesse sobre meus ombros”.

Daoud insistiu com a jornalista franco-libanesa Léa Salamé, uma das integrantes da bancada do programa, que se considerava argelino, e não árabe – uma postura nada incomum na Argélia, mas

que sofre oposição dos nacionalistas árabes. Acrescentou que falava “argeliano”, e não o árabe. Disse que preferia encontrar Deus a pé, por conta própria, em vez de integrar uma “excursão organizada” a uma mesquita, e que a ortodoxia religiosa havia se tornado um obstáculo ao progresso no mundo muçulmano.

Na tevê, ele não disse nada que já não tivesse escrito em suas colunas ou no romance. Mas o fato de ter dito aquilo na França, país que governou a Argélia de 1830 a 1962, chamou a atenção de argelinos que tendem a ignorar a imprensa em língua francesa.

Um deles foi o obscuro imã Abdelfattah Hamadache, do qual se dizia ter sido informante dos serviços de segurança. Três dias depois do programa, Hamadache escreveu em sua página no Facebook que Daoud – um “apóstata” e “criminoso sionizado” – deveria ser julgado e executado em público pelo insulto ao Islã. Não estava exatamente conclamando seu assassinato, uma vez que apelava ao Estado, e não a jihadistas *freelancers*.

Mas a Argélia é um país onde setenta jornalistas foram mortos por rebeldes islamistas durante a guerra civil dos anos 1990, a chamada Década Negra. Muitos desses assassinatos foram precedidos de ameaças anônimas por cartas, panfletos ou pichações nas paredes de mesquitas. A “fatwa via Facebook” de Hamadache, como ficou conhecida, era novidade de uma ousadia única, porque assinada. Provocou um clamor, e não apenas entre liberais.

Ali Belhadj, líder da proibida Frente Islâmica de Salvação (FIS), criticou duramente o imã, afirmando que ele não tinha autoridade para declarar Daoud um apóstata e que somente Deus tinha o direito de decidir quem era ou não muçulmano – um indício, disseram alguns, que a FIS enxergava em Hamadache um instrumento do Estado. De fato, embora o ministro dos Assuntos Religiosos, Mohamed Aïssa, homem de modos amenos e inclinações sufistas, tivesse saído em defesa do escritor, o restante do governo manteve uma neutralidade inexplicável, recusando-se a reagir quando Daoud deu queixa de Hamadache por incitamento à violência.

Tal reação governista revela mais do que esperteza política. A

principal lição que o Estado argelino aprendeu em sua guerra de uma década contra insurgentes islamistas foi que não havia como derrotar o islamismo no campo de batalha: em vez de esmagá-lo, era preciso cooptá-lo. Na verdade, a Argélia está uma década à frente de outros países em que, depois das revoltas árabes, as elites seculares batalham pela formatação de novos governos contra movimentos islamistas poderosos. Hoje próspero, o país tem uma confiança crescente de que seu modelo de compartilhamento de poder pode e deve ser exportado para vizinhos como Líbia e Tunísia. O caso Daoud, no entanto, está pondo à prova esse modelo.

Voei para Oran, a segunda maior cidade da Argélia, em 15 de janeiro, justo quando a guerra em torno da blasfêmia havia chegado à França, com o ataque à redação do Charlie Hebdo por jihadistas franceses de ascendência argelina. Em Oran, os apoiadores de Daoud diziam: “Somos todos Kamel Daoud”; em Paris, milhões de pessoas declaravam “Je suis Charlie”. Eu me perguntava como os acontecimentos na França afetariam a situação de Daoud. Na escala em Orly, abri o Le Monde e topei com uma entrevista do escritor sobre o Charlie, dizendo que temia novos “11 de Setembro em escala reduzida”.

Ser um escritor argelino é ser um estudioso da violência política. A Argélia conseguiu sua independência da França em 1962, depois de uma das mais longas e sangrentas lutas pela descolonização a que o mundo já assistiu. Seu sistema político, que as pessoas chamam simplesmente de *pouvoir* (poder), segue sob forte influência dos mujahedin, os “guerreiros sagrados” da Frente de Libertação Nacional (FLN) que lutaram contra a metrópole.

O atual presidente argelino, Abdelaziz Bouteflika, ingressou no Exército de Libertação Nacional em 1956. Hoje está em seu quarto mandato. Aos 78 anos, por causa de um derrame, ele despacha de uma cadeira de rodas equipada com microfone, já que sua voz está muito fraca. Morando, segundo se diz, numa vila nas proximidades de Argel, só consegue trabalhar poucas horas por dia. Quando, em novembro, ele foi hospitalizado na França, Daoud escreveu: “Até mesmo a questão do que vem depois se tornou secundária. Se já não há vida antes da morte, por que se preocupar com a vida após a

morte?”

Bouteflika não é o único figurão do *pouvoir* cuja data de validade está prestes a expirar. Os chefes do Exército e do serviço de inteligência também estão a meio caminho dos 80. A Argélia está diante de uma potencial crise de sucessão tripla, e num momento em que os preços do petróleo estão caindo. Uma queda brusca poderia empurrar o país em direção a uma “ruptura violenta”, afirma Daoud.

Ninguém sabe se o *pouvoir* tem um plano de transição para a era pós-Bouteflika, suas maquinações são bastante obscuras. E o são deliberadamente. Corre que, quando o ex-presidente francês Nicolas Sarkozy perguntou a um ministro argelino por que seu governo era tão pouco transparente, ele teria respondido: “Porque essa é a nossa força.” O segredo é um dos muitos códigos gerados pela guerra pela independência. Necessário numa revolta anticolonial que lutava contra um dos exércitos mais poderosos do mundo, mesmo depois da independência o sigilo continuou sendo o *modus operandi* do *pouvoir* argelino.

A Argélia é governada como se a guerra jamais tivesse terminado. Cada nova crise – revoltas por comida, guerra civil, protestos berberes, a Primavera Árabe – contribuiu para justificar um estado de beligerância permanente, assim como todo momento crítico serviu para postergar a questão sobre “o que vai acontecer depois da libertação”. Nas palavras de Daoud: “A meta é comida e moradia para todos? Por que não incluir a felicidade?” É a pergunta de um jovem, mas a Argélia não é governada por jovens desde os primórdios da década de 1960.

Hoje, os *décideurs* – os homens que efetivamente tomam as decisões, e não os políticos que brigam numa Assembleia Nacional pluralista, mas impotente – baseiam sua legitimidade em dois fatores: emanciparam o país do domínio francês e derrotaram uma onda de terrorismo islâmico na década de 1990. Na opinião de Daoud, nenhum desses feitos é suficiente. A Argélia só será livre de fato quando “se libertar de seus libertadores”. Não basta derrubar o governo, para Daoud a grande ilusão da Primavera Árabe. A

sociedade é que precisa mudar, caso a Argélia pretenda se ver livre do autoritarismo e da devoção islâmica.

As palavras de Kamel Daoud têm atraído leitores eminentes: membros do *pouvoir* lhe telefonam com frequência, o primeiro-ministro francês Manuel Valls recentemente ligou para dizer o quanto havia admirado Meursault. “Os homens do poder são fascinados por pessoas como eu”, diz ele. “Não disponho de um Estado nem de um Exército. Sou apenas um sujeito que tem um apartamento e um carro. Mas sou livre, e eles querem saber: Como assim?”

Cheguei à Argélia em 16 de janeiro, uma sexta-feira em que, após as preces, milhares de pessoas – Hamadache inclusive – marchavam rumo à Place de la Grande Poste, no Centro de Argel, desafiando a proibição imposta a manifestações na capital. O “Protesto em defesa do profeta Maomé” havia sido convocado em repúdio à caricatura de Maomé que a capa do *Charlie Hebdo* estampara após o massacre de Paris. Aïssa, o ministro dos Assuntos Religiosos, se opusera à mobilização, mas pregadores radicais não tiveram dificuldade em inflamar o ódio.

“*Je suis Muhammad*” era um dos *slogans* mais comuns – uma frase curiosa para condenar a blasfêmia, já que alguns muçulmanos consideram um insulto grave alguém se anunciar como o Profeta. (O *slogan* havia sido proposto e divulgado pelo tabloide argelino Echrouk, publicado em língua árabe, uma plataforma para diatribes (**diatribe** = crítica severa e mordaz) contra Daoud; depois, modificaram-no para “Je suis avec Muhammad” – (Estou com Maomé.) Jovens agitavam a bandeira preta do Estado Islâmico e declaravam mártires os assassinos mortos na França. Como muitas manifestações na Argélia, essa também acabou em tumulto, com vitrines quebradas em nome do Profeta. Por sua atuação nos acontecimentos, Hamadache foi preso no bairro de Belcourt, berço de Camus, mas liberado logo em seguida.

Os protestos em Oran, onde o sentimento anti-islamista é intenso, foram bem mais discretos do que em Argel, mas veementes o bastante para travar o trânsito. Robert Parks, um acadêmico norte-

americano muito próximo de Daoud, foi me pegar no aeroporto para me levar até o hotel.

Parks, que dirige um centro de pesquisa em Oran desde 2006, já me dissera que a Argélia vinha aos poucos, mas de forma segura, recuperando a própria confiança. Os argelinos estariam satisfeitos por terem evitado o tumulto das revoltas árabes e, graças a isso, haviam se permitido fazer uma avaliação mais sóbria, ponderada e favorável de sua própria situação. Quando um grupo de manifestantes marchou em nossa direção, porém, ele enveredou por uma rua secundária, temendo que nos confundissem com franceses.

A ousadia com que os islamistas tomaram as ruas era um lembrete do acordo que Bouteflika fizera com eles pouco depois de chegar ao poder, em 1999. Seu “projeto de reconciliação” ofereceu anistia àqueles que haviam lutado na guerra civil de 1992–2002, sob a condição de que depusessem as armas. O *pouvoir* nunca negociou com o braço político da FIS: questões com os rebeldes armados deveriam ser resolvidas a portas fechadas. Membros das forças de segurança responsáveis por mortes e desaparecimentos extrajudiciais jamais foram julgados. Combatentes islamistas se saíram ainda melhor: deixaram o *maqui*, a resistência nas montanhas, e retornaram à mesquita. Diz-se que muitos receberam empregos e casa própria.

O paradoxo da guerra civil recente é que, embora os islamistas não tenham conseguido derrubar o governo, o projeto de reconciliação de Bouteflika lhes permitiu ocupar mais espaço. Na prática, agora são uma ala do *pouvoir*, que não apenas os tolera como também admite que participem da Assembleia Nacional. E, para os generais [os *décideurs* (**décideurs** = quem decide) mais influentes], essa presença possui o atrativo adicional de servir como advertência a outros argelinos – e aos aliados da Argélia em Washington e Paris – sobre o que pode acontecer se o Exército e os serviços de segurança afrouxarem as rédeas.

Não resta dúvida de que a Argélia fez grandes progressos desde a Década Negra. Bouteflika sofreu o derrame em 2013, e hoje mal aparece em público. Mesmo assim permanece relativamente

popular, ainda que por falta de alternativa, e credita-se a ele a reconstrução do país depois da guerra civil.

Fui trabalhar como correspondente do *New York Review of Books* na Argélia em 2003, um ano após o término oficial da guerra: era um país nervoso e traumatizado, o povo continuava com medo de carros-bomba e de postos de controle falsos, montados pelos rebeldes.

Embora radicais jihadistas sigam atuando no leste e no sul, hoje é um território em grande medida seguro, não apenas nas cidades, mas também nas estradas. A nova rodovia leste-oeste, construída com mão de obra chinesa, reduziu pela metade as dez horas outrora dispendidas entre Argel e Oran. A economia permanece fortemente dependente do gás natural e do petróleo (mais de 90% das exportações), mas as reservas hoje totalizam quase 200 bilhões em moeda estrangeira.

A Argélia conquistou a admiração das potências ocidentais, sobretudo dos Estados Unidos, por sua atuação no contraterrorismo regional, pela *expertise* e eficiência dos serviços de inteligência, além de seus hábeis esforços diplomáticos na Tunísia, na Líbia e no Mali. Nas palavras do ministro das Relações Exteriores, Ramtane Lamamra, o país é hoje “um exportador de segurança e estabilidade”.

O *pouvoir* tem sido astuto na manutenção dessa estabilidade. Protestos antigovernamentais ocorridos no início de 2011, depois de Mohamed Bouazizi se autoimolar na Tunísia, foram rapidamente contidos pelos meios habituais: milhares de soldados espalhados pelas ruas da capital, cortes nos preços do açúcar, da farinha e da gasolina, e oferta de dinheiro vivo aos jovens desejosos (ou que assim se declararam) de iniciar um negócio próprio. “A Primavera Árabe é um mosquito para o qual fechamos a porta”, gabou-se num discurso o primeiro-ministro Abdelmalek Sellal, acrescentando uma referência a uma marca de inseticida: “Se algum dia ele tentar entrar, vamos combatê-lo com Fly-Tox.”

O *pouvoir* não é secular nem islamista: ele segue uma política de indecisão deliberada e tanto tolera radicais como Hamadache como

faz vista grossa àquilo que Parks me descreveu como um “experimento frágil” de abertura cultural. O melhor lugar para se observar esse experimento é Oran, berço do raï, um pop argelino que mistura música árabe e espanhola a *disco music* e *hip-hop*.

Na minha primeira noite, algumas horas depois das manifestações anti-Charlie, saí com Parks e a poeta Amina Mekahli, outra grande amiga de Daoud. Fã de Philip Roth, ela citou de memória passagens de *A Marca Humana* – o romance de Roth sobre Coleman Silk, um professor universitário negro que se passa por branco –, que falaria diretamente à angústia da vida dupla argelina.

As casas noturnas em Oran são, por definição, clandestinas, mas com lábia conseguimos entrar. Um garçom nos trouxe uma garrafa de Johnnie Walker Red Label e uma travessa de frutas frescas. A maioria dos clientes, argelina, tinha entre 20 e 30 anos. Para onde quer que se olhasse, viam-se calças de oncinha, minissaias, bolsas Louis Vuitton e batom.

Amina Mekahli me apresentou a um amigo, a quem chamou Gigi, o “famoso homossexual”. Ela explicou que aquele homem doce e andrógino, de 40 e poucos anos, postava-se às portas dos banheiros e fazia as vezes de correio amoroso: se um rapaz gostasse de uma garota, ele dizia a Gigi; quando a garota saísse do banheiro, ela seria informada do interesse do tal rapaz. “O legal”, disse minha amiga, “é que Gigi vem de um bairro operário e é aceito, embora ninguém mencione a palavra *gay*.” Não achei tão legal quanto ela, mas aí me lembrei do comentário de Camus, segundo o qual Oran é uma cidade em que “aprendemos as virtudes – temporárias, é claro – de certo tédio”.

Oran decerto não é mais a mesma de Camus. Sob a dominação francesa, era uma cidade. Depois da independência, os europeus debandaram em massa e suas casas foram ocupadas por migrantes das aldeias vizinhas. Outros encontraram acomodação, péssima, mas gratuita, nos conjuntos habitacionais que o Estado construiu ao estilo daqueles dos países da Cortina de Ferro. A linha do horizonte ficou mais vertical em anos recentes: os hotéis Sheraton e Méridien parecem importados de Dubai.

Ainda assim, a cidade preservou seu caráter lânguido (**lânguido** = característico do que é doente; mórbido, doentio), mediterrâneo. Nos pequenos cafés, as pessoas se distraem com xícaras de café preto ou chá de hortelã; à beira-mar, os restaurantes oferecem peixe grelhado, *paella* e uma paisagem de tirar o fôlego; barracas vendem calentita, uma baguete recheada com pasta de grão-de-bico, trazida pelos espanhóis. Na rua, as mulheres em geral vestem o hijab. Tarde da noite, porém, em casas como a que visitamos, jovens dançam, bebem e, como escreveu Camus em 1939, “se encontram, se olham e se medem, felizes por estarem vivos e causarem boa impressão”.

À meia-noite, ao chegarmos, o público parecia meio morno, mas às duas da manhã, quando Cheba Dalila – uma cantora de raí com uma voz profunda como a de Nina Simone – subiu ao palco, a pista de dança ferveu. Dalila ia de mesa em mesa, coletando o dinheiro de quem paga para ter o nome mencionado nas canções. O som do baixo era tão alto que eu podia senti-lo na barriga.

Uma mulher num jeans apertado vestia uma camiseta que dizia “Detroit, 1983”; homens dançavam com mulheres, os pares claramente interessados apenas um no outro. Tirei uma foto, mas o filho de Mekahli me advertiu: “É a máfia quem toca isto aqui.” A “máfia” ganha dinheiro com bebida clandestina e prostitutas. Ao que parecia, algumas das moças eram profissionais. “Para mim”, disse a poeta, “clubes como este são uma forma de nos reapropriarmos da identidade argelina. Aqui, a França não existe. Estas pessoas estão completamente descolonizadas.”

A primeira vez que visitei Daoud em seu apartamento, num condomínio fechado nos arredores de Oran, ele estava de pijama e, entre outras coisas, assistia tevê com o filho de 12 anos. Com os olhos na tela do computador, me contava as novidades da sua vida, digitava e-mails, espiava o Facebook e atendia ao telefone. Achei que não conseguiríamos conversar, e ele então propôs que eu me hospedasse em sua casa.

Dois dias depois, ao sair do hotel, desencadeei um pequeno incidente diplomático. O recepcionista foi falar com Daoud, que me esperava em seu carro. Se eu fosse embora, disse o empregado,

nervoso, não haveria como saber do paradeiro do *étranger* – o estrangeiro, eu. O funcionário não podia se dar ao luxo de deixar escapar outro Hervé Gourdel – o turista francês Gourdel havia sido sequestrado e decapitado por islamistas radicais em setembro, nas montanhas de Cabília.

Meu anfitrião brincou que talvez fosse o caso de ele notificar a polícia por hospedar um americano. Isso sem dúvida acabaria por lhe render outros dissabores, mais uma prova de que se vendera às forças do imperialismo. Ele sabia como pensavam seus críticos, em parte porque já havia pensado como eles. É um ex-islamista munido do arrebatamento de um desertor. Passados dois anos de seu casamento, contou, sua ex-mulher foi se tornando cada vez mais religiosa e começou a usar o hijab. Divorciaram-se em 2008, depois do nascimento da filha.

O grande tema dos escritos de Daoud é a condição argelina. Ser argelino é ser “esquizofrênico”, dividir-se entre a fé religiosa e o individualismo liberal. Os estabelecimentos que vendem bebida alcoólica em Oran são legais, mas atuam como se fossem clandestinos; se as mulheres entrarem num café para homens, elas serão vistas como pouco mais que prostitutas, ainda que seja crescente a aceitação do sexo fora do casamento. Os argelinos estão ficando modernos, mas meio que escondido, como se mal o admitissem para si mesmos. Embora a hipocrisia possa configurar um passo rumo a uma sociedade civil mais tolerante, Daoud se irrita com isso. “Os islamistas pelo menos fizeram uma escolha”, diz.

A campanha de Kamel Daoud contra o islamismo angariou-lhe fãs ardorosos, sobretudo entre argelinos liberais francófonos, que a despeito de compartilharem das bandeiras que ele levanta são muito tímidos para expressá-las em público. Contudo, ele também é amplamente criticado, não só por islamistas, mas por nacionalistas e esquerdistas que o veem como um elemento hostil à sociedade.

Às vezes, Daoud dá a impressão de estar sendo muito provocador, como se quisesse comprar briga. Durante a recente guerra em Gaza, publicou uma coluna intitulada “Por que não me ‘solidarizo’ com a Palestina”. Tampouco se solidarizava com Israel: incomodava-o a

lógica de que, por ser muçulmano, ele tinha de se solidarizar com a Palestina. Oponha-se às bombas lançadas por Israel não por motivos religiosos ou étnicos, mas por razões anticoloniais e humanitárias. O subtexto da coluna era, claro, a Argélia. O clamor por solidariedade à Palestina o desagradava não pela causa em si, mas pela pressão por unidade – mais uma vez, sob a bandeira da identidade árabe e islâmica.

A pressão coerciva pela unidade sempre foi característica do nacionalismo argelino. Durante a luta pela independência, os líderes da FLN, muitos deles berberes, reprimiram uma política de identidade berbere em nome da unidade nacional contra a França. Desde então, segundo Daoud, os argelinos têm sido ensinados a se ver como pertencentes unicamente ao mundo árabe e islâmico e a negar o que aprenderam com a história e a experiência: que, na verdade, a maior parte deles é de ascendência berbere, e não árabe; que uma considerável minoria ainda fala ou berbere (apenas recentemente reconhecida como língua nacional) ou francês (que se tornou “língua estrangeira” após a independência); e que mesmo o árabe que boa parte dos argelinos fala em casa é um arremedo recheado de empréstimos de outras línguas. (Daí a insistência de Daoud em chamá-lo de “argeliano”).

Longe de representar uma alternativa à ideologia da unidade árabe-islâmica, os islamistas argelinos pregam uma versão mais religiosa desse pensamento. Disso resultaria uma Argélia “sitiada entre o céu e a terra”. Segundo Daoud, “a terra pertence aos libertadores”, ao passo que “o céu foi colonizado por pessoas religiosas que se apropriaram dele em nome de Alá”. Os argelinos “foram persuadidos de que são impotentes. Não conseguem levantar um muro sem a ajuda dos chineses”.

Essa sensação de impotência encontra expressão física na infraestrutura decrépita do país. “As ruas de Oran estão condenadas à poeira, às pedras e ao calor”, Camus escreveu num ensaio de 1954. “Quando chove, é um dilúvio e um mar de lama.” Salvo nas principais artérias, a situação hoje não é muito diferente. Numa noite de chuva, íamos de carro a um jantar num bairro burguês retirado de Oran. As ruas eram um lamaçal e quase atolamos. “É o

fim da picada!”, explodiu o escritor.

Obcecado por limpeza, Daoud considera a tolerância do país à sujeira um sintoma político, ou mesmo espiritual. Sob a dominação francesa, os argelinos foram privados à força de sua terra. Tudo o que possuíam era o espaço interior, doméstico, e assim o espaço público era algo que não lhes dizia respeito: propriedade francesa, não constituía um problema deles. E, depois da independência, passou a ser uma questão do Estado. A religião apenas reforçou a noção de que as mazelas cotidianas estavam nas mãos de uma autoridade superior. “Nossos problemas ecológicos também são metafísicos”, disse. “Quem está esperando pelo fim do mundo não vai se preocupar com o presente.”

O islamismo floresceria sobre esse mal-estar mais profundo. A mesma sensação de ineficácia e tédio impele alguns à fuga, com o risco de morrer no mar. O irmão caçula de Daoud é um dos milhares de jovens argelinos – os chamados *harraga* – que fugiram para a Europa de barco. Um navio britânico o resgatou, e agora ele mora, sem documentos, no Reino Unido.

Hoje Daoud não é mais um muçulmano praticante e se diz filosoficamente próximo do budismo. Perguntei-lhe se ainda admirava alguma coisa no islamismo. “Acho notável a primazia da justiça, mais que da fé”, respondeu. “Também gosto da ausência de intermediários entre o indivíduo e Deus. O único papel do imã é conduzir as orações. Na relação direta entre Deus e o crente, o Islã é bastante liberal.”

Daoud poderia estar descrevendo o Islã que conheceu quando criança, em Mesra, uma aldeia no noroeste da Argélia. Os Daoud, conta, “tinham certeza de sua fé e, por isso, não precisavam defendê-la, ao contrário dos islamistas de hoje, incrivelmente frágeis”. O mesmo se podia dizer do vínculo de seus familiares com a terra: eram patriotas que viveram a guerra pela independência, mas que não sentiam necessidade de negar “as complexidades da vida sob o colonialismo”.

Na escola, ele aprendeu “uma história única”, uma narrativa inequívoca sobre mujahedin infalíveis lutando contra colonos

franceses. Em casa, no entanto, os avós lhe contavam de franceses empobrecidos que conheceram em Mesra; do padre católico que sustentou a família deles em tempos de escassez; dos soldados franceses que preferiram desertar a torturar e matar. Mais tarde, ficaria sabendo que o primeiro grande amor de seu pai não havia sido sua mãe, e sim uma francesa com quem ele se envolvera durante a guerra.

O mais velho de seis filhos, Kamel Daoud nasceu em 1970, quando muitos viam a Argélia como um sucesso pós-colonial. O presidente, coronel Houari Boumédiène, enigmático e taciturno, era um dominador autoritário que transformou o país numa força regional, líder do movimento dos não alinhados. Sob o governo de Boumédiène, que tomou o poder num golpe militar três anos após a independência, o Exército se transformou na instituição dominante.

Mohamed, o pai de Daoud, era *gendarme*. Apesar da pobreza, conseguiu, como “membro de uma geração ascendente”, se casar com uma mulher de família próspera, proprietária de terras nas cercanias de Mesra. Ele, que estudou em escolas francesas, era o único membro da família que sabia ler. Ensinou o alfabeto ao filho e compartilhou com ele sua estante de livros em francês. Na biblioteca em Mostaganem, cidade portuária onde frequentou a escola, Kamel Daoud leu Júlio Verne, a ficção científica Duna e obras de mitologia grega. Mas o livro que mais o encantou foi *O Renascimento das Ciências Religiosas*, de Abu Hamid al-Ghazali, teólogo persa do século XI, que após uma crise religiosa tentou purificar a alma pela via da experiência mística.

Daoud disse que, ao descobrir Al-Ghazali, aos 13 anos, “o Corão já não me bastava: era apenas a face visível de um texto oculto”. Com o intuito de decifrar aquele texto oculto e mais sagrado, Daoud se tornou cada vez mais ascético. Quando leu que o silêncio abria o coração para Deus, passou a andar com uma pedra na boca, para que ela o impedisse de falar. Queria ser escritor, mas também queria se tornar um imã. “Era uma contradição, mas eu não a sentia como tal”, ele disse. “Quando você ora, constrói um sentido, da mesma forma que quando escreve. Deus é seu único leitor, mas, em essência, é a mesma coisa.”

De início, o Corão venceu. Para um adolescente ambicioso do começo dos anos 1980, a religião era uma carreira mais promissora que a literatura. Chadli Bendjedid – o presidente que subiu ao poder em 1979, dois meses após a morte de Boumédiène – recuou do projeto de reforma agrária socialista de seu predecessor e começou a abrir a economia. As lojas se encheram de produtos de consumo ocidentais, mas a “desboumediênização” deixou um vácuo ideológico. Bendjedid preencheu-o com o Islã e a identidade árabe. Não só reprimiu a “Primavera Berbere” de 1980 – um movimento não violento que pretendia o reconhecimento da cultura e da língua berbere –, como intensificou a arabização da educação e promoveu a edificação de inúmeras mesquitas.

Encorajado por essas mudanças, o movimento islamista, antes sob o controle rígido de Boumédiène, pôs-se a treinar uma geração de rapazes. Daoud, um jovem místico islâmico que vestia *jelaba* e turbante, foi recrutado por seu professor de geografia, membro de uma célula islamista. O professor lhe apresentou os escritos dos fundadores do moderno islamismo sunita e o convenceu de que a salvação individual que ele buscava só seria alcançada por intermédio da salvação coletiva, sob a forma de um Estado islâmico.

Daoud cultivou a barba, distribuiu panfletos e se tornou o imã de seu colégio. Num acampamento islamista de férias, “vivíamos como se fôssemos companheiros do Profeta”. Era em acampamentos e agremiações esportivas que se doutrinavam jovens militantes do nascente movimento islâmico argelino, e Daoud parecia a caminho de se tornar um líder. Ao completar 18 anos, porém, largou o movimento. “Tinha o direito de viver e me rebelar”, contou. “E estava cansado. Num determinado momento, já não sentia coisa nenhuma. Não sei se é isso que significa perder a fé. Mas para uma pessoa religiosa o perigo não é a tentação: é o cansaço.”

Em 5 de outubro de 1988, três meses após Daoud romper com o islamismo, a Argélia experimentou a primeira de uma série de violentas manifestações antigovernistas. Armado de uma corrente e com a esperança de “quebrar coisas”, ele foi para Mostaganem. Quando chegou, os militares haviam começado a atirar nas pessoas. Um velho tentou usá-lo como escudo humano. Foi salvo por uma

mulher que o tomou pelo braço e, fingindo ser sua mãe, o conduziu a um lugar seguro.

“Aquela geração de homens capazes de se escorar atrás de um jovem me tirou do sério”, disse. “Vi naquilo o indício de algo muito significativo.” Várias centenas de argelinos morreram no Outubro Negro. No ano seguinte, uma nova Constituição foi adotada, legalizando outros partidos além da Frente de Libertação Nacional e pondo fim ao Estado de partido único. A Frente Islâmica de Salvação emergiu como a mais poderosa oposição do país.

Em janeiro de 1992, para impedir que a FIS conquistasse o poder, o Exército cancelou o segundo turno das eleições nacionais. Privados da vitória nas urnas, os islamistas pegaram em armas e uma guerra civil brutal eclodiu. Daoud, estudante de francês na Universidade de Oran, se opôs ao cancelamento das eleições. “Mas eu estava pouco me lixando. Era um individualista. Odiava todo mundo. Observei os acontecimentos de longe e pensei: os caras vão se devorar uns aos outros.”

Ele havia optado por uma forma bem mais pessoal de revolta, movida a literatura, música e cerveja – seu primeiro gole de vinho (bebida que o Corão proíbe expressamente) só ocorreu depois dos 30 anos. Leu Baudelaire, Borges e o poeta sírio Adonis, e começou a escrever poesia e ficção. Quando terminou a faculdade, Daoud foi trabalhar como repórter policial no tabloide mensal *Detective*. (“O que fez de *The Wire* uma série fantástica”, ele disse, “é que foi uma colaboração entre um escritor e um policial, os vira-latas do mundo.”) Viajando para cidades pequenas e remotas, escrevendo sobre julgamentos de assassinatos e crimes sexuais, Daoud se deparou com “a Argélia real”. Em 1996 o *Detective* acabou e ele foi contratado pelo *Le Quotidien d’Oran*.

Enquanto outros jornalistas reclamavam do perigo ao enfrentar rebeldes islamistas, Daoud foi entrevistar os insurgentes. Relatou alguns dos piores massacres da guerra civil, incluindo a matança de 1998 na aldeia de Had Chekala, onde mais de 800 pessoas foram assassinadas. A atuação como repórter ensinou-o a suspeitar de “posições acirradas e análises grandiosas”, e essa sensibilidade

inspirou a coluna que começou a assinar.

Daoud não representava ideologia nenhuma e não falava em nome de ninguém. Para seus novos admiradores, era algo digno de comemoração: enfim, um espírito livre genuinamente argelino. Para os adversários, ele se tornou o rosto de uma “geração do eu”: egoísta, vazio, não argelino.

Meursault: Contre-Enquête surgiu de uma de suas colunas. A premissa do romance é engenhosa: *O Estrangeiro*, de Camus – em que um árabe não nomeado é assassinado numa praia de Argel –, seria uma história real. E bem que poderia ter sido, do ponto de vista de muitos argelinos. Há tempos, críticos nacionalistas falam como se o assassinato ali descrito tivesse acontecido de fato, e como se Camus, cuja oposição à independência do país muitos escritores conterrâneos tiveram dificuldade em perdoar, o tivesse cometido. A inspirada ideia de Daoud foi dar o passo seguinte: atribuiu a autoria do romance de Camus (narrado em primeira pessoa) ao protagonista Meursault, o assassino fictício de *O Estrangeiro*. Assim como “o árabe” nunca é nomeado em *O Estrangeiro*, o nome de Camus jamais é mencionado em **Meursault: Contre-Enquête**.

O livro é um monólogo confessional ao estilo de *A Queda*, do mesmo Camus. No romance de Daoud, o argelino Harun se dirige, num bar em Oran, a um francês não identificado. Musa, irmão do narrador, fora morto em 1942 por um colono francês de nome Meursault, que ficaria famoso por descrever o assassinato em um romance intitulado *O Outro*. Já velho, Harun está disposto a dar ao irmão uma identidade e uma história, e a corrigir a versão dos acontecimentos registrada por Meursault. E é precisamente isso que ele faz na primeira metade do livro, acertando velhas diferenças que nacionalistas argelinos tinham com *O Estrangeiro* – e críticos pós-coloniais também. (Edward Said, por exemplo, zombou da “canhestra sensibilidade colonial” de Camus.)

A segunda metade do romance, porém, mostra que essa crítica pouco tem a ver com a Argélia de hoje e nega ao leitor a satisfação fácil de uma justiça anticolonial. É a Argélia, e não Camus, que está em julgamento. Harun, percebemos, é também um estrangeiro num

país dominado pelo fervor religioso. A mesquita da cidade lhe parece tão imponente que “impede que se veja Deus”; o sujeito recitando o *Corão* soa como se estivesse representando todos os papéis, de “torturador a vítima”. Homens perambulam de chinelos e pijamas amarfanhados, “como se a sexta-feira os isentasse das exigências da civilidade”. Sexta-feira “não é o dia em que Deus descansou: é o dia em que decidiu fugir e nunca mais voltar”.

Harun revela ser ele também um assassino. Sua vítima, escolhida ao acaso poucos dias depois da independência, é o francês Joseph Larquais – um roumí, ou estrangeiro. A própria mãe de Harun, desejosa de vingar o assassinato de seu filho Musa, é cúmplice e facilitadora do crime. As novas autoridades punem Harun não pelo crime em si, mas pelo momento em que foi cometido. Como ocorreu depois do 5 de julho de 1962, o dia da independência, o assassinato não foi um ato de libertação, e sim um estorvo para o regime.

À procura do irmão, Harun na verdade encontra seu próprio duplo: ele, Harun, é o irmão argelino de Meursault – como ele, um criminoso em circunstâncias igualmente absurdas, um estrangeiro numa terra dividida entre “Alá e o tédio”. Quando um imã o exorta a aceitar Deus antes que seja tarde demais, Harun rejeita o apelo com violência, quase com as mesmas palavras que o Meursault de Camus emprega em sua conversa com o padre que, antes da execução, lhe pede para aceitar Cristo. “Restava-me tão pouco tempo que eu não queria desperdiçá-lo com Deus”, diz. “Nenhuma de suas certezas valia um fio de cabelo da mulher que eu amava.” Essa é apenas uma de muitas frases surrupiadadas de Camus. Meursault, menos que uma crítica a *O Estrangeiro*, é sua continuação pós-colonial.

“*O Estrangeiro* é um romance filosófico, mas só conseguimos lê-lo como um romance colonial”, disse Daoud, quando lhe perguntei o que o atraía na ficção de Camus. “A questão mais profunda em Camus é religiosa: o que fazer com Deus, se Deus não existe? A cena mais poderosa em *O Estrangeiro* é o confronto entre o padre e o condenado. Meursault é indiferente às mulheres, ao juiz, mas se enfurece diante do padre. E, em meu romance, temos alguém que se revolta contra Deus. Para mim, Harun é um herói numa sociedade conservadora.”

Meursault: Contre-Enquête foi publicado pela Éditions Barzakh em 2013, vendeu muito e recebeu resenhas bastante elogiosas na Argélia. Foi somente no ano seguinte, quando foi lançado pela prestigiosa editora francesa Actes Sud, e, mais ainda, ao ser nomeado para o Goncourt em setembro de 2014, que o romance provocou controvérsia no país de origem. Meio século depois da independência, a vida intelectual argelina segue existindo sob a sombra da antiga ocupação. Para muitos intelectuais, era inconcebível que Daoud pudesse ser bem-sucedido na França sem a ajuda da onipresente *main étrangère*, a “mão estrangeira” invisível, mas invariavelmente sinistra.

Em certo sentido, a “mão estrangeira” é o próprio idioma francês, que muitos escritores argelinos preferem ao árabe, mas que para os jovens é hoje uma língua estrangeira que eles só aprendem se for falada em casa ou se decidem estudá-la. Numa sexta-feira de manhã, tive um encontro com a romancista Maïssa Bey, uma das mais importantes escritoras argelinas em língua francesa. Fui a sua casa, em Sidi Bel Abbès, uma cidade colonial estranha e decadente. Era o dia das orações, as ruas estavam desertas. Eucaliptos lançavam delicadas sombras nas paredes das casas, pintadas com vivas tonalidades de azul, rosa e amarelo.

Maïssa Bey nasceu em 1950. Seu pai, um professor primário nacionalista, foi torturado e morto pelo Exército francês quando a filha tinha 6 anos. Como Daoud, ela escreve sobre os traumas de identidade do país e o pluralismo reprimido pela retórica da unidade nacional. Também como Daoud, prestou sua homenagem a Camus como um compatriota. “Muitos argelinos não conseguem conceber que ao escrever em francês você não esteja escrevendo para a França”, ela disse. “É como se, para eles, a guerra nunca tivesse terminado.”

A persistência desse complexo de colonizado explicaria a aguçada noção de tabu entre escritores na Argélia de hoje. “Há assuntos que você simplesmente não pode abordar, o Islã acima de tudo. É sagrado e, mesmo que você não critique a religião em si, mas apenas o modo como ela é praticada – como fez Daoud –, suas palavras serão distorcidas e manipuladas pelo *pouvoir*. E, caso você

questione o discurso oficial sobre Israel ou a relação da França com a Argélia, procurará encrenca.”

O ataque mais surpreendente contra Daoud não veio de um jihadista, mas sim de um companheiro na derrubada de tabus: o romancista Rachid Boudjedra, que, sob ameaça semelhante dos islamistas, fugiu do país quatro décadas atrás. Boudjedra, publicado pela mesma editora de Daoud, ficou famoso em 1969 com *La Répudiation* (O Repúdio), romance escrito em francês sobre um jovem cujo pai larga a mulher e se casa com uma jovem bem mais nova. O filho transa com a madrasta para vingar a humilhação sofrida pela mãe; seu irmão, *gay*, se mata depois de ter um caso com um judeu. Encharcado de fluidos e excrementos corporais – sangue, fezes, sêmen –, e permeado de vívidas descrições de sexo e masturbação, *La Répudiation* foi um exemplo extremo de rebelião literária.

Logo que o livro saiu, Boudjedra partiu para um exílio voluntário que durou seis anos – primeiro em Paris, mais tarde no Marrocos. O escritor ainda mantém um apartamento em Paris e, depois de um breve período escrevendo em árabe, retornou ao francês. Se alguém poderia compreender a situação de Daoud, esse alguém seria Boudjedra. No entanto, ele ridicularizou Meursault, julgando-o um romance “mediocre”, e o fez no *Ennahar*, o canal árabe por satélite que, naquele mesmo dia, serviu de plataforma a Hamadache. Mais tarde, referiu-se a Daoud como “um daqueles escritores que estão atrás de uma chancela literária e vão lambe as botas dos franceses”.

Boudjedra é famoso por ser um homem difícil. Mas seu desdém não é um caso isolado e reflete um preconceito de classe mais difundido. Tendo lutado na guerra pela independência quando jovem, ele provém de uma importante família do campo, ao passo que Daoud se fez sozinho numa aldeia empoeirada. Tenho um amigo do ramo editorial argelino que compara Daoud a Rastignac, o alpinista social de *A Comédia Humana* de Balzac. Para os intelectuais de esquerda de Argel, basta essa imagem para fazer dele um aproveitador provinciano.

No dia seguinte a meu encontro com Maïssa Bey, peguei o trem das

oito da manhã de Oran para Argel, a fim de visitar velhos amigos, entre eles o historiador Daho Djerbal, que conheci em 2003. Argel parecia bastante mudada. Caminhando pela Didouche Mourad, a principal rua de comércio, encontrei uma cidade renascida, pelo menos do ponto de vista comercial. Passei por uma loja da Swatch, por joalherias, agências de viagens e butiques da moda. Os cafés com mesinhas na calçada estavam apinhados.

Na Place de la Grande Poste, centenas de pessoas, na maioria homens, assistiam ao campeonato africano num telão ao ar livre. Folheei alguns volumes numa livraria adorável, instalada no endereço de outra que pertencera a Joaquim Grau, um pied-noir morto em 1994 por islamistas radicais. A feira livre no bairro operário de Bab el Oued, outrora um reduto islamista, se mostrava muito animada, com suas bancas repletas de aparelhos eletrônicos chineses, roupas, CDs, DVDs, além de frutas, legumes e verduras frescas.

Na redação da revista de história que edita, Djerbal tentou me convencer de que essa normalidade não passava de ilusão de óptica, produto efêmero de um florescimento do consumo alimentado pelos altos preços do petróleo. Não iria durar, e o acerto de contas com a realidade não seria agradável. O historiador esboçou um panorama da devastação promovida pela abertura econômica argelina – indústrias estatais de suma importância sendo apropriadas por amigos do regime, que depois as venderam; vastas fortunas particulares sendo acumuladas; a emergência de uma classe média parasita, que não gera nenhuma riqueza.

Eram essas pessoas que eu vira nas lojas da rua Didouche Mourad, que ele descreveu como uma aldeia de Potemkin que não sobreviveria à queda dos preços do petróleo ou ao fracasso do Estado na diversificação da economia. Talvez o desastre fosse iminente. Lembrei então que esse mesmo amigo me fizera um relato semelhante, doze anos atrás, sobre um desastre anunciado.

Mudei de assunto e comecei a falar de Kamel Daoud. Notei que Djerbal foi ficando cada vez mais impaciente, o que não era de seu feitio. Era como se eu lhe perguntasse sobre alguém de um escalão

inferior ao seu. Daoud, disse ele, era parte do problema que ele acabara de descrever, um filho mimado do próprio Estado que atacava. No entanto, não havia como negar que era muito bom escritor, argumentei. Djerbal sorriu. “Não bom o bastante para o Goncourt. Além disso, a França jamais dará o prêmio a um argelino.” Ele parecia estar saboreando a derrota de Daoud, que, prosseguiu, “representa um estrato sem legitimidade histórica”.

Na Argélia, a expressão “legitimidade histórica” tem um significado muito específico. Quando a guerra pela independência irrompeu, em 1954, a FLN proclamou sua própria “legitimidade histórica” como representante única da nação. Ter legitimidade significava representar uma força social coletiva e, portanto, ter o direito de ser ouvido. Boa parte dos intelectuais argelinos atribuía grande valor à legitimidade e à reivindicação implícita de falar em nome de uma causa maior: em nome da nação, do povo, da classe trabalhadora, dos berberes. O fato de Daoud falar apenas por si próprio talvez seja o que seus críticos julgam mais inquietante nele.

Num princípio de noite em Argel, provoquei uma briga de quatro horas graças à simples menção do nome “Daoud”. Estava num jantar oferecido por Samir Toumi, um escritor que mora num apartamento espaçoso e elegante, defronte do Teatro Nacional. A facção pró-Daoud era liderada por Sofiane Hadjadj, que dirige a Éditions Barzakh juntamente com sua mulher, Selma Hellal. (Ambos editaram juntos Meursault.) A facção anti-Daoud tinha à frente Ghania Mouffok, uma jornalista radical que admira a ficção do escritor, mas não gosta de sua coluna.

A jornalista, que conheci em Argel em 2003, tinha acabado de cobrir os protestos contra a extração de gás de xisto no sul do país, uma região historicamente marginalizada que é também a fonte das riquezas da Argélia (gás e petróleo). O movimento fizera renascer sua fé no espírito argelino de resistência. “Quando você pensa em tudo que passamos – mais de um século de colonização, décadas de ditadura, uma guerra civil brutal –, é um espanto que a gente ainda consiga erguer a cabeça”, disse. “É isso que Kamel Daoud não vê.”

Com um copo de vinho numa das mãos e um cigarro na outra, ela

expôs os argumentos da promotoria. Daoud “escreve como se imperialismo e capitalismo não existissem”. Teria “ódio de si mesmo”. Não era surpresa que “o narrador de Kamel se sentisse mais próximo do homem que matou o árabe. Basta ler as colunas dele”. O romance era excelente, mas havia algo de “suspeito” no sucesso do livro na França. “Acho que ele oferece um conforto para leitores brancos”, concluiu.

“Adivinhe qual foi o primeiro país a querer traduzir o romance de Kamel?”, Hadjadj interrompeu. “Foi o Vietnã.” “Pouco me importa se o romance vai ser traduzido no Vietnã”, retorquiu a jornalista. “O que me preocupa é o que os leitores franceses veem nele.”

Ela deu uma tragada no cigarro e fez uma pausa. “Escute, eu adoro Kamel. Ele foi brilhante no *On N’est Pas Couché*. Bonito, bem-falante, sexy. Alguns dias depois, eu o vi na tevê do Echorouk, e o sujeito que o entrevistava falava com ele como se ele fosse um inseto. Eu disse a Kamel: ‘Não vá a esses programas e não se comporte como se você fosse culpado. Reaja. A Argélia é um país que está fracassando, onde não se admite o sucesso. Se você tiver sucesso, as pessoas vão torcer para que fracasse. É um país difícil e pode ser brutal.’”

Como Ghania Mouffok podia criticar a Argélia de forma tão severa, se condenava Daoud por fazer mais ou menos o mesmo? Ela disse que reservava suas críticas aos poderosos, ao passo que Daoud atacava o povo. “Isso é infantil”, observou Daoud, quando lhe relatei as críticas. “Eu não critico o povo: critico pessoas. Está vendo aquele sujeito avançando o sinal vermelho?” – estávamos no trânsito. “Ele é responsável pelo que está fazendo. Se alguém joga lixo na rua, também é responsável por isso. Pessoas como Ghania pensam a mesma coisa, mas não escrevem o que pensam. E me acusam de odiar a Argélia, o que é absurdo. É claro que o capitalismo existe, e, se alguém tem um império, o imperialismo existe também. Só que o imperialismo não explica tudo. Nem nos isenta de resolver nossos problemas.”

Na visão da jornalista, a crença de Daoud na responsabilidade individual apenas “reproduz o desprezo do *pouvoir* pelo povo”. Na

REFLEXÕES XXIV

Argélia, acusar alguém de concordar com o *pouvoir*, ou mesmo de ser solidário a ele, é a cartada última e definitiva.

Se Daoud compartilha da opinião sombria que o *pouvoir* tem do povo, o *pouvoir* não parece ter grande simpatia por ele. Quando conheci Hamid Grine, o ministro da Comunicação, ele fez pouco das preocupações de Daoud com a fatwa. “Kamel não está mais ameaçado do que qualquer outro como ele”, disse o ministro. Hamadache, que no passado fora dançarino profissional, era um excêntrico sem seguidores, e o melhor era ignorá-lo. “O caso atraiu atenção porque vende jornais, mas a Argélia está de fato falando do preço das batatas, e não de Daoud.”

Na verdade, o ministro havia telefonado ao escritor na véspera. Não gostara de uma coluna recém-publicada, “O outro Je suis Mohamed”, que elogiava Mohamed Aïssa, o ministro dos Assuntos Religiosos, por sua campanha contra o incitamento islamista à violência em canais de tevê por satélite de língua árabe e de propriedade de argelinos. (“Hamid teria preferido uma coluna intitulada ‘Je suis Hamid’”, comentou Daoud.) Grine alegou ter sido o primeiro a defender Daoud. Suas declarações, porém, não foram lá muito enfáticas. Ele falara em particular com executivos dos canais por satélite que davam destaque a Hamadache, mas, ao contrário de Aïssa, evitou criticá-los publicamente, porque “na Argélia temos uma tradição de discrição”. (Um mês depois de nossa conversa, Grine fez declarações nos moldes das críticas de Aïssa.)

Hamid Grine tem 61 anos e também é um romancista que, como Daoud, escreve em francês. Disse-lhe que havia apreciado seu romance *Camus dans le Narguilé*, sobre um homem que ouve o boato de que Camus seria seu pai biológico. Grine queixou-se de que seu livro não havia contado com o “gigantesco esquema promocional” que catapultara Daoud ao sucesso na França e, além disso, sugeriu que sua visão de Camus talvez não fosse bem-vinda em Paris. Seu herói percebe que Camus não é seu pai e que os argelinos precisam abandonar a fantasia de reclamar Camus para si, como propunham escritores como Kamel Daoud e Maïssa Bey.

“Camus não foi um escritor argelino, e sim francês”, disse Grine.

REFLEXÕES XXIV

“Foi um colonizador dotado de boa vontade, um pied-noir. Fez gestos simpáticos aos argelinos, mas se opôs à independência.”

Grine não havia lido Meursault. “Tenho certeza de que é excelente. Meu filho leu e gostou. Eu só leio o que você está vendo aqui”, completou, apontando para a pilha de documentos oficiais sobre a mesa. ●

Adam Shatz: colaborador da *London Review of Books*.

Artigo publicado na *Revista Piauí*, edição 106, em julho de 2015

[1] Em 5 de maio deste ano, o júri do **Goncourt** conferiu à obra o prêmio de romance de estreia.